

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VIDDA GUZZO

"Eu sou seu glitch":
ativismo intersexo no Brasil [2006-2021]

Brasília
2023

Vidda Guzzo

"Eu sou seu glitch":
ativismo intersexo no Brasil [2006-2021]

[Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Democracia e Sociedade, área de concentração Participação, Estado e Sociedade como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política]

Orientadora: Professora Debora Cristina Rezende de Almeida

Brasília
2023

GG993 Guzzo, Vidda
"Eu sou seu glitch": ativismo intersexo no Brasil
[2006-2021] / Vidda Guzzo; orientador Debora Rezende de
Almeida. -- Brasília, 2023.
222 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -- Universidade
de Brasília, 2023.

1. Ação política. 2. Ativismo intersexo. 3. Brasil. 4.
Práticas; ideias; contexto. . I. Rezende de Almeida, Debora,
orient. II. Título.

Vidda Guzzo

"Eu sou seu glitch": ativismo intersexo no Brasil [2006-2021]

[Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Democracia e Sociedade, área de concentração Participação, Estado e Sociedade como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política]

Orientadora: Professora Debora Cristina Rezende de Almeida

Banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Marisa von Bülow, pós-Dra.
Universidade de Brasília

Professora Paula Sandrine Machado, Dra.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Universidade de Brasília

Professora Debora Rezende de Almeida, pós-Dra.
Orientadora

Brasília, 2023

*Às pessoas endossexo e seu expediente de distribuir violentamente a verdade do sexo.
Às pessoas intersexo e sua teimosia de viver, neste mundo e à revelia dele mesmo.
Aos mistérios da fé, que me deram caminho, sabedoria e vida para pronunciar qualquer
palavra.*

Avante, Intersexos, Uni-vos pelo Hoje, amanhã e sempre!!!
(Vieira, 2021)

Resumo

Pessoas com variações congênitas das características sexuais sofrem persistentes abusos e violações de seus direitos humanos. Sobre essa matéria, uma crescente rede de ativismo tem se consolidado pelo mundo, objetivando a proteção e promoção de direitos humanos da população intersexo. Este é um estudo do caso de ativismo intersexo no Brasil com o objetivo de analisar a sua conformação por meio da identificação das práticas e ideias, e das noções de corpo mobilizadas, no contexto entre 2006-2021. O estudo contribui para o debate sobre ação política no Brasil, adensando a agenda de pesquisa sobre ativismo LGBTI, de maneira geral, e questões intersexo, mais especificamente. Ademais, colabora para o campo de estudos empíricos filiados (i) aos estudos intersexo e de gênero e (ii) aos estudos de movimentos sociais e ação política desde abordagens pragmatista e do institucionalismo discursivo. A técnica de coleta de dados foi composta pela condução de entrevistas guiadas por questionários semiestruturados e pela análise de documentos. A amostragem de respondentes considerou a centralidade e diversidade dos atores da rede. Dois instrumentos de pesquisa foram desenvolvidos, considerando o público de (i) ativistas e (ii) pessoas com restrições de declaração pública. As entrevistas foram conduzidas entre 13 de maio e 07 de outubro de 2021, perfazendo o número final de dezessete unidades consideradas, dentre as dezoito entrevistas que conduzi. Para a análise desses dados coletados, empreguei técnicas sócio-históricas de análise do conteúdo das entrevistas e dos documentos, onde identifiquei pré-indicadores e núcleos de significação. Os resultados desta pesquisa descreveram uma diversidade de práticas e ideias do ativismo intersexo e analisaram suas mudanças ao longo do tempo. Considerei a Organização Intersexual Internacional em língua portuguesa o marco inicial da mobilização política intersexo no Brasil, em 2006. Até 2009, o *blog* da Organização foi intermitentemente apropriado e transformado pelo ativismo protagonista de Waléria Torres para transmitir sua história pessoal, comunicar definições - despadronizadas - sobre intersexualidade, canalizar ideias sobre direitos humanos, crise e despatologização, e ponderar os horizontes práticos do ativismo, com foco na divulgação científica e colaboração com pesquisadores. Em 2014, identifiquei um novo ciclo de mobilização do ativismo intersexo cujas interações foram rotinizadas especialmente por meio *Facebook* a fim de reunir pares, compartilhar informações técnicas e experiências de vida, além da organizar iniciativas coletivas de visibilidade pública. A partir de 2017, a bem-sucedida mobilização reuniu uma rede crescente de grupos e pessoas intersexo e aliados - especialmente pesquisadores, médicos, advogados e familiares, mas também atores conservadores - à medida que o conteúdo de suas ideias tomava contornos biologicistas e matricêntricos, durante os contextos turbulentos até 2019. Em 2020, os impactos desproporcionais da pandemia de COVID-19 desencorajaram a mobilização de ativistas intersexo. Na resposta à crise sanitária, os atores remanescentes trataram de levantar recursos emergenciais para subsidiar iniciativas de solidariedade *online*, cultivaram os canais de diálogo que mantinham no Judiciário, apostaram em candidaturas coletivas e no *advocacy* nos Legislativos municipal e estadual, permaneceram nos poucos espaços sócio-estatais de interação com o Executivo e focaram na construção de coalizões LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: ativismo; intersexo; práticas; ideias; corpo.

Abstract

Individuals born with congenital variations of sex characteristics consistently experience human rights abuses and violations. Globally, there is a growing network of activism dedicated to safeguarding and advocating for the human rights of intersex communities. This research constitutes a case study on the trajectory of intersex activism in Brazil from 2006 to 2021, with the primary goal of scrutinizing its practices and ideologies. The study contributes significantly to the discourse on political action in Brazil, adding depth to the research agenda on LGBTI activism overall and specifically addressing intersex issues. Furthermore, it aligns with empirical studies within the realms of intersex and gender studies, as well as social movements and political action studies, employing pragmatist and discursive institutionalism approaches. The data collection methodology involved conducting interviews guided by semi-structured questionnaires and analyzing relevant documents. The sampling of respondents took into account the centrality and diversity of network actors. Two distinct research instruments were developed for the audience of activists and individuals facing restrictions on public statements. Between May 13th and October 7th, 2021, eighteen interviews were conducted. Socio-historical content analysis was applied to the interviews and documents, revealing pre-indicators and meaning nuclei. The findings of this research illuminate a spectrum of practices and ideas within intersex activism and trace their contingencies over time. The Portuguese-language Organization International Intersex is identified as the initial milestone in intersex political mobilization in Brazil, dating back to 2006. Until 2009, Waléria Torres' posts on the Organization's blog served as a platform for transmitting personal narratives, conveying non-standardized intersex definitions, discussing human rights, crises, depathologization, and emphasizing activism's practical horizons, including the dissemination of evidence-based data and collaboration with researchers. A new mobilization cycle in 2014 utilized Facebook as a central platform for interaction, allowing the sharing of technical information, life experiences, and the coordination of collective initiatives for increased public visibility. By 2017, successful mobilization efforts had brought together a growing network of intersex groups, individuals, and allies, encompassing researchers, doctors, lawyers, family members, and even conservative actors, while the content of their ideas also evolved, adopting biological and matricentric contours amid the turbulent contexts until 2019. In 2020, the disproportionate impacts of the COVID-19 pandemic discouraged the mobilization of intersex activists. In response, remaining actors mobilized emergency funds, supported online solidarity initiatives, maintained dialogue channels within the Judiciary, engaged in collective candidacies and advocacy in local and state legislatures, retained interaction with the Executive in limited socio-state spaces, and focused on LGBTQIAPN+ coalition-building.

Key words: activism; intersex; practices; ideas; body.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	21
1.2 Objetivo geral.....	25
1.3 Objetivos específicos.....	25
1.4. Metodologia.....	26
1.4.1 <i>Desenho de pesquisa.....</i>	<i>26</i>
1.4.2 <i>Estudo de caso: narrar, descrever, interpretar e visibilizar.....</i>	<i>28</i>
1.4.3 <i>Aspectos gerais da coleta de dados.....</i>	<i>30</i>
1.4.4 <i>Instrumentos de pesquisa.....</i>	<i>31</i>
1.4.5 <i>Linguagem e terminologia.....</i>	<i>32</i>
1.4.6 <i>Aspectos gerais da análise de dados.....</i>	<i>33</i>
1.4.7 <i>Quadro-resumo da análise dos dados.....</i>	<i>36</i>
1.4.8 <i>Limites do estudo.....</i>	<i>38</i>
1.4.9 <i>Riscos.....</i>	<i>38</i>
1.4.10 <i>Benefícios.....</i>	<i>39</i>
2 ENRAIZAR A POLÍTICA INTERSEXO NO BRASIL, REFLORESTAR A MONOCULTURA DO SEXO: IDEIAS, PRÁTICAS E CORPO.....	40
2.1 Redes de ativismo: ideias em prática.....	42
2.2 “Corpos em aliança”: ideias em prática pelo corpo.....	50
2.3 Redes de ativismo intersexo: os corpos sexuados em aliança.....	62
3 UMA BLOGOSFERA INTERSEXO? IDEIAS TRANSNACIONAIS, PRÁTICAS DIGITAIS, CONTEXTOS SEMPRE-JÁ CRÍTICOS [2006-2009].....	71
3.1 A Dra. Waléria Torres e a "OII-Organização Internacional de Intersexuais em língua portuguesa".....	72
3.2 Antevsões da crise da política intersexo no Brasil: a interpretação situada das variações das características sexuais.....	81
3.2.1 <i>Journal Intersexual: a escrita do corpo sexuado como ativismo.....</i>	<i>82</i>
3.2.2 <i>Um simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil.....</i>	<i>84</i>
3.3 "Revitalizando a ação da OII no Brasil, SEXTA-FEIRA, MARÇO 20, 2009"...	86
4 HAPPENING INTERSEXO: QUID NOVI? RECONSTITUIÇÃO PERFORMATIVA DO ESPAÇO CÊNICO [2013-2016].....	89
4.1 Gramática testimonial: tessitura de um abecedário intersexo visivo.....	90
4.2 Cenotécnicas pedagógicas online: a senda aprender-ensinar em esferas de aparecimento 2.0.....	98
4.3 Contrarregra LGBT e o teatro de emergências intersexo: distúrbios em cena, palcos deletérios.....	104

5 O "SEXO" DA CRISE: CONTESTAÇÃO IDEACIONAL E ADAPTAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO TURBULENTO [2017-2019].....	115
5.1 "Que tempos difíceis estamos passando desde 1500": a normalidade da crise para o corpo sexuado.....	117
5.2 Uma biruta intersexo para a turbulência dos ventos: ressitualizar os horizontes da política intersexo.....	123
5.3 Um pensamento-cupim: as emoções no enraizamento da política intersexo no Brasil em chave interseccional.....	126
5.4 Um referencial teórico-militante intersexo: ciência e academia na refiguração do corpo sexuado.....	140
5.5 A mão que balança o berço é a mão que governa o mundo: o reforço de autoridade das mães de pessoas intersexo, entre outras endoalianças.....	143
5.6 Universalização e essencialização de um problema público: ideias sobre direitos humanos e biologia nos agenciamentos intersexo com a direita.....	148
6 EMERGÊNCIAS DE SAÚDE EM SINERGIA: A RESPOSTA INTERSEXO À PANDEMIA DE COVID-19 [2020-2021].....	154
6.1 Desafios interpretativos na resposta ideacional da rede intersexo à pandemia de COVID-19 no Brasil.....	155
<i>6.1.1 Elaborar o nexos entre pandemia e intersexualidade: a desproporcionalidade da crise sanitária.....</i>	<i>155</i>
<i>6.1.2 A fadiga ativista e a sobrevivência como ativismo: considerações sobre precariedade e desmobilização.....</i>	<i>157</i>
<i>6.1.3 Crise de saúde pública: interpretar a sobreposição de urgências.....</i>	<i>159</i>
6.2 Agenciamentos recíprocos entre a rede de ativismo intersexo e a crise sanitária da pandemia de COVID-19.....	162
<i>6.2.1 Fundos internacionais e solidariedade online: levantar recursos e aliviar o sofrimento.....</i>	<i>162</i>
<i>6.2.2 O sexo ignorado: hibridismo de práticas nas relações com o Judiciário... </i>	<i>166</i>
<i>6.2.3 Revisar o fazer-saber médico no convívio com o contraditório: o que conta como evidência científica sobre o corpo intersexo.....</i>	<i>169</i>
<i>6.2.4 Candidaturas intersexo e relações sociedade-Estado-mercado: renovação participativa em esferas representativas.....</i>	<i>171</i>
<i>6.2.5 A sobrevida da participação institucional e a alternativa popular colegiada: ocupar o que sobra, criar o que falta.....</i>	<i>172</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
8 REFERÊNCIAS.....	182
9 ANEXOS.....	210
Anexo I - Relatório preliminar da coleta de dados.....	210
Anexo II - Instrumento de pesquisa n.1.....	215
Anexo III - Instrumento de pesquisa n.2.....	218
Anexo IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	220

Anexo V - Lista de Variações Intersexo ou Diferenças do Desenvolvimento do Sexo.....	222
Anexo VI - Quadro-resumo de indicadores e pré-indicadores da análise de dados.....	223

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar as ideias e práticas que caracterizam o ativismo intersexo frente aos diferentes contextos sociopolíticos, entre 2006 e 2021. O escopo temporal deste estudo de caso abrange a análise da emergência dos primeiros grupos de apoio, páginas de internet e organizações da sociedade civil relacionadas a esse tema no Brasil, até a conclusão da coleta de dados desta pesquisa em outubro de 2021.

Parte da seguinte pergunta central: como pessoas e grupos intersexo conformaram sua rede de ativismos no Brasil? O foco da pesquisa está na 'rede de atores' envolvidos nessa causa, com ênfase na exploração das noções relacionadas ao corpo incorporadas nas práticas e ideias dos ativistas, e na compreensão de como elas foram se alterando em diferentes contextos ao longo do período determinado. Portanto, essa pesquisa busca compreender como o ativismo intersexo no Brasil, isto é, a ação política e coletiva, aqui entendida tanto como situada, relacional e criativa (Abers *et al.*, 2018), tem disputado a reorganização das normas e práticas sexuais em direção à mudança social, no sentido de proteger e promover os direitos humanos de pessoas intersexo no país.

Nesta introdução, prossigo para uma breve delimitação do meu tema e problema de pesquisa.

Intersexo é um dos nomes para designar condições de diversidade corporal, em se tratando de "sexo", associadas a uma correlação entre fatores biológicos e sociais. Isto é, as intersexualidades são condições associadas à relação entre variações das "características sexuais" do corpo e os critérios socialmente definidos de normalidade corporal em termos de "sexo". Há mais de 40 estados intersexo descritos pela literatura biomédica (Dias da Silva, 2018). A sua prevalência estimada é 1,728% da população, com variações a depender dos critérios políticos e condutas biomédicas (Blackless *et al.*, 2000).

As intersexualidades estão ligadas a uma condição congênita, isto é, de nascimento, mas podem se manifestar e/ou serem indicadas a qualquer tempo da vida - no nascimento, na adolescência, ao tentar ter filhas/es/os - ou mesmo nem ser reconhecida antes da morte (Pino, 2007). É um termo em disputa cujos significados políticos variam conforme território, nação, instituições, enquadramentos teóricos, e que ainda não esgota as possibilidades de diversidade do "sexo", especialmente fora dos enquadramentos Ocidentais de "sexo"¹. Enquanto definições exatas de intersexualidade podem variar, o

¹ Para Dreger e Herndon (2009, p. 199, tradução minha) "a definição de intersexo é específica para cada contexto. O que conta como um falo intersexo, por exemplo, depende dos padrões locais para pênis e clitóris [...]. Então a definição de intersexo depende do estado do conhecimento científico bem como das crenças culturais gerais sobre sexo."

pensamento clínico de algumas condições remanesce significativamente incompleto e a coleta de dados de longo termo está desordenada (Harper, 2007)². Também o controle circular da informação por meio do sigilo empreendido por maternidades, hospitais, cartórios e outras instituições dificulta análises estatísticas mais consistentes (Carpenter, 2016; 2020).

Dadas suas diversas etiologias e as possibilidades de combinações etiológicas (Pino, 2007), o temo intersexo cobre uma grande variedade de manifestações sindrômicas, a hibridez genital³ sendo apenas uma de suas formas, provavelmente a mais conhecida (Harper, 2007; Cabral; Benzur, 2005, p. 284 apud Pino, 2007, p. 153-4). Essa aparente contradição tem autorizado, correntemente, o apagamento das pessoas intersexo por meio do silêncio, o segredo, a vergonha e o estigma, além da performance de atos desinformados e não consentidos de intervenção cirúrgica e hormonal do "sexo" (Harper, 2007).

Uma definição mais corrente de intersexualidade nos meios militantes e acadêmicos é recuperada de *Fact Sheet* da Campanha Livres & Iguais⁴, tal como abaixo:

O termo "intersexo" refere-se a pessoas que nascem com características sexuais (incluindo genitais, gônadas e padrões cromossômicos) que não se encaixam nas noções binárias típicas de corpos masculinos ou femininos. Intersexo é um termo guarda-chuva usado para descrever uma ampla gama de variações naturais no corpo. Em alguns casos, as características intersexuais são visíveis ao nascimento, enquanto em outros, elas não se tornam aparentes até a puberdade. Algumas variações intersexuais cromossômicas podem não ser fisicamente aparentes de forma alguma. De acordo com especialistas, entre 0,05% e 1,7% da população nasce com características intersexuais - a estimativa mais alta é semelhante ao número de pessoas ruivas. Ser intersexo está relacionado às características biológicas do sexo e é distinto da orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa. Uma pessoa intersexo pode ser heterossexual, gay, lésbica, bissexual ou assexuada, e pode se identificar como

² Há um problema central, enunciado pelos ativismos intersexo, em definir o sexo como variável descritiva exclusivamente binária. Esse problema de partida de muitas pesquisas repercute na ausência generalizada de dados sobre variações de características sexuais na população em censos e outras pesquisas. Mesmo os países que registram em seus censos a categoria de sexo e variações das características sexuais, como no Quênia, há menor prevalência que o esperado devida ao estigma atribuído e à baixa consciência sobre a diversidade da intersexualidade. Assim também, técnicas e práticas tanto médicas como cartorárias não são regulares, de modo que a rotina de designação sexual a pessoas intersexo dificilmente atenderá a critérios homogêneos e confiáveis, embora mais ou menos regulados.

³ Genitália híbrida é menos prevalente que outras variações intersexo nos níveis genéticos, hormonais, gonadais e reprodutivos (Harper, 2007).

⁴ Arrisco dizer que não se trata de uma definição adequada. Devido a ênfase em sexo como um aspecto estritamente biológico, tal definição omite uma dimensão social e histórica que performa - *enact* - o "sexo" como naturalmente dimórfico por meio de atores e instituições no sentido da endocisheternorma (Mol, 2002 apud Freitas; Machado, 2020). É o que argumentei no parágrafo anterior sobre a historicidade social do "sexo" e a interação entre natureza e cultura na definição de critérios de normalidade corporal em termos de sexo.

feminina, masculina, ambas ou nenhuma (United Nations Free & Equal, 2015, tradução minha).⁵

Sobre os abusos e violações de direitos humanos, a nota informativa (United Nations Free & Equal, 2015) complementa que:

Devido ao fato de seus corpos serem considerados diferentes, crianças e adultos intersexo frequentemente sofrem estigmatização e são vítimas de várias violações dos direitos humanos, incluindo violações do direito à saúde e à integridade física, do direito a serem livres de tortura e maus-tratos, e do direito à igualdade e não discriminação (United Nations Free & Equal, 2015, tradução minha).⁶

Desde 2015, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos aumentou seu trabalho sobre os direitos humanos de pessoas intersexo, quando reuniu peritos intersexo para identificar questões-chaves para a proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas intersexo (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2015). Em 2016, o Escritório emitiu declaração conjunta de peritos de direitos humanos regionais e globais para o fim de práticas danosas em pessoas intersexo e divulgou, em 2020, uma nota sobre as violações de direitos humanos contra pessoas intersexo (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2016; 2020). Em 2020 e 2021, um número crescente de Estados-membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas declarou compromisso conjunto na proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas intersexo (Austria, 2021; Netherlands, 2020).

Esses relativos avanços no ambiente internacional estão *pari passu* com uma crescente rede de atores trabalhando pela proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas intersexo em nível local, nacional e regional desde 1985⁷. Entretanto, Fausto-Sterling (2000) argumenta que uma série de mudanças sociais mais salientes esteve em curso desde 1993, quando a questão intersexo tornou-se um debate

⁵ No original: "What does 'intersex' mean? Intersex people are born with sex characteristics (including genitals, gonads and chromosome patterns) that do not fit typical binary notions of male or female bodies. Intersex is an umbrella term used to describe a wide range of natural bodily variations. In some cases, intersex traits are visible at birth while in others, they are not apparent until puberty. Some chromosomal intersex variations may not be physically apparent at all. According to experts, between 0.05% and 1.7% of the population is born with intersex traits – the upper estimate is similar to the number of red haired people. Being intersex relates to biological sex characteristics, and is distinct from a person's sexual orientation or gender identity. An intersex person may be straight, gay, lesbian, bisexual or asexual, and may identify as female, male, both or neither."

⁶ No original: "Because their bodies are seen as different, intersex children and adults are often stigmatized and subjected to multiple human rights violations, including violations of their rights to health and physical integrity, to be free from torture and ill-treatment, and to equality and non-discrimination."

⁷ O ano de 1985 é marcado pelo surgimento da antiga The Androgen Insensitivity Syndrome Support Group Australia (AISSGA), apontada como primeira organização intersexo da sociedade civil. Desde 2019, o nome atual da organização é Intersex Peer Support Australia (IPSA, 2021a-b).

proeminentemente público e seus significados foram tematizados, especialmente por meio do ativismo da *Intersex Society of North America* (ISNA), no contexto norte-americano.

O caso da ISNA é um dos exemplos mais comentado de ativismo intersexo na literatura. Sua meta mais imediata era criar uma comunidade de pessoas intersexo que pudesse prover apoio aos pares para lidar com a vergonha, estigma, luto e raiva bem como com questões práticas ligadas a obter registros médicos mais antigos ou localizar um psicoterapeuta ou endocrinologista amigável. Sua presença gerou bons resultados práticos, tendo ajudado a politizar um número crescente de organizações intersexo, bem como as próprias identidades intersexo (Chase, 1998). Nesta mesma esteira, Bo Laurent, ativista intersexo estadunidense, fundadora da ISNA, endereçou um discurso à *Lawson Wilkins Pediatric Endocrine Society* (LWPES), em maio do ano 2000. Piquetes foram articulados nas proximidades do evento e a ISNA emitiu um comunicado à imprensa intitulado *Hermaphrodites Target Kiddie Docs* (Fausto-Sterling, 2000).

A *Astraea Lesbian Foundation for Justice* (2016) realizou mapeamento global de organizações intersexo entre 1985 e 2014, um histórico que o relatório caracteriza como um crescente movimento pelo avanço dos direitos humanos de pessoas intersexo. Em geral, o estudo relata as emergentes mudanças levadas a cabo por ativistas, médicos e organizações da sociedade civil em matéria intersexo - de grupos de apoio a grupos de *advocacy*.

Esforços de pesquisa cada vez mais numerosos em todo o mundo têm dado conta do estudo de diversos casos de ativismo intersexo. A recuperação bibliográfica desta pesquisa identificou exemplos em alguns países no continente africano (Van Heerden, 2016), como na África do Sul (Thoreson, 2013); em Israel, onde Danon (2007) estudou a interação de ativistas intersexo na rede de políticas de saúde para bebês intersexo; as iniciativas da sociedade civil intersexo nos Estados Unidos (Chase, 1998); na Sérvia e Bósnia e Herzegovina onde estudos apontam uma tímida mas emergente sociedade civil em torno de questões intersexo e de variações do "sexo" no leste europeu (United Nations Development Program, 2018), e em outras partes da Europa (Surya *et al.*, 2020).

Em comum, essa emergente rede tem argumentado sobre a questão da autonomia corporal, do consentimento livre e esclarecido; dos direitos à identidade e à memória, à não-discriminação, à justiça e à reparação (Cabral, 2003; CdE *Droits de l'Homme et Personnes Intersexes*, 2015). Desse modo, alinha-se a vários setores de defesa de direitos: do direito à vida, à proteção contra tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, do direito à privacidade; do direito à saúde e dos direitos da criança (CdE

Droits de l'Homme et Personnes Intersexes, 2015). Os ativismos intersexo têm demandado, centralmente, a erradicação de cirurgias e outras práticas médicas de designação sexual sem consentimento. Tais práticas são, no mais das vezes, resultado da colaboração de uma equipe médica, às vezes multidisciplinar, e de responsáveis legais na decisão do "sexo" da/de/do recém-nascida/e/o (Pino, 2007). Além disso, o ativismo intersexo luta pela readequação das classificações médicas das variações das características do "sexo", por alterações na inscrição do "sexo" em registros oficiais; e pela facilitação dos processos em matéria de alteração legal de "sexo"/"gênero" (CDe Droits de l'homme et personnes intersexes, 2015).

No Brasil, Facchini (2020) identifica que há um campo público de debates sobre sexualidade e gênero em crescente consolidação desde o final dos anos 70 e, especialmente, nos governos petistas, com sua arquitetura participativa. A autora narra mudanças de enquadramentos do movimento, considerando as mudanças do acrônimo LGBTQIAPN+. No Brasil, é só a partir da metade dos anos 2010 que ocorre o aumento do acrônimo para a inclusão de sujeitos coletivos que não haviam sido mobilizados no país, entre eles, a população intersexo. Para Facchini (2020), a emergência da ABRAI, em 2018, marca o início da organização de pessoas intersexo no país. Entretanto, rastreando os processos ideacionais e interativos, como deve ficar mais claro na análise dos dados coletados e nos subsídios teóricos apanhados, a rede de ativismos intersexo está em processo de conformação desde 2006, com o lançamento da Organização Internacional Intersexual – Brasil, que encerra suas atividades em 2009. Um novo fôlego na rede de ativismos intersexo aparece depois de um hiato de cinco anos, a partir a idealização e criação da página Visibilidade Intersexo, entre dezembro/2014 e dezembro/2015, e do grupo Intersexos do Brasil, no *Facebook*, no final de 2015 (Associação Brasileira Intersexo, 2021e)

Em paralelo, desde 2016, as análises apontam, na política brasileira, para uma combinação de conservadorismo autoritário com neoliberalismo que desafia o projeto participativo em curso desde o início dos anos 2000 (Abers; Almeida, 2019), bem como para o fortalecimento das direitas, para as quais o impeachment de Dilma, em 2016, foi essencial (Dias; von Bülow, 2019). A síntese LGBTIfóbica altamente capilarizada no governo bolsonarista e nos legislativos estaduais e municipais (Stabile, 2019), bem como a pandemia de COVID-19 têm representado desafios adicionais, especialmente para os movimentos sociais e organizações da sociedade civil no campo intersexo, entre outras populações LGBTI+ (Pearce *et al.*, 2020; Oliveira, 2020; Carpenter, 2020). Para a rede de

atores LGBT no Brasil, a suspeição quanto à política institucional e àquele projeto participativo dos governos petistas, o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, redundaram numa profunda diversificação das formas de fazer ação coletiva no campo LGBT[I], inclusive na própria emergência dos sujeitos intersexo para a rede (Facchini, 2020).

De maneira mais abrangente, as redes de ativismos intersexo têm trabalhado modelos alternativos de socialização e políticas públicas para retificar o pressuposto equivocado e bem generalizado de que todo corpo tem uma verdade inata do dimorfismo perfeito do "sexo", a ser estabelecido coercitivamente na sua ausência (Butler, 2019b). Trata-se de uma rede de atores empenhados em contraditar um conjunto de outros atores e instituições que definem e promovem a intersexualidade como impossibilidade para o corpo alegadamente dimórfico quanto ao "sexo" e, nessas bases, submete os corpos intersexo a uma série de abusos e violações de seus direitos humanos.

Para Freitas e Machado (2020), a patologização das intersexualidades está envolvida numa rede complexa de atores, composta pelos manuais de doenças psiquiátricas, pelo Código Internacional de Doenças (CID), pela indústria farmacêutica, pelos exames e imagens, pelas agulhas e hormônios, pelas sociedades médicas e pelas políticas de Estado. No Brasil, algumas normas reguladoras tratam o tema da intersexualidade (Brasil, 2012; Conselho Federal de Medicina, 2003; Conselho Nacional de Justiça, 2021)⁸. Entretanto, ao contrário de identificar as intersexualidades como

⁸ Em razão do recorte temporal desta pesquisa, destaco apenas essas normativas. Por óbvio, não são as únicas ou as primeiras formas de regulação da intersexualidade no Brasil. A rigor, a regulação das variações das características do sexo ocorrem desde o início da colonização do Brasil. Essa constatação está em desacordo com o que propõem Dreger e Herndon (2009) quando dizem que a intersexualidade foi regulada, no Ocidente, apenas a partir do séc. XX. No século XVII, Claudiana da Natividade, uma jovem freira agostiniana de Bragança e pessoa intersexo, foi julgada e sentenciada até instância de apelação, em função de suas variações nas características sexuais (Vainfas, 2021). De modo semelhante, a intersexualidade, na economia do Brasil colonial, foi devidamente regulada conforme o melhor interesse da metrópole lusitana. No período colonial (1500-1822), a mentalidade metropolitana europeia tratou de distribuir a mesma verdade, amparado pela verdade do Evangelho. Yves d'Évreux ([1614] 2009), religioso e entomólogo francês, frade capuchinho que integrou expedição francesa ao Brasil Colônia narra, por entre sua *História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613-1614*, a execução de um indígena "hermafrodita" com "voz de mulher." D'Évreux narra que Tibira, pessoa indígena do povo Tupinambá, levado a um canhão na muralha do forte São Luís, foi amarrado pela cintura à boca da arma. Disparada a arma, "em presença de todos os principais, dos selvagens e dos franceses (...), imediatamente a bala dividiu o corpo em duas porções, caindo uma ao pé da muralha, e outra no mar, onde nunca mais foi encontrada" (D'Évreux, [1614] 2009). Um estudo das denúncias registradas nos *Cadernos do Promotor relativos a Minas Gerais*, do fundo da Inquisição de Lisboa, observou o caso de Manuel Rodrigues Pacheco, denunciado inicialmente em 1795 por sodomia. Durante averiguação, Manuel foi novamente denunciado, desta vez qualificado como "hermafrodito" e submetido a um exame de inspeção médica, realizado por dois cirurgiões na presença do juiz. Na vila vizinha de Ouro Preto, Francisco Xavier Braga também foi acusado de "hermafrodita em razão de nele prevalecer o sexo feminino" (Figueiredo, 2007; Resende; Januaria; Turchetti, 2011).

variação natural, a narrativa oficial das instituições argumenta que "o nascimento de crianças com sexo indeterminado [*sic*] é uma urgência biológica e social" (CFM, 2003) a ser imediatamente averiguada pela medicina.

A despeito do relativo sucesso de movimentos liderados por pessoas intersexo em inscrever tais violações e abusos de direitos humanos nos foros internacionais, diferentemente, no âmbito nacional, não há lei que proteja ou promova os direitos humanos de pessoas intersexo ou com variações das características do "sexo". Ao contrário, uma violenta eficácia performativa do regime endossexo tem obtido êxito em executar e ocultar os seus mecanismos de reprodução, à faca, na mesa de cirurgia ou na agulha. Assim, pessoas intersexo experimentam, ao limite, a violência em série⁹, massificada pelos protocolos sociomédicos de gerenciamento da intersexualidade (Gontijo, 2020; Machado, 2008). É esse campo de disputas práticas e ideacionais que delimita o meu problema de pesquisa e onde se situa o sujeito deste estudo, a rede de atores intersexo.

No próximo capítulo, busquei consolidar um conjunto teórico que colaborasse para a análise da ação política - do seu caráter interacional e ideacional, mais especificamente -, os processos corporais que, primeiro, originaram e ora têm instituído e definido as intersexualidades como um problema público, portanto, desafiando o modelo corrente endossexo¹⁰. Portanto, no capítulo seguinte, busquei destacar as chaves analíticas e elementos teóricos que colaborassem para a análise da intersexualidade e da ação política quando se trata de promover e proteger direitos humanos de pessoas intersexo. A literatura utilizada neste estudo foi organizada em dois conjuntos conforme área temática, como segue: (i) estudos intersexo e de gênero; (ii) estudos de movimentos sociais e ação política, com foco na abordagem pragmatista e nas teorias do institucionalismo discursivo/ideacional.

⁹ Para uma discussão mais detida sobre os processos de violência em série, desde uma perspectiva decolonial e feminista, ver trabalho de Daniela Gontijo (2020 [no prelo]. Tais processos de violência em série podem ser considerados, para usar o dizer de Daniela Gontijo (2021, [no prelo]; 2015), uma "máquina mimética" de modelização e repetição que estabelece os referentes de normalidade, inclusive normalidade corporal quanto ao sexo. Conforme recupera Gontijo (2021, [no prelo]), "a violência é expressiva do poder jurisdicional, e como toda linguagem, estabiliza-se e se reproduz com certo automatismo e invisibilidade" (Gontijo, no prelo, p.2)

¹⁰ Na definição da ILGA Europe (2020, tradução minha), "endossexo é um termo para as pessoas que não são intersexo". É o que também afirmam Vieira *et al.* (2021, p. 5) ao acompanharem "a produção de novas categorias políticas como "endossexo" para marcar pessoas que nascem de acordo com os modelos e as expectativas binárias estabilizadas pelas normas sociais em torno do sexo/gênero" (Costello, 2016; Bödeker, 2016).

Os quatro capítulos finais contêm um relatório da análise dos dados que coletei nesta pesquisa. Em permanente iteração com o debate teórico acumulado, apresento as principais tendências dos resultados empíricos do material documental e das entrevistas coletadas nesta pesquisa acerca das redes de ativismo intersexo no Brasil. O conjunto deste material foi analisado e os principais resultados desta análise estão organizados por recorte temporal. Apresento a análise dos dados da rede de ativismos intersexo no Brasil [2006-2021]. Inicialmente, apresento o contexto de emergência da rede intersexo no *blog* da Organização Internacional Intersexual - Brasil [2006-2009]. A seguir, discuto um novo ciclo de mobilização da rede intersexo, especialmente no *Facebook* [2013-2016]. Depois, verifico as ideias e prática da rede intersexo em um contexto turbulento [2016-2020], e, por fim, as mudanças das práticas e ideias dessa rede no contexto de crise sanitária da pandemia de COVID-19 [2020-2021].

Assim, este estudo analisa a conformação do ativismo intersexo no Brasil, por meio da identificação de suas práticas e ideias, e das noções de corpo nelas mobilizadas. Para isso, identifiquei os processos ideacionais e práticos que caracterizaram a mobilização política intersexo no Brasil, a partir de 2006, e descrevi as mudanças dessas ideias e práticas durante diferentes contextos, até 2021, enquanto caracterizei as noções de corpo mobilizadas ao longo desse recorte temporal.

1.1 Justificativa

Essa pesquisa justifica-se por um conjunto de mudanças fenomenológicas observadas no campo empírico das relações sociedade-Estado, percebidas inclusive na rede de atores LGBTI, especialmente se considerarmos o surgimento do sujeito intersexo para essa rede e seus agenciamentos em contextos de crise. As abordagens teóricas escolhidas - pragmática e ideacional - justificam-se exatamente pelo seu potencial para avaliar a conformação e as mudanças no caso da rede de ativismos intersexo, tendo como base analítica as suas práticas e ideias. A revisão dos estudos de gênero e intersexo colabora para uma especificação sobre o caráter corporal dessas práticas e ideias e para reforçar o imperativo de um debate ético, confiável e oportuno, baseado nos direitos humanos e em evidências científicas, acerca das intersexualidades e dos supostos sexuais do político. Desse modo, este estudo está amparado pelo diagnóstico da literatura quanto a uma série de omissões empíricas e teóricas na análise da ação coletiva no Brasil, em se tratando das mudanças de contextos e da diversificação de suas práticas e

ideias, ao longo do tempo. Tal diagnóstico é particularmente válido para os casos das redes LGBT e da emergência QIAP+.

O foco nos estudos da ação coletiva e nas redes de ativismo justifica-se pelas mudanças nas relações sociedade-Estado ocorridas ao longo da experiência democrática brasileira de participação política, inauguradas com a Constituição Federal de 1988. A escolha do sujeito de pesquisa reflete o processo ainda pouco examinado de formação e ação dos atores intersexo, bem como das práticas e ideias desses atores em direção à mudança social. Frente às insuficiências nas análises empírica e teórica desses atores, este estudo justifica-se especialmente pela crescente importância da complexa rede de atores coletivos envolvidos na temática intersexo que emergiram no campo LGBTI (Facchini, 2020; Freitas *et al.*, 2020; Vieira *et al.*, 2020).

A despeito de levantamentos nas últimas décadas, realizados por pessoas intersexo, grupos de *advocacy* e profissionais da saúde interessados, na avaliação de Harper (2007), as condições intersexo são ainda muito pouco discutidas, especialmente nos estudos empíricos da ação coletiva. O foco na mobilização do sujeito intersexo na ação política é ainda pouco explorado na literatura brasileira e os seus resultados para ação coletiva seguem inespecíficos. Nesse campo, desde o final dos anos 2010, o tema das intersexualidades tem ganhado crescente visibilidade na mídia e no ativismo (Machado, 2008, p. 20-21). O recorte temporal e sujeito de pesquisa sugeridos para o estudo estão justificados por tais mudanças no campo LGBTI e nas relações entre sociedade-Estado, bem como pela ocorrência de tais mudanças em contextos de turbulência, considerando as mudanças políticas e a emergência sanitária decorrente da pandemia de COVID-19.

Quanto à abordagem teórica, o foco nas práticas e ideias está justificado na agenda de pesquisa pragmática e ideacional que permite acomodar o sujeito desta pesquisa, ao passo que tematiza a agência coletiva situada em contexto de vulnerabilidades estruturais e permite avaliar, em chave relacional, as dicotomias da disciplina política e sobre as quais o político se assenta. Essas são dimensões não raro desconsideradas em análises racionalistas e estruturalistas da ação coletiva (Abers *et al.*, 2018). Ao agregar ao estudo das redes de ativismo a centralidade do corpo, um elemento saliente no debate intersexo e nos enquadramentos da rede LGBTI, a pesquisa visa fornecer um aprofundamento sobre a dimensão corpórea do agir coletivo. Ou seja, recupero um detalhamento sobre o caráter corpóreo dessas ideias e práticas, que busco compreender, aqui, desde o referencial butleriano sobre ação coletiva (2019d).

Já para os estudos de gênero, tal debate teórico acerca do corpo e das intersexualidades cumpre o papel de especificar um desafio disciplinar adicional aos feminismos estritamente essencialistas ou construtivistas, com consequências para a teoria política e para a sua crítica feminista no que se referem aos estudos da ação política. Essa especificação decorre da ênfase na interação complexa entre biologia e cultura apresentada pelos argumentos intersexo. Ao demonstrarem a rede de interdependências práticas e simbólicas que instituem o corpo sexuado, os estudos intersexo concedem aportes teóricos para um aprofundamento crítico das noções de natureza e identidade, caras às abordagens feministas exclusivamente pautadas em determinismos biológicos ou tão somente amparadas na construção voluntária.

Tomando o caso da rede de ativismos intersexo no Brasil, gostaria de contribuir para uma percepção renovada na Ciência Política sobre a ação política em questões de orientação sexual, identidade de gênero e variações das características do "sexo" (SOGIESC) que desse a devida atenção às emergentes questões intersexo. Considerando a diversidade dos desenvolvimentos da ação coletiva desse campo, sob a forma de diversos agenciamentos e ideias em variados dispositivos de ação coletiva, torna-se importante investigar empiricamente seus atores frente a regras e recursos, conforme orientam Abers *et al.* (2018).

Para a teoria política, este estudo tem o potencial de fornecer uma análise empírica de um caso de rede de ativismo, desde a perspectiva pragmática sobre a sociedade civil e a mudança social na esfera pública, bem como colocar o construtivismo ideacional/institucionalismo discursivo em contato com a prática dos atores e redes intersexo. Neste estudo, que objetiva consolidar uma análise exploratória sobre a rede de ativismos intersexo no Brasil, o tema da ação política em matéria de variações das características do "sexo" tratadas de maneira "desagregada" pode colaborar para um trato analítico específico desse campo emergente de disputas na sociedade civil sobre as questões intersexo, por meio da caracterização das suas ideias e ações. Este, portanto, é um esforço inicial para posicionar a intersexualidade como saber possível para a Ciência Política. Trata-se de um saber com especial potencial de verificar alguns princípios problemáticos sobre os quais o espaço público - com critérios sexuais específicos - se assenta, bem como caracterizar as iniciativas de rede de atores intersexo, demandando as mudanças necessárias para sua existência em público.

Andion *et al.* (2017), em sua avaliação sobre a sociedade civil na esfera pública desde uma perspectiva pragmática, assumem que a inovação social emerge em campos de

experiência em situações problemáticas. Na recuperação que trazem de Latour (2014 apud Andion *et al.*, p. 381, 2017; Berk *et al.*, 2013, p. 7) articulam uma justificativa central para a presente proposta de pesquisa, qual seja, a sugestão de que regras, experimentos, relatórios e convenções são informados pela política do dia a dia que deve ser considerada por uma agenda de pesquisa. Desse modo, sugere combinar uma cartografia de controvérsias e argumentos com o uso de métodos qualitativos de observação sistemática de experiências, as entrevistas semiestruturadas neste caso, discutidas em maior profundidade na seção metodológica deste estudo (Latour, 2014 apud Andion *et al.*, 2017).

Andion *et al.* (2017) indicam, portanto, orientar a pesquisa ao acompanhamento das experiências dos atores visando ao entendimento de processos de emergência e difusão das inovações sociais, como e por que ela ocorre, e com quais consequências. Nesse sentido, torna-se igualmente necessário reconectar os processos de criatividade e inovação com a mudança social: temáticas ainda pouco apreciadas pelos estudos centrados na análise racional ou estrutural da ação, predominantes na disciplina política. Tais inovações podem contribuir sobremaneira para a caracterização do contexto empírico especificado nesta proposta de pesquisa.

Sobre a emergente rede intersexo e a rede LGBTI, a literatura argumenta sobre constantes mudanças nos repertórios¹¹ e enquadramentos dos movimentos nesse campo temático, bem como nas políticas públicas relacionadas (Facchini, 2020). Os aprofundamentos analíticos apresentados em Abers *et al.* (2018) apontam persistentes reconfigurações do contexto, isto é, das relações entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro ao longo das últimas quatro décadas, com resultados importantes tanto para a organização e atuação dos movimentos quanto para a formulação e implementação de políticas públicas. Em seguimento a essa análise, argumentam sobre a justa necessidade de desenvolver e aprimorar ferramentas analíticas que viabilizem a descrição e a compreensão dos processos de mudança ao longo do tempo em campos temáticos específicos, acusando ausências na reflexão sistemática sobre interações e mudanças dos movimentos sociais na agenda de pesquisa sobre ação coletiva.

¹¹ Na formulação mais acabada, repertório remete a: um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, eles [os atores] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Abers, Almeida, von Bülow, 2023)

Seguindo tais argumentos, o foco no caso dos ativismos intersexo atende à sugestão da agenda de pesquisa aberta pelos estudos intersexo, para qual é preciso tirar da imobilidade, situar e historicizar a intersexualidade em termos práticos e lógicos, bem como desinstrumentalizá-la como exemplo raro e estratégico. Não o fazer envolve o risco de reiterar e participar tacitamente na produção de um tipo de "excepcionalismo do extraordinário" que redundaria na formação de um objeto como nenhum outro, uma exceção sem a qual a regra opera perfeitamente (Rubin, 2017; Holmes, 2009). Trazer tal objeto à apreciação da disciplina política justifica-se, assim, pelo argumento da natureza relacional e interdependente das teias sexo-gênero-desejo e seu caráter eminentemente político. Nessas complexas teias políticas, redes de atores têm agido politicamente no sentido de identificar e especificar as desigualdades que delas decorrem, sendo a rede intersexo um caso. Enfim, este estudo justifica-se pela responsabilidade ética das ciências em incluir sujeitos de pesquisa persistentemente invisibilizados por formas de imperialismo epistemológico e metodológico. Da minha perspectiva, o foco na rede intersexo pode exemplificar um caso de ação coletiva desconhecido da disciplina política e, em matéria de intersexualidades, pode tematizar uma dimensão política problemática seja das ciências, da sociedade ou do Estado. Esperando contribuir para este fim, sigo a agenda de pesquisa para a qual "Aprender da história intersexo é um processo de desapredizagem", no sentido de apoiar uma ética que preserve" as pessoas sexo-diversas (Rubin, 2017). Tal esforço é parte importante das minhas justificativas e motivações, e é para a realização desse propósito ético que espero contribuir.

1.2 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é analisar a conformação do ativismo intersexo no Brasil, por meio da identificação de suas práticas e ideias, e das noções de corpo nelas mobilizadas, no contexto entre 2006-2021.

1.3 Objetivos específicos

Meus objetivos específicos são quatro, nomeadamente,

(i) identificar, descrever e analisar os processos ideacionais e práticos que caracterizam a mobilização política intersexo no Brasil, a partir de 2006

(ii) identificar, descrever e analisar as ideias e as práticas dos atores da rede de ativismo intersexo e suas mudanças durante contextos turbulentos entre 2016 e 2018;

(iii) identificar, descrever e analisar as ideias e práticas da rede intersexo e suas mudanças em relação ao contexto da crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 entre 2020 e 2021;

(iv) identificar, descrever e analisar as noções de corpo mobilizadas nas ideias e práticas da rede intersexo no Brasil entre 2006-2021

1.4. Metodologia

1.4.1 Desenho de pesquisa

Esta é uma pesquisa pautada na metodologia qualitativa exploratória. Trata-se de um estudo de caso de uma rede de ativismo intersexo, portanto de um campo de interação sociedade-Estado em se tratando de diversidade do "sexo". Com estratégia narrativa e interpretativa (Yin, 2014; Flyvberg, 2006), essa pesquisa se baseia em um estudo de caso da rede intersexo no Brasil, no período de 2006 a 2020, utilizando técnicas de entrevistas semiestruturadas e análise documental, especialmente de documentos disponibilizados *online*.

Para Ragin e Becker (2009 [1992]), o critério central de seleção de caso é a diversidade e originalidade. A sistemática ausência de estudos de caso sobre ativismos intersexo no Brasil tanto reflete a emergência recente do movimento quanto repercute a falta de literatura capaz de especificá-lo a princípio, sendo importante avaliar a saliência das categorias no campo conforme elas emergem por meio dos atores (Ragin, 2009 [1992]).

Para fins mais específicos, trata-se de um caso da rede de ativismo intersexo, no Brasil, situada no campo LGBTI, com base nas disputas ideacionais e processos interacionais que articula no agenciamento de um problema público, em contextos de crise política e sanitária. O desenho aqui adotado é interpretativo e descritivo de um caso exemplar de ativismo intersexo, focando a ocorrência da rede no Brasil.

Pela adoção do estudo de caso da rede de ativismos intersexo, pretendo fornecer conhecimento centrado no contexto e na experiência. A diversidade de níveis de análise permitida pelos estudos de caso viabiliza tal aprofundamento sobre a rede (Ragin, 2009 [1992]). Estudando o caso da rede de ativismos intersexo, entre 2006 e 2021, este estudo de caso está delimitado temporal e analiticamente, sendo sistemático e específico o bastante. A seleção do caso da rede de ativismos intersexo deve-se à necessidade de aprender sobre um caso particular - *intrinsic case study*. Nesses termos, a rede intersexo

no Brasil é um fenômeno pré-selecionado, interessando-me conhecê-lo em profundidade (Stake, 1995).

Em se tratando do estudo de caso de uma rede de atores, essa postura abrangente refletiu a inclusão de uma multiplicidade de tipos de agrupamentos e de diferentes modalidades de ação coletiva na agenda desta pesquisa. Tomando como ponto de partida a rede de atores, foi possível enfatizar a permeabilidade das fronteiras entre Estado e sociedade, desfazendo a dicotomia dentro *x* fora; institucional *x* extrainstitucional. Desse modo, não defini formas paradigmáticas de ação coletiva ou seu lugar devido, mas tratei de abarcar diferentes atores envolvidos na ação coletiva em rede quando se trata de promover e proteger direitos de pessoas intersexo. Na prática, isso refletiu a tomada de sujeitos de pesquisa muito diversos.

Para essa pesquisa, escutei organizações internacionais; organizações não-governamentais, associações; setoriais de associações; coletivos; observatórios; comissões de advogados; mandatos legislativos; paradas; caminhadas; institutos; grupos de estudo e de pesquisa; núcleos médicos; ambulatórios; associações profissionais; comitês técnicos; grupos de trabalho, e ativistas e artvistas independentes.¹² Conforme primeiro critério de Flyvbjerg (2006), para seleção de estudos de caso, a rede de ativismos é uma unidade de análise que permite maximizar o que podemos saber a respeito do ativismo intersexo, na medida em que reúne um conjunto de atores, sem delimitar *a priori* suas fronteiras ou formas.

Quanto à seleção do caso da rede intersexo, desagregar a análise da rede intersexo está no seio de um apontamento fenomenológico da literatura sobre a diversificação dos sujeitos políticos no campo LGBTQIAPN+. Se, por um lado, a pecha de "identitarismos" tem sido atribuída à multiplicação desses sujeitos, uma abordagem de caráter mais ético, confiável e oportuno parece estar na constatação de que novas formas de identificação estão necessariamente vinculadas às experiências nas formas como o poder e os recursos circulam, ativando formas de nomear e agir sobre determinado aspecto problemático.

O foco na experiência prática, portanto, está na trilha da compreensão de Facchini (2020) sobre o surgimento de novos sujeitos para o campo LGBT no Brasil, requerendo o reconhecimento da sua intrínseca diversidade. Por meio dessa seleção da rede de ativismos intersexo no Brasil, pretendo reunir um caso que é típico e ao mesmo tempo

¹² Uma lista especificada dos respondentes está no Relatório Parcial de Coleta de Dados, na seção metodológica.

exemplar de uma emergente sociedade civil pela proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas intersexo em todo o mundo.

Já a escolha do caso brasileiro refletiu não somente a saliência teórica dessa diversificação dos atores LGBTQIAPN+ no Brasil, mas também os apontamentos mais gerais da literatura de movimentos sociais sobre as mudanças nas formas e condições de engajamento nas relações sociedade-Estado, ao longo dos últimos 30 anos de experimentação democrática e nos contextos de crise política e sanitária.

O estudo de caso é método necessário e suficiente para certas tarefas na Ciências Sociais. Como recorda Flybjerg (2006), estudos de caso podem ajudar a remediar a situação de ausência de produção sistemática de exemplares em uma disciplina. Como discuti na introdução, a rede de atores intersexo é um fenômeno em curso desde 1985, mas, no Brasil, sua ocorrência é ainda recente. No Brasil, os ativismos intersexo são um campo emergente (Maguire *et al.*, 2004) de disputas, diferem, portanto, dos campos maduros de políticas públicas ou de movimentos sociais consolidados ao longo do tempo. A emergência relativamente recente do ativismo intersexo no Brasil reflete um caso ainda praticamente não documentado e sub-teorizado no país. Trata-se de um processo ainda pouco examinado de formação e informação dos atores, especialmente considerando o caráter contingente e emergente das políticas públicas do campo.

Conforme lembra Flybjerg (2006), casos podem ser extremos, paradigmáticos, críticos, inclusive tudo isso ao mesmo tempo. Casos podem ser típicos, exemplares ou extremos; ou teoricamente decisivos (Ragin, 2009 [1992]). Da minha perspectiva, este estudo do caso da rede de ativismos intersexo no Brasil entre 2006 e 2021 tem o potencial de exemplificar os processos de mudança ocorridos ao longo do tempo no campo temático LGBTI, por meio do foco nas interações e ideias de um subcampo de ação coletiva, a rede intersexo. Considerando os agenciamentos da rede intersexo em contexto de crise, sua análise empírica pode resultar um caso paradigmático e representativo para as teorias de movimentos sociais e estudos da ação filiados às abordagens pragmatista e ideacional.

O desenho de pesquisa permitiu a ênfase na interpretação pelo meu posicionamento como pesquisadora e intérprete do campo para observar o funcionamento do caso. A proximidade com este caso permite registrar "o que ocorre ao mesmo tempo que examina seu significado e redireciona a observação para refinar ou substanciar esses significados" (Flybjerg, 2006). Selecionando a rede de ativismos intersexo como sujeito de análise deste caso, objetivo analisar suas percepções e compreensões, sendo possível

"preservar as múltiplas realidades; as diferentes e até mesmo contraditórias visões do que está ocorrendo" (Flyvbjerg, 2006).

1.4.2 Estudo de caso: narrar, descrever, interpretar e visibilizar

Flyvbjerg, em *Case-Study Research Misunderstandings* (2006, p. 237), avalia que os estudos de caso têm substantivo elemento narrativo. Na avaliação de Chase (2005, p. 5656 apud Chase, 2018) a narrativa é uma forma de discurso de atribuição retrospectiva de significados com o objetivo de ordenar a experiência do passado e organizar eventos e objetos significativos, bem como suas consequências no tempo. A narrativa é, conforme recuperação de Chase (2018), socialmente situada. Uma versão institucional das narrativas expressa "quem *nós* somos, o que fazemos, onde estivemos, onde vamos e porque" (Chase, 2018). Espera-se que essas narrativas expressem complexidades, contradições e particularidades problemáticas comuns da vida real fora da lógica sumária das fórmulas científicas de abordagem populacional, seus pressupostos gerais e as regras teóricas tomadas *a priori* (Ragin, 2009 [1992]).

No dizer de Ragin (2009 [1992]), a história do caso já é um resultado em si, uma realidade virtual. O foco no caso da rede de ativismos intersexo permitiu tomar práticas e ideias representativas e típicas do ativismo intersexo, bem como caracterizar essa história nos contextos selecionados para análise. O estudo de caso da rede de ativismos intersexo com abordagem narrativa teve o potencial de fornecer descrições e interpretações dos fenômenos políticos vivenciados pelos seus participantes na sua interação com as mudanças de contextos ao longo do tempo. A abordagem centrada no caso - diferente daquela centrada nas variáveis - dedica-se com frequência a um esforço narrativo, melhor elaborando temas como ação e agência segundo as próprias convenções mundanas e seus usos (Abbot, 1992 apud Chase, 2018).

Este estudo de caso trata-se também da tentativa de descrever fenomenologicamente o ativismo intersexo no Brasil, fornecendo um registro detalhado da rede conforme nas descrições dela mesma. Em se tratando de um caso pouco descrito, os resultados dessa pesquisa foram fontes de inovação para a disciplina (Flyvbjerg, 2006, p. 227), ao mesmo tempo que concedeu visibilidade a um caso marginalizado e excluído da apreciação empírica dentro da Ciência Política. Como lembra Schwandt e Gates (2018), um caso singular pode ser selecionado simplesmente por não ter sido contemplado em esforços de pesquisa anteriores; dada sua ocorrência única; ou até mesmo porque é um tipo comum ou indistinto.

A orientação interpretativa do estudo de caso coaduna com estudos narrativos na avaliação de casos únicos, concedendo especial atenção à experiência vivida e descrevendo como as práticas sociais se conectam com as estruturas e processos macrossociais (Schwandt; Gates, 2018). *Queered case studies* (Plummer, 2005 apud Denzin; Lincoln, 2018) apresenta-se como metodologia crítica de engajamento com os estudos de caso, mantendo alerta vigilante para as análises institucionais e históricas que exploram as variedades de opressão entre identidades de gênero e sexuais. Tal perspectiva sobre os estudos de caso contribui criticamente para a avaliação e desenvolvimento de conceitos sem retornar a um conjunto convencional e validado de conhecimentos, baseados na distância e imparcialidade da pessoa pesquisadora (Kincheloe *et al.*, 2018). Essa ferramenta, portanto, foi instrumental para aprofundar os aportes para a teoria política e sua crítica feminista elaborados na ação coletiva intersexo, ao mesmo tempo que concede visibilidade à diversidade do fenômeno por meio do foco em uma rede de ativismos do campo.

1.4.3 Aspectos gerais da coleta de dados

Inicialmente, a coleta de dados envolveu a compilação de documentos da rede de atores envolvidos na temática intersexo, como notas técnicas; declarações conjuntas; relatórios de conferências e outros encontros; materiais gráficos e textuais de mídias sociais; documentos e normativas oficiais. Essa foi uma lista de formas que permaneceu em aberto no processo de investigação deste estudo e foi complementada durante a análise dos dados quando relevante. Os arquivos gerados pelos próprios movimentos incluem material *online* e impresso, panfletos, cartilhas, jornais, frequentemente dispersos e fragmentados, refletindo a precariedade dos arquivos (Della Porta, 2014). Para os fins desta pesquisa, consultei *blogs*, *sites* e redes sociais, onde coletei um conjunto de documentos incluídos na análise de dados.

Em razão da natureza informal e fragmentada dos movimentos sociais - ainda mais verdadeira no caso das redes intersexo -, as evidências documentais são restritas. Desse modo, além de coleta documental *online*, os dados primários foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas. Dois instrumentos de pesquisa¹³ foram desenvolvidos, considerando o público de (i) ativistas intersexo e (ii) pessoas com restrições de declaração pública, funcionárias/es/os de organizações internacionais. As entrevistas

¹³ Anexos II e III.

foram conduzidas entre 13 de maio e 06 de outubro de 2021, perfazendo o número total de 18 unidades ($n=18$).

Quanto ao campo e as ferramentas técnicas, as entrevistas ocorreram no campo digital, por meio de ferramentas técnicas como o Zoom®, para as videochamadas, e o DocuSign®,¹⁴ para coleta das assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e sua distribuição às partes. No caso das entrevistas que não conservei anônimas no decorrer da análise dos dados, eu obtive a autorização expressa dos respondentes para publicizar seus nomes. A amostragem de respondentes foi feita considerando a centralidade e diversidade dos atores da rede, bem como as recomendações e indicações de respondentes coletadas a cada entrevista por meio de técnica de bola de neve.

Quanto às precauções éticas adotadas, este estudo está no âmbito da pesquisa *Movimentos sociais no sistema político brasileiro*, sob responsabilidade de Debora Rezende de Almeida, Marisa von Bülow e Rebecca Abers, do Instituto de Ciência Política, subsidiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), com parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH-UnB). O consentimento livre e esclarecido dos sujeitos humanos envolvidos na pesquisa - as pessoas entrevistadas - foi coletado pelo termo [Anexo IV]. Os dados coletados estão armazenados em nuvem Google Drive®, com o acesso restrito tão somente às professoras responsáveis.

1.4.4 Instrumentos de pesquisa

O questionário n. 1 está dividido em três blocos, conforme segue: (i) Engajamento e interações, voltado para contextualização da pessoa respondente e avaliação da conformação da rede intersexo em termos práticos e interativos; (ii) Crise, com foco nas percepções e ideias sobre contexto, desafios e agenciamentos; e (iii) Pandemia, com foco nas percepções sobre o contexto de crise sanitária para a rede intersexo, nas mudanças nas ideias e práticas.

O questionário n. 2 está estruturado em três blocos, nomeadamente: (i) Agendamento e colaboração com as redes, para conhecer a atuação das pessoas e organizações e para contextualização geral das interações com a rede de ativismos intersexo; (ii) Desafios e possibilidades no contexto internacional, para provocações sobre

¹⁴ Seguindo as recomendações éticas, a plataforma de assinaturas digitais DocuSign® encaminha uma cópia do documento final assinado às partes.

interações e ideias da pauta intersexo no contexto internacional; e, por fim, um bloco sobre *(iii)* Pandemia, com destaque para a questão intersexo neste contexto.

Para o desenvolvimento e revisão dos instrumentos de pesquisa, contei com a solidária colaboração de colegas e professoras do grupo de pesquisa Repensando as Relações entre Estado e Sociedade (RESOCIE)¹⁵, em função da vinculação deste estudo à pesquisa *Movimentos sociais no sistema político brasileiro*. Com base em técnicas de pesquisa comunitária, o instrumento de pesquisa preliminar também contou com as sugestões solidárias de ativistas trans e intersexo.

1.4.5 Linguagem e terminologia

Pessoas intersexo são também chamadas *(i)* pessoas com traços intersexo; *(ii)* pessoas com diferenças das características do sexo; *(iii)* pessoas com desordens do desenvolvimento do sexo (DDS); *(iv)* pessoas hermafroditas e *(v)* pessoas com variações congênicas das características sexuais, entre outras.¹⁶ Cada uma dessas terminologias está associada a fontes específicas de caracterizar as variações das características do "sexo" de maneira conforme. Dizer sobre uma rede intersexo é necessariamente dizer sobre uma amostra menor e mais restrita em relação ao conjunto de atores envolvidos nos temas de variações das características do "sexo".

A escolha da terminologia intersexo, aqui, não trata de excluir as demais terminologias. Ao contrário, fosse possível a esta pesquisa, a inclusão e adoção das terminologias mais abrangentes seria o ideal, especialmente considerando o baixo nível de consciência pública sobre as intersexualidades. Caso comum na nossa sociedade é que uma pessoa saiba o que é hermafroditismo, mas não saiba do que se trata a intersexualidade.

No entanto, como espero ter deixado claro na delimitação do tema, o objeto desta pesquisa é o conjunto de atores nomeados intersexo, e, por isso, filiados a uma abordagem específica sobre variações das características do "sexo", em geral, baseada nos direitos humanos. Seria razoável dizer que a escolha terminológica por "intersexo" é um enquadramento em si. Trata-se de uma categoria em emergência no espaço público, sobre a qual pretendo debruçar-me nessas linhas. Como lembra Machado (2008), o termo intersexo "foi apropriado por ativistas políticos engajados na luta pelo fim das cirurgias

¹⁵ www.resocie.org

¹⁶ Consolidei uma lista das condições intersexo, conforme terminologia médica, com base em Silva (2018). Ver Anexo V ou acessar [aqui](#).

precoces “corretoras” dos genitais ditos “ambíguos”, e diz respeito a uma contestação direta às outras terminologias médicas, que, para esses atores, são responsáveis pela patologização da intersexualidade. Como no dizer de Machado (2008), o campo ativista nomeado intersexo não desconhece dessas outras terminologias e mantém relações com as mesmas, ora de maneira a abrangê-las, ora de maneira crítica. É nesse sentido que a intersexo é um enquadramento de atores sobre a questão das variações do "sexo", resultando em uma forma específica de definir o problema/a causa, com consequências específicas para as formas de ação.¹⁷

Preves (2005 p. 262 apud Davis, 2015) reconhece que o significado da intersexualidade é altamente politizado, contestado em tensões nos processos de alinhamento e enquadramento de ativistas e movimentos intersexo. Nas suas palavras:

As is true with other social movements, there is a diversity of groups within the intersex movement and not all agree on the goals or methods of making change. In fact, there has been considerable tension between intersex activists about the objectives and tactics of the movement, including how best to frame intersex to be most attractive to potential movement recruits and supporters. As the number of intersex groups, voices, and opinions proliferated, struggles over the methods and very purpose of the movement ensued. *The very definition of what it means to be intersexed is politicized, contested, and fraught with conflict, as is the objective of such mobilization. Such tensions are a predictable element of frame alignment processes, indeed because individuals and groups bring competing ideologies to their interactions with one another.* (Preves, 2005, p. 262 apud Davis, 2015, ênfase minha)

Quanto aos acrônimos usados na pesquisa para referir-me às redes de atores, cabe uma especificação. No mais das vezes, indiquei os enquadramentos específicos claramente demarcados nas siglas - por exemplo, MHB, GLS, LGBT, LGBTI, LGBTQIAPN+; QIAPN+, etc. Esta indicação é particularmente relevante na minha análise desagregada de redes marcadas pela sua diversidade temática e de atores. Isso será particularmente relevante para entender as contestações ideacionais e as rotinas de práticas no interior das redes, que não são de modo nenhum homogêneas, assim como para tratar analiticamente estas formas de nomear as redes como modos deliberados e em permanente disputa pelos atores. Como aparece nos apontamentos teóricos e na análise dos dados que apresento à frente, este cuidado com a linguagem foi uma forma instrumental para abordar a questão intersexo, cuja rede de ativismos aponta para as exclusões constitutivas dos atos demarcatórios na nomeação e reconhecimento dos atores políticos.

¹⁷ São comuns as formas associativas baseadas em outras terminologias. Dois exemplos são o Grupo Klinefelter Brasil XXY (2021) e o Grupo de Apoio a Mulheres com Síndrome de Turner (GAMT, 2021) que, embora tratem das variações das características do sexo, não usam a terminologia intersexo.

1.4.6 Aspectos gerais da análise de dados

A análise dos dados coletados nas entrevistas e nos documentos foi baseada na técnica de núcleos de significação, conforme descrita por Aguiar *et al.* (2006). Esta técnica investigativa está situada dentro de uma abordagem sociohistórica, na qual os significados elaborados pelos atores em torno de suas práticas e ideias foram colhidos por meio de entrevistas suficientemente amplas. Em alguns casos, as pessoas entrevistadas foram posteriormente consultadas para eliminar dúvidas, aprofundar posições e adicionar reflexões sobre o assunto. O contato permanente com um número de pessoas entrevistadas fez parte do meu cotidiano acadêmico-militante e contribuiu sobremaneira para detalhar os resultados deste estudo.

Aguiar *et al.* (2006) recomendam conduzir um plano de observação por todo o processo de entrevistas e coleta de documentos. Segui essa diretriz durante a coleta de dados por meio de notas esquematizadas conforme resposta por item. Na sequência, conforme recomendam Aguiar *et al.* (2006), eu procedi a uma leitura flutuante dos transcritos e dos arquivos documentais para capturar elementos verbais e não-verbais com o potencial de detalhar, complementar e associar os discursos e as ações que estão no escopo desta investigação.

Ao longo da leitura de narrativas marcadas pela sua extrema diversidade, eu destaquei e tomei nota de um número de pré-indicadores com foco nos objetivos deste estudo. Selecionei as performances políticas como as unidades de análises. Desse modo, busquei identificar, nos dados, discursos sobre (i) o corpo; (ii) contexto, tempo, espaço, lugar; (iii) ideias, palavras, roteiro, discurso, voz e (iv) práticas, trabalho performativo (Rai, 2015). Com este foco na busca por componentes das *performances políticas* nos dados coletados, desenvolvi pré-indicadores¹⁸ e núcleos de significação¹⁹ manualmente, em uma tabela, para classificar e rotular essas unidades, por meio de codificação aberta. À medida que avançava na análise, ajustei e refinei os códigos dos pré-indicadores e dos núcleos de significação, adicionando novos conforme a necessidade.

Além das noções de corpo, ideias e práticas, busquei descrições do contexto nas unidades de análise para atribuir temporalidades aos 'núcleos de significação,' o que contribuiu significativamente para a construção e organização da narração e interpretação

¹⁸ Os pré-indicadores foram sumarizados no relatório preliminar de análise dos dados que apresentei na qualificação do projeto desta pesquisa (Anexo 1).

¹⁹ O sumário dos núcleos de significação da análise final dos dados desta pesquisa está copiado no Anexo 6.

da rede de ativismos intersexo, com base nos marcos temporais em suas próprias percepções das mudanças contextuais. Sempre que possível, busquei justapor diferentes fontes de dados, incorporar novos documentos e consultar entrevistados, a fim de validar as categorias e a análise.

O processo de codificação dos 'pré-indicadores' foi resumido no relatório preliminar de análise de dados, apresentado durante a qualificação do projeto desta pesquisa (ver Anexo 1). O resumo dos 'núcleos de significação' da análise final dos dados deste estudo está disponível no quadro-resumo da análise de dados, na seção seguinte.

Além das evidências documentais, os novos dados obtidos por meio das técnicas de análise do conteúdo das entrevistas com os atores deram a esta pesquisa o principal aporte para elaborar, recontextualizar ou mesmo desafiar o entendimento prévio das poucas fontes documentais (Bosi; Reiter, 2014). As técnicas de coleta e análise dos dados adotadas neste estudo têm sido particularmente promovidas para acessar vozes subalternas, excluídas de registros históricos por motivos políticos, geográficos, de classe, permitindo a análise de sua agência em permanente interação com os registros tradicionais de seus contextos (Bosi; Reiter, 2014). Aqui, elas cumpriram este mesmo propósito, em se tratando da escassez de registros sobre a rede de atores intersexo.

Tratei de dar voz às contradições e à diversidade de interpretações contidas nos relatos e nos documentos como parte constitutiva das intensas disputas ideacionais e práticas dentro da rede conforme a percepção dos próprios atores. (Aguilar, Ozella, 2006). Como modo de remediar as questões de validade e confiabilidade, sempre que possível, incluí a triangulação dos relatos coletados e das diferentes fontes de dados documentais a fim de detalhar e verificar informações relevantes para responder à pergunta desta pesquisa.

1.4.7 Quadro-resumo da análise dos dados

Lista de pré-indicadores e núcleos de significação

[Aguiar; Ozella, 2006]

	Pré-indicadores	Núcleos de Significação
2006-2009	"Local" de "Comunhão" hermafroditas, pseudo-hermafroditas, intersexo e intergênero Rede Internacional da OII: ramificações em todo o mundo Dra. Waléria Torres Blog: infraestrutura <i>online</i>	Organização Internacional Intersexual em língua portuguesa
	"A sexologia no Brasil está em crise" Desencaixar: desinstitucionalização acadêmica Isolamento nos círculos de profissionais da saúde <i>Journal Intersexual</i> Simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil	Crise da política intersexo no Brasil
	Hiato 2007-2008 Novo contexto: mudanças Recrutamento de pessoas intersexo Colaboração com profissionais da saúde Terminologia "Variações do Desenvolvimento do Sexo" Ideias e agenciamentos na rede OII, APA, OMS, WPATH e WGC A controvérsia Ken Zucker	Revitalização e Despatologização
2013-2016	Desconhecimento Hermafrodita Patologização Problema de saúde Má-formação Médicos Doença Distúrbios do Desenvolvimento do Sexo Negociações com as terminologias médicas - Diferenças do Desenvolvimento do Sexo	Linguagem e terminologia
	Falta de informação Crescente politização 2010's Fase "a gente existe" - não era focado na conversa com o poder público Sai do lugar privado de doença para virar uma violência injusta e inaceitável	Problematização pública
	Grupo e página no Facebook Pesquisas Aprender-ensinar Conversa com pares Reunir atores dispersos Redes de solidariedade Procurar agulha no palheiro Protagonismo na produção do conteúdo sobre si Interação com novas ideias sobre variações das características sexuais Compartilhar o aprendizado Sustentar relações interpessoais	Pedagogias comunitárias online

	<p>Conselhos e conferências: moção de repúdio Conflation sexo-gênero Tensão/Resistência com os movimentos trans - biologia Queremos estar na sigla? Invisibilidades I nos diálogos socioestatais Demanda de organização formal para reconhecimento LGBT norte e nordeste em defesa da inclusão intersexo Disputa ideacional intersexo sobre as operações de exclusão: mostrar a porta aberta Menor tensão com os atores que têm inserção internacional ONU Livres e Iguais SSex Box Protagonismos LGT Transversalizar I no LGBT</p>	Interações com a rede LGBT
2017-2019	<p>Saberes comunitários Relatos pessoais Corpo/Emoções Alianças Seminário do Congresso 2018 Grupo Arco-íris - Parada LGBTI de RJ 2018 Setorial Aliança +++ exemplos Diversificação dos atores (setoriais, organizações, etc.) “dívida histórica” da rede LGBT</p>	Emergências QIAPN+
	<p>Intersexo à margem há 500 anos Interpretações sobre o contexto de turbulência: é crise? Fim da normalidade democrática Projeto conservador autoritário Temporalidades diferentes do mov intersexo Movimentos LGBT progressistas se afastaram do Estado Rede intersexo manteve progressista mas conversando com o Estado/direitas Desconhecimento das direitas Crise como contexto regular Interseccionalidades Diversidade de avaliações sobre crise Abertura para os enquadramentos LGBTQIAPN+ 2016 – considerando o golpe de Dilma, o assassinato de Marielle e a eleição de Jair – Causalidade/responsabilidade Legislativo local Interação com o judiciário</p>	Contexto turbulento
	<p>ABRAI, tentativa de fundação em 2018; fundação efetiva em 2020 por pessoas endossexo e intersexo Protagonismos endossexo nas elites militantes Saída da primeira geração para o ativismo independente Protagonismos de mães de pessoas intersexo Sexo vs. Saúde da criança Geração adultos - geração mães Academia; fóruns e encontros -</p>	Endoalianças
2020-2021	<p>Desafios programáticos e de gerenciamento Aprender novas formas de mobilização Conselho popular Legislativo - 2 candidaturas intersexo Judiciário - OAB e CNJ; litígio estratégico; advogados aliados IPs estaduais e municipais Fundos e organizações internacionais - parcerias CFM e sistema ONU no Brasil Retorno crítico ao uso das mídias digitais marchas, webinários, cursos e festivais artísticos via transmissão ao vivo nas mídias sociais Tik Tok Pix Day - crise econômica Adaptação de espaços <i>offline</i> para <i>online</i> Acessibilidade digital Alianças com advogados e médicos para garantir serviços de apoio emergenciais na pandemia</p>	Práticas na crise sanitária

1.4.8 Limites do estudo

São dois os limites que identifiquei deste estudo:

- (i) Quanto à amostragem. A pesquisa considerou a centralidade e diversidade de atores da rede e não atendeu a critérios probabilísticos e estatísticos. Desse modo, os perfis sociodemográficos das pessoas entrevistadas resultaram relativamente homogêneos, especialmente quanto à escolarização e distribuição regional, apesar dos esforços para equilibrar a amostragem.
- (ii) Quanto à acessibilidade digital. A pesquisa de campo ocorreu no espaço *on-line*. Em se tratando de pessoas intersexo, um grupo minoritário altamente vulnerabilizado, e ainda mais suscetível a abusos e violações de seus direitos humanos no contexto de crise sanitária, houve dificuldade em contactar certos atores, especialmente por questões de acessibilidade digital.

1.4.9 Riscos

Três riscos principais foram identificados para esta pesquisa:

- (i) Risco de gatilhos emocionais. Por envolver questões corporais e de saúde, a pesquisa correu o risco de acessar diagnósticos clínicos patologizantes e experiências de abuso e violações de direitos humanos. Desse modo, o tema provoca memórias de trauma, estigma e discriminação que podem resultar em gatilho emocional para os sujeitos humanos envolvidos na pesquisa;
- (ii) Risco de exposição²⁰. Embora mitigados por meio da adoção de todos os procedimentos éticos cabíveis, segue arriscado para os atores revelar publicamente suas características sexuais ou seu alinhamento à causa. Considerando que as pessoas

²⁰ Butler (2019d, p. 39-40) discute os problemas da hipervisibilidade como um dilema tanto ético quanto prático. Em sua síntese, "todo ativista tem que negociar quanta exposição e de que modo é necessária para alcançar seus objetivos políticos" em uma "negociação entre necessidade de proteção e exigência de correr riscos público".

- respondentes foram consultadas por meio *on-line*, é comum que a coleta de dados tenha ocorrido de dentro das casas das pessoas entrevistadas, onde convivem com familiares, amigos e vizinhos. O risco de exposição neste ambiente não pode ser controlado e representa risco de exposição aos sujeitos humanos entrevistados.
- (iii) Risco de uso indevido dos dados e resultados. Tomando o momento de aumento da perseguição de pessoas e grupos defensores humanos e ativistas, os dados e resultados dessa pesquisa estão sob o risco de serem apropriados pela inteligência de grupos anti-LGBTI, para fins de estigmatização e perseguição.

1.4.10 Benefícios

Apesar dos riscos associados à metodologia e às técnicas de coleta e análise dos dados, o foco adotado nos meios comunicativos e práticos como dimensão intermediária da estrutura social, é capaz de privilegiar o acompanhamento das experiências e perspectivas dos atores na rede dos ativismos, calcado na compreensão de que é preciso aprender com os atores mesmos o que eles fazem, como e por que (Latour, 1999, p.19 apud Andion *et al.*, 2017, p. 376). Aos atores envolvidos na pesquisa, espero consolidar devolutivas por meio da divulgação dos resultados em oficinas, cursos e outros eventos, em parceria com as iniciativas da sociedade civil sobre o tema, apoiada pelas técnicas comunitárias de pesquisa e pelo imperativo ético de retornar os resultados desta pesquisa aos seus sujeitos.

2 ENRAIZAR A POLÍTICA INTERSEXO NO BRASIL, REFLORESTAR A MONOCULTURA DO SEXO: IDEIAS, PRÁTICAS E CORPO

A literatura utilizada neste estudo foi organizada em dois conjuntos divididos por área temática: (i) estudos intersexo e de gênero; (ii) estudos da ação política, com foco nas abordagens pragmática e ideacional. É para os dois campos de literatura que eu pretendi contribuir por meio desta revisão de literatura e da análise dos dados, a seguir.

Meu desafio central na empreitada de revisar os escritos para este estudo foi encontrar os pontos de apoio conceituais mais apropriados tanto no referencial de estudos sobre intersexualidade como naquele referencial disciplinar da Ciência Política que dissesse sobre ação política. Esses referenciais não foram até agora conectados de maneira óbvia na literatura. Desse modo, meu esforço a seguir foi mobilizar e tecer fios para uma revisão sobre a ação política em matéria de variações das características do "sexo" que subsidiasse a análise de dados coletados por esta pesquisa, de maneira ética, confiável e oportuna. Considero que essas literaturas me forneceram o maior potencial para serem iterativamente informadas pela análise empírica deste estudo. Explico a seguir o caminho que percorri por entre essa literatura, objetivando subsidiar as análises e diálogos entre o fenômeno da ação política no campo das redes intersexo e a teoria política.

As seções 5.1 e 5.2, nomeei "*Redes de ativismo*" e "*Corpos em aliança*", respectivamente. Nessas partes, mobilizo os estudos da ação política, com foco no pragmatismo sociológico e no institucionalismo ideacional, para recuperar uma definição de "redes de ativismo" apropriada para este estudo. Esse esforço está na trilha de um percurso teórico traçado em Abers, Rossi e von Bülow (2021), responsáveis por uma fertilização cruzada entre teorias de movimentos sociais de abordagem pragmática e literatura ideacional, apontando centralidade das práticas e das ideias para ação coletiva, especialmente em contextos de crise, e abrindo caminhos para superar o binário racionalista/estruturalista no sentido de entender as mudanças sociais.

Tomando a noção de "*Corpos em aliança*", de Judith Butler (2019d), espero enfatizar duas colaborações dos estudos intersexo e de gênero para o debate político: (i) o apontamento sobre o caráter *corporal* dos processos ideacionais e interacionais das redes de ativismo e (ii) uma análise voltada para a desdicotomização do "corpo político" com base nas problematizações sobre "sexo" e gênero. O objetivo dessa seção é delimitar e aprofundar mais explicitamente um arcabouço conceitual dos estudos sobre ação política para este estudo que leve a sério tanto a prática e as ideias dos atores intersexo, tanto como assuma a centralidade do corpo para a ação. Minha intenção foi destacar, da

literatura, um conjunto de elementos que permitisse compreender a ação e a ideia de corpos tanto vulneráveis como agentes em complexas redes de interdependência. Para isso, rastreei elementos conceituais capazes de acomodar o[s] corpo[s] como elemento central da ação política em matéria de "sexo", na mesma medida vulnerável e criativo nos processos interacionais e ideacionais.

A terceira seção, denominei "*Redes de ativismo intersexo: os corpos sexuados em aliança nas ideias e nas práticas*". Com base no cumulativo teórico das seções anteriores, aqui, o meu foco esteve nos processos tanto ideacionais, quanto interacionais - de caráter fundamentalmente corpóreo e performático, como argumentei - da ação política coletiva que caracterizam, neste estudo de caso, a intersexualidade e sua rede de ativismos. Trata-se, enfim, de um esforço de rastrear as interfaces entre a intersexualidade e a ação política em termos práticos e ideacionais. Chamou minha atenção os aportes que esta reflexão deu para a "desontologização do sujeito da política sexual" (Preciado, 2011, p. 17) na medida que problematizou a diversidade do "sexo" e suas implicações políticas.

Tomando o regime endossexo, anteparado por estruturas tanto ideacionais e interacionais de caráter corpóreo que ativam a intersexualidade como desvio/não-humano/não-cidadão/doença, é só na refeitura dessas mesmas estruturas que se pode alterar a circulação dos recursos e do poder. Pensar a redes de ativismos intersexo como iguais processos ideacionais e interacionais parece relevante na medida que permite situar os atores com agência em uma estrutura relacional, ao mesmo tempo que descreve os processos de conformação de sua rede, isto é, o que ocorre e como ocorre. Há razões para crer que pode ser proveitoso avaliar a disputa na rede de ativismos aqui estudada por esta perspectiva analítica, na medida que ela fornece subsídios para a análise dos processos ideacionais, interacionais e experimentativos que instituem e definem a intersexualidade como problema público e desafia o modelo corrente endossexo. Argumento que esse trajeto teórico tem potencial para subsidiar o objetivo geral deste estudo, qual seja, elaborar uma compreensão da rede de ativismos intersexo no Brasil, desde 2006, com destaque para a construção de um campo de interações e ideias em mudança durante os contextos.

2.1 Redes de ativismo: ideias em prática

Fios novos ou fiados de maneiras diferentes mudam nossas relações, mudam nosso estar no mundo (Fausto-Sterling, 2001).

O sujeito de análise deste estudo de caso é a rede de ativismo de pessoas intersexo. Para delimitar conceitualmente esse sujeito, apresento a seguir uma caracterização de redes de ativismo, informada pelas abordagens pragmática e ideacional.

Quatro paradigmas principais têm direcionado os estudos sobre a ação coletiva: *(i)* comportamento coletivo, *(ii)* estrutura racional, *(iii)* novos movimentos sociais e *(iv)* o mais recente e ainda emergente paradigma, formado por estudos relacionados à sociologia pragmática (Andion *et al.*, 2017). Autores filiados ao pragmatismo vêm avançando na explicação da mudança, enfatizando a dinâmica da agência, que compreende os atores como situados em relações sociais existentes e, ao mesmo tempo, capazes de agir criativamente a partir dos recursos diferencialmente acessados.

Conforme nota Jasper (2016, p. 59), as explicações sociológicas avançaram na dicotomia agência e estrutura para compreensão da ação coletiva. O foco na ação, incluindo as suas restrições, avança no problema das teorias estruturalistas e racionalistas, renovando a percepção das restrições impostas pelos recursos e arenas como mais um aspecto da própria estrutura relacional onde atores e estratégias são formados de maneira criativa. Na trilha de tais desenvolvimentos teóricos, uma revisão da definição de ativismo está a seguir:

Como um termo de senso comum, a palavra [ativismo] evoca um tipo de ação particularmente "ativa" ou "proativa". Para explorar essa ideia, recorreremos ao trabalho de teóricos da ação que propõem ir além da presunção de que os indivíduos são seguidores de regras culturais ou calculistas individualistas (Sewell 1992; Joas 1996; Emirbayer e Mische 1998). Esses autores não veem a agência como o resultado preestabelecido da socialização e da identidade nem como algo que rompe com as restrições culturais ou estruturais. Pelo contrário, ela está sempre situada nas estruturas, que servem como matéria-prima para a ação (Sewell 1992; Joas 1996) (Abers, 2019, p. 25, tradução minha).²¹

Essa concepção de ativismo, na medida em que recusa as abordagens estritamente racionalistas ou estruturalistas com espaço limitado para a agência e a criatividade, ajuda a compreender a infraestrutura de encenação da ação política como algo capaz de ser requerido e transformado pela agência criativa e situada, sem apoiar-se em uma versão de

²¹ No original, "A second dimension of activism is rarely mentioned in the literature. As a common-sense term, the word evokes a particularly "active" or "proactive" type of action. To explore this idea, we call on the work of action theorists who propose going beyond the presumption that individuals are either cultural rule followers or individualistic calculators (Sewell 1992; Joas 1996; Emirbayer and Mische 1998). These authors see agency as neither the preordained result of socialization and identity nor somehow breaking with cultural or structural constraints. To the contrary, it is always situated in structures, which serve as the raw material for action (Sewell 1992; Joas 1996)"

ação política necessariamente baseada em cálculos de maximização ou em determinismos sociais. Aqui, as abordagens criativa e relacional acumuladas colaboram para compreender que “os vínculos entre os atores não são estruturas inertes, deterministas, mas formam redes sociais que são ao mesmo tempo pré-construídas e transformáveis”, embora geralmente desiguais (Abers *et al.*, 2018). Autores do pragmatismo argumentam centralmente que contextos informam a ação dos atores não como guia, limite ou roteiro, mas como matéria bruta para a improvisação e transformação, tornando possível identificar por onde o poder manifesta-se e onde os recursos circulam (Berk *et al.*, 2013). Assim, os autores consideram que valores são continuamente fabricados e rearranjados pela ação recíproca entre pessoas e coisas (Joas, 2000).

Em chave pragmática, a agência humana é definida como o engajamento temporalmente construído de atores de diferentes ambientes estruturais - chamados contextos relacionais e temporais da ação. Desde a perspectiva pragmática sobre ação coletiva, há uma agenda de pesquisa em torno da investigação pragmática sobre a criatividade política, elemento que permite compreender a conformação de experiências, práticas, regras e papéis, bem como suas relações com a ordem e a mudança social (Berk *et al.*, 2013). Consideram que, dentre a multiplicidade de instituições, instrumentos e disputas, torna-se impossível atribuir relevância e significado aos instrumentos institucionais sem se reportar continuamente à ação e ao agenciamento criativo. Dessa perspectiva, os grupos que assumem a forma de expressões históricas, resultado de interações e reapropriações cujos interesses são construídos relacionalmente ao longo do tempo (Clemens, 1997 apud Berk *et al.*, 2013, p. 7).

Grupos são expressões históricas, resultado de interações e reapropriações cujos interesses são construídos relacionalmente. A relacionalidade é, portanto, para compreender atributos e sua conformação no conjunto de mudanças históricas que são contingentemente estabilizadas. A *assemblage*, isto é, posicionamento localizado, arrumação, estruturação), demonstra a dimensão recursiva da ação na realidade: ordens são parciais e múltiplas e, a despeito dos esforços, nenhuma instituição é totalmente capaz de conter todas as formas da ação humana. Assim, instituições contêm elementos múltiplos e justapostos, oferecendo mais que somente um determinado registro de interações para cada situação (Berk *et al.*, 2013).

Daí a escolha por pesquisar uma rede, e não movimentos sociais ou organizações específicos, a fim de não estabelecer *a priori* "as fronteiras do conjunto de atores envolvidos na ação coletiva, e portanto, as fronteiras da nossa unidade de análise" (Abers

et al., 2011). Com esta abordagem relacional, acompanho uma crescente literatura que, desde os anos 90, tem estudado os movimentos sociais em termos de rede de atores definida como um conjunto diverso de atores, selecionados com base na sua própria ação coletiva, na sua interação e nas categorias nativas do campo. Trata-se, portanto, de privilegiar o acompanhamento das experiências e perspectivas dos atores (Cefaï, 2009, p. 16 apud Andion *et al.*, 2017), conforme compreensão de que é preciso aprender com os atores mesmos o que eles fazem, como e por que (Latour, 1999, p.19 apud Andion *et al.*, 2017, p. 376).

A atuação em redes é um aspecto comum das nossas vidas. Igualmente, para os movimentos sociais, os laços sociais formados por redes existentes e futuras revelam uma dimensão relacional importante para compreender a ação coletiva:

A teia de laços sociais que conecta indivíduos (e organizações) a outros é geralmente chamada de rede social. A rede de um indivíduo geralmente inclui amigos, parentes, vizinhos e colegas de trabalho. As ideias e atitudes de uma pessoa geralmente são fortemente influenciadas e reforçadas por sua rede social, e os estudiosos enfatizam como o recrutamento para os movimentos geralmente ocorre por meio de laços de rede. (Encontrar um emprego também depende, em geral, dos laços da rede. Os amigos dos amigos acabam sendo especialmente importantes para quem está procurando emprego). Os movimentos, portanto, geralmente são construídos com base em redes preexistentes, embora também reúnam redes e organizações anteriormente desconectadas (Freeman, 2015, tradução minha).²²

As redes de movimentos sociais são criadas a partir das próprias interações dos atores por meio da transação de significados que levam os atores a reconhecerem seus vínculos e sua coparticipação em uma mesma ação (White, 1992 apud Abers; von Bülow, 2011). Desse modo, enfatizar a autoformação e autodelimitação é uma estratégia para descrever a incompletude das coalizões emergentes e imprevisíveis, sem serem pré-formatadas ou antecipadas, mantendo os significados abertos à contestação (Butler, 2019d, p. 39). Uma grande variedade de atores é responsável pelo agenciamento coletivo, havendo uma grande diversidade de pontos agentes cujas fronteiras não são facilmente distinguíveis (Latour, 2012 apud Rosa *et al.*, 2019). Assim, esses atores estão muito mais

²² No original, "The web of social ties that connects individuals (and organizations) to others is often referred to as a social network. An individual's network typically includes friends, relatives, neighbors, and co-workers. One's ideas and attitudes are typically strongly influenced and reinforced by one's social network, and scholars have emphasized how recruitment to movements often occurs through network ties. (Finding a job typically depends on one's network ties, too. Friends of friends turn out to be especially important for job-seekers.) Movements, then, are often built upon pre-existing networks, although they also bring together previously unconnected networks and organizations".

reunidos pelas experiências, ideias e práticas comuns em torno da causa, do que pelo seu lugar ou seus limites na estrutura relacional (Abers; von Bülow, 2011)²³.

Tal mobilização requer uma certa capacidade de “sentir em comum” que comporá as reivindicações políticas de uma coletividade (Cefaï, 2017). Nesse fazer-saber, atores definirão um problema público, ao passo que se constituem como um público. Para sua análise, esse processo está baseado na construção de provas sobre um aspecto problemático da vida social, um distúrbio. No dizer de Cefaï (2017):

Boa parte do trabalho de sensibilização, concernimento e mobilização em torno do que será um problema público passa pela demonstração do que uma situação pode ter de cruel, injusta, desastrosa, angustiante... Nessa experiência inicial se funda, portanto, o trabalho de indagação. A indagação dá conta de certo número de coisas que ela descreve e avalia como indesejáveis, prejudiciais e nefastas. Ao fazer isso, ela determina correntes de causalidade que explicam seu surgimento e permitem antecipar suas consequências prováveis ou plausíveis. Ela organiza um campo de explicação e de previsão da situação problemática fazendo as seguintes perguntas: quem fez o quê, com quem, contra quem, onde, quando, como, por quê, visando o quê e com que consequências, diretas ou indiretas? Delimitando a situação problemática, ela pode retrair sua gênese histórica, elaborar ferramentas de categorização, qualificação e quantificação, estabelecer padrões de equivalência com outras situações similares... (Cefaï, 2017, p. 197).

Os atores sociais frequentemente se envolvem em processos cognitivos de afirmação sobre o caráter inaceitável, ilegítimo ou insuportável de certos aspectos de sua vida. Uma nova trilha teórica traçada em Abers, Rossi e von Bülow (2021) articula uma “fertilização cruzada” entre teorias de movimentos sociais de abordagem pragmática e a literatura ideacional, apontando a centralidade das práticas e das ideias para ação coletiva das redes de ativismo, especialmente em contextos contingentes. Ao contrário do foco na rotinização dado pela literatura de movimentos sociais, na avaliação de Abers, Rossi e von Bülow (Abers *et al.*, 2021), essa abordagem cumulativa é particularmente proveitosa para avaliar as próprias interpretações dos atores sobre contextos, seus papéis nesses contextos, as suas possibilidades e os próprios significados de suas ações e interações.

Com base no referencial ideacional, acredito que podemos aprofundar a discussão teórica sobre esses aspectos cognitivos e discursivos da ação coletiva. O estudo das ideias institucionalizadas em ideologias e discursos, além de contribuir sobremaneira para

²³ "Uma estrutura relacional é um produto histórico, em que certas práticas e ideias se cristalizam em normas e papéis sociais e em que recursos são distribuídos de maneira desigual. Essas cristalizações, comumente chamadas de instituições, também possuem agência sobre os atores" (Abers *et al.*, 2018). Como argumentam Tatagiba *et al.* (2018) "As complexas e mutáveis relações entre essa diversidade de atores em posições estatais e societárias, interessados em um tema de política pública e atuando para influir nesse tema, conformam estruturas relacionais. Tais estruturas foram apreendidas pela literatura por meio de diferentes conceitos: *issue networks*, *policy networks*, *policy communities*, *advocacy coalitions*, *epistemic communities* e *strategic action fields*" (Tatagiba *et al.*, 2018).

explicar as assimetrias de poder e a questão da dominação, é uma abordagem que tem sido particularmente usada na pesquisa de movimentos sociais quanto ao papel central dos processos de enquadramento na mobilização social (Béland; Cox, 2010). Assim, cabe especificar, adicionalmente, este componente ideacional no conceito de ativismo. Esta revisão está contida em Abers (2019):

[...], o ativismo envolve a defesa de um tipo específico de ideia, uma ideia que, da perspectiva de seus adeptos, precisa ser defendida contra forças poderosas de estabilidade ou mudança. Essas ideias podem ser chamadas de causas. Ser uma causa não é uma qualidade inerente à ideia em si, mas sim uma interpretação produzida por atores que acreditam que suas ideias estão sob ameaça ou precisam de defesa (Abers; Tatagiba, 2019, p. 24-5, tradução minha).²⁴

Para Abers (2019), a “causa” é um tipo de ideia, deliberadamente agenciada por meio de interações e experimentos problemáticos e contenciosos. A elaboração de uma nova “causa”, no dizer da autora, depende de um “processo de mediação simbólica, a partir da qual as reivindicações dos movimentos são justificadas em referência a projetos políticos mais amplos” (Abers, 2019). O movimento feminista, por exemplo, além de políticas públicas, disputa os próprios códigos culturais patriarcais em favor de uma sociedade sem discriminação baseada no gênero (Abers *et al.*, 2021). Tal abordagem sobre “causas”, tem potencial de estratificar menos os sujeitos de análise e abarcar a diversidade de atores envolvidos proativamente na ação coletiva em torno de um aspecto problemático.

O esforço em definir uma situação problemática é questão chave para os atores sociais em mobilização coletiva e envolve uma relação cruzada entre saber e fazer, na qual saber é importante para agir e vice-versa. Para ele, fazer é saber, saber é fazer²⁵ (Cefaï, 2017, p. 189). A ressonância prática dos significados das ideias importa precisamente porque pode moldar as ações das pessoas, enfatizando o caráter interacional na percepção de uma ideia a ser agenciada reciprocamente em estruturas relacionais que não garantem àquele tempo uma justaposição segura de certas ideias e práticas (Jasper, 2016; Beland; Cox, 2010).

Em sendo um objetivo desta pesquisa caracterizar a mobilização política intersexo no Brasil (2006-2021), este estudo refaz a questão mais comum sobre movimentos sociais: por que eles emergem? A resposta para essa questão envolve a avaliação das percepções,

²⁴ No original, "First, activism involves the defense of a particular kind of idea, one that, from the perspective of believers, needs to be defended against powerful forces of either stability or change. Such ideas can be called causes. Being a cause is not an inherent quality of the idea itself, but rather an interpretation produced by actors who believe their ideas to be under threat or in need of defense".

²⁵ No original, "Doing is knowing, knowing is doing".

ideias e emoções mobilizadas na ação coletiva, frente ao contexto social e político, incluindo suas mudanças (Jasper; Goodwin, 2015),

Não é como se as pessoas desenvolvessem metas e, em seguida, decidissem sair e formar movimentos para persegui-las; há uma interação entre ideias, mobilização e o ambiente mais amplo (Jasper; Goodwin, 2015, p. 12).²⁶

Para os autores, ativistas terão que entender e enquadrar muitos desses fatores antes que possam tirar vantagem deles (Jasper; Goodwin, 2015). Na literatura ideacional, um conjunto de pesquisadores têm apontado a importância das ideias geradas por indivíduos e grupos envolvidos na ação coletiva, sendo que as redes sociais são tanto formadas por ideias, quanto agenciadores de ideias em contextos políticos locais, nacionais e internacionais (Schmidt, 2010, p. 56). Daí mais um reforço para a proposta de verificar os processos ideacionais, interacionais e experimentativos que permitem descrever a conformação da rede de ativismos intersexo.

Os movimentos sociais, que podem ser entendidos como um tipo de rede, desenvolvem suas estratégias especificamente por meio das interações políticas inscritas em disputas sobre o próprio significado dessas interações (Abers *et al.*, 2021). Dessa perspectiva, ideias são filtros cognitivos que podem ser tanto impostos e reproduzidos como contestados, desafiados e substituídos por meio da ação (Hay, 2006), contrariando as perspectivas estritamente culturalistas ou calculistas, que desconhecem a agência.

Na definição de Béland e Cox (2010, p. 3), aparece um argumento bastante similar. Para os autores, ideias são crenças causais, ou seja, elas são produtos cognitivos das interpretações que fazemos do nosso entorno. Elas frequentemente apresentam conexões ou nexos causais entre coisas, pessoas, eventos. Na perspectiva renovada de Blyth (2010), apresentada em *Ideas, Uncertainty and Evolution*, as ideias são tanto a causa da estabilidade quanto da mudança na vida social. Para ele, a complexidade da vida social implica em profunda imprevisibilidade de modo que as ideias criam estabilidades contingentes.

Como no dizer de Tatagiba *et al.* (2018), os processos ideacionais são responsáveis por “definir os problemas que devem merecer atenção pública e as formas de solução desses problemas.” O modo como esses problemas são definidos tem impacto substancial nas alternativas escolhidas (Rein; Schön, 1977 apud Mehta, 2010). Aqui interessa saber particularmente como aspectos da vida cotidiana tomados acriticamente tornam-se problemas sociais que merecem atenção da sociedade e do Estado. O esforço de fazê-lo

²⁶ No original: It is not as though people develop goals, then decide to go out and form movements to pursue them; there is an interaction between ideas, mobilization, and the broader environment.

frequentemente envolve processos de nomeação, responsabilização e reivindicação (Felstiner *et al.*, 1980, p. 81 apud Metha, 2010, p. 34)

Os atores sociais procuram realizar certos objetivos estratégicos baseados nas suas percepções sobre o contexto, que são frequentemente incompletas e contingentes em razão da imprevisibilidade que caracteriza as nossas vidas (Hay, 2010, p. 65-6). No institucionalismo construtivista de Hay (2010), as instituições são sistemas de ideias e o conjunto de práticas que as sustentam. Ao definir a mudança em termos de interação entre atores estratégicos e contextos estratégicos, enfatiza uma dimensão relacional e dinâmica nos agenciamentos dessas instituições, considerando que os atores empenham-se em revelar consequências problemáticas de suas interações com as práticas e ideias cristalizadas nas instituições.

Ao mesmo tempo que as ideias contêm um aspecto cognitivo – que explica como o mundo opera – também incluem um segundo aspecto normativo, sobre o que desejamos (Schmidt, 2008). Nesse sentido, as percepções dos atores são também ideias normativas, isto é, ideias sobre como as coisas deveriam ser. Assim, mais que pura determinação dos contextos, as ideias dos atores são orientações morais, éticas e políticas sobre o que gostaríamos de transformar em contextos dinâmicos. Os movimentos sociais são a fonte principal do conflito e da mudança, frequentemente responsáveis por articular novas questões e ideias políticas (Goodwin; Jasper, 2015).

A defesa de ideias se faz com a ação intencional sobre a ideia. Portanto, importa conhecer "o conteúdo substantivo das ideias e os processos interativos do discurso que servem para gerar essas ideias e comunicá-las publicamente" (Schmidt, 2010, p. 47, tradução livre). Desse modo, a mudança social está centralmente localizada nessas ideias e nos processos de interação discursiva por onde elas são representadas, em práticas absolutamente interativas (Schmidt, 2010). O discurso é a troca dessas ideias: uma maneira de abordar como as ideias individuais transformam-se em ação coletiva. Nas suas palavras:

Sem o discurso, entendido como a troca de ideias, é muito difícil explicar como as ideias passam do pensamento individual para a ação coletiva. Para isso, precisamos estabelecer quais critérios usar na avaliação de se o discurso tem influência causal, ou seja, quando ele é "transformador" e quando não é. De maneira geral, no âmbito das ideias, um discurso "bom" depende da força relativa de seus argumentos cognitivos, da ressonância de seus argumentos normativos, da adequação das informações sobre as quais os argumentos se baseiam, da relevância e aplicabilidade de suas recomendações, da coerência e

consistência de suas ideias e mais (Schmidt; Radaelli, 2004 apud Schmidt, 2010, p. 62).²⁷

A partilha de crenças entre atores pode explicar sobremaneira a formação de coalizões (Sabatier, 1998). Os movimentos sociais estão engajados em ações que envolvem, além da luta por políticas públicas, disputas ideacionais sobre “ideias mais gerais sobre a organização da vida social” (Tatagiba *et al.*, 2018). É essa capacidade de agenciar disputas sobre a vida social, de maneira mais abrangente, que define o expediente de redes de ativismo. Dessa perspectiva, os movimentos sociais, enquanto disputam modelos alternativos de políticas, estarão operacionalizando traduções de seu projeto político mais amplo, tomando por projeto político um conjunto “de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Tatagiba; Abers; Kunrath Silva, 2018, p. 107).

Em resumo, nesta seção, apresentei a abordagem analítica de redes e discuti uma definição de ativismo: nos dois assuntos, considerei a agência dos atores em interações situadas nos contextos e a sua dimensão ideacional. Do pragmatismo, trouxe as considerações sobre agência e relacionalidade, que serão relevantes para analisar a mobilização intersexo em relação às normas do regime endossexo. A interpretação e contestação dos atores estão na agenda pragmatista – nas interações práticas também estão sendo trocados discursos, significados, crenças –, mas foram detalhadas na literatura ideacional. Aqui, defendi que ter ideias também é agir. Enfim, a noção de redes de ativismo elaborada nesta seção encontrou anteparo no argumento de que a ação dos atores existe em interação recíproca com os contextos – quaisquer que eles sejam – e, assim, colaborou para a análise relacional entre agência e estrutura. Como veremos no caso intersexo, os contextos são muitíssimo intercambiáveis, de modo que conhecer as ideias e práticas agenciadas pela rede durante estes períodos foi particularmente informativo.

²⁷ No original: Without discourse, understood as the exchange of ideas, it is very difficult to explain how ideas go from individual thought to collective action. For this, we need to establish what criteria to use in evaluating whether discourse has a causal influence, that is, when it is “transformative” and when it is not. Generally speaking, in the realm of ideas, a “good” discourse depends on the relative strength of its cognitive arguments, the resonance of its normative arguments, the adequacy of the information on which the arguments build, the relevance or applicability of its recommendations, the coherence and consistency of its ideas, and more (Schmidt, 2010, p. 62).

2.2 “Corpos em aliança”: ideias em prática pelo corpo

Um aprofundamento possível para o argumento pragmático e ideacional aliado à importância do corpo pode ser engatilhado por Jasper (2016 [2014], p. 61) sobre os significados e ideias disputados pelos movimentos sociais. O autor afirma que o corpo humano é um portador físico e figurativo de significados especialmente, mas não apenas, nas performances. Posturas, gestos, olhares direcionados a um público: estamos quase sempre fazendo performances corporais cujos significados podem assumir inteligibilidade e ressonância nas interpretações, agenciamentos e emoções.

Dada a centralidade do corpo²⁸ nas operações da política e especificamente para os movimentos contra a violência fóbica, resolvi enfatizar a literatura que descreve o caráter recursal do corpo nas lutas pelo seu reconhecimento em público. Minha intenção é chamar atenção para corpo – e seu alegado "sexo" – como atos e ideias estilizados e repetitivos que só podem ser negociados na própria teia de poder por onde circulam esses atos e ideias.

Jasper (2016, p. 31) esboça um argumento parecido, embora pouco matizado, sobre o tema quando afirma que “todas as ações têm elementos de todos eles: os indivíduos humanos usam recursos materiais e os próprios corpos para expressar significados culturais uns aos outros e para públicos externos em determinadas arenas”. Em chave pragmática e relacional, "as estruturas só se reproduzem através da ação" (Giddens, 1989 apud Abers *et al.*, 2018) e “só pessoas fazem coisas” (Jasper, 2016, p. 31), isto é, só pessoas têm ideias, interagem e experimentam. Para Jasper (2016), toda ação é física, de modo que se torna importante verificar as formas pela qual a ação é corporificada, ou seja "como ela é percebida por alguém, como parece a outras pessoas, os limites daquilo que um corpo pode fazer e como dois indivíduos fazem a “mesma” coisa de maneira ligeiramente diferentes.”

Para mim, um detalhamento mais aprofundado sobre o caráter corporal dos processos ideacionais e práticos da ação coletiva está em Butler (2019d), em *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Na perspectiva profundamente relacional da autora sobre as redes de interdependência da vida social humana, Butler (2019d) especifica o caráter corporal do agir (e do pensar). A autora

²⁸ O corpo é uma categoria saliente na bibliografia sobre movimentos sociais da sexualidade. Halperin (2007 apud Morland, 2009), estudando o ativismo de pessoas que vivem com HIV/Aids nota seu papel para uma acelerada multiplicação dos lugares de contestação política para além das arenas políticas tradicionais, aprofundando os debates sobre a administração pública e privada dos corpos. Essa perspectiva segue o argumento foucaultiano, para quem o corpo deve ser tratado como um lugar da luta política.

pensa o corpo não como mero transmissor de ideias e práticas, mas como requisito infraestrutural para a própria ideia e prática, ao mesmo tempo que é objetivo das ideias e ações políticas. Desse modo, diz Butler (2019d, p. 143), "o corpo constitui os meios e o fim da política."

Mas o que o corpo diz sobre os atores e redes sociais em disputa no espaço público? Para a abordagem de Butler (2019d) sobre ação coletiva, é imperativo pensar a relação entre os corpos-coligações e a política das ruas. Para a autora, os corpos são tanto o terreno da política como o objetivo da política. Desde sua perspectiva, repensar a relação do corpo humano para ação passa pelo desacobertamento e reconhecimento ético das formas complexas como o ambiente, as relações sociais e as redes de apoio e sustentação constituem o corpo humano.

Em sintonia com a literatura pragmática e ideacional, também Butler (2019d) nota que algumas instituições e normas agem sobre nós e somos suscetíveis à sua ação. Essas normas cristalizadas – as instituições, no dizer da Ciência Política – agem sobre nós precisamente por nossa vulnerabilidade às teias de interdependência do mundo social, que definem aqueles sujeitos, que atendendo às normas, serão reconhecidos; e aqueles outros sujeitos, que contrariando à norma, serão privados do aparecimento público: uma abertura diferencial ao poder; uma vulnerabilidade. As instituições revelam, portanto, essa dimensão da “vulnerabilidade corpórea” requerida e instituída por essas normas. Para essa abordagem butleriana, a vulnerabilidade é como "estar aberto a uma história, registrando uma impressão ou tendo algo impresso no entendimento”, de maneiras que afetam o nosso ser e o nosso agir no mundo. Conforme discutimos acima, alguns corpos, por causa de suas características corporais, têm sido forcluídos e expurgados do espaço público.

Em Butler (2019d), a vulnerabilidade é uma característica de todos, não é uma exposição episódica. A vulnerabilidade como essência da interdependência não implica dizer que somos vulneráveis da mesma maneira o tempo todo, contudo. É precisamente porque repetir a norma guarda a possibilidade de que algo estranho – "*queer*" – aconteça, que a norma pode ser desestabilizada. Em função do nosso próprio agir, não é óbvio que o poder e os recursos circulem de maneira igual o tempo todo e aí está a possibilidade de alterar a configuração dessas redes. Como lembra Butler (2019d), as populações marcadas por vulnerabilidade não estão imobilizadas: as suas lutas políticas frequentemente mobilizam a vulnerabilidade corporal como estratégia coletiva. Na medida em que propõe as reflexões sobre vulnerabilidade como uma abertura à inscrição do poder e da linguagem, a autora define o corpo em função da sua abertura à vida social. Nesse sentido,

a análise colabora para uma caracterização do corpo como uma entidade aberta, em movimento nos processos sociais.

Na avaliação de Butler (2019d), há um aumento de um conjunto de reivindicações que têm demandado o direito de ser reconhecido, de ter uma vida vivível como uma maneira de reivindicar para si a esfera pública em si²⁹. O espaço público, entretanto, está baseado em critérios corporais específicos e, conforme nota Butler (2019d, p. 29), “a demanda compulsória por aparecer de um modo em vez de outro é uma pré-condição para aparecer por si só. Isso significa incorporar a norma ou as normas por meio das quais uma pessoa ganha estatuto reconhecível.” O estatuto do reconhecimento, desse modo, atua por meio de uma rede de normas e instituições, estreitando o campo do reconhecível. Assim, ele cria um campo de aparecimento – público – regulado por atos e lógicas de reconhecimento não raramente hierárquicos e excludentes.

Portanto, não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, pois a construção do humano também é uma operação diferencial que produz o mais ou menos “humano”, o inumano, o humanamente inconcebível. Esses locais excluídos, ao se transformarem em seu exterior constitutivo, chegam a limitar o “humano” e assombrar tais limites, por representarem a possibilidade persistente de sua irrupção e de sua rearticulação (Butler, 2019e, p. 25-26).

Em se tratando de formas corporais humanas às quais o valor tem sido diferencialmente atribuído, especialmente na experiência neoliberal, Butler (2019d) sugere seguir recomendação de Haraway (1991; 2003 apud Butler, 2019d, p. 229) quando indica "avaliar os sistemas de apoio e reconhecimento dos quais dependem a existência corporal, pensando as relacionalidades complexas que constituem essa vida corporal"; entendendo e cuidando do "complexo conjunto de relações sem as quais não podemos existir."

²⁹ As infraestruturas de encenação da ação - - a rua; o parlamento; assim por diante - é tanto uma condição da ação, como algo demandado na própria ação, em sentidos pré-figurativos, porque não constituem um palco garantido para ação de certos corpos, especialmente contexto em que os bens de infraestrutura são crescentemente desmantelados pela privatização neoliberal e pela omissão do Estado (Butler, 2019d). Essa abordagem colabora para uma renovada percepção para os estudos de movimentos sociais e ação coletiva e para o seu embate bem conhecido entre as formas de participação institucional e extrainstitucional, especialmente na literatura brasileira (Trindade, 2018). O dualismo ruas-instituições, conhecido nas discussões teóricas, seria reinterpretado à luz de uma concepção abrangente de ação política para a qual o cenário da performance política está em disputa na própria ação política, e sendo criativamente reinterpretado por ela. Essa concepção abrangente, sem definir a priori o justo lugar da ação coletiva, permite pensar os grupos mais vulneráveis, impedidos de acessar diversos espaços públicos sob risco de sanção, a rua ou o parlamento serão requeridos na própria ação. De maneira análoga, as alianças e movimentos podem ocorrer em infraestruturas que limitam sobremaneira o acesso a certos espaços públicos, reivindicando o caráter político daquelas mobilizações que ocorrem nos espaços de privação de liberdade, como rebeliões ou greves de fome; nos espaços de fronteira, onde estão os campos de detenção e de refugiados. Essa concepção colabora para recharacterizar os espaços da ação política, não só no sentido das limitações, mas no sentido da criação e alargamento do que conta como uma infraestrutura possível para a ação política (Butler, 2019d).

Embora reconheça algum potencial criativo para a ação, Tilly nada menciona sobre o corpo. Já no dizer de Butler (2019d, p. 36), "o corpo, ou antes, a ação corporal concertada" – envolvendo a gesticulação, a permanência, a reunião – pode ser diferentemente usado como recurso para significar e negociar princípios de liberdade e igualdade, quando as certas vidas estão diferencialmente expostas à morte por terem a corporalidade que têm.

Esta concepção abrangente como essa de ação corporal enfatiza que não há forma paradigmática de ação política, como um ato de fala na esfera pública, naquela proposta arendtiana ou habermasiana. Inclusive, o corpo pode não conseguir falar, por variadas razões.³⁰ Como lembra Jasper (2016, p. 37), são variados os tipos daquilo que se chama *armas dos fracos*. O autor lembra como comum o uso de piadas, fofocas e rumores, assim como nota que o simples ato de arregalar os olhos pode desestabilizar relações hierárquicas de autoridade. O corpo, nesse sentido, imporá um limite de toda a ação humana (Butler, 2019d, p. 36), ao mesmo tempo que diz sobre as possibilidades de ação persistentes e contínuas que demandam o reconhecimento desse corpo.

Na tentativa de aprofundar a análise sobre o corpo na ação e na ideia, acredito que a noção de "performance" seja uma porta entreaberta para a comunicação entre os estudos de gênero e intersexo e os estudos de ação coletiva. Na ciência política, a performance é descrita como a unidade dentre um conjunto de ações que compõem um repertório de ação coletiva (Alonso, 2012). Essa perspectiva encontra uma ressonância terminológica na abordagem tillyana sobre performatividade. Tilly (2006 *apud* Alonso, 2012), sob influência de Goffman, reconhece tipos de ação performáticas, que seriam aquelas ações bagunçadas e que não seguem os repertórios rotinizados (Klandermans; van Stekelenburg, 2016, p. 190 *apud* Mussi, 2018). A criatividade que caracteriza essas performances é responsável por particularizá-las (Alonso, 2012). Para Abers *et al.* (2023) "cada "performance" de uma rotina conhecida envolve um aspecto de improvisação, pelo qual os atores adaptam e transformam as rotinas para situações específicas."

Entretanto, uma crescente literatura tem discutido a relevância e saliência das performances políticas como unidade de análise, para além da compreensão de como as rotinas de ação coletiva são adaptadas. Neste contexto, o termo 'performance política' são aquelas ações que buscam comunicar a um público a construção de significados e discursos de caráter político. A materialidade da performance nos permite refletir sobre

³⁰ Sobre uma crítica feminista mais elaborada quanto aos atos verbais de fala na esfera pública ver Butler (2019d, p. 136)

seu poder. Ao desagregar os vários elementos da performance, podemos avaliar como os atores políticos utilizam corpos materiais, rituais e cerimônias, sons e vozes com grande esforço e trabalho para gerar uma sintaxe política que é tanto aceita quanto desafiada por diferentes públicos; e como as interações entre a performance e sua recepção geram política. É desse modo que o roteiro da performance política faz a ponte entre o público e privado que mobiliza tração política – a retórica sobre o sexo, por exemplo, é rotineiramente trazida à tona para argumentar sobre cidadania, o Estado e os direitos humanos.

Embora relacionadas, 'performance' e 'performatividade' são muitas vezes tomados como conceitos diferentes. Nesta literatura, 'Performance' é uma ação ou evento que é relacional, reflexiva e autoconsciente (Schechner, 2006); 'Performatividade' é um termo filosófico, para marcar os processos de objetivação e constituição da infraestrutura de uma performance, que também é importante considerar. A performatividade define tanto esse processo de ser objeto de uma ação quanto as condições e possibilidades para a ação. A performance política é o que fazemos com o que fizeram de nós nas condições para agir que temos.

Os processos de subjetivação ao qual estamos sujeitos nos esquemas de poder e saber estão intimamente ligados com as definições do que os atores políticos são e agem. Para os corpos intersexo ainda inelegíveis ao espaço público em razão das suas características corporais, a luta para formar alianças é fundamental, na medida do seu potencial de redimensionar as próprias possibilidades de viver. Uma proposição plural e performativa de elegibilidade no espaço público é o meio pelo qual o espaço de aparecimento é pressuposto e (re)constituído (Butler, 2019d).

Trata-se de uma definição que se aproxima da visão de Abers e colegas (2018; 2020; 2021) sobre o contexto como essa estrutura relacional altamente desigual que serve de “matéria bruta” para a ação política criativa. Nessa chave interdependente, a vulnerabilidade a essas estruturas relacionais é a condição de ser afetado por normas que muitas vezes nos precedem, mas também o domínio onde a norma pode ser recusada ou revisada performativamente em novas formulações, como por exemplo os questionamentos sobre o binário do "sexo".

Há uma dimensão invariavelmente performativa da ação política, que envolve uma relação recíproca entre corpo – a rigor, ação corporal – e linguagem. "A performatividade é o modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou acionar um conjunto de efeitos. [...] a performatividade é uma maneira de agir também a

partir da precariedade e contra ela (Butler, 2019d, p. 45)."³¹ Dessa perspectiva, a performatividade, que requer a ação –essa sempre-já negociação com o poder –, é tanto o exercício de um "sexo" ou gênero quanto a reivindicação política de igualdade corporificada dessa categoria no espaço público

Para os sujeitos, repetir ou interromper essas normas diz respeito às condições de seu reconhecimento no espaço público. É precisamente nesse sentido que a performatividade corporal da ação teria potencial explicativo para caracterizar as negociações com o poder no sentido de mudanças nos esquemas de reconhecimento. Assim, em um sentido prefigurativo, os corpos reunidos em movimentos sociais, ao conformarem uma modalidade social do corpo, são "uma maneira de representar o mundo que desejamos ver e de recusar o mundo que está nos matando" (Butler, 2019d, p. 167).

Dessa perspectiva, a inserção de um corpo na vida social, em sendo uma função de sua vulnerabilidade às normas, revela, portanto, a radical interdependência da ação e da subjetivação. A vulnerabilidade não é uma particularidade de certos corpos, mas antes uma função dos sistemas complexos de apoio social na constituição de todos os sujeitos, e na definição das possibilidades de sua sobrevivência. Os corpos reunidos em movimentos sociais frequentemente agirão e pensarão visando rearticular precisamente as redes de interdependência práticas e simbólicas instituídas pela sua vulnerabilidade.

O aprofundamento sobre o corpo pode, contudo, detalhar as razões de uma exposição diferencial a recursos materiais e simbólicos para certos grupos e, portanto, ajudar a entender a ação; a agência. O pragmatismo relacional de Abers *et al.* (2018) nos diz que todos temos agência, mas que essas agências são exercidas em relação a um contexto, uma estrutura relacional. Neste caso, a agência é exercida sempre frente a um contexto específico, ou seja, a agência é sempre situada e relacional. No meu entender, pensar o corpo na ação é essencial para caracterizar a estrutura relacional em que a agência é exercida. Por mais que todos nós possamos agir, e agir política e criativamente, a agência é distribuída diferencialmente. Como no caso da rede intersexo, essa diferença se deve precisamente às formas como os corpos são definidos e reconhecidos publicamente pelo poder político conforme critérios sexuais.

Para Butler (2019d, p. 72), o corpo só pode ser definido em termos relacionais. Ou seja, uma definição de corpo só seria possível em função das condições ambientais e

³¹ Para Butler (2019d, p. 24), a performatividade caracteriza primeiro e acima de tudo aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento de enunciação, fazem alguma coisa acontecer (perlocucionário) ou trazem algum fenômeno à existência (ilocucionário).

infraestruturais que apoiam – ou não – certas formas de vida e de ação. O corpo é, portanto, um "conjunto vivo de relações" intrinsecamente associado aos suportes – ou à inexistência deles – para a sua vida e a sua ação.

O corpo é uma composição complexa de elementos, como discursos, gestos, emoções e racionalidade, que se experienciam em movimento e percepção, mas também têm a capacidade de se re-experimentar ao criar novos arranjos. Essa definição ressalta três pontos importantes. Primeiro, o corpo não é apenas uma entidade física, mas atua ativamente em um mundo social rico em interações discursivas e emocionais. Segundo, o corpo não é apenas um participante passivo nesse mundo, pois pode se perceber em ação. Terceiro, o corpo não é inerte, pois pode reconfigurar sua experiência e até desafiar as normas sociais existentes, promovendo mudanças no próprio arranjo social (Quintana, 2020)

A ação performativa e plural empreendida pelos movimentos sociais e grupos contrários à precariedade ocorrerá paradoxalmente em situações nas quais esses suportes inexistem, sendo que certos conjuntos de relações desvalorizam algumas formas de vida e ação. Tal abordagem ajuda a minorar os efeitos prejudiciais que as linhas de fronteira bem demarcadas entre agente e estrutura têm para a concepção teórica da ação política, na medida que situa os corpos como resultado de densas interações. Tematizar as estruturas relacionais em que se inserem os atores está em acordo com uma perspectiva agêntica, na medida em que a agência será negociada dentro dessas mesmas estruturas. Entretanto, a justaposição da análise sobre o corpo detalha o porquê a agência é diferencialmente exercida por certos corpos, com consequências importantes para os agenciamentos corporais coletivos e seus objetivos.

Atores existem nas estruturas relacionais de interdependência que criam limites de reconhecimento e distribuem valor diferencialmente (Butler, 2019d). É no registro de um mundo tão interdependente, e, ao mesmo tempo, tão estreito quanto aos seus critérios de reconhecimento, que nossa vida está sob ameaça, inclusive de agressão e morte. No contexto de agravamento da precariedade – o fortalecimento dos projetos conservador autoritário e neoliberal de desmonte do Estado – é importante compreender o que os atores políticos fazem *durante as* rupturas sociais ou políticas, suas interpretações dos contextos turbulentos e as mudanças em suas práticas e ideias ao longo do tempo (Abers; Almeida, 2019).

Em tempos de imprevisibilidade política exagerada – bastante comuns –, uma intensa contestação ideacional toma forma porque os atores precisam reavaliar suas

estratégias e táticas, bem como ressitualizar criativamente formas de mobilizar recursos e performar rotinas de ação. Essa reflexão detalhada ocorre em resposta às dinâmicas desafiadoras e em constante mudança que caracterizam esses contextos de intensa contestação. Tais "contextos turbulentos" não devem ser percebidos simplesmente como "choques externos" aos quais os atores precisam se ajustar passivamente. Pelo contrário, durante esses períodos, a interpretação do próprio contexto torna-se objeto de disputa e aprendizado por parte dos atores políticos. A todo tempo, eles buscaram compreender e moldar ativamente o ambiente em que decidem as novas ideias e práticas emergentes em chave profundamente relacional e situada (Abers *et al.*, 2023). Daí a necessidade de coligações, alegada por Butler (2019d). Tais coligações têm o potencial de apresentar um impasse tanto arriscado quanto prefigurativo ao sistema político: "não vou deixar vocês viverem se vocês não me deixarem viver. Há um perigo nisso, mas também há a possibilidade de que nós dois possamos viver – se você suportar isso" (Butler, 2019d, p. 167).

Embora ausente nos ideais de autonomia artificializados na retórica capitalista, a interdependência complexa elaborada com literalidade nesta ameaça é a base de diferentes reivindicações políticas por reconhecimento público em situações problemáticas. A sua chave relacional colabora também para visibilizar, explicar e desarticular as ausências que caracterizam a própria vida pública de certos corpos. A interação – isto é, a ação –, em condições cada vez mais desiguais nos contextos turbulentos, ocorre, muitas vezes, no sentido preciso de demandar condições menos desiguais para a própria ação. Na medida em que esse contexto atribui valor diferencial aos corpos, aqueles corpos defendendo alguma causa estão sendo e agindo frente a essa estrutura relacional, nela mesma, e objetivando sua alteração.

É a crítica dessa dependência não reconhecida que estabelece o ponto de partida para uma nova política do corpo, uma que comece por um entendimento da dependência e da interdependência humanas, uma que, em outras palavras, seja capaz de explicar a relação entre a condição precária e a performatividade" (Butler, 2019a, p. 227, ênfase minha).

Nessa chave relacional e interdependente de Butler (2019d, p. 34) "[...] viver e agir estão conectados de tal maneira que as condições que possibilitam a qualquer pessoa viver são parte do próprio objeto da reflexão e da ação política." Para a ação política, essa perspectiva tende a superar a dicotomia entre ação e interdependência; entre autonomia e dependência; matizando um aspecto daquilo que os teóricos da ação caracterizaram como a simultaneidade do constrangimento e construção.

[...] é somente como criatura que reconhece as condições de interdependência que garantem a nossa persistência e o nosso florescimento que qualquer um de nós pode lutar pela realização de qualquer meta política importante em tempos nos quais as próprias condições sociais de existência estão sendo ameaçadas pela política e pela economia (Butler, 2019d, p. 34)

“O corpo não está isolado de todas essas condições de vida que o tornam possível” (Butler, 2019d, p. 88). Essa afirmação da interdependência relacional redundava afirmar que, especificamente em razão dessas vulnerabilidades ao poder performático da norma, o corpo só pode ser definido pelas relações que fazem sua vida e sua ação possível, sendo impossível compreender o corpo – inclusive o seu alegado "sexo" – fora dessa concepção de suas relações constitutivas com outros humanos, com os processos vivos, com as condições inorgânicas e com os meios de vida (Butler, 2019d).

O conjunto de relações, frequentemente desiguais, reflete a vulnerabilidade e a precariedade que une sujeitos no sentido de agir por essas condições. Como diz Butler (2019d), "Não é uma questão de que precisamos viver para podermos agir, mas de termos que agir, e agir politicamente, a fim de garantir as condições de existência.", já que algumas vezes, as normas de reconhecimento corporal nos restringem de maneira que põem em risco a nossa capacidade de viver. Um argumento aproximado está em Cefaï, sobre os processos de problematização empreendidos pelas redes de atores coletivos. Conforme argumenta Cefaï (2017):

Como ser vivo (*life form*), o organismo deve iniciar uma pesquisa para determinar qual é o problema e tentar resolvê-lo transformando seu meio de vida e as relações que mantém com ele. O mesmo acontece quando as respostas, rotinizadas e padronizadas, que uma coletividade dá ao ambiente que a cerca se mostram mal ajustadas, inadequadas ou insuficientes: um distúrbio nasce da indeterminação da situação que os membros de uma coletividade deverão circunscrever, conter, compreender, controlar (Cefaï, 2017, p. 189).

A abordagem da problematização em Cefaï (2017) aproxima-se da concepção butleriana de “prática crítica viva”. Nas palavras da autora:

tenho que pensar com cuidado sobre a vida que me pertence, que também é uma vida social mais ampla, conectada à vida de outros seres vivos de modos que me comprometem em uma relação crítica com as ordens discursivas da vida e dos valores a partir dos quais vivo, ou melhor, me esforço para viver (Butler, 2019d, p. 134)

A partir desses processos, os atores sociais:

Inventam, na teoria e na prática, dispositivos de intervenção cuja operacionalização requer convencer outras pessoas, em privado e em público, sobre a legitimidade de seus diagnósticos. É preciso sensibilizá-las, envolvê-las e talvez mobilizá-las. Em suma, entram numa lógica do *problem-denying* e do *problem-solving*. Assim que essa dinâmica de problematização e de publicização ultrapassa o círculo das pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas, ela assume o caráter de um processo político (Cefaï, 2017, p. 189-190)

Em comum, Butler e Cefaï estão enfatizando o caráter absolutamente problemático de ideias e práticas geradas nas redes de interdependência, bem como os processos ideacionais e práticos pelos quais os atores interpretam-nas e rearticulam-nas. Frequentemente, os atores sociais definirão como problemáticos certas práticas e ideias nas quais o humano é reconhecido de maneiras diferenciadas e as formas como o estatuto do humano é definido.

Ao reconhecer a questão dos corpos nessas cadeias de interdependência em que estão os corpos, Butler (2019d) encontra vias para aprofundar sua crítica ao suposto liberal do corpo político como uma unidade autônoma e independente. Nessa perspectiva, o objetivo da política democrática radical deveria envolver precisamente as relações entre o reconhecível e o irreconhecível. A ação política passa, nesse sentido, por ações necessariamente corporificadas e plurais que rearticulam a noção de quem pode ser reconhecido como povo. Os corpos que se reúnem em assembleias, por exemplo, estariam transmitindo significados políticos por meio de uma representação corpórea concertada.

Desse modo, Butler (2019d) recomenda a análise dessas formas de performatividade que operam por meio das formas de ação coordenada, e cujas condições e objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência, frente à acentuada regulação do espaço público e à desregulação da expansão do mercado para criar vidas dispensáveis. Para Butler (2019d, p 31), as manifestações de massa têm representado uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente, no sentido de um exercício performativo do direito de aparecer por meio de demandas corporais.

É por meio do corpo que a precariedade é contestada, refutada, reformulada e defendida dentro e entre grupos. "A mudança é uma parte intrínseca da rotina e a intensificada sensação de incerteza e reviravolta que caracteriza certos momentos históricos marcados por mudanças rápidas e dramáticas acompanhou o processo de construção de interpretações, de articulação e experimentação dos atores em contextos cada vez mais turbulentos (Abers *et al.*, 2023). Atitudes e opiniões são justificativas que surgem em debates sobre questões controversas (Litton, Potter, 1985). Tipicamente, os atores defendem seus próprios esquemas explicativos contrastando-os com esquemas alternativos que consideram injustos. De especial importância são as conexões feitas entre

questões e temas específicos e contra-temas prevalentes em uma sociedade (Gamson, 1992).

O caráter corpóreo do agir, na medida que atrela as interações às formas como o sujeito ganha estatuto humano no público, revela uma força indexal do corpo que informa as capacidades e os horizontes de ação em estruturas relacionais onde circulam o poder e os recursos que dizem sobre esse corpo. O corpo, assim como as estruturas, é tanto uma função das normas que governam a vida quanto nossas possibilidades de agir nesse mundo, representando ou alterando essas normas (Butler, 2019d).

Essa noção de performatividade corporal na ação política, considerando a simultaneidade de ser e agir politicamente nesse mundo, colabora para superar os dualismos entre agente x estrutura; individual x coletivo³²; público x privado; autonomia x interdependência, reiterados em muitas fórmulas de análise tanto estruturalistas quanto racionalistas sobre ação política:

Seria tão enganoso pensar sobre o corpo como primariamente e por definição ativo quanto seria pensar no corpo como primariamente e por definição vulnerável e inativo. Uma definição depende da nossa capacidade de pensar a vulnerabilidade e a atuação conjuntamente. [...] Quando afirmamos que determinados grupos são diferencialmente vulneráveis, estamos dizendo apenas que sob determinados regimes de poder, alguns grupos são visados mais prontamente que outros, alguns sofrem mais a pobreza do que outros, alguns estão mais expostos à violência policial que outros. [...] Ainda que alguém esteja desprovido de proteção, certamente não está reduzido a um tipo de vida desprotegida. Não existe poder soberano lançando o sujeito para fora do domínio do político propriamente dito. Ao contrário, existe uma operação mais variada e difusa de poder e força que detém e lesa corpos (Butler, 2019d, p. 94).

"O corpo nunca existe em um modo ontológico distinto de sua situação histórica" (Butler, 2019d, p. 99). As formas específicas de desamparo político elaboradas pela deterioração das condições de vida, crises, momentos turbulentos e imprevisibilidades são

³² Sobre a dicotomia individual x coletivo, cabe uma especificação. Conforme argumenta Butler (2019d), quando um indivíduo tem sua vida ameaçada ou protegida, está envolvido numa modalidade de vida social que, de maneira mais ampla, ameaça ou protege sua vida. Da perspectiva butleriana (2019d), quando se torna possível viver, ao invés de morrer, é porque há um esquema que apoia esse direito à vida, *mesmo quando ele é exercido individualmente*. "Cada eu traz um nós", isto é, um grupo/aliança que reconhece a possibilidade do eu e sustenta sua vida. Para algumas abordagens da Ciência Política, a singularidade do status-sujeito é puramente imaginária, sendo o sujeito uma condição para agência. Dessa perspectiva, a individualidade da agência seria uma fantasia que forclui as condições materiais e coletivas para ação, por um ego imaginário (Dean, 2016). Contrariando essa perspectiva, Butler argumenta que a ação política muitas vezes requer precisamente essas condições materiais e coletivas, na ação mesma, de maneira prefigurativa. Desse modo, seríamos levados a agir, e agir politicamente, para requerer as próprias condições de persistência nesse mundo, enfatizando a simultaneidade de ser e agir. Para os exemplos do sexo e do gênero, os corpos individuais que encenam essas significações estão agindo publicamente, a partir de dimensões temporais e coletivas, fundadoras e consolidadoras do próprio sujeito (Butler, 2019 [1990], p. 242) ou, do contrário, interrompendo a força performática dessas significações por meio da contestação dessas dimensões. De todo modo, será sempre uma negociação com o poder e as normas que definem o sujeito.

elementos sobre os quais a própria ação política deve refletir para ocorrer, rearticulando essas teias de interdependência. É exatamente porque os corpos são moldados e sustentados em relação à infraestrutura de apoio - ou à sua ausência - e às redes sociais e tecnológicas que não podemos separar o corpo das relações histórica e economicamente específicas que o constituem.

2.3 Redes de ativismo intersexo: os corpos sexuados em aliança

"Uma sociedade que organiza seus membros em categorias baseadas nas suas diferenças físicas não escolhidas nunca foi um ato politicamente neutro" (Stryker, 2017).

Nós somos o Parlamento pós-pornô que está por vir. Eles dizem "representar". Nós dizemos "experimental". Eles dizem "identidade". Nós dizemos "multitude". Eles dizem "dívida". Nós dizemos "cooperação sexual" e "interdependência somática". Eles dizem "capital humano". Nós dizemos "alianças multiespécies". Eles dizem "crise". Nós dizemos "revolução". [...] Mas porque eu amo vocês, meus pares corajosos, desejo que lhes falte coragem. [...]. *Pois é pela fragilidade que a revolução opera* (Preciado, 2018, p. 14; 21-22, ênfases minhas).

Por meio da revisão pragmática e ideacional sobre as "Redes de ativismo" em comunicação com a noção butleriana sobre "Corpos em aliança", nas seções anteriores, quis enfatizar que a ideia e a ação ocorrem *pelo* corpo. Com a preposição "pelo [corpo]" objetivei retomar uma característica central do argumento desta revisão bibliográfica: o corpo como terreno e objetivo das ideias e práticas da ação política. Por "pelo", no dizer da língua portuguesa, relembro suas definições para designar tanto as ações e ideias que ocorrem "por meio de", como aquelas ações e ideias que ocorrem "em defesa de"; "por algum propósito".

Nos termos da rede de ativismos intersexo, isso significa agir e ter ideias *por meio* do corpo sexuado, bem como agir *em defesa de* um outro registro sexual para o corpo; *em defesa* da possibilidade de viver e agir como corpo intersexo. A inovação analítica dessa abordagem é caracterizar o próprio corpo intersexo como capaz de agir e como categoria de ação. Ainda para a rede de ativismos intersexo, essa abordagem permite assumir o corpo intersexo como capaz de conhecer e de ser conhecido, bem como assumi-lo – o corpo intersexo – como categoria cognitiva das disputas por reconhecimento público.

Pessoas e grupos intersexo têm ocupado cada vez mais proeminentemente a cena pública. As normas do "sexo" e do gênero, contudo, estão profundamente conectadas com suas possibilidades de aparecimento nesse espaço (Butler, 2019a). Adentrar a esfera pública é um procedimento assegurado pela ativação de uma identidade sexual e de gênero sancionada, atendendo aos requisitos das díades endocisheterossexual (Stryker, 2006). Pessoas que violam essas prescrições colocam um desafio fundamental à política e ao modo como ela é definida e assegurada conforme o sexo e o gênero (Namaste, 2006).

Desse modo, as redes de atores intersexo chama-nos a atenção para um caso de ativismo que requer agir politicamente e ter ideias políticas por meio de um corpo ameaçado pelas condições políticas; para um caso de ativismo que requer agir

politicamente e ter ideias políticas para alterar as condições igualmente políticas que ameaçam o corpo. Esse corpo é generificado, racializado, precarizado, etc. Para a rede de ativismos intersexo, o corpo que age e tem ideias é também sexuado: é essa abordagem que pretendo especificar com base nos processos interacionais e ideacionais percebidos no conjunto teórico-militante intersexo.

Para a minha perspectiva, o "sexo" é uma categoria central para a inteligibilidade do corpo humano, sendo a intersexualidade uma disputa corporal, expressa em ideias e práticas interativas, que tendem a redefinir o registro do corpo humano, no sentido de um alargamento das possibilidades de sua materialização e idealização numa complexa rede de pessoas e coisas - aqui estão incluídos os manuais de doenças psiquiáticas, o CID, a indústria farmacêutica, os exames; as imagens, as agulhas, os hormônios, as sociedades médicas; os hospitais; as políticas de Estado, que Freitas *et al.* (2020) menciona.³³

Em consonância com essa referida agenda de pesquisa pragmática e ideacional e alargando a reflexão corporal butleriana (2019d) para as pessoas e grupos intersexo, esbocei um ponto de partida. O direito à vida, à integridade física e mental, à documentação, a remédios e hormônios, entre outros direitos, deveria constituir um aspecto comum da vida intersexo. Contudo, em se tratando de um regime – endossexo – que abusa e viola dos seus direitos humanos, a possibilidade de um corpo intersexo surge apenas como uma ruptura performativa - isto é, uma ação criativa, situada e relacional - que é representada política e corporalmente nas disputas práticas e ideacionais que trava com aquela complexa rede de pessoas e coisas das quais dependem as condições de seu reconhecimento. Nesse preciso sentido, definirão sua causa e seu problema. Esse argumento está de acordo com o indicativo de Butler (2004, p. 12, tradução minha) para quem "o apelo por um maior reconhecimento das diferenças corporais feito tanto pelos movimentos de pessoas com deficiência quanto pelo ativismo intersexo invariavelmente pede por uma renovação do valor da vida."³⁴

³³ Além da noção de performances, a noção de técnicas somáticas - somatécnicas - ajuda a pensar a variedade de caminhos complexos nos quais o corpo é moldado. O bisturi cirúrgico e tantos outros objetos poderiam, desse modo, ser repensados nas teias de interação entre pessoas, objetos e as técnicas que os colocam em interação, ampliando o conjunto das relações políticas sob análise junto dos discursos que justificam e contestam tais instrumentos (Sullivan, 2009, p. 314 apud Brömdal *et al.*, 2016). "Se a tecnologia é um recurso ao qual algumas pessoas desejam ter acesso, também é uma imposição da qual outras procuram se libertar. Se a tecnologia é imposta ou escolhida é uma questão relevante para os ativistas intersexo.": (Butler, 2004, p. 12, tradução minha). Essas dimensões não foram aprofundadas na análise que teci neste trabalho, mas são um tema de interesse sobre o qual pretendo refletir nos meus futuros engajamentos com a academia.

³⁴ No original: "the call for a greater recognition of bodily difference made by both disability movements and intersex activism invariably calls for a renewal of the value of life".

O meu ponto de partida e argumento que percorre essa revisão bibliográfica, é que a rede de ativismos intersexo é um caso de ação coletiva, com dimensões tanto interacionais quanto ideacionais, capaz de destacar aspecto corporal desses processos. Esses seriam elementos importantes para a análise dessa rede na medida que adensam um corpo teórico capaz de acomodar o campo empírico, diligentemente considerando os resultados de tais abordagens para a compreensão do político e da disciplina política quanto à ação coletiva de corpos intersexo em um regime sexuado. Assim, em função da análise empírica da rede, a intenção dessa pesquisa foi compreender, interpretar e dialetizar (Minayo, 2012) a rede de ativismo na causa intersexo, caracterizando a ocorrência dessa rede por meio dos processos ideacionais e interacionais que lhe deram origem, e ora são agenciados na sua ação coletiva, com ênfase no caráter corpóreo desses processos.

Em sendo o objetivo dessa pesquisa caracterizar as práticas e ideias da rede intersexo no Brasil, as abordagens pragmática e ideacional podem prover pistas sobre esse processo, na medida em que enfatiza as ações e as ideias em processos simultâneos de constrangimento e construção. A combinação dessas abordagens, neste estudo de caso, permitiu compreender a intersexualidade como um causa coletivamente agenciada, isto é, levada à público, como um problema para o público, sobre o qual o público deve agir, por meio de processos tanto práticos como ideacionais.

Ao acumular as abordagens relacional e pragmática, na linha da agenda de pesquisa encampada por escolas sociológicas da França e Estados Unidos da América, avivadas nos debates brasileiros em Kunrath Silva e Rukowski (2016), Abers, Tatagiba e Kunrath Silva (2018), contendo e mobilizando as vulnerabilidades baseadas na sexualidade e no gênero, os ativismos LGBTI têm-se reorganizado e diversificado, bem como as estruturas relacionais, redes, campos e configurações em que os atores da causa intersexo se inscrevem. Conforme essas sugestões de investigação, a disputa de modelos alternativos de políticas públicas por atores envolvidos ocorre especificamente nos processos de produção e experimentação (Abers *et al.*, 2018); em processos ideacionais, interacionais e experimentativos (Tatagiba *et al.*, 2018). Nesse sentido, argumento, a rede intersexo tem contribuído criativamente na ativação de ações e ideias em contextos situados, cuja análise bibliográfica e empírica indicou canais de adequação, acomodação e adaptações para o modelo pragmático e ideacional no estudo da ação política.

Conforme ficou refletido na análise documental e nas entrevistas, importa-me conhecer como se conformou desde então a rede de atores intersexo, frente a um contexto

- estrutura relacional – altamente intercambiante em termos de relações sociedade-Estado. É o que pretendi deixar claro por meio da análise dos processos ideacionais e interacionais de caráter corpóreo que conformam essa rede entre 2006 e 2021. Na complexa rede de interdependência nas quais esses atores estão inseridos, uma crescente comunidade tem articulado formas de proteger e promover os direitos humanos de pessoas intersexo. Creio que o debate sobre o corpo ajuda a pensar o "sexo" e as redes intersexo frente às estruturas relacionais e ideacionais nas quais se situam e as quais pretendem alterar. Como diz Leal (2021) sobre os debates trans, também o referencial teórico-militante intersexo trata de uma causa para substituir o registro da falha e da impossibilidade por matrizes de desordem, (des)produtivização e (des)mobilização (Leal, 2021). A norma, se interpretada como uma consecução de ações, mais do que um princípio abstrato, não implica um determinismo social que exclui a possibilidade de agência, mas abre possibilidades para um movimento de restringir e desenredar (Butler, 2019b [1990]p. 247). Na ação coletiva, essa constatação performática reforça sua dinâmica criativa, situada e relacional.

Se "sexo" é uma norma, e, portanto, ação repetitiva e citacional de uma norma, como a intersexualidade se torna ação, e ação de contornos especificamente políticos?

Em se tratando de ação política em matéria de diversidade sexual, de gênero e das características sexuais, "não são apenas o gênero e a sexualidade que são em algum sentido performativos, mas também as articulações políticas e reivindicações [corporificadas] feitas em seu nome" no espaço público, como "esse campo altamente regulado da aparência que não admite todo mundo", nos explica Butler (2019d, p. 28). O "sexo", tal qual o "gênero é algo que fazemos juntos, não algo que somos; uma relação entre nós, não uma essência" (Preciado, 2018 [2015], p. 4). O "sexo", tanto como o gênero não é uma propriedade individual; é uma máquina viva que usamos, incorporamos e nunca possuímos, na medida em que é imposto numa rede de relações sociais, políticas e econômicas. É apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado (Preciado, 2018 [2015], p.5).

Nesse sentido, a perspectiva intersexo pode articular conhecimento crítico de posições políticas incorporadas, que de outra forma seriam consideradas patológicas, marginais, invisíveis ou ininteligíveis dentro das formas normativas e dominantes de poder e saber (Holarcher, 2016). Conforme argumenta Stone (1987), as dissonâncias novas e imprevisíveis têm o potencial de mapear o corpo refigurado frente o discurso convencional do gênero e servir como força produtiva para dividir progressivamente o binário do discurso monista do gênero.

Del La Grace Volcano: Eu escrevo que sou "abolicionista de gênero. Um terrorista de gênero em meio período." Não sou realmente um abolicionista de gênero se isso significa que quero viver em um mundo onde o gênero não existe. Reconheço, valido e apoio aqueles que desejam viver um estilo de vida monogênero. Só desejo que eles me concedam os mesmos privilégios. Digo ser um terrorista de gênero em meio período porque nas ocasiões em que deixo meu desvio de gênero brilhar, muitas pessoas acham a experiência aterrorizante. Elas reagem como se o gênero fosse o último bastião da civilização tal como a conhecemos. *Em um mundo onde tão poucas coisas são certas, as pessoas desejam acreditar em algo. Elas se agarram ao sistema de crenças chamado gênero binário como se estivessem se afogando em um mar congelado.* (Creighton *et al.*, 2009, p. 258, grifo meu).³⁵

Desde uma perspectiva ideacional sobre as variações das características do "sexo" agenciadas coletivamente, a intersexualidade e a endossexualidade são chaves para ler o mundo; uma grade cognitiva que diz sobre expectativas para o "sexo" e sobre qual(is) "sexo(s)" cabe(m) no registro do humano, especialmente aquela forma humana politicamente reconhecida. Como o corpo humano no público está informado pelo seu sexo, desprivatizar a intersexualidade como problema público é uma disputa ideacional sobre a própria organização do mundo social quanto aos "sexos" e as possibilidades de informar cognitivamente a sociedade e o Estado quanto às variações das características do "sexo" em chave problemática.

Desde uma perspectiva pragmática, elementos práticos e relacionais (re)produzem igualmente esse processo. Desde a primeira ultrassonografia, somos sexuados e generificados, antes de entendermos qualquer coisa sobre normas de "sexo" e gênero, com uma força performática que nega a escolha ou a agência (Butler, 2019d). Ao longo da vida, estaremos interagindo com o mundo a nossa volta, altamente regulado pelas demonstrações práticas de nosso "sexo" e gênero. Pode ocorrer, entretanto, que essa norma seja desestabilizada por certos corpos, em ações e ideias não previstas. O corpo intersexo, por exemplo, seria, nesse sentido, uma ação corporal performática que cria algo estranho à norma, algo que não pode ser reconhecido por ela. Essa interrupção da norma; essa interrupção dos padrões mecânicos de repetição frequentemente redundará em negociações políticas para assegurar as possibilidades de reconhecimento do anormal, quando a norma ameaça a vida anormal.

³⁵ No original: Del La Grace Volcano: I write that I am "a gender abolitionist. A part-time gender terrorist." I'm not really a gender abolitionist if what that means is I want to live in a world where gender does not exist. I recognize, validate, and support those that want to live a mono-gendered lifestyle. I just wish they would grant me the same privileges. I say a part-time gender terrorist because on the occasions when I do let my gender variance shine a great many people find the experience to be terrifying. They react as though gender were the last bastion of civilization as we know it. *In a world where so few things are certain, people want to believe in something. They cling to the belief system called binary gender as if they were drowning in a frozen sea.*

De maneira análoga, Preciado (2011, p. 12), seguindo a trilha de Lazzarato (2002) para ressexualizar o Império de Hardt e de Negri (2001), argumenta a favor de uma distinção entre o biopoder e a potência de vida, para compreender as potencialidades políticas dos corpos e anormais para experimentar um novo Império sexual, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o "sexo". Nessa abordagem, o corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética da norma. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação (Preciado, 2011, p. 14).

Na avaliação de Preciado (2011 p. 16), "a história dos movimentos político-sexuais é a história da criação das condições de um exercício total de enunciação, a história de uma inversão da força performativa dos discursos e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos "anormais" (Preciado, 2011, p. 17). Enunciar *intersexo* é também uma luta pela nomeação, pelo reconhecimento, pela visibilidade pública (Segato, 2013) ao mesmo tempo em que nos inscrevemos como demandantes capazes e possíveis (Segato, 2009). Essa tentativa de enunciação trata de um esforço bioético pluralista por desprivatizar e desprodutivizar as agressões e abusos (Segato, 2013) que, nesse caso, sofrem as pessoas os corpos não podem afirmar categoricamente a norma binária do "sexo".

Assim, há no gênero e no "sexo", e no corpo, para fins mais gerais, um caráter performativo, aqui, entendendo performatividade como uma prática citacional que envolve representar uma norma (Butler, 2019e). O corpo se torna performativo na medida em que gênero e "sexo" apresentam um registro que informa os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo. Em contrapartida, esses modos de corporificação podem provar-se formas de contestar essas normas, na medida em que contrariam a idealidade das normas de "sexo" e gênero nos vários esforços de corporificação vividos. Ao mesmo tempo, essa abordagem, ao enfatizar o caráter prático e ideacional dessas normas, nota que qualquer representação performática desse tipo é "sempre-já uma negociação com o poder" (Butler, 2019d, p. 39).

Portanto, esse movimento ou inércia, esse estacionamento do meu corpo no meio da ação do outro, não é um ato meu ou de outros, mas alguma coisa que acontecem em virtude da relação entre nós, surgindo dessa reação {...} uma relação ativa e deliberadamente sustentada, uma colaboração distinta da fusão ou confusão alucinatória (Butler, 2019d, p. 11)

Para Butler (2019d, p. 37), nesse sentido performático, somos forçadas/es/os a repetidamente representar "sexo" e gênero, e embora eles sejam representados

repetidamente, nem sempre estarão em conformidade com as normas. A ideia de representar a norma guarda em si a possibilidade de não conformidade; de que algo novo e criativo aconteça, de maneira diferente do planejado. Aqui estariam as possibilidades de uma resistência às normas sexuais e de gênero. Essas formas performáticas de ação têm, para Butler (2019d), o potencial de reformular o registro do humano/sujeito reconhecido no espaço público, as possibilidades de aparecimento no espaço público, as próprias distinções entre público e privado, nas suas interdependências, bem como os modos pelos quais essa distinção entre público e privado é instrumentalizada a serviço da política sexual.

Desse modo, as intersexualidades têm o potencial de revelar mais uma interface pública das práticas e ideias consideradas tão somente neutras e privadas. Dessa perspectiva, gostaria de elucidar colaborações centrais dos estudos intersexo e de gênero para ação política, decorrentes da sua análise aprofundada sobre o corpo e os contornos políticos que ele assume. Dessa perspectiva adotada aqui, o corpo sexuado - ou o “sexo”, como descrito nas disciplinas - toma materialidade na prática interativa e assume significados nas disputas ideacionais. De maneira mais específica, carece dizer que essa percepção apresenta uma série de desafios disciplinares para as Ciências Humanas e da Saúde.

Esse conjunto de estudos intersexo³⁶ e de gênero alinha-se à problematização de muitas pesquisas sobre raça, etnia, e decolonialidade, na medida que adensa problematizações sobre corpo, identidade e natureza, apontando para suas bases nas ideias e nas interações que as definem como tais. A abordagem detalha uma concepção analítica quanto aos supostos sexuais sobre os quais a política - como disciplina e fenômeno - está assentada. Seus resultados para a teoria política feminista e para o estudo da ação coletiva certamente são numerosos. Aqui, gostaria de chamar atenção para uma consequência que careci especificar para este estudo.

As colaborações mais salientes do referencial teórico-militante intersexo sobre o corpo estão na reflexão sobre natureza e identidade. Os estudos intersexo compreendem o corpo - alegadamente natural/biológico - e o “sexo” do corpo como entidade aberta à interpretação e à significação social, bem como infraestrutura requerida para a disputa política. Esses estudos apoiam-se na definição de *natureza* como vida engajada e

³⁶ Como lembra a avaliação de Machado (2008), nas ciências sociais, é um tema de interesse crescente em variadas disciplinas, especialmente a partir dos anos 1990. Trata-se de um campo situado maiormente no referencial dos estudos feministas e estudos de gênero.

interpretada, um processo especificamente histórico. Passa pela compreensão do "sexo", dito biológico, como uma interpretação histórica arquetípica, avaliando os seus impactos para a construção do espaço público nessas bases, na medida que circula em estruturas de poder e recursos relativamente cristalizadas por redes de atores. Desse modo, o conjunto teórico-militante intersexo argumenta numa chave relacional interdependente, para a qual a intersexualidade só ganha materialidade e assume significação nas redes onde o poder e os recursos são pensados e agenciados. Essa abordagem assume a vulnerabilidade como a própria condição de ação no mundo, com potencial criativo e caráter performático para a interrupção da norma sexual. Ao mesmo tempo, os estudos intersexo colaboram para retematizar e desprodutivizar o "sexo" como elemento fundante de certos feminismos essencialistas e como aspecto desconhecido pela crítica de outros feminismos construtivistas. A crítica ao "sexo" como autoevidência pré-discursiva onde o gênero se assenta aprofunda a dimensão ideacional das disputas políticas, no sentido de formular concepções alternativas para o regime endossexo, rearticulando o binário do "sexo" e enfatizando seu aspecto histórico. A aposta dessa abordagem está na diversificação e especificação das experiências vividas nas estruturas relacionais em desfavor de identidades consolidadas e estáticas. Assim, visam aceitar formas de fragmentação e emergência inesperadas, apontando para as coalizões baseadas na prática e na experiência. Em resumo, este referencial apresenta um desafio para as abordagens que centralizaram identidade como aspecto essencial da ação política (Biroli; Miguel, 2013; Miguel, 2016), bem como para as análises que desconhecem uma crítica responsável aos anteparos sexuais da política.

Enfim, esse conjunto de estudos intersexo, em razão dos seus próprios sujeitos de pesquisa, salienta um importante debate sobre as correlações entre corpo e política. Apoiados por esse nexo, os estudos intersexo tendem a ser informados e informarem reciprocamente abordagens políticas que não tratam a política em termos dicotômicos. Aprofundando a agenda feminista, a intersexualidade propõe, em fundamento, aumentar o universo das instituições onde a ação política acontece; onde o embate democrático acontece. Essa abordagem teórica não restringe *a priori* as formas e lugares da ação política: ela está no "sexo"; no corpo; na família; na maternidade; no consultório médico; no cartório; na escola; na igreja; nos esportes; nos banheiros; nas delegacias; nos presídios; nos espaços de fronteira e assim por diante. Em se tratando de grupos marginalizados, sua existência nessa estrutura relacional está sob ameaça de morte e parte de sua demanda envolve a própria possibilidade de existir essas infraestruturas e requerer

prefigurativamente direitos – inclusive o direito ao aparecimento³⁷ corpóreo nessas infraestruturas, na terminologia butleriana (2019d) - que não estão assegurados a certo tempo. Do seu ponto de vista crítico aos binários abstratos da política liberal, os estudos intersexo podem ajudar a reposicionar ontologicamente o papel do corpo na ação coletiva, chamando atenção para as tensões sobre as expectativas relacionadas ao “gênero” e ao “sexo” do corpo.

Tal perspectiva, questionando a integridade ontológica do sujeito conforme as linhas causais esperadas de sua morfologia, "sexo" e gênero, tem a consequência de aumentar as interfaces em que podemos observar a política sexual informando as formas de reconhecimento do corpo e as formas em que ela é disputada no saber e no agir dos atores intersexo.

³⁷ Butler (2019d), trabalhando em termos arendtianos, afirmar que ser excluído do espaço de aparecimento implicar ser impedido de ser parte da pluralidade que constitui o espaço de aparecimento. Num sentido mais amplo, isso significa "ser privado do direito de ter direitos", diz Butler (2019d, p. 42).

3 UMA BLOGOSFERA INTERSEXO? IDEIAS TRANSNACIONAIS, PRÁTICAS DIGITAIS, CONTEXTOS SEMPRE-JÁ CRÍTICOS [2006-2009]

Instituída em 2006, a Organização Internacional Intersexual (OII) em língua portuguesa foi a primeira mobilização política intersexo no Brasil, sob a liderança de Wal Torres. O seu *blog* foi a infraestrutura de encenação das práticas e de elaboração das ideias que caracterizam o surgimento da rede intersexo no Brasil. Ali, em 2006, já aparecem interpretações situadas dos contextos de crise experimentados pela rede intersexo no Brasil, com implicações para os seus agenciamentos. Depois de um ciclo de desmobilização entre 2007 e 2008, a análise situada de um contexto mais favorável, a partir de 2009, encorajou a retomada, ainda que episódica, da OII no Brasil. Além de reforçar o intento de recrutar uma comunidade virtual ao seu, a Organização deu atenção privilegiada à agenda de despatologização das variações das características do sexo em nível internacional. Nas seções a seguir, analiso estes fenômenos por meio das publicações eletrônicas de autoria de Wal Torres no *blog* da OII.

3.1 A Dra. Waléria Torres e a "OII-Organização Internacional de Intersexuais em língua portuguesa"

O ativismo digital é o conjunto de práticas e ideias de indivíduos e/ou coletivos empreendidas em processos de apropriação e/ou transformação de tecnologias digitais com o objetivo promover publicamente causas contenciosas (von Bülow *et al.*, 2022). O uso da internet por movimentos politicamente motivados também se caracteriza por práticas de conscientização e apoio à organização e mobilização. Desse modo, usam a internet e as plataformas de mídias sociais como ferramentas para o engajamento cívico e político por meio de apoio às capacidades dos ativistas, além de fornecer espaço virtual para a concepção de ideias e ações (Vasconcellos Filho, 2022).

Hester (2006 apud Zavala 2009, p. 126) observa que as novas formas de comunicação tecnológica abriram espaço para que pessoas intersexo compartilhassem testemunhos e encontrassem apoio mútuo. Como nota Davis (2015), a troca de entendimentos e saberes especializados sobre corpos e práticas trans³⁸ e intersexo compartilhados é descrita como a construção de uma “biocidadania informacional”, executada especialmente por meios digitais.

As formas de cidadania implicadas aqui muitas vezes envolvem conhecimento científico e médico bastante especializado sobre a própria enfermidade: pode-se denominar isso de “biocidadania informacional”. Elas implicam formas usuais de ativismo, tais como campanhas por melhor tratamento, fim do estigma, obtenção de acesso a serviços e coisas semelhantes: pode-se chamar isso de “direitos de biocidadania”. Mas elas também envolvem novas maneiras de forma cidadania pela incorporação em comunidades ligadas eletronicamente por listas de correio eletrônico e páginas eletrônicas: pode se designar isso de “biocidadania digital” (Rose, 2013, p. 193).

Como nota Butler (2019d, p. 92), as “ruas e praças” não são a única infraestrutura possível para ação política. Na verdade, alguns corpos são impedidos de uma aparição corpórea específica e têm, alternativamente, agido por meio de mídias virtuais e digitais capazes de produzir efetivas ligações de solidariedade. Bo Laurent (Chase, 1997), em *Making Media: An Intersex Perspective*, nota que:

³⁸ Na entrevista de Aline Freitas (s./d.) à Revista Geni, a trans-ativista e profissional da tecnologia da informação nota como muito profunda e positiva a mudança proporcionada pela *internet*, descrevendo-a como peça importante na socialização de pessoas trans e troca de informações sobre o assunto no Brasil. Freitas (s./d.) também avalia positivamente a mobilização política rápida viabilizada nos usos de fóruns e redes de informação pelo movimento LGBTI e pelos coletivos de mídia independente (Jesus; Alves, 2012). Como nota Jesus (2012), o movimento trans tem articulado publicamente suas reivindicações por meio, principalmente, do ativismo digital, em toda a América Latina, sendo a *internet* um instrumento para prefigurar novas realidades sociais e reconfigurar relações de gênero. Coacci (2014) também verificou a ocorrência do coletivo *Transfeminismo*, desde 2011, no *Facebook*, onde propõe um espaço de interação e formação sobre o assunto. É, principalmente, nas mídias sociais como *Twitter* e *Facebook*, por meio de blogs, grupos, listas de e-mail que, na análise de Coacci (2014), uma corrente especificamente transfeminista tem encontrado terreno para desenvolver-se no Brasil.

O crescimento da Internet tem sido uma grande bênção para nós. Conseguimos aproveitar nossas habilidades em computação para ganhar alta visibilidade, tornando muito fácil para pessoas intersexo, familiares, jornalistas e profissionais nos encontrarem. Essa visibilidade amplia o impacto toda vez que a grande mídia nos cobre. As listas de discussão na Internet facilitaram nossa capacidade de trazer nossas questões para comunidades profissionais fora da área médica. Nosso site funciona como um ponto central de informações não apenas para pessoas intersexo, mas também para jornalistas em busca de pesquisa de base. Além disso, promove a cobertura já recebida, aumentando o prestígio de nossa luta junto à mídia convencional. Não é exagero dizer que, sem a Internet, teria levado décadas para chegarmos onde estamos hoje. (Chase, *Making Media: An Intersex Perspective*, 1997 apud Davis, 2005, p. 33).³⁹

Analogamente, em Vieira *et al.* (2021, p. 3), a emergência de atores da rede intersexo em muitos países esteve atrelada às possibilidades de engajamento *online*. O autor nota que:

[...] vários movimentos sociais foram afetados pela visibilidade derivada das plataformas e dos modos de engajamento *online*. Essa abertura de espaços de escrita e partilha de maneira virtual fez com que diálogos proliferassem em outras partes do mundo, descentrando o ativismo intersexo que, até então, tinha mais evidência e influência a partir do contexto estadunidense. Organizações como *Organisation Intersex International* (OII) apareceram no Canadá e na Austrália, mas atuações como a de Mauro Cabral Grinspan, a partir da Argentina, influenciaram sobremaneira as reorganizações de inscrições políticas e disputas por direitos a partir da diversidade da experiência da intersexualidade, pensando sua mobilização com as especificidades e os históricos de outros territórios inscritos no Sul global. Natasha Jimenez, da Costa Rica, e Laura Inter, do México, são mais duas referências do ativismo intersexo que iniciaram uma militância na virada do milênio em seus respectivos países latino-americanos. [...] Diversas organizações foram criadas em várias partes do mundo, como a *interACT – Advocates for Intersex Youth*, fundada em 2006, nos Estados Unidos, ou a *Brújula Intersexual*, fundada em 2013, por Laura Inter, no México. A organização não governamental *GATE*, fundada por Justus Eisfeld e Mauro Cabral Grinspan, em 2009, merece registro por sua reconhecida atuação de consultoria e *advocacy* internacional, além do trabalho cuidadoso e transformador de seus diretores na participação da elaboração dos “Princípios de Yogyakarta”, em 2006. Também podemos lembrar das filiais da OII, como a *OII-Chinese*, fundada por Hiker Chiu, em 2008, além das atualizações de antigas organizações, como a OII Australia, desde 2018, com a nova denominação de *Intersex Human Rights Australia* (Vieira *et al.*, 2021, p. 3-5).

A Organização Internacional Intersexual em língua portuguesa – também chamada OII-Brasil – atuou como uma organização em defesa dos direitos humanos de pessoas intersexo no Brasil em um *blog*. Na definição elaborada no seu *blog*, a Organização era um "Local para comunhão e discussões para e sobre hermafroditas, pseudo-hermafroditas,

³⁹ No original: The growth of the Internet has been a great boon for us. We have been able to leverage our computer skills into high visibility, making it very easy for intersexuals, parents, journalists, and professionals to find us. This visibility amplifies the impact each time major media [cover] us. Internet mailing lists have made it easy for us to bring our issues to professional communities outside the medical profession. Our Web site serves as an information clearinghouse not just to intersex people but [also] journalists looking for background research. It also promotes coverage already received, giving our struggle increased [cachet] among mainstream media. It is not an overstatement to say that without the Internet, it would have taken decades to get where we are now.

intersexo e intergênero – enfim para toda a possível diversidade no Desenvolvimento do sexo e do gênero – sejam desenvolvimentos incomuns ou atípicos" (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006a). Mesmo carente de uma gramática padronizada, a OII - Brasil apresentou, em língua portuguesa, sua definição particular de intersexualidade, desde uma abordagem dos direitos humanos.

1) Intersexo não é necessariamente uma condição médica: intersexo diz respeito a indivíduos que nascem com corpos atípicos, intermediários entre o que é considerado tipicamente masculino ou feminino (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006c).

Os blogs, como um gênero *online* de "diário extimo"⁴⁰, são particularmente eficientes na distribuição de representações do "eu" para o conhecimento de uma audiência. No caso da OII - Brasil, o delineamento de "nós" aparece na nomeação abrangente de pessoas "hermafroditas, pseudo-hermafroditas, intersexo e intergênero", enquanto ressalta a amplitude terminológica da Organização. No contexto de baixíssima consciência pública sobre a linguagem intersexo, a enunciação de "hermafroditas" e "pseudo-hermafroditas" como sujeito coletivo incorpora, oportunamente, a diversidade de experiências e as formas de nomeá-las que variavam significativamente no Brasil (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006a).

Como consta nos arquivos do *blog* da OII Brasil, a Organização sempre adotou uma multiplicidade de terminologias. A ausência de uma terminologia padronizada aparece nos usos intercambiáveis de "intersexuais"- no nome da organização, por exemplo -, e "intersexo", "intergênero". Os usos de "intersexo" e "intergênero", que aparecem nesta primeira fase de mobilização com muita frequência, aproximam noções de sexo e gênero e, portanto, dificultam uma análise desagregada por características sexuais no discurso da Organização. Embora tais usos cumpram a função de ressaltar as interdependências entre as dimensões sexuadas e generificadas do corpo, podem colaborar para a tendência de *conflation* entre elas, na medida em que não informam as diferenças ou as relações entre os termos e nem especificam as justificativas para a sua escolha. Esse conjunto de terminologias não foi mobilizado de maneira coerente e a multiplicidade de termos pode ter gerado um *quid pro quo* – ainda hoje gera confusão – e desafios para a OII, considerando a sua tarefa de familiarizar a sociedade à sua linguagem até então desconhecida no Brasil.

⁴⁰ Em Sibilia (2008, p. 12), os *blogs* cujas publicações expõem a vida íntima de seus autores são "diários extimos". A classificação revisa a relação entre intimidade e espaços *online* no neologismo "extimo", em que o prefixo *ex-* evoca sentidos de exterioridade e externalidade para as definições de intimidade/íntimo.

Em síntese, nos "princípios fundamentais" da OII - Brasil, que orientaram sua atuação, aparecem quatro tendências principais: (i) a filiação ao discurso dos direitos humanos; (ii) a denúncia dos efeitos da tese do dimorfismo sexual; (iii) a rejeição das descrições médicas patologizantes da intersexualidade, além (iv) da defesa da autodeterminação corporal como princípio da atribuição de sexo e gênero. Este seu projeto político foi sumarizado na passagem de texto a seguir:

Uma organização que advoga:
Em favor dos direitos humanos
Contra a compartimentalização binária do sexo
Em favor do direito do indivíduo em se auto-identificar e ter essa auto-identificação respeitada
Contra qualquer "designação sexual" não consentida
Em favor da diversidade
Contra a heteronomia patriarcalista
(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006b)

A OII é uma organização global registrada no Canadá, mas suas ramificações locais se estenderam a vários países do mundo. No Brasil, a OII foi criada em agosto de 2006, embora já fizesse parte de uma coalizão transnacional de OIIs com presença capilarizada nacionalmente na Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, França, Reino Unido, Índia, Espanha, Suíça e Estados Unidos. Exemplificado nas menções "*queer*" e "*two spirit allies*", o discurso interseccional e também cumulativo das diversas experiências sexo- e gênero-diversas, a nível global, ressoa na referência a uma "grande comunidade internacional" (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006b).

Lutamos por promover nossa visibilidade e o reconhecimento de nossa existência como uma parte natural e portanto normal da humanidade, *com o fim de beneficiar não apenas os intersexuais / intergêneros, mas outras minorias oprimidas pelo "status quo" ainda prevalente em nossa humanidade* (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006c, grifos meus).

Desde um compromisso com a diversidade cultural e linguística, a OII Brasil foi um componente adicional de uma plataforma transnacional multilíngue que, neste caso, providenciase às pessoas intersexo uma infraestrutura comunitária em língua portuguesa.

Oferecemos suporte em diferentes línguas:
Grupos de suporte para pessoas intersexuais / intergênero
Congregamos pessoas intersexuais com diferentes condições intersexuais / intergênero
Uma associação de intersexuais / intergêneros que advogam a luta contra a patologização da vivência intersexual
Uma grande comunidade internacional de intersexuais /intergêneros com disfóricos de gênero (TS,TG,CD), feministas, "queer" e "Two Spirit allies"
Congregamos profissionais da saúde (saúde mental, sexual e de gênero) de diferentes países
(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006b)

Em língua portuguesa, além de enfrentar as formas arbitrárias de gerenciamento da intersexualidade, a OII Brasil almejou servir como grupo de apoio e suporte para a partilha de experiências. Quando comentam, os leitores buscam se aproximar da autora dos textos e essa relação de proximidade e cumplicidade teria o potencial de agrupar pessoas em torno de suas afinidades. Nos casos da OII Brasil, entretanto, nenhum comentário foi respondido publicamente pela Organização. Muito embora as interações entre autora e leitor no blog – como na ferramenta de comentários, por exemplo – não tenham sido tão expressivas, abaixo copiei alguns exemplos, dentre poucos que constam no site.

sissimaltaneves disse...

Estimada DRa. Waléria

Encontrei sua Gidschool ao procurar material para terminar de escrever artigo sobre gênero e direitos humanos, pois pesquisei sobre Homofobia e cidadania GLBT. [...] Ao ler essa página me surpreendi com sua trajetória de vida, sua luta maravilhosa e imaginei a pessoa incrível que seja. Gostaria de poder conhecer mais de perto sua escola e seu trabalho. Parabens milh~es (*sic*) de vezes!

Pediria seu contato por e-mail particular (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006c).

Susan Vaz disse...

Como posso enviar email ou telefonar para a senhora? Pois é exatamente uma instituição assim que procuro. Qual o contato? (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006c).

A representação da OII no Brasil foi liderada pela Dra. Waléria Torres, convidada pela *OII International* para integrar seu conselho e encarregar-se de transmitir a mensagem da organização aos países de língua portuguesa. Sua presença ofereceu uma interface de contato nacionalizado para colaboração com a coalizão transnacional (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006d).

Na sua narrativa autobiográfica "intersexual" e "intergênero" em um dos primeiros *posts* no *blog* da OII-Brasil, Dra. Torres conta os desafios significativos de saúde física e mental a ver com sua experiência trans e intersexo; lembra a guinada na sua formação acadêmica quando abandonou a carreira de engenheira para obter um mestrado em Sexologia na UGF-Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro; destaca a sua dedicação a uma agenda de pesquisa em sexo e gênero na Academia; narrando, por fim, a fundação da plataforma digital Transgender Care (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006d).

A experiência pessoal, intersexo e trans, de Waléria Torres ofereceu uma narrativa poderosa da sua jornada militante, que serviu de impulso para a articulação do ativismo intersexo e da sua pesquisa sobre variações das características sexuais no Brasil. Além de

estímulo à mobilização, suas experiências pessoais de dor e sofrimento serviram também como recurso prático para ação política que, desde aqui, será uma constante da rede intersexo ao longo do tempo, como veremos nos capítulos a seguir.

A OII-Brasil foi representada nas narrativas em primeira pessoa de Dra. Wal Torres, porta-voz da organização no país. O protagonismo individual da sua autobiografia teve a ver com uma característica infraestrutural marcante dos blogs, seguindo uma tendência abrangente de personalização das informações (Recuero, 2003). Neste sentido, o esforço da OII na reunião de pessoas intersexo no Brasil fora constrangido pelas próprias *affordances* dos *blogs*, conduzidos e organizados por um autor que detém as prerrogativas de ativação, agendamento e moderação do debate. Ainda que o autor possa ser interpelado, não parece ter sido o caso da interatividade bastante modesta com os leitores verificada no *blog* da OII (Aldé *et al.*, 2007).

Desde a proposta classificatória de Primo (2008), não é possível posicionar o *blog* da OII de maneira inequívoca, especialmente considerando seus usos multiformes. Por mais que se aproxime da descrição de um *blog* organizacional, afasta-se de um discurso estritamente corporativo na medida que também incorpora dimensões da vida pessoal e profissional da Dra. Wall em gêneros textuais biográficos, artigos de opinião e de divulgação acadêmica.

As coreografias agenciadas pela OII - Brasil, como uma versão nacionalizada da Organização Internacional Intersexual, e pelo ativismo protagonista da Dra. Torres caracterizam o surgimento da nova assembleia intersexo. Na esteira da primeira geração da *web* comercial, caracterizada pela prevalência dos *blogs*, tais coreografias incorporaram uma mediação simbólica de suas práticas e ideias nestes ambientes digitais: é quando a rede intersexo condensou seu primeiro “agrupamento simbólico” no Brasil, de maneira *online*.

Os blogs – especialmente aqueles jornalísticos – vinham, desde 2005, assumindo crescente relevância no debate político brasileiro sobre eleições, escândalos e guerras (Aldé *et al.*, 2007). No caso do *blog* da OII, teve como objetivo tornar públicas as ideias privadas de Wal Torres que nunca teriam a difusão entre a plateia desejada, senão por meio da internet (Schittine, 2004). Esta iniciativa, visou assentar, portanto, uma comunidade virtual – *virtual settlement* – que demarcava um novo terreno de interações sociais (Recuero, 2003). O domínio *.blogspot* aponta para o papel do *Blogger* na popularização de uma interface simples e intuitiva cuja apropriação, manutenção e publicação não careciam de muita qualificação técnica de programação (Araújo, 2006)

O *blog* da OII - Brasil revela um processo de mediação técnica e simbólica e de práticas complexas de comunicação sobre variações das características sexuais (Gerbaudo, 2021). A formulação da OII (2006a) como um "local" – no seu próprio dizer – indica o seu *blog* como a infraestrutura de ação política. Aqui, a abordagem territorializada de lugar engendra, também, uma dimensão da natureza corpórea da ação. Na medida em que o próprio registro do corpo é informado e alterado pelas suas infraestruturas de apoio – inclusive as infraestruturas tecnológicas em que se insere –, esse enredamento de interações *online* também serviu de matéria-prima para a elaboração intersexo sobre o corpo.

Neste entender, a mobilização política *online* da OII no Brasil, entre 2006 e 2009, foi a primeira assembleia espacial para as coreografias corporais intersexo que conhecemos no país. Tal mobilização foi caracterizada, especificamente, pelo ato performático que tentou recompor espacialmente a dispersão de indivíduos intersexo na unidade temporária de uma comunidade virtual. Para isso, buscou mobilizar as intersexualidades em espaços públicos na forma de experiências coletivas e situadas no seu *blog* (Gerbaudo, 2021, p. 95) Em sendo a mobilização um processo pelo qual a assembleia é criada e começa a agir; em que há construção de lealdades e compromissos; reunião de seguidores, fundos e recursos para criar capacidades de ação, o *blog* da OII representa a primeira tentativa de mobilização intersexo como um novo sujeito político no Brasil (Gerbaudo, 2012, p. 92).

Nas trocas simbólicas agenciadas pela OII, aparece o esforço de problematizar politicamente a intersexualidade por meio da identificação de injustiças intoleráveis enfrentadas pelas pessoas com variações das características sexuais. Para isso, o acirramento da definição nós *v.* eles colaborou no sentido de descrever as pessoas intersexo como vítimas e de atribuir responsabilidades explícitas aos profissionais da saúde, especialmente os médicos, como no seguinte trecho: "Interferências autoritárias e heterônomas sobre o corpo e sobre a identidade são *inaceitáveis*. [...] chega a mutilar autoritariamente bebês que nascem com genitália atípica, à revelia da vontade da *vítima indefesa*." Adicionalmente, chama atenção, o processo de responsabilização pública mais abrangente no destaque "Muitos dos problemas vividos em situações de intersexo, derivam do meio socio-cultural, e nem sempre de uma situação médica."

8) Por isso denunciaremos toda forma de opressão sexista e autoritária, contra as mulheres, contra as pessoas intersexo e intergênero, contra pessoas com qualquer tipo de disforia de gênero, e outras comunidades oprimidas pela ideologia sexista e reprodutiva vigente (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006c).

A caracterização de uma "ideologia sexista e reprodutiva vigente" colaborou também para a descrição da contenda intersexo em termos ideacionais e na redistribuição de responsabilidades, em direção ao espaço público e para além da clínica médica. Na medida que elabora o contra-tema que a rede intersexo disputaria, esta forma de nomear descreve o processo ideacional da rede intersexo na identificação e interpretação situada dos enquadramentos desfavoráveis a serem rearticulados na ação, favorecendo a especificação de uma complexa rede de atores, bem como de ideias e práticas que, em conjunto, instituem a intersexualidade.

Se por um lado a OII - Brasil representou um ator contra a patologização das condições intersexo, antagonizando o discurso médico, por outro, buscou alianças com os profissionais de saúde a fim de oferecer serviços de saúde sensíveis. Embora argumentasse que as intersexualidades "não constituem necessariamente uma deformidade ou uma 'doença'", a OII-Brasil enfatizou a saúde como componente importante do debate intersexo. As alianças com profissionais da saúde e a disponibilização de serviços foi parte constitutiva da descrição de suas atividades em "Congregamos profissionais da saúde (saúde mental, sexual e de gênero) de diferentes países" (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006b). A ênfase em questões de saúde parece ter relação com a sua definição recorrente de intersexualidade como uma variação do "desenvolvimento sexual"; como "desenvolvimento sexual atípico" e com a filiação da Dra. Wal às ciências da saúde.

Em resumo, a OII-Brasil por meio do seu *blog* serviu a três propósitos. Em primeiro lugar, tentou reunir uma comunidade conectada *online* em torno de uma nova descrição da intersexualidade baseada nos direitos humanos. Dada a baixíssima interatividade nos comentários, essa reunião foi, contudo, instável. É por meio do *feedback de leitores* nos comentários que as relações em uma comunidade virtual são aprofundadas e a ausência, neste caso, é indicativa de sua baixa visibilidade, em um momento que muitos *blogs* concorriam para cativar o interesse de leitores. As intenções de que o *blog* se transformasse em um *hub* de sociabilidade para as pessoas intersexo no Brasil não se confirmam na prática tímida da Organização.

Em segundo lugar, o *blog* foi uma infraestrutura para a produção e disseminação de informações sobre intersexualidade em língua portuguesa, já que "Sexo em nossa sociedade é "tabu" - afirmava a OII em sua carta de princípios. Os microconteúdos publicados no *blog* misturavam recursos informativos à subjetividade da autora. Desse

modo, a escrita da Dra. Wal Torres buscou a autenticidade da sua experiência pessoal e a qualificação técnica dos argumentos reunidos em sua vida profissional na moda OII de informar. Com isso, desafiou a exclusividade das fontes disciplinares canônicas sobre intersexualidade e funcionou como instância de redistribuição da produção discursiva sobre o tema.

Por último, disputou ideias e agenciou práticas nas relações com outros atores no sentido de contender e reorganizar as normas e as instituições por meio da sua denúncia contra as opressões inaceitáveis e da responsabilização pública pelo problema. Desse modo, acionou dimensões especificamente políticas da intersexualidade na mobilização de um sujeito coletivo no espaço público e elaborou as soluções em favor da mudança social que desejava.

3.2 Antevsões da crise da política intersexo no Brasil: a interpretação situada das variações das características sexuais

Intersexo/Intergênero no Brasil

A sexologia no Brasil está em crise.

O único Mestrado existente no país, fechou as portas no final de 2005, na UGF-Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro.

Isso faz com que o assunto Intersexo seja considerado APENAS por médicos, e o assunto Intergênero nem exista.

O trabalho da OII no Brasil será grande e de base.

Sou membro da SBRASH - Sociedade Brasileira para Estudos em Sexualidade Humana e da ABEIS - Associação Brasileira para o Estudo das Inadequações Sexuais.

Essas sociedades na realidade tratam de assuntos básicos de terapias de casais o Sbrash e de próstata a ABEIS. O SBRASH é controlado por psicólogos e a ABEIS por urologistas.

Quando falo de gênero, de disforias de gênero e de intergênero, me sinto em Marte falando em aramaico com Venezianos.

Por isso o caminho será longo e árduo.

Um journal... poderia ajudar... por ser gratuito...

E um contato interessante é o Psic. Oswaldo Rodrigues... tenho passado tudo da OII para ver se ele divulga... vamos ver.

Teremos muito o que fazer...

Dra.Torres

Postado por OII - Brasil às 10:57 PM Nenhum comentário:

(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006d).

A OII no Brasil, por meio de Waléria Torres, apresentou uma interessante reflexão acerca da relação entre crise e intersexualidade no Brasil, ainda em 2006. Na interpretação situada do contexto descrito como "crise", o encerramento das atividades de pós-graduação em Sexologia no Brasil estaria colaborando para o confinamento da intersexualidade ao domínio disciplinar exclusivo da Medicina e, por isso mesmo, recaía sobre a sociedade civil - neste caso a OII Brasil - a responsabilidade por manter diversificado o debate público sobre as variações das características do sexo. Dra Wal Torres, por meio de sua experiência em dispositivos associativos de classe profissional, percebe o predomínio dos discursos médicos e psi na sociedade civil que desconheciam, em absoluto, as discussões sobre gênero e variações das características sexuais baseadas nos direitos humanos.

Aqui, a crise foi caracterizada especialmente pelo (i) fechamento e desinstitucionalização de espaços acadêmicos de investigação e produção de recursos científicos sobre intersexualidade e (ii) pelo insulamento da rede intersexo, desamparada pelo conhecimento e pelo apoio públicos.

Se souber inglês, visite este site!

Amigos,

Se você tiver condições de ler razoavelmente em inglês, visite este link:

[...]

Ele descreve uma extraordinária experiência de respeito à variância de gênero e liberdade de expressão de gênero num Jardim de Infância nos USA.

Uma experiência fantástica, tão diferente de alguns dos exemplos que vivemos no Brasil e em Portugal!
Vale a pena conferir!
Dra. Torres
(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006e).

Acima, a Dra. Torres traz uma análise comparativa dos contextos brasileiro, português e estadunidense que colabora para a percepção de crise. No contexto dos textos, a situação precária da política intersexo no Brasil desconhecia das boas práticas internacionais. A experiência da rede intersexo já observava a falta de encaixes institucionais⁴¹ e, nos casos em que eles existiam, um processo de desencaixar institucional. A narrativa ativista intersexo aponta, desse modo, para a ausência e fragilidade de sedimentações de médio alcance na sua interação socioestatal e para sua limitada influência nas decisões políticas, com efeitos para a dinâmica de inclusão/exclusão de suas demandas no registro altamente seletivo das instituições.

Os novos desafios, trazidos pelas alterações no contexto, apontou para a relevância dessa reflexão na tomada de ações que pudessem tratar os constrangimentos identificados. Identifiquei duas sugestões mais explícitas quanto aos direcionamentos práticos para o agenciamento da crise: (i) a criação de um *journal* e (ii) um simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil. As duas iniciativas congregam repertórios de colaboração com a Academia e de aliança com profissionais da saúde. Esses repertórios foram informados, com precisão, pelo exercício ideacional que explicou a crise nos termos de uma desmobilização de espaços acadêmicos dedicados ao debate da intersexualidade e da falta de abrigo às questões intersexo nos dispositivos associativos de profissionais da saúde.

3.2.1 *Journal Intersexual: a escrita do corpo sexuado como ativismo*

SEGUNDA-FEIRA, AGOSTO 28, 2006

Intergender Journal

Curtis e amigos e companheiros da OII.

Porque a iniciativa de criarmos um Intergender Journal não poderia partir da direção da OII? A Gendercare apoiaria e ajudaria no journal, mas a edição e a iniciativa, assim como a direção do journal seria diretamente da OII?

Assim eu acho que todos, de todas as línguas se motivarão mais e tudo ficará mais fácil, mais comunitário e mais participativo.

Que tal?

Dra. Torres

Gendercare

⁴¹ Encaixes institucionais - ou melhor, o encaixar institucional - são "[...] sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir" (Gurza Lavalle *et al.*, 2019, p. 47).

Diante da crise na sexologia e da falta de espaço para discussão da intersexualidade, a Dra. Torres sugeriu a criação de um *journal* dedicado a esse tema. Embora não tenha tomado contornos práticos, esse jornal foi um exercício ideacional situado acerca das respostas intersexo à crise apontada. Na interpretação de Wal Torres, uma publicação periódica, organizada pela OII, poderia desempenhar um papel crucial na disseminação de informações e no engajamento da sociedade civil, com efeito de contrariar os prejuízos do fechamento de espaços acadêmicos que caracterizaram a crise.

Ao usar a palavra *journal*, que é comumente associada a publicações de pesquisas científicas, a proposta sugere uma abordagem rigorosa e acadêmica para a divulgação da agenda intersexo. Isso poderia ajudar a manter a produção de recursos baseados em evidências, em se tratando de providenciar uma forma alternativa de divulgação e reflexão científica e de cultivar o debate entre profissionais e pesquisadores.

O uso de um termo em inglês parece também refletir as pretensões transnacionais da iniciativa que teria o objetivo de alcançar uma audiência diversificada e motivar colaboradores estrangeiros. A proposta traz, portanto, uma alternativa para as poucas vozes na pesquisa intersexo no Brasil e, no próprio nome, aumenta seu potencial autodescritivo, na medida que ressoa com ideias bem compartilhadas, nacional e internacionalmente, entre os atores sobre o que é um *journal*.

Ao mesmo tempo, o termo "comunitário" sugere que a iniciativa estaria enraizada na comunidade, a fim de conferir autenticidade e relevância para a pesquisa intersexo, em detrimento das iniciativas acadêmicas institucionais de pesquisa, que, em contexto crítico, já nem eram uma opção. Além da liderança da comunidade, o termo "participativo" implicava a abertura à contribuição de variados grupos de interesse na questão intersexo e a extrapolação da expertise de especialistas acadêmicos. Com efeito, promoveria, neste caso, a mobilização e o empoderamento que a comunidade intersexo carecia para responder à crise. Uma vez que as pessoas têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, opiniões e conhecimentos, o engajamento militante pode aumentar e a pesquisa pode responder às prioridades da rede, ao mesmo tempo que colabora para o alargamento do conjunto de evidências consideradas científicas na produção de saber sobre seus corpos.

Na mesma medida que a comunidade pode colaborar para a definição dos problemas de pesquisa, esses recursos informativos podem ser mobilizados na sua ação,

por exemplo, para explicar e justificar suas demandas ou negociar com outros atores. As ideias são poderosas e as palavras usadas para transmitir essas ideias têm o potencial de impulsionar a ação política. O ativismo em periódicos e, por extensão, as redes de sociabilidade em torno deles, não apenas delineiam tendências, mas também as constituem e alteram (Abrahamson, 2007; Iqani, 2012). Mais do que transmissor de ideias, um *journal* poderia fornecer repertórios interpretativos com os quais as pessoas abordam a política e agem em comunidade (Kitch, 2003, p. 188).

Ainda que a iniciativa não tenha se materializado na prática da OII Brasil, o exemplo revela que o mero exercício de interpretação da crise e elaboração de uma saída tentativa e experimental na forma de um *journal* representam, em si mesmas, a riqueza de um processo ideacional igualmente relevante para caracterizar, reciprocamente, a rede e a crise.

3.2.2 Um simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil

Além do "*journal* intersexual", a colaboração com cientistas e acadêmicos também foi avaliada como uma estratégia eficaz para responder à crise e promover o debate sobre as variações das características sexuais de maneira sustentada e recorrente. Um exemplo desta colaboração foi o plano de um simpósio dedicado às "Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil" que reuniria especialistas, profissionais de saúde, ativistas e pessoas intersexo para discutir as questões de saúde relacionadas à intersexualidade. Espelhando a experiência alemã, a colaboração entre a OII no Brasil e os cientistas interessados avançaria no debate abrangente sobre as variações das características sexuais no contexto de crise.

Recebemos do Dr. Durval Damiani da USP

Cara Dra. Torres,

Eu acabo de vir do 1º Simpósio sobre Anomalias da Diferenciação sexual, que ocorreu na Alemanha (Lubeck), onde tivemos a oportunidade de discutir vários aspectos de tão abrangente tema. Tive a oportunidade de discutir o que escrevi na Carta ao Archives of Diseases in Childhood com o próprio Dr. Hughes e estamos iniciando o planejamento de termos um Simpósio a cada dois anos, alternando com o de Lubeck, onde, aqui em São Paulo, teríamos a oportunidade de discutirmos tão fascinante assunto. Fico à sua disposição para conversarmos e obrigado pelo seu e-mail

Durval Damiani

Postado por OII - Brasil às 7:27 AM Um comentário:
(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2006g).

Não pelo resultado - o seminário não aconteceu -, mas pelo processo rico em informações, a sinalização para a possibilidade de um simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil cumpre o papel de exemplificar o esquema de alianças da rede com profissionais da saúde. Durval Damiani, autor do e-mail reproduzido acima, é médico endocrinologista pediátrico, professor, chefe da Unidade de Endocrinologia Pediátrica do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Dr. Durval ocupa uma posição relevante quanto às suas competências para tratar questões do gerenciamento médico intersexo no maior hospital do Brasil. A linguagem amigável e a proposta de colaboração elaboradas no e-mail revelam, deste modo, uma aliança demonstrativa da coexistência de conflito, mas, sobretudo, cooperação nas ideias e agenciamentos entre a rede intersexo e os médicos. Para buscar alianças entre os profissionais da saúde sem deixar de fazer frente à patologização da intersexualidade, a análise situada dos contextos foi uma chave para superar a crise, em se tratando do isolamento e da falta de apoio entre os médicos.

3.3 "Revitalizando a ação da OII no Brasil, SEXTA-FEIRA, MARÇO 20, 2009"

Logo depois de apontar para a crise na política intersexo, em 2006, a OII passa por um ciclo de desmobilização. Sem postagem alguma no *blog* entre 2007 e 2008, uma tentativa de mobilização só retornou em 2009, quando se manifestou sobre a revitalização de suas ações no Brasil.

Queremos revitalizar a ação da OII no Brasil.
Conclamamos pessoas com qualquer variação atípica no desenvolvimento de sexo e/ou gênero, para vir comungar conosco.
Conclamamos também os profissionais que trabalham com esses assuntos - para que usem este espaço para trocar idéias, sugestões, resultados, para nos conhecermos e podermos cooperar na atenção para com este assunto.
Obrigada
Postado por [OII - Brasil](#) às [2:45 PM](#)
(Organização Internacional Intersexual Brasil, 2009a).

Três anos depois da sua criação, a OII Brasil manteve o convite para a "comunhão" entre pessoas intersexo caracterizada pela partilha de experiências, conhecimento e apoio. Permanece, portanto, a carência por um espaço comunitário e por informações. O convite – sem menção nominal à intersexualidade ou às pessoas intersexo, nestes termos –, não impõe restrições ou critérios muito específicos para o recrutamento, conclamando todas as pessoas que possuem "variações atípicas no desenvolvimento do sexo e/ou gênero". Tal enquadramento, por um lado, pôde aumentar o potencial de mobilizar uma audiência mais numerosa, mas, por outro, correu o risco de comprometer as atribuições temáticas específicas da Organização.

O caráter muito impermanente da atividade da OII-Brasil em seu *blog* pode ter relação com a persistência do desafio de efetivar uma comunidade virtual em seu entorno. Para o *blog* da OII, a intermitência de sua atuação ao longo do tempo pode ter colaborado para a falta de aprofundamento das relações em uma comunidade virtual intersexo. Em agravamento, a efemeridade precária das interações no *blog* também pode ter prejudicado a mobilização e o recrutamento de ativistas na medida que desencoraja o investimento emotivo dos leitores, como pertencentes àquela comunidade virtual e responsáveis por ela (Recuero, 2003). Estes desafios também podem ter a ver com o acesso às tecnologias de informação e comunicação pela população brasileira que ainda era limitado, embora crescente. Apesar dos 67,5 milhões de brasileiros com acesso à internet, em 2009, pouco mais de um terço dos domicílios brasileiros tinham um computador, mais prevalentes entre as famílias de maior renda, e apenas 27% dos domicílios contavam com acesso à internet (Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, 2009).

São muitas as razões para o declínio do ciclo de mobilização de uma organização e, neste caso, não conseguimos especificar os motivos da interrupção das atividades nos dois anos entre 2007 e 2008. Já a retomada, em 2009, esteve fundamentada em uma nova interpretação do contexto: para a OII, na avaliação de Wal Torres, o mundo estaria passando por um momento de mudanças profundas nas definições e perspectivas sobre sexo e gênero que apontavam para a crescente relevância dos grupos intersexo e a possibilidade aumentada de sua ressonância no espaço público (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2009b).

Nessa nova fase, manteve-se também o desejo da OII - Brasil de envolver profissionais que trabalham com questões relacionadas às variações das características do sexo. No anúncio de revitalização, aparece um convite aberto para profissionais que é indicativo da importância atribuída pela Organização à colaboração de especialistas. A separação entre profissionais e pessoas com variações das características sexuais, entretanto, é sugestiva do entendimento da Organização sobre a necessidade de qualificação técnica dos discursos comunitários por meio de alianças baseadas no trabalho e interesse profissional dos atores.

O interesse técnico sobre a intersexualidade parece ter relação, sobretudo, com a centralidade do tema da despatologização na nova fase de mobilização da OII. A retomada dessa mobilização da OII em 2009 foi substanciada, centralmente, por essa interpretação de um contexto de progressiva importância das questões intersexo no debate público cujo *momentum* derivava da saliência dessas questões, especialmente, nas discussões e interações sobre (des)patologização no nível global.

Ainda que não fosse um exemplo de rigor na linguagem, o foco ideacional da OII residiu no rechaço à terminologia "*Disorders of Sex Development*" (DSD) por implicar uma "patologia sexual a priori", enquanto, no campo prático, buscou alianças de profissionais da WPATH e a da World Gender Coalition (WGC) em favor de sua proposta terminológica de Variações do Desenvolvimento Sexual (VSD) (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2009b-c).

Buscando influenciar a revisão futura da Classificação Internacional de Doenças (CID) e denunciar a linguagem patologizante do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), a OII no Brasil elaborou interpretações e empreendeu agenciamentos junto da WPATH (World Professional Association for Transgender Health) e da WGC (World Gender Coalition) a fim de propor a terminologia Variações do Desenvolvimento Sexual (VSD) como uma alternativa de despatologização por meio de

sua crítica pública à APA (Associação Americana de Psiquiatria) e à OMS (Organização Mundial da Saúde) (Organização Internacional Intersexual Brasil, 2009b-c).

4 *HAPPENING*⁴² INTERSEXO: *QUID NOVI?* RECONSTITUIÇÃO PERFORMATIVA DO ESPAÇO CÊNICO [2013-2016]

Desde 2009, quando a OII teve seu último ciclo de mobilização, o ativismo intersexo no Brasil passou por um hiato de quatro anos sem registros de atividade. Em 2013, a pesquisadora brasileira Paula Sandrine Machado participou da audiência pública sobre a situação dos direitos humanos das pessoas intersexo nas Américas da Organização do Estados Americanos⁴³, mas, só em 2014, tornaram a aparecer iniciativas coletivas de grupos de apoio *online*, como o "Intersexos do Brasil". A interação transnacional *online* com grupos intersexo estrangeiros focada na troca e produção de narrativas biográficas e a elaboração e adaptação de recursos informativos em português marcaram a fase de retorno da mobilização ativista intersexo. Neste caso, novas mídias sociais - como *Facebook* e *Youtube* - ofereceram novas plataformas interativas de encontro, apoio e troca de informações. Esta interação rendeu uma descrição das variações das características sexuais como um problema público mais visível na sociedade brasileira, na esteira da complexificação da sigla LGBTQIAP+.

⁴² *Happening*, em tradução literal, é “acontecimento” ou “o acontecer”. Designa uma forma de expressão artística crítica com intenções de fazer pensar, escandalizar e chocar, quase sempre planejada, mas com elementos de espontaneidade ou improvisação, que nunca se repetem da mesma maneira a cada nova apresentação. O termo cunhado na década de 1950 pelo artista norte-americano Allan Kaprow caracteriza um tipo diferente de performance que necessariamente envolve a participação do público, sem que haja a separação entre a ação e os espectadores (SP Escola de Teatro, 2021; Chilvers, 1996).

⁴³ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=245zpmTobCM>>

4.1 Gramática testimonial: tessitura de um abecedário intersexo visivo

Em 2014, persistia uma notável lacuna no entendimento do projeto ético-político intersexo para a qual a primeira fase de mobilização política, na OII-Brasil, não teria oferecido solução definitiva. Nesse cenário, uma líder proeminente do movimento compartilhou uma visão que demonstra os desafios enfrentados ao abordar a complexidade das variações nas características sexuais, em razão da ausência de uma base consolidada de conhecimentos compartilhados em torno das intersexualidades no Brasil, onde o estigma e a discriminação relatados nas descrições e explicações clínicas patologizantes ainda contribuía para a marginalização radical desse grupo da população.

Bem, eu já percebia que meu corpo era diferenciado, *mas eu não sabia o nome disso*, ainda na adolescência. Então, lá dos meus treze, catorze anos, eu já comecei a me questionar sobre o corpo, embora meus questionamentos sobre identidade fossem anteriores; fossem da infância mesmo. Mas na adolescência comecei a questionar, de verdade, o corpo. *Naquele momento eu não conseguia entender. Eu não tinha ferramentas para entender a intersexualidade* (Entrevista 15, ênfases minhas).

No contexto brasileiro, até 2014, a concepção predominante acerca da intersexualidade continuava centrada na noção de um "corpo com deformidades", inalterada pelos esforços modestos da rede intersexo entre 2006 e 2009. Essa perspectiva implicava que a intersexualidade fosse persistentemente categorizada como uma condição médica necessitada de intervenção, ao invés de ser apreendida como uma expressão intrínseca da riqueza da diversidade biológica.

Porque hoje em dia, tanto no Google, quanto na barra do *Facebook*, se você pesquisar "histórias de pessoas intersexo", você até consegue encontrar muitas histórias com essa palavra. Mas, no início, era muito mais fácil você encontrar coisas como: "hermafrodito", "pessoa nasce com pênis e vagina", ou então "travesti descobriu que menstrua". Eram umas coisas assim, que além de ser chamado de "aberração", nós éramos tratados como aberração; e a gente queria demonstrar que isso era uma coisa normal (Entrevista 5).

No final dos anos 2000, Machado (2008) nota que o tema das intersexualidades ganhou mais espaço na mídia brasileira, por meio de novelas, séries e programas de TV. No mais das vezes, o tema era referido como "hermafroditismo" e tratado como um "problema de saúde" (Machado, 2008):

Em relação às famílias e pessoas intersex *[sic]* que encontrei no Brasil, de forma geral havia não apenas um desconhecimento quanto às reivindicações ético-políticas do movimento intersex norte-americano, por exemplo, como pode-se dizer que a percepção da intersexualidade passava principalmente pelo registro do "problema de saúde" ou do "corpo mal-formado". É possível aventar que exista, nesse contexto, um estreito comprometimento entre as definições biomédicas e as descrições disponíveis para os corpos e as experiências dessas pessoas e suas famílias, ainda que elas nem sempre coincidam.

Conforme sugere Machado (2008), pode haver uma estreita ligação entre as definições biomédicas da intersexualidade e as descrições das experiências das pessoas intersexo e suas famílias, embora nem sempre se alinhem. Isso sugere que a terminologia médica e o controle circular da informação médica influenciam a percepção pública e individual da intersexualidade. No dizer de uma pessoa entrevistada, uma disputa ideacional em torno das maneiras de descrever a intersexualidade começa exatamente nos serviços de atenção à saúde das pessoas intersexo, ao mesmo tempo que avalia os prejuízos desta interação entre pessoas intersexo e serviços de saúde para o recrutamento de ativistas e para a mobilização da rede intersexo:

E a gente sabe que isso não é uma questão de falta de iniciativa do movimento intersexo porque os ativistas fazem o máximo que dá. Só que tem muita pessoa intersexo que não sabe que é intersexo; que ainda tem a ideia de ser uma pessoa doente. “Não, eu sou uma fêmea típica que está doente; que tem uma doença”. “Eu sou um macho típico que tem uma doença”. Então, isso é construído na cabeça das pessoas que passam nesses centros e deveriam ser centros de atenção à saúde integral, mas que acabam não se comportando. A gente sabe que tem muita gente perdida. Por isso mesmo o movimento não é tão forte (Entrevista 3, ênfases minhas).

É em 2014 que um novo ciclo de mobilização intersexo surgiu com o propósito de reunir indivíduos intersexo dispersos pelo seu diagnóstico em uma unidade coletiva para acionar a intersexualidade no espaço público. Para isso, o ato de nomeação desta assembleia foi relevante no sentido de desprivatizar a patologização da intersexualidade e inscrevê-la no registro de um problema público.

O negócio de ser doente, foi sempre uma coisa muito traumática para mim. Aí eu me desesperei. Entrei em contato pelo Facebook da ABRAI no inbox, falando que eu tava chorando; que eu tava desesperado. A [ativista] me respondeu rapidamente, me colocou no grupo, e desde então foi uma descoberta. Uma redescoberta. De um passado meu, de traumas meus que já existiam. Poder olhar para eles de uma perspectiva diferentes. Então, me descobrir que eu não sou uma pessoa doente, por exemplo, foi um grande babado. [...] Aí de repente: olha, não sou doente mesmo, sou intersexo (Entrevista 11, ênfase minha).

A reativação da linguagem intersexo, portanto, representou uma forma específica de descrever as variações das características do sexo que tensionou, uma vez mais, a gramática patologizante da clínica. Enquanto o termo "intersexo" foi mobilizado pelos ativistas para refletir a abordagem de direitos humanos contra abusos e violações, o termo Distúrbio do Desenvolvimento Sexual (DDS) prevalecia no contexto médico e científico. Na avaliação de uma liderança intersexo sobre as diversas disputas de terminologias:

A gente nem usava... Já tinha ouvido falar sobre o termo intersexo, já, porque artigos mais antigos falam da palavra intersexo depois que ela foi retirada, substituída pela DDS. Agora a gente tem todo esse movimento, não de

desconsiderar a DDS, porque a gente sabe que a DDS tem a ver com o protocolo médico. Mas a gente está conseguindo que seja uma palavra mais humanizada: como diversidade, diferença, que daí você pode usar DDS, mas daí uma DDS que inclua de fato a diversidade que existe na Biologia. Que a intersexo seja retomada em artigos. E ela vem sendo usada apenas em artigos sociais. Você não consegue achar artigos recentes, de 2018 para cá, a palavra intersexo dentro da Medicina ou das Ciências Médicas. Você encontra DDS. Daí você encontra Diferença. Aí dá para encontrar. Especialmente internacional. Mas você não encontra intersexo, por causa do Consenso de Chicago de 2006, que retirou essa palavra. E quem acaba usando intersexo são os ativistas. Os médicos têm esse receio. Eu acredito, acompanhando o movimento, que tem uma parcela que tem esse receio porque prefere DDS mesmo, e tem uma parcela que tem medo de usar e estar estigmatizando (Entrevista 3).

A passagem de texto aponta que estas terminologias estão em tensionamento, mas coexistem. Enquanto “intersexo” é uma linguagem franqueada à rede de ativismo, terminologias médicas – como DDS, por exemplo – são admitidas para certos propósitos. Entretanto, dados sugerem que o uso do termo DDS, entre outros termos semelhantes, têm causado angústia e evitação de cuidados médicos entre alguns indivíduos afetados e seus cuidadores, além da evidente falta de padronização e patologização (Johnson *et al.*, 2017; Global Action for Trans Equality, 2017).

Por outro lado, existe uma ala específica no Conselho Federal de Medicina que, embora se apresente como neutra e fundamentada na verdade científica, se mostra inflexível em relação às pautas intersexo, recusando-se a reconhecer avanços internacionais e insistindo em uma perspectiva desatualizada. Essa ala do Conselho Federal de Medicina adota uma abordagem agressiva, ameaçando ativistas intersexo e buscando silenciá-los. O Núcleo Intersexo da USP e sua Coordenadora enfrentam perseguições e ameaças jurídicas, inclusive alegando que cirurgias cosméticas sem consentimento são essenciais para normalizar os corpos intersexo. Essa situação expõe a grave tentativa de suprimir a voz das pessoas intersexo, descredibilizando o termo “intersexo” como político e ideológico, e argumentando que cientificamente apenas existe a noção de “Desordem da Diferenciação Sexual”. (Entrevista 15).

Estes contra-temas descritos acima colaboraram para atribuir causalidade e responsabilidade, na medida que define os atores responsáveis pelas injustiças das queixas coletivas da rede intersexo. As atribuições causais disseminadas por esses atores da rede intersexo no Brasil tiveram o papel de renovar a atribuição de significados políticos às circunstâncias injustas que pesam sobre as pessoas intersexo; significados que, por fim, serviram de amálgama entre o envolvimento emotivo trazido pela indignação moral sobre as cirurgias de mutilação genital e o acionamento de disputas ideacionais e práticas consideradas relevantes pelos atores para o reconhecimento público das comunidades intersexo como um sujeito politicamente reconstituído cujo reconhecimento não poderia mais ser adiado.

Embora debatidas muito criticamente em certos ciclos ativistas, tais terminologias médicas foram instrumentais para a rede em outros espaços. Na medida que a linguagem

militante acomodou algumas linguagens dos saberes médicos estrategicamente, conseguiu elaborar zonas de perviedade e interfaces de contato para a negociação com a disciplina médica e seus operadores. Uma interação bem-sucedida está refletida inclusive na nova adaptação destas terminologias no exemplo citado pela entrevistada – de distúrbios para diferenças do desenvolvimento do sexo – e em outros jargões bastante debatidos na comunidade.

Embora a rede, evidências científicas e organizações internacionais⁴⁴ enfatizem que "intersexo" é o termo demonstradamente preferido pelas pessoas com variações nas características sexuais, reconhece que a mudança na terminologia clínica pode ajudar a reduzir a distância entre a comunidade e a clínica. Ao invés de propor a substituição da linguagem clínica pelo termo *intersexo* em ambientes médicos, os grupos intersexo reconhecem a probabilidade de forte oposição e hesitação ao uso do termo por parte de alguns clínicos e grupos liderados por familiares e acreditam também que todas as partes devem reconhecer que pessoas em ambientes clínicos e sociais podem usar termos diferentes de maneira aceitável (Global Action for Trans Equality, 2017).

Depois de 2015, a percepção da intersexualidade parece ter alterado consideravelmente. Diferentemente do que observamos na primeira fase de mobilização (2006-2009) e no hiato dos cinco anos seguinte (2009-20014), a partir de 2015, os termos como "hermafrodita" foram dando lugar à busca por terminologias mais descritivas negociadas pelos atores intersexo na interação com núcleos médicos no Brasil vocais na patologização das variações congênicas das características sexuais: dois deles representam uma interação relevante do movimento intersexo:

A maioria, ainda mais da UNICAMP e da USP São Paulo, é DDS. DDS, do ponto de vista do Distúrbio. Daí você vê também que tem uma influência política e religiosa, dentro desse posicionamento médico. Ainda mais vindo de onde a gente já sabe, ali. Dra Bilharinho. Do Gil Guerra (Entrevista 3).

A suspeição levantada pela entrevistada acerca de um conjunto de médicos que defendem a mutilação genital intersexo é comum nas narrativas da rede. Numa entrevista, a Dra. Berenice Bilharinho confirmou a atualização de alguns termos – hermafroditismo, por exemplo –, mas exemplificou a persistente coexistência de linguagens que concorriam na nomeação das variações das características sexuais. Na sua posição:

Antes se falava em hermafroditismo ou pseudo-hermafroditismo para chamar as crianças que nascem com malformação dos genitais. Os indivíduos são

⁴⁴ Os termos *intersexo* e *características sexuais* - este segundo como um atributo descritivo neutro universal - compõem uma gramática cada vez mais cristalizada em torno da qual convergem a aprovação e o consenso da comunidade, das organizações internacionais de direitos humanos e de pesquisadores (World Health Organization *et al.*, 2014; InterACT, 2016; CARES Foundation, 2014, Lin Sun *et al.*, 2015).

masculinos ou femininos, mas há genitália que não é nem totalmente masculina nem totalmente feminina, por um erro de desenvolvimento, assim como existem pessoas com malformação cardíaca ou outro problema qualquer. *Agora se fala em crianças com genitália ambígua ou atípica ou diferente. Nos questionários que aplico aos pais aqui no hospital, o termo mais aceito é malformação dos genitais* (Mendonça, 2017)

Apesar da persistência de gramáticas patologizantes em certos ambientes clínicos, na segunda metade dos anos 2010, o contexto de baixa consciência pública e baixa politização das intersexualidades foi cedendo lugar a uma crescente mobilização política de pessoas intersexo tematizando coletivamente os abusos e as violações dos direitos humanos de pessoas intersexo no Brasil (Vieira *et al.*, 2021). Ao mesmo tempo, uma comunidade de pesquisadores brasileiros identificou inúmeras dinâmicas na construção da cidadania e participação política no campo das lutas LGBTI, considerando a diversificação e a heterogeneidade de seus repertórios e enquadramentos (Facchini, 2020).

No contexto brasileiro, é a partir de 2015, mas a gente começou com poucas pessoas, discutindo a questão, principalmente, da cirurgia sem consentimento, que é a principal pauta, e, depois, a questão da hormonioterapia, que é associada ou não à questão das cirurgias sem consentimento em bebês e crianças (Entrevista 3).

No Brasil, a difusão do tema está relacionada ao crescente contato de certos grupos com a literatura internacional e outros grupos intersexo estrangeiros, especialmente *online*. Conforme informaram as entrevistas, o movimento intersexo no Brasil, em 2015, começou a importar terminologias em ascensão no debate internacional, influenciado pelo crescimento do movimento trans, pela crescente escolarização de grupos minoritários e pela necessidade de se conectar com comunidades similares em outros países. Essa importação de termos contribuiu para a expansão e a conscientização do movimento intersexo no Brasil e é parte constitutiva de um “caminho ideacional” elaborado em formas transnacionais de ação coletiva (von Bülow, 2014). Este processo ressoa com as pretensões de universalização da linguagem dos direitos humanos frequentemente inscrita no direito internacional e seus espaços mais característicos como, por exemplo, fóruns multilaterais e plataformas comunitárias globais e regionais, além de caracterizar uma interface internacionalista bastante descritiva dos ativismos intersexo ao redor do mundo.

As entrevistas com quatro, das cinco lideranças intersexo responsáveis pela fundação do grupo (Entrevistas 1, 3, 5 e 6) destacam que, no início, encontrar informações sobre intersexualidade em português era difícil e limitado. No entanto, a busca ativa e intencional de pessoas intersexo interessadas em entender suas experiências de maneira cada vez mais qualificada levou à formação de grupos de apoio e à tradução de recursos

em português, atendendo à demanda crescente por conhecimento, "porque não tem muita informação sobre isso, quase não tinha, quem dirá em português. Eu fui atrás dessas informações" (Entrevista 5). A responsabilidade coletiva pela co-produção desses espaços derivada da multiplicação das fontes do discurso teve o mérito de consolidar uma comunidade virtual engajada no compartilhamento de narrativas aglutinadoras e informações valiosas, mas anteriormente indisponíveis.

Aqui no Brasil, a gente começou a importar muitos termos estrangeiros, até por conta do crescimento do movimento não-binário, que não era reconhecido aqui, então, foi vindo lá de fora. E com isso também, veio muita coisa do movimento intersexo. Pôr a página já estar crescendo, a gente mesmo foi mudando a sigla, para poder ir adicionando, se incluindo nos espaços. Porque mesmo que as pessoas não soubessem o que o "I" significava, iam ver o "I" ali, iam perguntar, questionar (Entrevista 5).

As entrevistas apontam para o investimento emocional de indivíduos intersexo na problematização pública do caráter iminentemente político das variações das características do sexo, agenciadas em relações interpessoais *online* onde encontraram espaço seguro para a partilha de experiências. Neste teatro das emergências de corpos sexuais oprimidos, para usar a metáfora da vida como teatro, a contação de suas histórias guardou, aos sujeitos, a possibilidade também de reescrevê-las; de assumir e representar novos papéis (Boal, 1996). O testemunho intersexo, desse modo, teve um caráter recursal para a ação coletiva intersexo com efeitos de "problematizar as hierarquias cognitivas e de ampliar os repertórios de competências e de conhecimentos que podem ser apropriados pelos cidadão" (Nunes, 2003). Enquanto o *Facebook* serviu para canalizar o conjunto das emoções em narrativas pessoais, elas foram também a fonte de uma fartura de dados até aquele momento inéditos para a rede de atores em processo de mobilização.

A tarefa compartilhada de buscar pesquisas baseadas em evidências científicas que posicionassem as intersexualidades no bojo das lutas por direitos humanos representou um incremento essencial para a mobilização da ação coletiva intersexo, sobretudo, para o registro do corpo intersexo mobilizado no curso da ação coletiva de maneiras explicitamente política.

Ao invés de descrever as variações das características do sexo naquele enquadramento tradicional do corpo doente, raro e mal-formado que caracterizou as intersexualidades, os atores intersexo privilegiaram o conteúdo capaz de detalhar aspectos políticos das intersexualidades e a responsabilizaram – inclusive os próprios enquadramentos dominantes sobre a intersexualidade – quanto às persistentes violações à integridade física e psíquica das pessoas intersexo.

Por meio da interação com a diversidade de atores intersexo já consolidada em outras regiões do mundo e acessíveis *online*, a rede intersexo no Brasil conseguiu acessar, elaborar e adequar, ao contexto que viviam, descrições da intersexualidade como um problema público. Esta retórica deu, à nova rede de atores, instrumental para designar as vítimas e apontar os responsáveis pelo problema identificado: um processo igualmente relevante para a emergência e persistência da ação coletiva.

Então, já era o princípio. E foi muito *abc*, sabe? Não tinha muita coisa, então qualquer coisa que a gente pudesse fazer para demonstrar que a gente tava ali, pra demonstrar que era um movimento e que não era pequeno, não eram poucas pessoas, não eram exceções, já era muita coisa (Entrevista 5).

Este novo ciclo de mobilização alcançou, com maior êxito, indivíduos outrora isolados pelo diagnóstico patologizante das suas variações intersexo que ganharam progressivo entendimento acerca das suas posições em cadeias de injustiças inaceitáveis. A passagem da intersexualidade do imobilismo da esfera privada para uma problematização pública agenciada coletivamente - deveu-se sobremaneira à aquisição desses novos saberes sobre a intersexualidade em interações multidirecionais e sustentadas ao longo do tempo, no *Facebook*. No relato dos atores, o contato com o conteúdo desses saberes foi incorporado pela rede ao longo de seu esforço de preencher as lacunas de informações e apoio.

A formação dos primeiros agrupamentos intersexo e sua popularidade mantiveram relação íntima com a elaboração de recursos produzidos pelas redes intersexo estrangeiras em português. Desde o começo, a rede rapidamente buscou equacionar zonas de interação com os atores que designou responsáveis pelas dimensões problemáticas apontadas a fim de lhes remediar. Este foi um exercício ideacional exemplificado no caso a seguir, da interação entre as ideias apreendidas no convívio com atores intersexo e a decisão prática de interagir com médicos a fim de providenciar serviços de saúde mais amigáveis para as pessoas com variações das características sexuais.

Então, a gente queria levar esse assunto, ter um alcance maior. Na época juntou: eu, [...] A gente criou a página e falamos: “vamos colocar nossos textos, nossas pesquisas, colocar onde tem os ambulatórios. A gente pesquisa esses ambulatórios, possíveis médicos prontos pra lidar com pessoas intersexo, a gente pesquisa as histórias por aí (Entrevista 5).

Na seção seguinte, avanço na análise elaborada acima sobre a gramática intersexo em relação aos usos das novas mídias digitais como mediadores desta crescente disputa ideacional em torno das maneiras de nomear e, portanto, descrever as intersexualidades. Enquanto a formação dos enquadramentos de ação coletiva ocorrem na troca dentro dos grupos e categorias com os quais os indivíduos se identificam – e no caso intersexo

brasileiro, no grupo Intersexos do Brasil – as interações interpessoais e o discurso produzido nas mídias sociais – especialmente por meio da página Visibilidade Intersexo – colaborou para uma crescente problematização pública das intersexualidades, o embate de seus temas com aqueles contra-temas do discurso médico sobre as variações das características sexuais. Foi este alargamento e sustentação das coreografias de ação em novas mídias sociais, rotinizadas especialmente no *Facebook*, que concedeu maior visibilidade pública à rede, cativou o interesse de um conjunto numeroso de pessoas para o ativismo e, enfim, diferenciou, sobremaneira, o sucesso deste ciclo de mobilização *online* das limitações do ciclo anterior (2006-2009) em que pesem as muitas semelhanças práticas e ideacionais.

4.2 Cenotécnicas pedagógicas *online*: a senda aprender-ensinar em esferas de aparecimento 2.0

Para preencher a lacuna de informações e apoio, as pessoas intersexo começaram a se conectar em grupos e comunidades *online*. A criação do grupo, no *Facebook*, "Intersexos do Brasil" foi o exemplo mais notável. Este grupo tinha objetivo de providenciar um espaço para as pessoas intersexo ou que suspeitavam sê-lo compartilhar experiências e obter informações. Uma das principais lideranças intersexo envolvidas desde o princípio da iniciativa especifica a etapa de recrutamento e sistematização de formas sustentadas de interação e comunicação entre pessoas intersexo:

Assim que eu descobri, inclusive, não tinha um movimento social aqui no Brasil muito forte. Os grupos que tinham, eram todos gringos. Aí eu entrei. Eu já era bilíngue, então eu conversava com outras pessoas, acabei conhecendo pessoas daqui do Brasil, do RJ também. E nesses grupos de sexualidade, eu encontrei outras pessoas intersexo. Conversando com uma pessoa intersexo, eu descobri que poderia ser também. Tinham muitas características parecidas, características que não eram comuns a pessoas com corpos normativos, diádicos, e aquilo ficou martelando na minha cabeça: "será que eu sou assim também? Como eu posso descobrir se eu sou assim também?". Então, a gente ficou conversando, nos adicionamos no *Facebook*, [...], criamos o grupo *Intersexos do Brasil*. A gente falou: "vamos juntando todas as pessoas que têm certeza que são intersexo, as que desconfiam, e a gente vai vendo direitinho pra trocar ideia (Entrevista 5).

Na mobilização política da rede de ativismo intersexo no Brasil, não quaisquer mídias digitais, mas, especificamente o *Facebook* desempenhou um papel singular. Embora já tivesse tido experiências de ativismo digital em um *blog* da OII-Brasil, como vimos no capítulo anterior, a rede só ganhou notabilidade pública em 2015, por meio da apropriação do *Facebook*. Em 2015, o *Facebook* contou 99 milhões de usuários brasileiros, num período que coincide com o desgaste da pertinência e celebridade dos *blogs* (Observatório da Imprensa, 2015; Facebook, 2015) em favor da ascensão das mídias digitais mais interativas.

Se, em 2009, o acesso à internet ainda era restrito no Brasil, em 2015, passou a alcançar quase metade da população brasileira, enquanto também cresceu o número de brasileiros conectados por *smartphones* onde os aplicativos de redes sociais ou de troca de mensagens eram os mais usados (Nielsen IBOPE, 2015). Na esteira de sua crescente popularidade e da adesão às suas funcionalidades de interação, o *Facebook*, precipuamente, foi o canal destacado para a exposição pública da questão intersexo e interação de ativistas, a partir de 2015. Um dos entrevistados descreveu seu envolvimento com esses movimentos da seguinte forma:

[*Meu envolvimento*] Veio dessa nova onda do movimento intersexo que começou depois de 2010, mais especificamente 2015, que a gente começou a

participar. Como se fosse retomar o movimento intersexo no Brasil. [...] Que foi o início ali. Esse início começou com o envolvimento na *página Visibilidade Intersexo*, para falar um pouco sobre os estados intersexo, das variações biológicas e tudo mais. *Mas isso começou um pouco antes: 2014, mais ou menos. Com a gente se conhecendo pela internet, conversando em páginas de direitos LGBT. LGBT, porque até o momento era LGBT. Com essas conversas a gente se conheceu.* Não lembro como foi, mas foi em grupo. A gente falando, citando que tinha o estado biológico diferente. *Aí a gente resolveu conversar. Começou a conversar no inbox e resolveu fundar a página* (Entrevista 3, ênfase minha).

Ao contrário da baixíssima visibilidade pública do *blog* da OII e do protagonismo individualizado de Dra. Wal Torres, o grupo Intersexos do Brasil no *Facebook* cresceu em número de participantes que compartilhavam, proativamente, os testemunhos de suas experiências entre seus pares. Em dezembro de 2014, numa ferramenta de bate-papo em grupo, o *Messenger*, apareceram as primeiras conversas sobre a criação de um grupo no *Facebook* que providenciasse mais recursos de interação. O grupo *Intersexos do Brasil*, então, foi efetivamente criado em janeiro de 2015. O trecho "*Com essas conversas a gente se conheceu*" realça uma dimensão afetiva das relações de "amizades". Publicações, mensagens, comentários e *likes*, por exemplo, serviram de interposto para relações sustentadas de proximidade entre uma embrionária elite ativista intersexo empenhada na produção, compartilhamento, recepção e avaliação de conteúdos (Pavesi, Valentim, 2019; Safatle, 2016).

A ideia dele foi em Dezembro de 2014. Porque a gente conversava por um grupo no *Messenger* do *Facebook*, e a gente decidiu que um grupo no *Facebook* seria mais fácil. Aí, o grupo foi criado bem no início, provavelmente antes do dia 10 de Janeiro de 2015 (Entrevista 5).

Como sabemos, os Grupos são voltados para discussões privadas – por definição – a um número menor de pessoas. À medida que o grupo crescia, ali mesmo, os usuários discutiram a elaboração de alternativas para comunicar-se com públicos maiores. Já vieram, dali, os planos de uma campanha pública na forma da página "Visibilidade Intersexo", criada em 26 de outubro de 2015, aproveitando o *momentum* da efeméride de visibilidade intersexo. O seu objetivo era providenciar uma interface pública para a causa intersexo que extrapolasse o alcance restrito dos grupos e bate-papos. No caso do *Facebook*, quanto maior o número e o alcance dos usuários conectados, maiores as chances de mobilizar o envolvimento coletivo para as causas políticas (Grieve *et al.*, 2013).

Essa página foi um dos processos de apropriação de tecnologias digitais pela rede intersexo e se tornou um marco histórico porque providenciou uma maneira eficaz de promover as histórias de pessoas intersexo e distribuir informações sobre as variações das

características do sexo, por meio do alcance do *Facebook* e os seus multimodos de interação que pulverizaram o protagonismo e as experiências de empoderamento individual (Lapa, 2015). Como um dos entrevistados explicou a cronologia:

A ideia do grupo Intersexos do Brasil foi por volta de Dezembro de 2014. A gente criou o grupo em Janeiro de 2015, e a página Visibilidade Intersexo foi criada no dia 26 de Outubro de 2015, que foi a semana da visibilidade intersexo. A gente aproveitou isso para criar a página e dar início nessa militância (Entrevista 5).

Apesar do desafio de localizar e recrutar pessoas intersexo dispersas no território e muitas vezes isoladas pelo desconhecimento de suas características sexuais, a mobilização e o crescimento do grupo foram notáveis. Neste contexto, os atores intersexo desenvolveram suas capacidades de acessar e transmitir informações que capitalizaram seus recursos cognitivos e substanciaram suas próprias narrativas. Desse modo, a rede criou capacidades de conexão e redimensionou a amplitude de suas práticas e ideias nas plataformas digitais da *web 2.0* (Fortunati, 2014).

E faz diferença, né? Você saber quem você é. Você perceber que não tem nada de errado com você, e que tem outras pessoas com a mesma vivência que a sua. Que você pode receber apoio na internet. Mesmo que essas pessoas não morem próximas de você. É muito importante (Entrevista 5).

No início, o grupo rapidamente cresceu e continuou a atrair e incorporar novos membros em infraestruturas virtuais comunitárias de interação das ferramentas de mensagem e grupos. A rede manteve seus espaços exclusivos de interação entre pessoas intersexo, mas elaborou novos espaços de envolvimento coletivo *online* para acomodar aliados e familiares interessados em aprender e apoiar as pessoas intersexo. Como relatado por um dos entrevistados:

Então, *foi meio que procurar agulha num palheiro*, foi bem complicado. Mas, a gente acabou se encontrando, e cada um conhecia uma pessoa, ou uma pessoa que conhecia outra pessoa que pudesse ser intersexo, e nisso o grupo foi crescendo. Eu lembro que no início não tinha muitas pessoas, eram umas 20, e depois quando chegou a 50 pessoas, a gente disse: “caraca, um grupo muito grande! E cada vez mais, entrando mais pessoas”, tanto é que, com a página da Visibilidade Intersexo, a gente resolveu criar uma página pra um grupo pra aliados também, esse grupo é só pra pessoas intersexo. Pra poder entrar os médicos, pesquisadores, milhares de pessoas intersexo e tal, porque às vezes têm familiares que querem saber como lidar, querem saber o que fazer, e não tem muita noção porque não tem esse material; *um grupo assim pra interação geral* (Entrevista 5, ênfase minha).

O objetivo por trás da criação da página era compartilhar os aprendizados recentes da rede nos textos nas disputas das descrições das variações das características: "Aprender e ensinar o tempo todo" (Entrevista 5). Os processos de apropriação das mídias sociais se

deu por meio do compartilhamento dos resultados de pesquisas e dos recursos, como listas de ambulatórios e médicos especializados em atender pessoas intersexo (Entrevista 5).

A página Visibilidade Intersexo, ao oferecer uma maneira de promover conteúdo sobre intersexualidade produzido pelas pessoas intersexo, usou a potencialidade de alcance do *Facebook* para contrariar tanto a persistente ausência de recursos informativos, quanto o controle circular da informação e a gramática patologizante empreendidos pelos operadores do saber médico em se tratando das intersexualidades. Essa articulação parece ter sido relevante para superar o imobilismo da rede e recrutar um número crescente de pessoas em comunidades virtuais, também nomeadas comunidades de pensamento, comunidades de interesse, comunidades de afeto e comunidades morais (Barros, 2022; 2016). Ao mesmo tempo, diferentemente dos grupos onde os administradores são conhecidos e suas publicações são feitas no próprio nome, a página Visibilidade Intersexo, à medida que omitia seus administradores, consolidou uma forma de representação coletiva pública gerenciada colaborativamente por um agrupamento de pessoas intersexo filiadas, à semelhança de dispositivos associativos *offline*.

Mas, quando eu comecei a fazer o ativismo, em 2015, era a página. E ali na página, ficava a gente... Pessoas que administravam a página e falavam sobre o estado intersexo. [...] Sim, e a gente também não sabia tudo. Cada um tinha um pouco de informação. Pessoas formadas em áreas completamente diferentes, pesquisadores de áreas completamente diferentes. A gente teve que juntar todo nosso conhecimento e estudar, ir em busca de material, de livros, pesquisas, de TCCs. Ir em busca de materiais de outros países, principalmente a Austrália, depois Alemanha (que foi surgindo o movimento lá), pra poder trazer estudo pra cá. Porque não tinha nada em português, e a gente tinha essa missão de passar. Então, era constantemente: *aprender para ensinar*. Foi puxado (Entrevista 5, ênfase minha).

Tais trocas mediadas *online* tiveram o potencial de desprodutivizar injustiças epistêmicas que confinam o saber sobre a intersexualidade à disciplina médica em processos de educação difusos, não especializados e não regulamentados, em relações sociais cotidianas, orientadas à transmissão de comportamentos, disposições, crenças e competências (Barros, 2016). Na medida em que pessoas intersexo passam a produzir suas próprias descrições das variações das características do sexo e repensar os critérios de normalidade sexual, rearticulam hierarquias de credibilidade e disputam as formas de conhecer o corpo sexuado em relações educativas inseridas nas novas dinâmicas de socialização no *Facebook* (Barros, 2016, p. 863).

Mas o grupo foi crescendo. Eu conheci pessoas maravilhosas lá. A partir daí, a gente disse: “precisamos informar outras pessoas sobre a nossa existência, já que o governo não faz isso, a medicina não faz isso, os colégios não fazem isso, a gente vai fazer”. E foi quando a gente decidiu criar a página Visibilidade Intersexo; veio do grupo Intersexos do Brasil (Entrevista 5).

A definição de conflitos políticos em torno da intersexualidade teve a ver com o uso das mídias na reconfiguração das sociabilidades de pessoas com variações congênitas do sexo. A mobilização política de seus problemas, anteriormente privados, na forma de questões públicas, com foco no engajamento situado e contextual, deram significado renovado às práticas de mutilação genital intersexo. O caráter simbólico e mediado do corpo colabora, no caso intersexo, como recurso para fuga do excepcional e elabora experiências corporais coletivas de sofrimento como recorrentes, disseminadas e generalizadas que percorrem as narrativas biográficas e informativas difundidas nos fóruns e bate-papos *online*. O foco da rede, a este tempo, recai, sobretudo, na reunião de uma comunidade e na demonstração pública da sua existência (Entrevista 1). As mídias digitais, como a página Visibilidade Intersexo, entre outras, desempenharam um papel crucial nessa fase inicial quando a rede se concentrou especialmente no binômio aprender-ensinar e encontrou formatos coletivos de canalizar suas ideias e práticas. Neste estudo de caso, o enxame⁴⁵ de atores intersexo tratou de rotinizar coreografias coletivas e distribuídas de resolução de problemas, que passariam a integrar o conhecimento coletivo da rede intersexo. A memorialização e registro de experiências pessoais intersexo e a reunião de evidências científicas de pesquisas sobre as variações das características do sexo foram os componentes centrais da inteligência do enxame intersexo.

O ativismo intersexo no Brasil envolveu pessoas de diversas áreas e formações. A falta de informações em português levou os ativistas a buscar conhecimento internacional e colaborar para compartilhar esse conhecimento na comunidade intersexo brasileira. Este esforço inicial tratou de articular saberes experimentais derivados das experiências pessoais diretas e indiretas de pessoas intersexo a fim de viabilizar a apropriação coletiva de ideias em relações interpessoais que conformaram os enquadramentos e repertórios desta rede nas suas fases iniciais (Gamson, 2003, p. 20 apud Klandermans, 1997).

Assim, as práticas pedagógicas da rede intersexo passam a constituir uma instância crítica de saberes sobre práticas e ideias do mundo e, ao mesmo tempo, um processo de apropriação de si em relações de aprendizagem com seus pares. Além do *Facebook*, o *YouTube*, por exemplo, foi a arena pública de uma ativista que relata sua experiência na produção de conteúdo sobre intersexualidades a partir de 2016:

⁴⁵ Os conceitos de enxame e inteligência de enxame podem ajudar a revisitar a gramática das redes desta pesquisa. No jargão de Hardt e Negri, exames são corporalidades nômades que podem agir em conjunto sem ser reduzida a uma identidade ou um lugar.

Daí, depois, mais para frente, resolvi falar um pouco mais. De uma forma mais visível, me apresentando. Em 2016. Daí, eu fundei o canal. O canal que eu administro: [...]. Daí, começou a aparecer mais. Porque como eu fui falando publicamente; fui fazendo vídeos; foi indo nessa *vibe* (Entrevista 3).

Segundo descreve a literatura, fatores que aumentam a familiaridade com o problema ou incentivam maior envolvimento e comprometimento com os atores sociais podem aumentar a relevância das informações produzidas pelos atores. Esta necessidade de cognição, que se refere à disposição de estruturar situações relevantes de forma significativa, é um indicador crucial dessa propensão (Klandermans, 1997). Aqui, as disposições individuais dos atores intersexo interagem com o contexto de disponibilidade de novas formas de enquadramento das intersexualidades e novas infraestruturas digitais para gerar e difundir fontes de informação. É com estas interações e ideias que o enquadramento de injustiça é elaborado como forma de delinear um problema público, seus responsáveis e os agenciamentos a serem adotados. Para Klandermans (1997) é este fluxo de ideias e práticas que caracteriza a elaboração dos enquadramentos da ação coletiva.

Para o caso de elaboração intersexo, o *Facebook* foi central para a convergência de um público crescente e emotivamente investido em torno de suas práticas e ideias (Barros, 2022). Mais do que apenas providenciar e atualizar informações, esses recursos simbólicos compartilhados no *Facebook* estimularam a criação e o fortalecimento de laços recíprocos de confiança e pertencimento (Barros, 2022). Diferentemente da hierarquia autor-leitor no *blog* da OII-Brasil, a mediação do *Facebook*, entre outras, ofereceu um alto grau de interatividade que descentralizou – ao menos em parte – as fontes de produção de conteúdo entre usuários nas interações comunicativas, reposicionando, deste modo, antigos espectadores como autores: *producers*, na terminologia de Bruns (2018).

Este tipo de agenciamento pela mediação simbólica e tecnológica das mídias digitais redistribuiu infraestruturas de encenação – cenários – para os atores intersexo agrupados, no sentido de dar-lhes lugar protagonista na produção de suas ideias e práticas (Gerbaudo, 2021). No geral, as entrevistas destacam como o *Facebook* desempenhou um papel crucial no novo ciclo de mobilização da rede intersexo no Brasil, permitindo que ativistas se conectassem, compartilhassem informações e promovessem a conscientização pública sobre a intersexualidade. A mesma ênfase aparece em Vieira (2021). Para o ativista e pesquisador intersexo:

[...] a militância intersexo no Brasil é muito recente e fruto de uma ação conjunta de militantes para dar visibilidade à questão. O lançamento da página “Visibilidade Intersexo” em dezembro de 2015 é um marco histórico que

apresenta a necessidade de se promover histórias intersexuais *[sic]* em tempos de redes sociais digitais como possibilidade de divulgação e contato com as pessoas que a acessam (Vieira, 2021).

4.3 Contrarregra LGBT e o teatro de emergências intersexo: distúrbios em cena, palcos deletérios

Para Facchini (2020), o período de 1970 a 2010 correspondeu à “dança das muitas letrinhas”, ou seja, às mudanças de enquadramento sobre sexualidade e gênero, complexificando os movimentos sociais de homossexuais da década de 1970⁴⁶ até se tornarem uma rede de ativismos LGBTQIAP+. Nos meios militantes, especialmente nos países do Ocidente, a saliência pública dos temas relacionados à intersexualidade esteve conectada com o sucesso concomitante dos movimentos LGBT (Dreger; Herndon, 2009). No Brasil, a conformação de uma rede de ativismos intersexo é relativamente recente - começando em 2006 e ganhando nova força em 2014 -, bem como a inserção dessa população nas lutas LGBT.

Desde o final dos anos 1970, com a abertura democrática, houve um crescente interesse nas questões de gênero e sexualidade, em centros de pesquisa, nas organizações internacionais e em iniciativas ativistas. Entretanto, não demorou muito para os movimentos estritamente homossexuais sofrerem suas primeiras críticas de lésbicas e pessoas negras quanto a certas invisibilidades decorrentes da hegemonia gay branca (Facchini, 2020). A partir da década 1980, a problematização da epidemia HIV/AIDS no espaço público acompanhou o aumento da influência de ativistas e uma atuação militante mais pragmática, especialmente nos espaços de interação Sociedade-Estado inaugurados com a Constituição Federal de 1988 (Facchini, 2020).

Esse processo de experimentação democrática mais ampla no Brasil, ensejado com a Constituição Federal de 1988, encontrou capilaridade nos anos seguintes na forma dos conselhos gestores de políticas públicas, dos orçamentos participativos, das associações e das conferências (Almeida, 2017; Miguel, 2012). A seu tempo, nessas novas arenas participativas, "se concentraram as melhores possibilidades de transformação social e arejamento das instituições" (Miguel, 2012, p. 101). Movimentos sociais e atores estatais criativamente experimentaram padrões históricos de interação e, conforme argumentam Abers *et al.* (2014), reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas as mais inovadoras. Tais inovações no campo da participação da sociedade civil na

⁴⁶ Dizer Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) pode redundar na reafirmação de um enquadramento hegemônico para os movimentos de diversidade sexual e de gênero na década de 1970, resultando no apagamento deliberado de outros atores. Uma das principais afirmações das redes trans e travestis refere-se ao reconhecimento da existência histórica do movimento de travestis, desde 1979, convivendo e disputando o cenário com o MHB. Jovana Baby Cardoso é a fundadora do Grupo ASTRAL em 1979, atual presidenta do FONATRANS, e autora do livro *Bajubá-Odara Resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil*.

formulação e fiscalização de políticas públicas em diversas áreas evidenciaram os potenciais democratizante e criativo da relação Estado e sociedade (Almeida, 2017). Essas "formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas", Avritzer (2008, p. 45) chamou de Instituições Participativas.

O adensamento "das linguagens que possibilitam o diálogo socioestatal", ou seja, uma "gramática oficial da participação" que consolidou um conjunto de diferentes repertórios, incluindo *advocacy* em todos os poderes; lançamento de candidaturas; participação em conferências e outras iniciativas que refletiram uma série de políticas públicas para a população LGBT, cujo ponto alto ocorreu durante os governos Lula do Partido dos Trabalhadores (PT). É na primeira Conferência Nacional de Políticas LGBT que o acrônimo é consensualizado pela rede de atores, por exemplo, representando uma mudança de enquadramento em relação ao anterior GLS.

Facchini (2020) narra os espaços de participação institucionalizada como lugar de intensas batalhas classificatórias, em que a rede de atores LGBT trabalhou ativamente para criar pontes entre o discurso oficial e o discurso nas bases, concentrando-se nos repertórios de essencialismo estratégico - ou seja, de ênfase na delimitação de identidades - e de visibilidade, para delimitar as identidades LGBT no diálogo estatal e aparecer publicamente para a sociedade. Para Facchini (2020), durante os anos de proximidade com o Estado, o esforço de cristalizar identidades L, G, B e T bem demarcadas no interior das disputas políticas com o Estado, foi responsável por acirrar disputas por visibilidade no interior do movimento onde a diversificação e complexificação dos atores QIAPN+, se adensavam à revelia de sua exclusão da maioria dos círculos militantes, inclusive dos espaços colegiados da sociedade civil no Estado.

A inclusão da intersexualidade no bojo das lutas LGBTs foi primeiro um debate interno da rede de ativismos intersexo. Assim como não foi óbvio em outros contextos do mundo, tampouco era autoevidente no Brasil que o movimento intersexo necessariamente buscava alianças LGBT a fim de integrar a rede. Ao contrário, a decisão por buscar acomodar-se nos enquadramentos LGBTs, demandando o alargamento necessário para assentar o programa intersexo, foi fruto de elaboração ideacional deliberada da rede intersexo naquele contexto:

Era uma dúvida. Era uma dúvida até de um momento anterior à minha chegada, mas era uma dúvida. Porque em alguns países, a pauta intersexo é completamente biológica e desassociada das LGBT, por conta, da conformação histórica, a cultura [...]. Então, não há porque, por exemplo, você associar as LGB, em países em que tradicionalmente se tem o terceiro gênero, o terceiro sexo, outros gênero, como é na Ásia, em alguns lugares, ou como é em alguns

pequenos lugares da África, também. Então, cada lugar vai ter um jeito. Mas, em se tratando do Ocidente, acabou fazendo isso, de se associar ao restante da sigla LGBT. E colocar o I. Nem se tinha discussão das outras letras. Acho interessante mostrar mesmo o quanto as identidades são processos históricos. Não só individuais, ou de identidade individual. [...] *Aí, as intersexo, es intersexo decidiram, aqui no Brasil - quem estava no ativismo - que esse movimento que em outros países ocidentais aconteceu, esse movimento de compor a sigla também deveria acontecer aqui. E acabou acontecendo* (Entrevista 15, ênfases minhas).

A diversidade de formas criativas de interação, em uma complexa teia relacional e reticular entre Estado e sociedade, mostrou que os resultados dependem de distintos modos de interação utilizados por movimentos sociais, do histórico de cada área de políticas públicas e da visão dos atores estatais (Abers; von Bülow, 2011; Almeida, 2017).

Como no caso intersexo, para uma parte da rede de atores LGBTQIAPN+, essas políticas públicas foram vistas como fragmentárias, pontuais e periféricas. O momento de institucionalização das organizações acompanhou a profissionalização das lideranças, a institucionalização dos estudos de gênero e sexualidade e uma consequente crítica ao repertório do essencialismo estratégico adotado pelas primeiras gerações da rede LGBT nas interações sociedade-Estado (Facchini, 2020). Para alguns grupos, tal repertório limitou os enquadramentos da rede e resultou em persistentes invisibilidades e omissões. No dizer de Klidzio e Siqueira (2020):

Apesar da reconfiguração da sigla oficial “GLBT” ou “GLS” como também era chamada a comunidade (gays, lésbicas e simpatizantes), para “LGBT” em 2008, atual sigla utilizada em suas variações, o sujeito LGBTQIAP+ ainda é gay branco e cisgênero. É esse o “rosto” da comunidade nas novelas, nos filmes e até mesmo em nossos cotidianos e contextos políticos onde, muitas vezes, até hoje fala-se em “parada gay” ou “comunidade gay”. Os direitos e as violências LGBTQIAP+ são reduzidos a “homofobia” como se fosse um termo englobante, universal e neutro (Klidzio; Siqueira, 2020, p. 2).

Paralelamente, o momento que privilegiou a participação institucionalizada acompanhou a emergência do ativismo intersexo e redundou em invisibilidades para a rede. Aqui, o fenômeno segue a tendência observada pela literatura que vem apontando como os estudos sobre participação privilegiaram por um período o foco na participação institucional, mas também passou a destacar a fragilidade das conquistas e os limites da inclusão de determinados grupos vulneráveis nos espaços socioestatais de interação (Abers, Almeida, von Bülow, 2023).

A discussão sobre a inclusão da letra I na sigla LGBT no contexto brasileiro refletiu uma complexidade de debates e diferentes visões no ativismo. A conformação do movimento intersexo no país não foi um processo unânime e tranquilo. Algumas vozes

questionavam a necessidade de incluir a letra I na sigla, argumentando que não havia um movimento intersexo organizado o suficiente para tal associação.

No entanto, houve uma ala, especialmente representativa nas regiões Nordeste e Norte, que defendeu a inclusão da letra I como forma de fomentar a discussão, propiciar o processo de mobilização política mais abrangente da rede intersexo e reconhecer as experiências intersexo como questão pública relevante para a rede LGBT. A luta pela inclusão do I na sigla LGBT foi um marco recente, mas significativo. Posteriormente, a partir de 2018, os esforços para unir os ativistas intersexo dispersos resultaram na criação da Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), consolidando um espaço de organização e representação:

Não foi um processo tão pacífico. A [ativista intersexo], por exemplo, me conta que nas plenárias das Conferências LGBTs, não se queria colocar a letra I, porque se dizia que não tinha um movimento amplamente organizado no país, como o das outras letras. Então, deveria se esperar, até que esses movimentos se conformassem mais. E uma outra ala, inclusive uma ala nordestina, nortista, que foi bastante contra essa visão, essa visão de que, de fato, precisaria colocar a letra I mesmo antes de se ter associações, de se ter coisas nesse sentido para fomentar mesmo a discussão; e fomentar o aparecimento de ativistas. E aí, isso foi bastante importante, eu acho, ter a letra I na sigla. E é um processo recente (Entrevista 15).

Uma advogada aliada intersexo recorda um encontro que ocorreu em Brasília, onde houve uma discussão sobre a inclusão do "I" na sigla. Parece haver algumas preocupações e resistências em relação a essa inclusão por parte de alguns militantes. Alguns podem argumentar que a inclusão do "I" poderia complicar a sigla ou questionar por que o "I" deveria ser incluído. No entanto, o entrevistado parece defender a inclusão do "I" ao destacar a importância de reconhecer e abraçar a diversidade humana para além das categorias já existentes na sigla LGBTQIA+.

A questão da pauta "I" junto ao movimento, eu lembro que - acho que 2016 - teve um encontro em Brasília, no Congresso Nacional, em que havia uma discussão para se colocar o "I" na sigla, acho que foi 2015, 2016. E eu lembro que naquele momento, apesar de não ter participado da discussão, eu acompanhei de longe essa discussão que estava acontecendo naquele encontro. É um encontro que havia, não sei se ele ainda acontece nesse momento, mas ocorria todos os anos no Congresso Nacional, né? Parlamentares comprometidos com essa pauta convocavam militantes de todo país para discutir na pauta do Congresso. *E eu me lembro que alguns colegas manifestaram de que havia uma resistência de integrantes, de militantes. "Ah, não. O "I" está chegando agora, porque o "I" já quer estar aqui? Sabe uma coisa assim? Eu falava: mais gente...? Se a gente começar a imaginar, se a gente pensar de que a diversidade humana é uma coisa muito além do "L", do "G", do "B", do "T", do "I" e do "S", e todo dia está convivendo com essas novas formas, - não tão novas, mas enfim - a partir do movimento e de quem está militando e da própria sociedade. O fato de o "I" ter, inclusive, ganhado essa visibilidade e ter essa visibilidade não impede que a gente junte essas agremiações, né? Eu acho que isso teve sim uma grande resistência* (Entrevista 9, ênfases minhas).

Em adição a isso, uma ativista intersexo que inaugurou as discussões sobre variações das características do sexo no Brasil, esclarece como ocorreu o primeiro processo de agrupamento de pessoas intersexo ao passo que aponta contradições naquele discurso hegemônico – um *masterframe* – LGBT que visava justificar o isolamento intersexo na rede:

Mas a gente existe desde 2015 como um ativismo não registrado. O que não é totalmente incomum. Mais de 50% dos ativismos são *grassroots* e não são registrados. A gente atuava bastante na página Visibilidade Intersexo. Eu administrava a página também. [...] Trabalhava na internet. Nesse primeiro momento, a ideia era mais dar suporte. [...] Era mais vamos mostrar que a gente existe. Estava nessa fase: a gente existe, estamos fazendo barulho (Entrevista 1).

O caso intersexo confirma um caráter profundamente mediado do processo de agrupamento físico no espaço público. Isto é dizer que mesmo quando ocorre um encontro físico entre indivíduos em espaços públicos, essa interação é influenciada e moldada por mediações sociais, tecnológicas e culturais. A tese apresentada anteriormente - sobre o surgimento da rede intersexo lastreado pela criação de uma associação -, em alguma medida, omite a disputa por enquadramentos e repertórios dentro da própria rede LGBT, na medida que enfatiza apenas um enquadramento hegemônico dos atores resistentes à inclusão da causa intersexo na sigla. Em uma outra entrevista, o processo de mobilização anterior de mobilização *online* foi inclusive central para a própria elaboração da Associação Brasileira de Intersexo:

Depois, teve-se o esforço de se agrupar esses ativistas que atuavam por aí espalhados num movimento. A princípio, isso foi com páginas de *Facebook*, com grupos e tudo mais... *Facebook* depois *WhatsApp*, depois isso foi se afunilando até se conceber a ABRAI (Entrevista 15).

Os debates sobre a invisibilidade de redes não-hegemônicas, incluindo a rede intersexo, podem ser notados nas II e III Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT, a exemplo da Moção de Repúdio n. 37/2016, que diz que "É inadmissível discutir direitos humanos e fazer exclusão de sexualidades não hegemônicas como assexuais, pansexuais, intersexuais [*sic*] e etc. Pedimos a visibilidade e o respeito às minorias menos visibilizadas" (CNPPLGBT, 2016, p. 88).

É, eu via assim o dissenso muito grande no Brasil. E numa conferência nacional que eu participei, da Aliança em Brasília - aquelas conferências nacionais que eram feitas -, eu conheci pessoas da América Latina. E que eu me lembre, um ou dois países já usavam o "I", ao se identificarem. E aquela coisa me ficou muito na cabeça. E assim, *me atrapalhava a justificativa que no Brasil se dava pra não inserir o "I", por não ter representatividade*. Eles não sabem em que porta bater, né? Pessoas desarticuladas, não sabem quem procurar, sabe? *Enquanto a gente não mostrar uma porta aberta, as pessoas não vêm, né* (Entrevista 12, grifos meus).

O campo LGBT não foi homogeneamente refratário à inclusão intersexo, como vimos acima na demonstração de solidariedade de redes de atores do Norte e Nordeste. Sua acomodação parece ter sido favorecida também em certos ciclos militantes mais internacionalizados, como em espaços das Nações Unidas e da ABGLT, uma afiliada da ILGA World no Brasil. O contato com os debates internacionais sobre os cada vez mais tematizados direitos humanos de pessoas intersexo, colaborou para a permeabilidade e incorporação do programa intersexo na linguagem de atores LGBT, cujos repertórios de interação incluíam estratégias de *advocacy* regional e global, como a ABGLT:

Porque quando eu me torno presidente da ABGLT, na mesma eleição, na mesma assembleia, *a gente decide que esse nome tem que ser abarcado, muito por conta da nossa relação internacional*. Que a gente via que o movimento já era LGBTI+ e internacionalmente, naquele período. E a ABGLT, com atua internacionalmente, foi contaminada por esses debates internacionais e traz [a questão intersexo]. E nos incomodava não termos conosco. Então, quando a gente vê, que as pessoas intersexo estão se organizando, a gente decide se aproximar, porque nós precisamos pontuar isso (Entrevista 17, grifo meu).

Uma oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no Brasil também aponta a inclusão do tema no escopo de trabalho da Campanha Livres e Iguais em 2015.

E foi em 2015, se não me engano, que a campanha [Livres e Iguais] incorpora as pessoas intersexo também. Inicialmente também não tinha esse diálogo internacional provocando as Nações Unidas também para que não fosse uma campanha só pela igualdade LGBT, mas se tornasse LGBTI. E isso é colocado oficialmente no logo da campanha. Então foi alterada a logo da campanha para incorporar. E essa alteração foi acompanhada também por uma nota informativa específica nesse tema. Por campanhas nas redes sociais, usando vídeo, *cards*, justamente para sensibilizar as pessoas nesse tema. Foi aí que a gente começou a incluir globalmente o I (Entrevista 19).

Em 2016, um marco importante para o movimento intersexo no Brasil foi a realização do primeiro encontro presencial de pessoas intersexo. A parceria com a conferência chamada SSEXBBOX permitiu a convocação de pessoas intersexo para uma reunião de pares, marcando um momento crucial na consolidação do movimento. A coordenadora da Campanha Livres e Iguais à época, que apoiou essa iniciativa, destaca a relevância desse encontro para a mobilização política intersexo no Brasil. Durante essa reunião, as pessoas intersexo encontraram um espaço comum para compartilhar suas experiências e perspectivas, mesmo antes da existência formal de uma organização que as representasse (Entrevista 19).

Agora, eu estou meio perdida nas datas, mas a gente fez uma parceria com a conferência do SSEXBBOX. E o primeiro ano que a gente apoiou foi justamente quando eles estavam convidando pessoas intersexo para fazerem uma reunião específica. Eu não participei desse *workshop*, foi a minha colega, Maria Eduarda, à época. Eu participei só de um painel. E eu acho que aí a gente

viu... E aí você me corrija, *mas eu acho que ali a gente viu nascendo o movimento intersexo. A partir dessas reuniões, lá nessa conferência. A gente apoiou essa reunião por dois anos. [trecho inaudível] de pessoas para essa conferência, e ajudando na organização. Isso resultou em alguns materiais de comunicação porque a gente entrevistou essas pessoas intersexo que estavam ali, enquanto ativistas. Não tinha ali uma organização que reunisse elas. O lugar de espaço comum delas era o fato de ser intersexo, mas ainda não existia uma organização. E ali eu lembro que foi surgindo, a partir de espaços como esse.* Não somente esse (Entrevista 19, ênfases minhas).

De acordo com Gerbaudo (2021), o fenômeno em questão pode ser descrito como uma "precipitação material", envolvendo uma dinâmica em que as forças sociais se materializam e tomam forma em espaços físicos. Esse conceito sugere que os movimentos sociais e suas ações não são apenas abstrações teóricas, mas sim processos tangíveis que ocorrem no mundo real. A metáfora da "coreografia de assembleia" também descreve como os participantes de um movimento coletivo se engajam em ações coordenadas, semelhantes a uma dança ensaiada, enquanto se expressam e buscam seus objetivos.

A crescente aparição pública da rede intersexo acompanhou a suspeição, em curso ao longo dos anos 2010, sobre os mecanismos institucionais de interação sociedade-Estado somada aos compromissos assumidos pela coalizão governista junto a setores conservadores e religiosos e os rumores sobre corrupção redundaram em descrédito das lutas LGBT em ambientes estatais e um apelo dos atores da rede ao descentramento, bem como em enquadramentos mais inclusivos para sujeitos anteriormente invisibilizados (Facchini, 2020).

Desse modo, o processo de interação sociedade-Estado nos espaços institucionais resultou em uma jornada de aprendizado democrático com efeitos na construção de novos sujeitos políticos em processo de apropriação de saberes (Tatagiba, 2012), embora tenha ficado confinada maiormente aos espaços institucionais, sob intenso escrutínio e desmonte nos anos depois de 2016 (Brasil, 2019a). Como pretendo discutir no próximo capítulo, para a rede LGBT, esse processo foi aprofundado pela eleição de Jair em 2018, no marco de um pânico moral em torno da "ideologia de gênero" que cativou especialmente a classe média (Facchini, 2020; Correa; Kalil, 2020; Stabile, 2019).⁴⁷

Tal perspectiva coincide com a análise de pesquisadores sobre as dificuldades em sistematizar e cristalizar a experiência participativa no Brasil (Almeida, 2017). Os processos do *impeachment* de Dilma Rousseff impuseram ainda mais dúvidas sobre a continuidade das instituições participativas (Almeida, 2017). Na verdade, o impedimento

⁴⁷ Ver BRASIL. Decreto Nº 9.759, de 11 de Abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Presidência da República**: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Diário Oficial da União: 11/abr., 2019

da presidenta redundou em um ataque às estruturas governamentais e às garantias legislativas de direitos: um processo que, na avaliação de Facchini (2020), afetou sobremaneira a estrutura de oportunidades para os movimentos LGBT, diversificando seus sujeitos, repertórios e enquadramentos. Apesar da tese do déficit de legitimidade dos canais de influência ou participação (Tavares, 2016) e da notável "crise da meia idade da participação social" institucional (Pires, 2014, p. 182 apud Almeida, 2017, p. 649), no contexto de 2013 a 2016, observei uma resistência inicial por parte do movimento LGBTI em incluir a letra "I" na sigla.

Essa resistência foi muitas vezes derivada de uma percepção estreita da intersexualidade como uma questão estritamente biológica – uma versão próxima da descrição clínica e patológica das variações das características do sexo. Para esta tese, enquanto a sexualidade e o gênero eram dimensões estritamente “sociais” e “construídas socialmente”, as variações das características sexuais estavam confinadas ao campo do puramente natural, biológico. Aqui, uma função da rede intersexo foi articular uma cadeia de argumentações que apresentasse o sexo e as características sexuais como dimensões tão biológicas quanto elaboradas por construções sociais. Pensar os critérios de normalidade sexual – o que conta como corpo perfeitamente dimórfico quanto ao sexo, sua anatomia, suas proporções, sua conformação –, envolve, a todo tempo, reportar-se a elaborações que não são ahistóricas. Ao limite da literalidade, o "sexo biológico" estaria sendo construído - tal como o gênero - no fio do bisturi.

A gente tem algumas discussões que, às vezes, surgem, mas é minoria que considera a luta intersexo algo mais biológico, então deveria estar fora, porque não é de gênero. Mas essa visão, que eu acho complicada porque uma diferença biológica gera uma diferença na percepção de gênero, e repercute nas questões de expressão social, de papéis sociais de gênero, mas eu nem entro nessa discussão dentro do movimento para não me desgastar tanto (Entrevista 3).

Se, em alguns casos, a intersexualidade era vista com ressalvas quando concebida como manifestação estritamente biológica, em outros casos era contraditoriamente, descrita como uma nova identificação de gênero. Em trechos de entrevistas que fiz, há a menção de "*conflation*" - mistura - entre sexo e gênero (Entrevistas 1, 5). Neste caso, a confusão derivava de um entendimento pouco informado acerca da intersexualidade como uma identidade de gênero diversa, análoga à não-binariedade.

Muita gente colocou, inclusive, como uma identidade de gênero, como se fosse uma pessoa que se identificasse, ao mesmo tempo, como homem e como mulher (o que não é o caso). *Então, era muito confuso: sabiam que existia, mas só ouviram falar. [...] Tem muita gente que não sabe muito bem o que é, ou então, diz que é intersexo como se fosse uma identidade de gênero.* Hoje em dia é menos, mas no início era muito comum. Ou então, entendem que todas as pessoas intersexo são pessoas com genitália ambígua, e não é o caso. Na

verdade, o surgimento da genitália ambígua é bem menos comum dentre as variações (Entrevista 5, grifos meus).

A rede de ativismos intersexo defendeu a unidade e fortalecimento de um acrônimo cada vez mais inclusivo sem perder de vista a diversidade dos programas políticos e demandas de cada população de maneira desagregada. Os resultados, entretanto, ficaram sempre aquém das expectativas das novas redes que tentavam seu lugar na cena pública junto dos movimentos LGBT. Para o caso intersexo, a interação entre biologia e construção - que discuti em termos teóricos na revisão bibliográfica deste estudo - aparece no nível prático, ora como um tensionamento, ora como aglutinação. Nos dois casos, este binômio foi um elemento ideacional relevante para mobilização intersexo e a perspectiva de estabelecer repertórios de interação com a rede LGBT:

A sigla é uma só. Agora, a gente tem várias demandas dentro de uma sigla. O que a gente não pode, que é o que eu vejo, é tirar uma em detrimento da outra. Que é o que tá acontecendo, né. Uma coisa que eu questiono muito, me dou muito bem com as pessoas do movimento trans, inclusive ajudo muito, é como eu falei: pra mim, é uma sigla só, a gente tem que estar todo mundo junto. Mas, eu vejo muito o movimento trans não aceitando o termo “sexo biológico”, por exemplo. Sendo que o Movimento Intersexo ainda não se afirmou, no sentido da população saber o que é ser pessoa intersexo. E aí, às vezes a gente precisa usar termos pra explicar. E as pessoas se sentem agredidas quando a gente explica o nosso. Acaba acontecendo um embate que ninguém quer ferir ninguém. Mas existem termos que precisam ser falados, pra gente falar o por quê da importância de tá ali (Entrevista 2).

Uma pessoa entrevistada comenta seu engajamento militante na interação com as comunidades trans e enfatiza a importância de abandonar o construtivismo estrito que não toma em conta a evidência biofísica do corpo. Considerá-la corre o risco de receber a pecha de "genitalismo". Este e outros ativistas atribuíram à rede LGBT, e principalmente à rede trans o maior potencial de aliança, contando com certas afinidades das experiências trans e intersexo em que pesem os desafios da desinformação. Este exemplo é valioso na medida que revela a interação de disputas ideacionais com a elaboração de repertórios que possam intervir em narrativas desfavoráveis para rede de ativismos intersexo, como vemos a seguir:

A minha militância intersexo é muito voltada à conscientização de que as nossas vivências são muito parecidas, mas o movimento trans já tem uma questão muito mais consolidada que o movimento intersexo. As pessoas sabem o que significa o T, do LGBT, entre outras coisas. Não que o movimento trans esteja super consolidado. Pelo contrário, é um movimento pouquíssimo consolidado, ainda mais no Brasil. Porém as pessoas minimamente sabem o que é uma travesti. Pode não saber o que é um boyceta, um transmasculino, um homem trans, mas elas sabem o que é uma travesti. De uma forma positiva? Não é. Mas o movimento trans não faz ideia do que é ser uma pessoa intersexo, não tem noção. E as vezes a gente debate muito sobre a questão cisgênero e trans, enquanto uma pessoa intersexo vive uma confusão em relação a isso. Então, a minha militância está muito voltada para conscientizar algumas falas de pessoas

trans, que acabamos sendo genitalistas de forma binária, só que da forma oposta. Aí, enquanto pessoa intersexo, eu gosto de me voltar para a comunidade trans e mostrar que existe uma outra realidade biológica que muitas vezes é ignorada pelo movimento trans. Por exemplo, existir uma gata cis de *piroca*, na cabeça de várias *travas* é um negócio maluco. E eu vou falar: existe gata cis de *piroca*, e aí?! Elas surtam. É sempre muito bacana a recepção porque é muito mais fácil fazer a comunidade trans entender do que eu estou falando porque existe ali uma vivência parecida (Entrevista 11).

Uma outra liderança intersexo comenta sobre este tipo de atividade descrita acima: uma rotina de ação da rede intersexo em torno do detalhamento das suas intersecções com as populações L, G, B e T. Na avaliação dela, a busca da rede intersexo por parcerias nos movimentos LGBT foi articulada por meio da transversalização da pauta intersexo na rede com consequências relevantes para a linha crescente de visibilidade para a comunidade que se formava.

Então, acho que isso foi o grande sucesso do movimento. Se hoje em dia tem uma aceitação maior, se o movimento é reconhecido, é porque todas essas pessoas deram a cara a tapa; e pessoas com sexualidades distintas. Então foram introduzindo esse assunto em suas próprias comunidades. Pessoas intersexo lésbicas: introduziram isso na comunidade lésbica. Pessoas intersexo trans: introduziram isso na comunidade trans, e por assim vai. A persistência foi o maior sucesso do movimento, e continua sendo até hoje (Entrevista 5).

No entanto, ativistas ainda identificam a persistência de certos enquadramentos e grupos dominantes dentro da sigla LGBT. Essa hegemonia resulta em uma distribuição desigual de poder e recursos no espaço público, onde algumas experiências e sujeitos são privilegiadas em detrimento de outras. A observação desses consistentes esquecimentos intersexo pela rede LGBT destacou a necessidade contínua de manter seus esforços em ampliar a visibilidade (Entrevista 3)

[...], só que quando vai pautar lá, as principais questões são dos homossexuais e das pessoas trans. Porque até então o movimento trans é mais organizado no sentido de ter mais instituições, mais pessoas.... (Entrevista 3).

Em última análise, a jornada dos ativistas intersexo no Brasil de 2013 a 2016 e a sua interação com os movimentos LGBT no Brasil ao longo deste recorte temporal é uma narrativa de recusa a processos lineares e simples, mas antes um testemunho das complexidades políticas do campo LGBT e da sempre instável negociação da intersexualidade em termos políticos. Os processos de mobilização política de um novo sujeito da política sexual no Brasil, o intersexo, agrega complexidades à persistente mudança de enquadramentos ideacionais e de rotinas de ação, ao mesmo tempo que postula um corpo sexuado que permanecia desconhecido pelas políticas de reconhecimento.

Neste capítulo, tratei de elaborar uma história do movimento intersexo no Brasil, com todas as dificuldades de dar sentido às memórias muito descontínuas, fragmentadas e discordes que reuni ao longo da coleta de dados. Porque as narrativas são de modo nenhum uníssonas, as conclusões são modestas, mas fazem jus, espero, ao compromisso ético-político das pessoas intersexo que “inventaram” a intersexualidade no Brasil com o reflorestamento da monocultura do sexo dimórfico. Era a primeira vez que enunciavam para o espaço público descrições da intersexualidade e a demanda intersexo por uma vida vivível.

A discussão sobre a inclusão da letra "I" na sigla LGBTI revelou tensões e diferentes perspectivas mais e menos informadas: elas seguem até o fim deste recorte temporal (2016) isentas de um escrutínio abrangente capaz de transpor as emergências QIAPN+ para o compromisso programático que a sua inclusão deveria ensejar. A distribuição desigual de poder e recursos entre pessoas intersexo e endossexo seguiu, enfim, protegida por certas hegemonias no campo LGBT.

5 O "SEXO" DA CRISE: CONTESTAÇÃO IDEACIONAL E ADAPTAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO TURBULENTO [2017-2019]

Ao longo do período democrático no Brasil, tanto a literatura reconheceu as limitações das conquistas alcançadas nesse cenário, como também a rede intersexo destacou as insuficiências no que diz respeito ao seu reconhecimento. Para a rede ativista intersexo, a remoção de Dilma seguida pelo assassinato de Marielle e pela eleição de Jair foram marcos do projeto conservador autoritário em sinergia com a plataforma neoliberal: um conjunto de ameaças maior ainda para a democracia e a cidadania de pessoas intersexo no Brasil. A partir de 2016, portanto, os atores foram confrontados com a complexidade desse período tumultuado. Tal "contexto turbulento" (Abers *et al.*, 2023) foi caracterizado por mudanças rápidas e dramáticas, sujeitas a interpretações variadas por parte dos atores envolvidos. Nas subseções a seguir, trato das dinâmicas relacionais e ideacionais dos atores durante esse período de turbulência entre meados de 2016 e até o início de 2020. Neste tempo, a rede intersexo desempenhou um papel fundamental ao transformar as interpretações desse ambiente em estratégias de ação destinadas a enfrentar os desafios e impulsionar mudanças significativas na sociedade. (Abers, Almeida, von Bülow, 2023).

É particularmente importante para mim pensar no processo de ressitualização e transformação dos enquadramentos LGBT e I. Isso me permitirá observar como conjuntos de práticas e ideias elaborados na ação coletiva da rede intersexo, fornece interpretações alternativas sobre o dimorfismo do sexo e elabora soluções para as desigualdades e injustiças as quais está sujeito o corpo intersexo, incapaz de demonstrar conformidade com os critérios de normalidade elaborados para o sexo dimórfico. A construção e disseminação de quadros alternativos de ação coletiva capazes de contra-narrar estes pressupostos sobre o sexo, é parte central do processo de mobilização e interação em um recorte temporal turbulento (2017 - 2019) que, curiosamente, abriga também a profícua cristalização e diversificação dos atores da rede de ativismos intersexo no Brasil.

Durante os anos iniciais, de 2013 a 2016, observou-se um crescente esforço na disseminação de informações entre pares e troca de narrativas autobiográficas que contribuíram para cristalizar o agrupamento em torno da solidariedade frente a narrativas de dor e sofrimento, e da provisão de informação baseada em evidências científicas sobre saúde de pessoas intersexo: estes dois conjuntos centrais de ideias compartilhadas nos dois anos anteriores são modificados nos anos subsequentes, quando o agrupamento assume progressivo caráter público. Foi nos anos subsequentes, especialmente em 2017 e 2018, que o aparecimento público da rede de pessoas intersexo tomou contornos mais

explicitamente políticos em formas mais diversas de organização, extrapolando os grupos de apoio entre pares para uma atuação deliberadamente militante e ativista que pudesse alcançar a atenção pública e catalisar alianças no sistema político.

Para este estudo de caso, a interação da rede intersexo com as mudanças no sistema político envolveu intensos processos de interpretação e adaptação de suas práticas.

Começo com uma reflexão sobre as interpretações em torno da "crise" na rede intersexo, propondo uma abordagem crítica para avaliar a capacidade explicativa desse termo no contexto experimentado por redes persistentemente marginalizadas na busca por cidadania. Em seguida, examino os exercícios ideacionais da rede intersexo, destacando a moderação das expectativas de avanço em um contexto turbulento, sem abandonar a mobilização política. Posteriormente, analiso o papel das emoções e da abordagem interseccional na produção de novas interfaces entre a rede intersexo e a rede LGBT à medida que crescem os projetos conservador, autoritário e neoliberal no Estado. As seções subsequentes exploram as alianças com a Academia e, a seguir, com familiares de pessoas intersexo: as duas demonstradamente oportunas neste contexto para a atualização das práticas e qualificação técnica das ideias da rede. Estas alianças foram relevantes para discutir, a seguir, a ênfase na biologia e na universalidade dos direitos humanos nas relações da rede intersexo com atores de direita. Utilizando a metáfora de uma "biruta intersexo", enfatizo os processos de inovação e adaptação nas relações com o Estado, especialmente no Legislativo e Judiciário, considerando a impermeabilidade do Executivo no contexto turbulento.

5.1 "Que tempos difíceis estamos passando desde 1500": a normalidade da crise para o corpo sexuado

De maneira geral, as entrevistas estão em consonância com as considerações de Vieira (2021) sobre a abrangência dos impactos da crise para a diversidade da nossa sociedade, incluindo a causa intersexo no bojo das lutas por direitos humanos, ao mesmo tempo que tais impactos trouxeram consigo a aposta entre os atores da rede intersexo no fortalecimento da ação coletiva para remediar aquele contexto. Amiel Vieira (2021) afirma que:

Para mim, a luta intersexo no país atualmente corre perigo em meio a um governo extremamente conservador e preocupado com pautas que deslegitimam a luta LgBTI no Brasil, frente a uma agenda que enfoca a moral e ataca os direitos humanos mais básicos. A necropolítica produzida no governo vigente coloca-se a favor da heterocisnormatividade em uma sociedade que cada vez mais apresenta-se plural e diversa. A única saída que enxergo em momentos de crise como esse é o empoderamento social e político de Organizações Não-Governamentais, com vistas a promover os direitos humanos e a premente presença no espaço político (Vieira, 2021).

Mesmo antes da de 2016, a rede intersexo já enfrentava dificuldades em obter auxílio e recursos, mas a situação se agravou ainda mais no momento presente. Como vimos anteriormente, em 2006, a rede intersexo já denunciava contextos de crise que desafiavam sua atuação. Se o contexto anterior já não era confortável, o atual momento agravou essa situação, refletindo uma redução de recursos e suporte para o movimento intersexo, em contraste com redes mais visíveis e tradicionais.

Porque, assim, não é que não esteja tendo uma crise no momento (*eu não sei se a palavra é exatamente "crise", mas vamos colocar assim*). Porque, realmente, o governo atual prejudicou de várias formas possíveis (e até inimagináveis) toda a sociedade, então todos foram afetados com isso. Mas, claro que, quanto mais invisibilizado, mais fácil de ser destruído sem deixar rastros. Infelizmente, a realidade é essa. E assim, no momento, a crise financeira não pode ser ignorada (não que antes a gente estivesse fora de uma crise, por assim dizer), justamente por ser um movimento pequeno, sem muita atenção. Sempre foi uma tarefa difícil ter essa ajuda financeira, ter auxílio de qualquer tipo, na verdade; mas, piorou agora, nesse momento. Então, eu digo que as duas afirmativas são verdadeiras porque: *não é que antes estava confortável, não é que antes estava fora de uma crise. Comparado a outros movimentos sociais, a gente não tinha nada. Quando tinha, era muito pouco. Já era problemático*. Mas, no momento, movimentos sociais grandes que sempre tiveram muita ajuda e muita visibilidade, estão tendo pouco. Porque as pessoas, no geral, estão tendo pouco. Então, a gente que já tinha pouco, tá tendo um pouco menos. *Então, assim, ao mesmo tempo que a gente tá acostumado a não ter muito e ter que se virar com o pouco, tem essa diferença sim. Porque diminuiu* (Entrevista 5, ênfases minhas).

Na maioria de entrevistas, o assunto da crise levou os respondentes a destacar a persistente lacuna de reconhecimento da população intersexo e a sua posição periférica na conquista de direitos. Sem conhecer a cidadania, mesmo em tempos de normalidade

democrática, para a rede intersexo, não é possível demarcar em qual tempo a crise política surge. Na medida que a crise, como elaboração conceitual, não especifica a experiência dessa rede no tempo, acaba perdendo seu poder explicativo das mudanças de contexto; as mudanças de contexto que me importam conhecer junto de seus agenciamentos recíprocos com a rede de ativismo intersexo no Brasil.

Se tu me perguntar: ah, então vocês querem voltar para o que era antes? Não. O que era antes não nos contemplava. Então, assim, a gente não tinha sanado os problemas. Se a gente for avaliar as próprias conquistas que nós temos, quem acessa essas conquistas que nós temos até hoje ainda é uma parcela da população LGBTQIA+ que vivencia privilégios. Eu estou falando da parte branca, que estudou, que teve acesso, que teve empregada. As corpos dissidentes – e aí eu estou falando de raça, de transgeneridade, de expressão de gênero dissonante da heteronormatividade e da cisnormatividade; então eu estou falando que se uma mulher trans performa muito a cisgeneridade e outra não, essa que não performa está mais distante; se ela é uma bicha pintosa, preta de periferia, mesmo sendo homem, ela está mais distante... Então a gente reconhece que grande parte da nossa população e que são, principalmente, aquelas que se organizam politicamente, porque o movimento LGBTQIA+ é feito de pessoas que são pobres. É diferente de outros países (Entrevista 17).

A entrevista a seguir reforça que os atores não experimentaram o mesmo caminho de reconhecimento pelo Estado. A literatura recente reporta a persistente omissão do Estado em reconhecer especialmente a dimensão racial, a realidade das comunidades indígenas e das áreas periféricas urbanas, a violência policial, criminalidade e encarceramento em massa: foram questões proeminentemente marginais na conquista de direitos e cidadania. (Abers, Almeida, von Bülow, 2023). Aqui, é razoável afirmar que as emergências QIAPN+ estão desafortunadamente no conjunto das populações negligenciadas na interação com o Estado. Esta entrevistada pondera esta lacuna entre políticas públicas e a realidade vivida pelas pessoas intersexo, bem como as capacidades da democracia em se tratando de contrariar estas ausências no período que antecedeu o contexto de ruptura turbulenta. No seu dizer:

Então, a gente sabe que tem muita gente da nossa população que não sentiu o gostinho da cidadania. Por outro lado, tem uma questão, que é a visibilidade que nós ganhamos enquanto movimento social. E que ela foi também estimulada pela existência de governos populares. Não é só porque a gente luta. É porque a gente luta porque esses movimentos escutaram a nossa luta. É o nosso grito. É o nosso berro que fez chegar. [...] entre o papel da política pública e a vida real das pessoas tem um lugar gigantesco. Esse gap não foi sanado em nenhum período histórico. Mas a gente sabe que a gente tinha um Estado democrático - “democrático”- que ainda não tinha todas as cores, mas que ali a gente tinha mais possibilidades de colocar as nossas cores ali (Entrevista 17, ênfases minhas).

Abaixo, uma pessoa entrevistada expressa uma perspectiva crítica sobre crise: no seu entender, crise descreve uma situação recente ou extraordinária. Ela argumenta que, historicamente, as pessoas intersexo já enfrentam desafios e crises desde a colonização e,

até hoje, com a persistente dominação do colonialismo. Liah Ribeiro, artista e membro da Rede Brasileira de Pessoas Intersexo, sugere que a tese de uma alegada crise política omite um passado igualmente crítico e reproduz uma distribuição desigual de poder a favor de pessoas endossexo, cisgêneras, brancas.

É a esse conjunto privilegiado da sociedade, que Liah atribui a autoria da tese de uma crise política: para essa amostra da população, afirma Liah, parecem ter passado despercebidas as dificuldades que certos grupos marginalizados enfrentam há séculos e que não foram remediadas pela democracia. Ele enfatiza que a crise deveria caracterizar uma situação isolada ou incomum e, desse modo, é incapaz de descrever a constante experiência precária de certos grupos. No seu dizer, o "exagero da crise" – esse sim, mais recente – pode estar escancarando a vulnerabilidade de grupos que antes não enfrentavam dificuldades. O contexto turbulento parece alcançar mais gente e impor uma proximidade entre as experiências dos afetados: agora, todos são vítimas do mesmo incidente político; os efeitos adversos do contexto são distribuídos para camadas da sociedade antes protegidas por suportes infraestruturais dos seus privilégios (Klandermans, 1997)

Olha, eu vou te falar uma coisa. Como diria Ventura Profana eu seu incrível *tweet*, a seguinte frase: *nossa, que tempos difíceis estamos passando desde 1500*. Então, assim, não. Eu acho isso bobagem, de gente cis, branca, privilegiada, com dinheiro porque, *mona*, não. A gente está em crise desde 1500. Está me entendendo, amiga? Então, não. Eu acho que agora as coisas estão escancaradas que a sua branquitude e a sua ascensão social não são suficientes para você não ser atacado na rua. Eu falo isso enquanto eu. A minha branquitude não é uma cartada que eu posso andar na rua e não passar por bosta. Aí, por causa disso, eu vou falar que a agora tem crise? Sendo que as pessoas estão passando por uma crise tem 500 anos. Eu não acho. Eu acho que a galera fala isso, coisa de esquerda branca cisgênera [...] Eu não gosto desse discurso, não. Não estou falando que não piorou nada. Não é isso que eu estou falando. *Mas quando a gente fala em crise a gente está falando de uma coisa que teve um início aqui e vai ter um fim ali. Uma coisa que é única, é extraordinária, diferente do que estava acontecendo antes. Não é diferente do que estava acontecendo antes. É igual, só que, agora, até as pessoas que nunca se fuderam, estão começando a se fuder* (Entrevista 11, *ênfases minhas*).

Uma vez preferindo a abordagem conceitual de “contexto turbulento”, importa destacar que a crise é interpretada e experimentada de maneiras diferentes pelos atores. Aliás, a ideia de crise perde sua capacidade explicativa quando pretende descrever a experiência de alguns atores periféricos que vivem a crise como contexto regular: para minha avaliação com base nas entrevistas coletadas, este é o caso da rede intersexo. O uso do termo "crise" muitas vezes pressupõe a existência de um estado regular caracterizado pela normalidade e estabilidade. No entanto, o uso generalizado do termo suscita dúvidas sobre a existência de um período histórico isento de crises, anormalidades e instabilidades (Abers *et al*, 2023).

[...] os movimentos sociais grandes que sempre tiveram muita ajuda e muita visibilidade, estão tendo pouca porque as pessoas, no geral, estão tendo pouco. Então, a gente que já tinha pouco, tá tendo um pouco menos. Ao mesmo tempo que a gente tá acostumado a não ter muito e ter que se virar com o pouco. A gente vai lidando com o que pode. *Quando você tem pouco o tempo todo, você aprende a lidar com pouco. É meio desesperador quando esse pouco diminui, mas você já tá tão acostumado com aquilo ali, que por mais triste que pareça, você já sabe mais ou menos como lidar* (Entrevista 5, ênfases minhas).

O contexto turbulento é experienciado de maneiras drasticamente particulares pelos atores, ainda mais se temos em consideração a diferencialidade de recursos e poder de certas redes em relação a outras. A indisponibilidade e distribuição desigual de recursos foi objeto de reflexão quanto aos impactos na mobilização política no contexto turbulento. Ao mesmo tempo, o contexto turbulento tratou de viabilizar um processo de aprendizado já em curso para a rede, em se tratando de elaborar ideias e implementar as práticas mais adequadas, não só para contornar a escassez de suportes organizacionais e financeiros com os quais já estavam razoavelmente habituados, mas também as ideias e as práticas que levassem estes constrangimentos em atenta consideração (Entrevistas 5, 9).

Agora a crise política, ela foi sentida, por óbvio, com o bolsonarismo... *A crise política não, o momento reacionário* foi sentido, por óbvio, pelo movimento intersexo e pelas intersexo, mas *contraditoriamente, é o momento que a gente conseguiu vitórias. É o momento que a gente conseguiu conformar o movimento social, uma Associação, e eleger uma parlamentar.* (Entrevista 15, ênfases minhas).

Para Carolina Iara, a crise política no contexto do bolsonarismo teve impactos ambivalentes na rede intersexo: o exemplo do processo personalização jurídica definitiva da ABRAI, a partir de 2018, ainda que ressalte as complexidades do contexto, demonstra a jornada *sui generis* da rede quanto às suas maneiras de agir ante o novo conjunto turbulento e impreciso de interpretações:

Então, depois de um tempo da Visibilidade Intersexo ser criada, já tinham mais pessoas na administração da página, conversando nos grupos. E a gente viu que só a página não era suficiente pro movimento. A gente não poderia fazer muita coisa enquanto uma página de *Facebook*. *Então, foi de onde surgiu a ideia de fazer uma associação também pra que se pudesse ajudar outras pessoas intersexo em situação de vulnerabilidade; conseguir criar pautas e bater de frente com políticos, criando leis e demandas pra ir contra a população intersexo, contra a população trans. Então, foi assim que foi criada a ABRAI. E a ABRAI foi criada no início de 2018, se eu não me engano, por Abril de 2018* (Entrevista 5. grifos meus).

Sabemos que a ação não está somente baseada em objetivos consensuados coletivamente, na sustentabilidade das ações ou na construção de identidades coletivas. Nestes termos, é possível redimensionar o que tomamos por ação política e revisar a história do ativismo intersexo no Brasil conforme as definições dos próprios atores intersexo. Depois dessa ressalva, cabe notar e, em termos analíticos, explicar a elaboração

da ABRAI, não como o primeiro resultado da mobilização intersexo, mas antes como um processo, em relação a agenciamentos e ideias de longo e médio-prazo que estiveram em curso, a rigor, desde 2006, como a OII Brasil, por exemplo. Mesmo considerando apenas a ABRAI, embora ela tenha ganhado personalidade jurídica somente em 15 de junho de 2020, a iniciativa ocorre desde 2016 sob o nome inicial de União Brasileira Intersexo (UBI), como um projeto de diversos ativistas intersexo e aliadas/es/os reunidos primeiramente, desde 2014, por meio de páginas e grupos da internet (ABRAI, 2021a-b; Vieira, 2021).

[...] primeiro formou a página, da página formou um grupo. Para, depois, em 2018, se pensar na Associação Brasileira de Intersexo. E ela vem a culminar, se fundar, de fato, em 2020. A ABRAI (Entrevista 3).

Em sendo o ativismo digital da rede intersexo um caso de intensa contestação ideacional dos critérios de normalidade sexual para o corpo, seguramente, disputou, também nas práticas, a reorganização das relações de poder que recaem sobre o corpo sexuado. Com efeito, ainda que num contexto de turbulências, o ativismo digital intersexo intercedeu pela criação de um dispositivo associativo do qual se tornou parte: a ABRAI.

Esta abordagem desafia o entender de Facchini (2020), para quem a emergência da ABRAI, em 2018, marcou o início da mobilização de pessoas intersexo no país. Com este recorte temporal, a autora reitera certo discurso da militância no qual somente a formalização de uma organização intersexo poderia lhe conferir o reconhecimento e a legitimidade pública que justificassem sua inclusão no acrônimo LGBT.

Ainda que importe resguardar a memória do ativismo, digital, intersexo em fases anteriores de mobilização, no contexto turbulento, o interposto LGBT por representação formal dos grupos intersexo que chancelasse sua presença no espaço público – como discuti na seção 4.3 – parece ter contribuído sobremaneira para a elaboração da Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) em 2018, posteriormente fundada formalmente em 2020. Como informa o sítio eletrônico da ABRAI (2021e):

A Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) surge da iniciativa de diversos ativistas Intersexo e de aliados da causa [...]. A partir das discussões no grupo, ampliamos o projeto. Posteriormente, [ativistas] *conversam sobre a necessidade de uma representatividade formal, inicialmente, chamada de União Brasileira Intersexo (UBI)* (ABRAI, 2021e, grifos meus).

Tomando a rede intersexo de maneira desagregada, sua temporalidade particular realça na sua capacidade de diversificar suas formas de fazer numa rede progressivamente reconhecida por seus pares e redes afins, no espaço público, à semelhança do que indica o exemplo da ABRAI acima. O contexto turbulento, em sendo seus efeitos distintivos para

rede intersexo, particulariza suas ideias e práticas, sem que elas atendam mecanicamente à expectativa de correspondência entre crise e declínio:

Então, eu não sei até que ponto isso é um declínio para o movimento intersexo, como é um declínio, por exemplo, para o movimento sem-terra. Porque são historicidades completamente diferentes. O momento que o MST mais teve reforma agrária, foi nas décadas de 90 e 2000. Então, com certeza, para eles, agora, é declínio, como é para o movimento indígena. Mas para o movimento intersexo, isso é diferenciado, porque tem muitas contradições. Até porque a gente vai para outras alas dos poderes burgueses. Então, a gente consegue vitórias pelo Judiciário. Então, essa casa do Executivo neofascista pegou um pouco menos para nós (Entrevista 15, ênfase minha).

Os "momentos críticos" são importantes para redimensionar a amplitude e relevância da ação coletiva (Della Porta, 2022 apud Abers, Almeida, von Bülow, 2023). Em tais períodos, atores emergentes, como era o caso da rede de ativismos intersexo do Brasil no contexto turbulento a partir de 2017, têm a oportunidade de assumir um papel altamente significativo na criação de novas normas e na exploração de novas práticas. O caso da rede de ativismo intersexo sublinhou, aqui, a sua capacidade criativa para agenciar e interpretar, em contexto altamente restritivo e contingente – em verdade, em dedicada atenção a este contexto turbulento.

5.2 Uma biruta intersexo⁴⁸ para a turbulência dos ventos: ressituá-la⁴⁹ os horizontes da política intersexo

Neste cenário mais restritivo trazido pela turbulência, as pessoas que responderam à pesquisa frequentemente dão ênfase a uma tendência analítica bem compartilhada coletivamente cujo foco ideacional estava na moderação, e na calibragem dos objetivos e demandas da sua ação política consistentes com o contexto. Uma vez considerando as circunstâncias turbulentas, uma pessoa entrevistada resumiu a palavra de ordem àquele tempo: “garantir o básico”, possivelmente referindo-se à imprevisibilidade de ataques à própria linguagem dos direitos humanos e que passaram a ser generalizadamente violados para um crescente número de populações vulneráveis enfrentando formas interseccionais de opressão com base nas linhas de classe, raça, gênero, etnia, etc.

O alastramento da piora das condições de vida distribuído pela crise política e sustentados pela campanha conservadora e fundamentalista anti-LGBT revelou uma configuração contextual extremamente desafiadora impossível de não ser levada em conta: se fossem agir – e assim era da vontade da rede –, teriam que elaborar alternativas para fazê-lo em que pesem as suas considerações acerca da virtual indisponibilidade de repertórios de interação com o Estado.

[...] sobre você ter corporalidades diferentes por uma questão biológica sua. Você pautar. Eu tento levar isso. Só que nesse momento é *crítico*. A gente está com um Congresso que está mais querendo fazer trocas por poder, por barganha. E o Executivo está um lixo. E a gente tem o Judiciário que faz algumas coisas que a gente fica arrepiada, mas na maioria das vezes ele se manifesta pró-direitos LGBTI, principalmente nessa questão de direitos humanos. É o que salva ali. *Então a gente tem buscado, neste momento, é o básico. É o básico* (Entrevista 3, ênfases minhas).

As entrevistas costumam refletir sobre a importância de proteger as conquistas alcançadas e evitar retrocessos nos direitos humanos, com a esperança de que em futuros governos seria possível avançar nas demandas mais propositivas do movimento LGBTI, cujas reivindicações políticas dependeriam da capacidade da rede de atuar em chave interseccional. Assim como narra a maioria de seus pares entrevistados, o trecho abaixo destaca a permanência da mobilização política como forma principal de atuar em bloqueio

⁴⁸ A alegoria de uma biruta evoca a sensibilidade às mudanças e imprevisibilidade dos ventos. Uma "biruta" intersexo refere-se à interpretação e adaptação da rede às transformações do ambiente político altamente intercambiável. Sua flexibilidade às mudanças dramáticas e imprevisíveis do contexto turbulento – quando muda a direção do vento – faz dela uma metáfora oportuna para tratar a ventilação de ideias e a introdução de práticas inovadoras nas relações entre a a rede intersexo e o Estado.

⁴⁹ "[...] *the permanent reorganization and reconstitution of habits and institutions.*" (Joas, 1996, p. 24 apud Emirbayer; Mische, 1998); reorientação, reenquadramento, reaprendizado (Berk *et. al.*, 2013).

às investidas reacionárias, enquanto a busca pela efetivação de novas demandas parecia impossível.

É manter o que foi conseguido, e não retroceder. Eu imagino que num próximo governo, eu espero que não seja esse lixo de governo, a gente consiga avançar. A gente consiga levar de fato: olha, a gente tem demandas, a gente demandas do movimento negro, do movimento indígena, dos sem terra... Cada movimento que existe, politicamente falando... *E a gente vai conseguir levar inclusive as questões LGBTI especificamente. Mas eu acho que num outro momento* (Entrevista 3, grifos meus).

Entre a mudança na coalizão política do governo e a estratégia adotada pelo movimento, houve um processo de enquadramento que incluiu, entre outros elementos, a construção de uma compreensão do contexto altamente intercambiável. A complexidade de promover as questões LGBTI em um contexto político marcado pela representação conservadora em parlamentos e governos foi prevista nas análises de conjuntura que circulavam na rede e, na verdade, confirmada nos anos seguintes.

Symmy Larrat relembra a avaliação feita durante as ameaças enfrentadas pelo movimento LGBT e intersexo em um contexto político conservador. Esse relato destaca a preocupação do governo com pautas que questionam as lutas LGBTI e os direitos humanos e discute as estratégias adotadas para enfrentar essa situação de contexto turbulento.

Quando a gente foi convidada para assinar um pedido de *impeachment* – nós assinamos três pedidos de *impeachment*. Quando o primeiro chegou para a gente, nós fizemos uma eleição na ABGLT. Nós formamos uma eleição interna para decidir se íamos ou não assinar. E foi unânime que nós íamos assinar. Então, há muito tempo que não via uma votação unânime na ABGLT (Entrevista 17).

As influências religiosas, particularmente aquelas de natureza evangélica pentecostal, ganharam incremento significativo do fundamentalismo ao longo do tempo. Esse fenômeno se intensificou antes da eleição de Jair Bolsonaro para quem o apoio dos atores fundamentalistas se mostrou crucial.

Nós somos ainda um país conservador, ainda dominado por influência de ordem religiosa. Mas, assim, antes do Bolsonaro, houve este *boom* dessas igrejas evangélicas, dessas mais de natureza, pentecostais, né. E essas, bom, são de um radicalismo muito grande. E isso tudo vem aumentando há muito tempo, tanto que foi isso que fez o Bolsonaro ganhar a eleição. [...]. Anos atrás, eu fiz um debate com o Silas Malafaia, e ele fez uma afirmativa que eu fiquei muito impactada, mas fiquei convencida, que é verdade: “Ninguém ganha eleição neste país, seja pra que cargo for, se não tiver o apoio das igrejas evangélicas”. E aí, tu começa a te dar conta, nessas últimas presidenciais, tava todo mundo [*trecho inaudível*] pedir “amém” pras igrejas evangélicas e tal, que só cresce no país. E assim, esse conservadorismo tá um pouco tomando conta do mundo, não só do Brasil (Entrevista 12).

No caso da rede LGBT, a chegada de Jair Bolsonaro à presidência gerou o entendimento, entre os atores da rede situados no campo progressista, sobre a necessidade de abandonar os espaços instituídos de diálogo com o governo, que, de fato, estariam sob intensa ofensiva nos anos seguintes à eleição. Como nota a liderança da ABGLT, Symmy Larrat, um conjunto de atores⁵⁰ compartilhou o entendimento acerca da necessidade de se apresentar em intransigente oposição ao governo em função da presumida inefetividade da interação com aquela administração:

Eu acho que o movimento LGBTQIA+ como um todo, não todo, mas grande parte dele está percebendo que nós temos que atuar no campo progressista. [...] A gente tem que se rumar. Então, eu só acredito em uma organização LGBTQIA+ que se coloque pelo menos no campo progressista. Eu nem estou cobrando muita coisa, mas pelo menos, nesse. Porque quem conversa com Bolsonaro não é progressista, gente (Entrevista 17).

⁵⁰ Pelo menos vinte e quatro organizações e setoriais LGBT, antes em postura colaborativa com o Estado, se manifestaram na mesma linha de afastamento do diálogo sócio-estatal com a eleição de Jair Bolsonaro. A debandada resultou na construção de um conselho popular - o Conselho Nacional Popular LGBTI - que reuniu tais organizações e setoriais. Uma lista dos atores envolvidos pode ser encontrada aqui: <<https://conselhpopulargbti.blogspot.com/p/quem-somos.html>>, acesso em 26 de setembro de 2023. Uma análise mais detida sobre a participação da rede de ativismos intersexo neste novo espaço será discutida a diante.

5.3 Um pensamento-cupim⁵¹: as emoções no enraizamento da política intersexo no Brasil em chave interseccional

Na segunda metade dos anos 2010, com o fechamento dos canais de participação institucional, a rede de ativismos LGBT abandonou, pelo menos parcialmente, o repertório do essencialismo estratégico na delimitação das identidades, concedendo lugar a uma ênfase nas experiências práticas e nas narrativas subalternas, aprofundando uma abordagem interseccional para o tema no sentido de dar conta de todas as diferenças indissociáveis, em favor do *masterframe*⁵² da luta contra todas as opressões.

Iniciando com a queda da presidenta eleita Dilma Rousseff, a entrevistada considera esta ruptura democrática a precursora dos desafios que se seguiram. Comentando sobre a anormalidade democrática que se manifestou durante esse período, ela destaca, na sequência, o assassinato da ativista Marielle Franco e a eleição de Jair Bolsonaro como indicadores dessa reação articulada pelos setores que a entrevistada descreve como “restauracionistas”. No entanto, como proposto na chave analítica da Teoria do Processo Político, ela argumenta que essa trajetória viabilizou estruturas de oportunidade para a emergência e fortalecimento da rede de ativismos intersexo: uma resposta contraditória, mas vital em meio ao contexto reacionários, na sua avaliação. Sua abordagem desafia a simplicidade de visões lineares, enfatizando a interconexão e a multidimensionalidade dos eventos, bem como uma história desagregada do movimento intersexo no contexto turbulento. Enfatiza, portanto, que o contexto turbulento não é igualmente experienciado pelos diferentes atores da sociedade civil:

Porque isso me faz pensar que, a partir do momento que tem uma queda de uma presidenta eleita, da Dilma, e aí tem uma anormalidade democrática, dentro da democracia – burquesa, mas uma democracia – e depois você tem o assassinato de Marielle, aí você tem a eleição de Bolsonaro, isso conforma uma situação de reação, reacionária dos setores mais de extrema-direita, mais restauracionistas, digamos assim, dos privilégios que se tem no país. No entanto, tem um movimento também de reação a isso tudo muito grande e que vai ser encabeçado pelo feminismo, pelas mulheres, pelas mulheres negras e as LGBTQIA+. *Então, nós fazemos parte de todo esse processo e da parte dessa reação. Perceba a temporalidade.* Eu gosto muito de trabalhar com a Teoria do Processo Político. *Então, em todo esse processo político, você vê que consegue surgir o movimento intersexo, como resposta a momento mais reacionário.* É

⁵¹ Chamo por "pensamento-cupim" esse enquadramento ideacional elaborado pelo investimento emotivo dos atores para descrever as cadeias de injustiças inaceitáveis com o potencial de ressonância no discurso público. Tomei emprestada esta linguagem de Linn da Quebrada como elaboração adequada para pensar os efeitos das contestações ideacionais articuladas pelas rede de atores intersexo que elaborou formas de pensar e fazer a política intersexo nos diferentes contextos. Na poesia original "E aqui faço/Me movo, morro e renasço/Feito capim que se espalha/Um *pensamento cupim* ou vírus/Que contamina suas ideias"

⁵² Um modo de dar sentido à ação política capaz de orientar um conjunto de movimentos sociais sujeito a modulações em termos de flexibilidade/rigidez e exclusão/inclusão (Benford, Snow, 2000 apud Facchini, 2020, p. 56)

muito contraditório, então eu não consigo perceber essas questões de forma tão chapada, tão linear (Entrevista 15).

Também na constatação de Fachini (2020), a própria multiplicação das categorias na rede LGBTQIAPN+ ocorreu em paralelo com a articulação conservadora ou reacionária do momento turbulento. É nesse contexto também que se ocorre a mobilização política do sujeito intersexo e de outras redes invisibilizadas ao largo dos anos caracterizados pela participação preferencialmente institucional. Para a avaliação de uma pessoa entrevistada, houve ao longo dos anos um substantivo crescimento da pertinência pública e da ressonância de questões intersexo na sociedade.

Mas eu vejo isso como um avanço: você conseguir conscientizar as pessoas do tema intersexo, por mais que tenha essa fragilidade enquanto movimento ainda, porque é muito recente. Se você pensar que são seis anos. A gente conseguiu um avanço muito grande de falar sobre intersexualidade, de conscientizar pais e levar esse tema para ser discutido (Entrevista 3).

No contexto especialmente caracterizado pela turbulência, foi definitivamente relevante a capacidade dos atores intersexo consolidarem um portfólio dos mais diversos em termos de seus repertórios e performances particulares, bem como a postura que manteve em aberto as perguntas necessárias para avaliar as rapidíssimas mudanças nos contextos. A rede intersexo apostou em rotinas de ação variadas enquanto o, assim chamado, “desmonte” era sentido apenas colateralmente por uma rede persistentemente excluída da rota da cidadania. De maneira deliberada, quero dizer, a partir de exercícios intencionais e constantes de ressitualização, a rede de ativismos intersexo sobreviveu a turbulência entre 2017 e 2019, sem acumular um saldo negativo. Ao contrário, para os atores da rede intersexo que consultei, este recorte temporal coincide com um momento particularmente positivo para uma rede sem direitos a perder e disposta a experimentar caminhos os mais diversos que, no mais das vezes, demonstraram-se bastante oportunos para a sustentabilidade do ativismo intersexo e das comunidades intersexo ao largo do momento turbulento.

As entrevistas destacam a acomodação das prioridades intersexo nos movimento LGBT – pouco a pouco incorporando as emergências QIAPN+ –, em contraste com o período anterior, quando essa aproximação não estava isenta de tensões práticas e teóricas. A emergente interface pública do coletivo de pessoas intersexo reunidas no grupo Intersexos do Brasil colaborou para a crescente familiaridade com o termo “intersexo” e indica um detalhamento descritivo das variações das características do sexo nos registros ideacionais e nas performances práticas da rede de atores LGBT. É quando o acionamento de uma sigla cada vez maior dá verniz de inclusão a uma série de demandas programáticas

que – ressaltam as pessoas entrevistadas – não foram objeto de atenção destes atores. Ale Lopez, fundador da organização Argentina Intersex destacou, por exemplo, que:

Além das conversas, começamos a nos reunir com organizações LGBTI que incluíam o "i" sem compreender claramente nossas demandas, estabelecendo trabalhos de visibilidade e conscientização (Bensch, 2022, tradução minha).⁵³

Do Peru, o relato da fundadora da Intersexuales Peru, Bem Is, compartilha similaridades quanto aos esforços em transversalizar as questões intersexo ao longo das redes de ativismo em direitos humanos com foco na incorporação genuína das prioridades programáticas elaboradas pelas próprias pessoas intersexo:

O principal trabalho da Peru Intersex tem sido estabelecer conexões com outros ativistas e organizações LGBTQ+, PcD, feministas e de direitos humanos, com o objetivo de criar uma colaboração que nos permita informar e conscientizar sobre a realidade das pessoas intersexo no Peru (Is, 2022, tradução minha).

Em se tratando do Brasil, importa salientar – as entrevistas apontam – que a crescente inclusão também esteve aquém das expectativas trazidas com o arejamento do espaço público para as redes QIAPN+: para sua avaliação, frequentemente, a inclusão dessas emergências QIAPN+ foi estritamente terminológica e incapaz de articular avanços programáticos específicos para as pessoas e comunidades intersexo. Na avaliação de uma liderança intersexo:

Eu acho que agora o movimento em si tá com uma aceitação maior da comunidade LGBT num geral, que não tinha antes. Então isso tá sendo útil. As pessoas com corporalidade; sexualidade; diferentes, divergentes; estão mais interessadas em pesquisar. A maioria das pessoas tem uma noção (mesmo que superficial) do que é uma pessoa intersexo. Então, isso também significa que o movimento deu certo. Mesmo que não tenha muitas políticas referentes aos corpos intersexos, o *boom* inicial aconteceu (Entrevista 5).

A trajetória do movimento foi marcada pela pluralização dos protagonistas envolvidos. A habilidade de mobilizar diferentes vozes, experiências e perspectivas foi fundamental para consolidar uma base sólida de apoio e conscientização em torno das questões intersexo. Na avaliação da rede, é unânime o seguinte apontamento: a própria constituição dessa rede de atores é o testemunho de vitalidade do movimento intersexo no Brasil e de sua contínua mobilização nos últimos dez anos.

Eu acho que a gente... Se eu falar do movimento intersexo, separando o movimento intersexo do movimento geral, eu acho que a gente teve como sucesso a sua própria organização. Sua organização política (Entrevista 17).

⁵³ No original: Además de los conversatorios, empezamos a reunirnos con organizaciones LGBTI que llevaban la "i" sin saber con claridad nuestras demandas, estableciendo trabajos de visibilidad y concientización.

A atribuição causal elaborada pelas primeiras gerações do movimento, no sentido de explicitar o caráter problemático e público das violações de direitos humanos sofridas pelas pessoas intersexo, modulou as percepções de desigualdades ilegítimas, de maneiras capazes, inclusive, de mobilizar emotivamente a rede. Da perspectiva de outro ativista, a aparição pública da rede fora de tamanho esforço, que esta já seria o sucesso do movimento intersexo no Brasil:

Então, na realidade, eu acho que a gente está fazendo fogo com cascalho. E não tem como falar de fracasso de um movimento que está tirando leite de pedra. Então, eu não consigo colocar isso. Eu acho que o que a gente deveria visualizar mais é trazer mais o recorte racial para dentro do movimento intersexo, porque a gente sabe que uma pessoa branca intersexo passa por outro tipo de violência que uma pessoa negra (Entrevista 1).

Ao passo que destacam os avanços conquistados, mantêm-se os detalhamentos de desafios persistentemente enfrentados na sua mobilização. Tendo em conta tais desafios, atores frequentemente enfatizam a interseccionalidade para uma compreensão mais abrangente das lutas e experiências das pessoas intersexo que redundaria no aumento de seu alcance e pertinência pública.

Se nós, enquanto movimento geral, temos alguma dívida com a pauta intersexual [*sic*], e temos... As pessoas intersexo têm que dizer assim: eu quero a minha fatia do bolo. Eu acho que tem que dizer para a gente: eu quero isso aqui. Agora, eu acho que nós, enquanto movimento LGBTQIA+, perdemos a oportunidade de, ao nos denominarmos LGBTQIA+, ter empurrado o debate das pessoas intersexo conosco. Eu acho que a gente perdeu oportunidades de trazer o debate intersexo conosco. É como o movimento feminista perdeu a oportunidade de, no feminicídio, ter colocado a questão trans (Entrevista 17, ênfase minha)..

Como o trecho de uma entrevista copiado acima demonstra, a situação reacionária adensou abordagens mais interseccionais nos enquadramentos⁵⁴ das redes LGBTI, para as quais a experiência prática, em tempos que ameaçam a vida de diversos grupos minoritários, assumiu crescente centralidade em prejuízo da abordagem de essencialismo estratégico acerca das identidades. Embora o movimento LGBTQIAPN+ tenha adotado, no mais das vezes, este acrônimo mais inclusivo, a rede assume que as oportunidades de integrar programaticamente o debate intersexo nesse contexto foram subaproveitadas: é o que confirma Symmy Larrat quando era dirigente da ABGLT. A sua comparação com o

⁵⁴ A referência ao processo de "enquadramento" (framing) como a construção e transformação de quadros específicos ressalta a importância de compreender como os movimentos sociais moldam a percepção pública e a compreensão dos problemas que enfrentam. Isso vai além da simples análise dos quadros já existentes, considerando como os movimentos adaptam e alteram esses quadros para se alinharem com suas estratégias de mobilização e com os contextos em que operam. Essa compreensão mais aprofundada do enquadramento auxilia na explicação de como os movimentos conseguem mobilizar o apoio e a participação de diversos grupos e setores da sociedade durante momentos críticos e em contextos turbulentos (Abers, Almeida, von Bülow, 2023).

movimento feminista ilustra um paralelo pertinente na medida que aponta semelhanças com o processo de invisibilidades trans nas discussões sobre feminicídio: algo parecido com as omissões LGBT sobre as intersexualidades.

Assim, apesar da sigla ampliada do movimento LGBTQIA+, antes e durante esta ampliação, ainda em curso, remanescem certas insuficiências na inclusão efetiva das pautas intersexo. Entretanto, a própria avaliação reflexiva e crítica acerca destas insuficiências pelos mesmos atores, de certo modo, por elas responsáveis ressoa com os termos de Facchini (2020) para quem a crise da democracia resultou na pluralização de formatos na luta por direitos LGBTI e em um alargamento da compreensão do que é ativismo, resultado da dificuldade de interlocução preferencial com o Estado. Ao mesmo tempo, o contexto turbulento parece ter colaborado para uma reflexão crítica da rede LGBT acerca das omissões e exclusões persistentes em seus enquadramentos dominantes:

Eu acho que isso se torna mais visível para nós ali em 2018, em 2019. A gente começa a escutar que tem um pessoal. Gente que falava: as pessoas intersexuais não se organizam. Não! Elas estão se organizando, isso começa a chegar aos nossos ouvidos em 2018, em 2019. Eu fui eleita em 2017 na ABGLT, e aí em 2018, essa angústia, essa vontade faz com que a gente comece a perceber mais essa organização (Entrevista 17).

Amiel Vieira, pesquisador e ativista intersexo na Rede Brasileira de Pessoas Intersexo, reconhece que "O primeiro passo, *[a rede intersexo]* já deu. Que é a questão das pessoas reconhecerem, saberem que existe. Mas ainda não foi colocado como... Não é que é como uma necessidade" (Entrevista 2). A mobilização intersexo a partir de 2016 teria que enfrentar, portanto, a pendência ainda carente de efetivação daqueles primeiros anos de mobilização desde 2013. Neste contexto turbulento a partir do golpe de Dilma, e a virtuosa mobilização das redes conservadoras e de direita, a rede de ativistas intersexo passaria a demandar de seus parceiros a inadmissibilidade de uma rede LGBTI sem a inclusão factual do programa e das comunidades intersexo; uma rede LGBTI com o compromisso inarredável de não deixar as pessoas e comunidades intersexo pra trás; uma assembleia LGBTI com a solidariedade radical e o compromisso ético-político de aliança com as comunidades intersexo, sem qualquer ressalva, em direção à cidadania. Estes desafios são, provavelmente, os mais longevos do movimento intersexo: um esforço que perdurou durante o agravamento do contexto turbulento nos anos seguintes, mas deve manter-se como um dos maiores desafios para o futuro da rede intersexo no Brasil.

Na fase de coleta de dados deste estudo, as pessoas entrevistadas foram solicitadas a refletir acerca dos sucessos do movimento intersexo no Brasil. Na maior parte das considerações, os respondentes apresentaram uma avaliação modesta. Para a maioria, a

ênfase esteve na *experimentação* como elemento-chave para superar os desafios ideacionais e sustentar práticas criativas que atendessem a objetivos sempre-já situados. O enfrentamento público das ideias intersexo agenciado por uma variedade crescente de atores refletiu um portfólio de repertórios cada vez mais diverso e brindou a rede com o reconhecimento de um novo sujeito da política. O trecho adicional a seguir ressaltou um elemento chave do sucesso do movimento intersexo: a abordagem inovadora e destemida que o caracterizou, aportada pela disposição de seus ativistas em experimentar novas abordagens e a coragem de enfrentar desafios políticos inéditos na experiência de atores persistentemente excluídos da esfera pública.

Eu acho que o que mais deu certo no movimento intersexo foi essa tentativa, essa nova experiência. Essa vontade de tentar e não ter medo de tentar. Acho que isso foi o principal foco do sucesso do movimento (Entrevista 5).

Conforme nota Facchini (2020), com o conservadorismo mais visível, os enquadramentos com ênfase no corpo e nas emoções, na dor e no sofrimento assumiram centralidade e propiciaram a tematização de novos sujeitos como, por exemplo, as mães de LGBTI e as pessoas trans vivendo com HIV. Essa mudança de enquadramento também favoreceu abordagens mais interseccionais em coletivos LGBTQIAP+, no entrecruzamento das lutas antirracistas e das periferias. Para Abers *et al.* (2023) é relevante abandonar o pressuposto de que todos os atores vivem temporalidades equivalentes ou que compartilham a mesma experiência em favor de uma abordagem de pesquisa alternativa: posicionar a interpretação dos contextos no próprio objeto de pesquisa e observar o que fazem os movimentos sociais para alterar contextos de instabilidade, especialmente, enquanto ela ocorre. Se por um lado os atores conservadores viam chegar seu bom momento, as redes de ativismo vinculadas às pautas de direitos humanos se tornavam cada vez mais sensíveis e politizadas e, por óbvio, afastadas do convívio amistoso com o Estado, especialmente em se tratando daquelas organizações e grupos LGBTI autodeclarados progressistas.

Symmy Larrat, representante da ABGLT até 2023, liderou uma das mais reconhecidas organizações LGBTI progressista no Brasil durante o contexto de ruptura democrática que teve início em 2016. Ela explica que, antes mesmo de o governo assumir o poder, a ABGLT decidiu que não iria colaborar com esse governo. Sob a pecha do radicalismo partidarizado, a organização tratou posteriormente de apresentar-se como um coletivo independente e ao seu programa como ético e coerente. Ela destaca que o então governo Bolsonaro representou um retrocesso significativo, especialmente em relação às

conquistas de políticas públicas que haviam sido alcançadas anteriormente. A entrevistada contextualiza o engajamento contínuo da ABGLT, delineando sua posição crítica em meio a um período de transformações políticas e sociais no Brasil.

Antes de o governo assumir, a gente disse que nós não vamos conversar com esse governo. A gente se retira dos espaços que não eram espaços que não eram espaços com força de lei, porque a gente sabia que eles iam ser... Então, a ABGLT foi tida como radical, como a organização de petista, sabe?! Depois, todo mundo veio a entender que era uma posição de uma organização, não de um partido, não de um agrupamento, não da cabeça da presidência. Hoje, a história mostrou que a gente ainda está na mesma linha, coesa para o mesmo pensamento, para a mesma ética. [...] Hoje a gente tem o entendimento de que nós retrocedemos. O governo Bolsonaro traz um processo de retrocesso. Retrocesso do quê? Retrocesso de um caminho de conquista de política pública (Entrevista 17, ênfase minha).

A entrevistada avalia que estar nos espaços de interação com o Estado, fosse isso possível, não era mais seguro ou positivo para rede. Não só a ABGLT, mas o conjunto diverso de organizações LGBTI do campo progressista acompanhou este entendimento. Enquanto permaneceram em interação com o governo algumas redes menos críticas - como o exemplo da Aliança Nacional LGBTI -, outras vinte e cinco organizações entre as mais relevantes do campo apostaram na reativação e ressocialização de uma antiga rotina de práticas: o conselho popular. Partindo do entendimento dos grandes desafios de trabalhar dentro de contextos políticos hostis às pautas LGBTI, Symmy Larrat enfatiza a importância de uma plataforma coletiva capaz de organizar as ideias e as práticas deste conjunto de atores da sociedade civil durante aquele contexto de instabilidade que ensejava a necessidade, àquele tempo, cada vez maior de mobilização e coordenação.

Por conta disso, a gente dá de lição o fato do que a gente está vivendo hoje. Não tem espaço num governo como esse. Se eles implementarem tudo que eles querem, a gente não tem espaço. Eu prefiro um lugar que eu tenha divergência, mas que eu possa falar, possa propor, que eu possa me colocar. Então, é muito perigoso (Entrevista 17).

Ao contrário de uma maioria de grupos LGBTI deliberadamente afastados do contato com o governo, a rede intersexo buscou individualizar sua relação com o sistema político. Mesmo enfrentando as dificuldades que a rede LGBTI havia previsto para estas interações, a rede de ativismos intersexo persistiu no contato, especialmente por meio de uma equidistância pragmática em relação ao movimento LGBT. Se entre 2013 e 2016, a rede intersexo esteve centralmente interessada e otimista acerca das alianças com os movimentos LGBTI e feminista, com o crescimento dos grupos conservadores buscou manter-se longe da desaprovação pública crescente das redes LGBT e dos seus debates mais sensíveis, foco crescente do escrutínio público, a fim de manter uma relação

tentativamente saudável com o governo, mesmo que no cotidiano dessas redes LGBT e I houvesse interação constante.

É razoável dizer que o abandono do essencialismo estratégico esteja conectado com a possibilidade de reconhecimento desses novos sujeitos na rede, na medida que enfatizam a experiência⁵⁵ prática e corporal na produção de alianças. Assim, diz Fachini (2020), a interseccionalidade e a ênfase na experiência prática como enquadramentos adotados pelas redes LGBTI no contexto de crise permitiu o acionamento do acrônimo maior LGBTQIAP+. O relato de uma oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos no Brasil destacou a sensibilidade do tema e apontou para a ênfase de enquadramento nas emoções e nos corpos, bem como o compartilhamento de histórias biográficas e autobiográficas de abuso e violações dos direitos humanos à integridade física e psíquica.

Então, a gente, na temática intersexo, me sensibilizou bastante quando a gente foi fazer mais uma ação. Uma ação comunicacional. A gente sempre busca alguns relatos de ativistas, para fazer alguma matéria, colocar um artigo no nosso website, ou então fazer alguns *cards* para as redes sociais. [...] Primeiro, a falta de cuidado em compartilhar essas informações com pessoas que não entendem, não conhecem aquela realidade. Então, a primeira falta de cuidado. A falta de apoio, depois, quando a família recebe a informação. E mesmo ali colocar nas mãos da família uma escolha que talvez não precisasse ser feita naquele momento. *Enfim, eu acho que eu fiquei muito sensibilizada com aquilo tudo* (Entrevista 19).

Nesse trecho acima, a entrevistada detalha uma ação comunicacional que pretendeu inserir no discurso público (Klandermans, 1997) os saberes experimentais elaborados pela rede de ativismos intersexo. A entrevistada menciona a coleta de relatos de ativistas intersexo para a criação de materiais, como artigos e posts para mídias digitais e expressa surpresa com a intensidade emocional desses relatos, especialmente os de mães de pessoas intersexo, que descrevem os desafios enfrentados nos primeiros momentos de vida e as interações com equipes médicas, frequentemente resultando em intervenções cirúrgicas desnecessárias. Um estudo, realizado por Schrock *et al.* (2004), concentra-se em como os esforços de enquadramento podem alcançar uma "ressonância emocional", produzindo emoções que mobilizam o público ou potenciais recrutas.

No caso das redes intersexo no Brasil, o aporte trazido pela ênfase nas emoções em se tratando do debate público sobre intersexualidades sugere a relevância das mediações emotivas dos processos cognitivos. Este caso, o processo de definir diagnósticos e prognósticos não se trata de um exercício estritamente estratégico ou instrumental, ao

⁵⁵ A experiência é "a associação entre as estruturas de poder e as vivências individuais", define Fachini (2020, p. 63).

contrário, ele está circunscrito à interdependência que tais definições têm com as emoções capazes de canalizá-las em ação política coletiva e situada (Gamson, 1992; Abers *et al.*, 2023).

O investimento dessa rede de atores intersexo no "trabalho emocional" cria espaço para a canalização de emoções paralisantes em emoções envolventes, isto é, a transposição de narrativas de dor e sofrimento de pessoas intersexo, antes dispersas e isoladas por diagnósticos patologizantes, para a elaboração de práticas e ideias políticas que caracterizaram tanto o surgimento como as significativas mudanças nos agenciamentos recíprocos entre intersexualidade e sistema político. Este exercício de processamento emocional também colabora – de maneiras mais ou menos explícitas e pouco sistematizadas – para os enquadramentos motivacionais e nas disputas ideacionais das primeiras coreografias e assembleias intersexo no Brasil. Em sendo as emoções um componente constitutivo da análise diagnóstica e prognóstica, além do enquadramento motivacional, de qualquer movimento social, a rede intersexo, ao invés de suprimir ou omitir o papel das emoções nas suas práticas e ideias, escolhe estrategicamente assumir essas emoções como instrumental para atribuir significados e valores à agenda das variações das características sexuais no Brasil (Abers *et al.*, 2023).

Essas experiências da rede intersexo estão bastante próximas da descrição de Pearlman (2013, p. 371) sobre o aporte prestado pelas emoções na classificação de desejos, definição de interesses e na ativação de cadeias simplificadas de atribuição de significado às intersexualidades e aos aspectos problemáticos da política sexual em curso. Assim como nos exemplos de redes trans estudados por Schrock *et al.* (2004), a rede intersexo no Brasil trabalhou na articulação de espaços seguros nos quais as pessoas pudessem se reunir e compartilhar suas angústias e motivar os participantes.

Em uma publicação que organizei junto à Global Action for Trans Equality (GATE, 2022) com a colaboração de cinco ativistas da América Latina, o artigo de Hana Aoi (2022), ativista intersexo mexicana, elaborou uma reflexão crítica exatamente sobre a relevância da *palavra intersexo*, isto é, das representações constituídas pelas histórias produzidas pelas próprias pessoas intersexo no sentido de repensar referenciais culturais e compor uma variedade dos repertórios dos movimentos intersexo. Para a ativista é relevante criar alternativas a repertórios tradicionais – relação com as instituições do Estado – a fim de elaborar formas de afetar as percepções das variações das características sexuais no registro da cultura e do imaginário. Para ela, os modelos idealizados de dimorfismo sexual são partes constitutivas das disputas ideacionais em torno da

intersexualidade na sociedade ao passo que cumprem papel de aporte para os abusos e violações de direitos humanos de pessoas intersexo (Aoi, 2022).

Trata-se de um *significante relacionado a experiências* que ainda são invisíveis, mesmo que o ativismo intersexo tenha lutado há pelo menos três décadas para ser ouvido em um *mundo em crise*. Além disso, trata-se de experiências marcadas pelo silêncio, e ainda mais, pela *escassez de uma linguagem e de representações que permitam sua expressão subjetiva e sua articulação coletiva*. Por isso, insisto em promover espaços de pensamento crítico sobre a intersexualidade, em paralelo com a luta política propriamente dita, e em apelar às *experiências como um espelho* para estudar o que afetou e marcou nossos corpos e nossas relações com o mundo, ao longo de um devir corporal intersexo, que nós não iniciamos nem desejávamos, mas que, uma vez sabido o mal-estar, exige uma reorientação para horizontes de vida mais amáveis e justos, em um mundo convulsionado onde o único que pode perdurar às veleidades da história é a conexão com a imprevisibilidade da natureza à qual insistimos em resistir. Em outras palavras, em palavras simples: *abraçar a diversidade e tecer nossas redes a partir daí* (Aoi, 2022, tradução e ênfases minhas).⁵⁶

O enquadramento do corpo e da emoção deu à ação coletiva o estatuto de "instância pedagógica do aprendizado emocional e de reorganização social do sofrimento" (Facchini, 2020) e aproximou as redes LGBT a um articulador de longa-data daquela gramática, a rede intersexo. Na mesma linha do que notam Klidzio e Siqueira (s.d.) sobre as invisibilidades bi e pan no movimento LGBTQIAP+, Facchini (2021) argumenta que, na medida que contrariam a lógica das identidades coletivas negociadas, esse preciso enquadramento da interseccionalidade, do corpo e das emoções permitiu a inclusão de sujeitos coletivos que não haviam sido mobilizados no país – *e.g.* pessoas transmasculinas; pessoas intersexo; pessoas não binárias; panssexuais, assexuais; demissexuais e aromânticos – e permitiram a renovação dos repertórios da rede LGBTI.

Eu ouvi pela primeira vez isso junto ao movimento, não só nesse episódio que comentei, desse encontro que teve no Congresso Nacional, – acho que foi 2015 ou 2016, acho que mais 2015 mesmo – que colegas me relataram. Eu acho que foi nesse momento, quando a pauta "I" ganha visibilidade, e ela quer se fazer presente junto ao movimento LGBT brasileiro. Eu acredito que neste momento foi quando a pauta "I" marca presença, quer caminhar junto e tem essa resistência de militantes. E eu diria que mais de lésbicas e gays (Entrevista 9).

⁵⁶ No original, "Se trata de un *significante relacionado con experiencias que siguen siendo invisibles*, a pesar de que el *activismo intersexual lleva*, por lo menos, tres décadas luchando por hacerse escuchar en un mundo en crisis. Además, se trata de *experiencias marcadas por el silencio*, y más aún, por la *escasez de un lenguaje y de representaciones que permitan su expresión subjetiva y su articulación colectiva*. De lo anterior es que insisto en *propiciar espacios de pensamiento crítico de la intersexualidad*, en paralelo con la *lucha política propiamente dicha*, y de apelar a las *experiencias como un espejo para estudiar lo que afectó y marcó a nuestros cuerpos y nuestras relaciones con el mundo*, a lo largo de un *devenir corporal, intersexual*, que *nosotrxs no iniciamos ni deseábamos*, pero que una vez afuera, una vez concientizado el malestar, exige una *re-orientación hacia horizontes de vida más amables y justos*, en un mundo convulsionado donde lo único que puede perdurar a las *veleidades de la historia es la conexión con la impredecibilidad de la naturaleza a la que insistimos en resistir*. Es decir, en simples palabras: *abrazar la diversidad y tejer nuestras redes desde ahí*."

Para Facchini (2020), frente ao fechamento dos canais institucionais de participação, a ação política no campo LGBT passou a abarcar uma maior variedade de sujeitos e agenciamentos, individuais e coletivos, tanto *online* como *offline*. A alternativa de longa data da rede intersexo no Brasil, os fóruns, *sites*, *blogs*, grupos e coletivos de sociabilidade ativista ganharam força renovada nesse contexto entre a rede LGBT. Ao mesmo tempo, essa literatura específica sobre a rede LGBTQIAPN+ enfatiza a nova tendência de recusa dos atores em se classificarem como movimento, destacando a plasticidade das linhas de fronteira e das formas de ação coletiva na rede de atores (Facchini, 2021). Essa é uma análise que diz sobre a perspectiva dos atores mesmos acerca das possibilidades mais diversas de atuação individual e coletiva em diferentes arenas.

Em termos ideacionais, esta renovação parece ter enfraquecido as justificativas da rede LGBT contra a incorporação da intersexualidade no acrônimo⁵⁷ e, nos termos práticos, providenciado uma oportunidade de interação para a rede intersexo mesmo que ela estivesse em suas fases iniciais de institucionalização. Além dos benefícios estratégicos trazidos para sua relação com a rede LGBT, a rede de ativismo intersexo representou um enfretamento à dicotomia individual x coletivo em que uma diversidade cada vez maior de atores interagiu sem antecipar ou definir formas de ação exemplares ou prioritárias: para a rede, toda ação contava. Foi com a acolhida calorosa do entusiasmo criativo das pessoas intersexo que a rede cresceu e se diversificou nas formas de fazer, contabilizando associações, coordenações, setoriais, observatório, comissões, comitês, institutos, grupo de pesquisa, mandatos e candidaturas, caminhada, grupo de trabalho, coletivos, indivíduos, e assim por diante.⁵⁸

Do momento que a pauta intersexo começou a ganhar visibilidade e a buscar sua presença dentro do movimento LGBT brasileiro, passando pela resistência a essa inclusão por parte de alguns atores, a apresentação da temática intersexo no movimento LGBT não foi isenta de desafios e resistências por parte de determinados setores da comunidade. Em

⁵⁷ Me refiro a argumentação prevalente da rede LGBT no período anterior, quando o discurso militante resistiu ao acolhimento da causa intersexo na medida que o condicionou à existência de uma representação coletiva na forma de dispositivos associativos mais formais.

⁵⁸ Para uma lista não-exaustiva de atores incluídos na esteira dessa diversificação que descrevi, vide lista no Anexo I. A lista inclui vinte e seis diferentes dispositivos associativos, agrupamentos, organizações e indivíduos que consultei pra esta pesquisa e que venho denominando “rede de ativismos intersexo”. *i.e.* associações, coordenações, setoriais, observatório, comissões, comitês, institutos, grupo de pesquisa, mandatos e candidaturas, caminhada, grupo de trabalho, coletivos, ativistas independentes - toda esta variedade compõe a extensa rede que consultei para esta pesquisa e é representativa da extrema diversificação dos atores envolvidos no empreendimento de ação política no campo das variações das características do sexo e das questões intersexo.

2018, é que pude notar os primeiros acenos da rede LGBT na direção de enquadramentos mais inclusivos para a rede intersexo, simbolizado nos relatos de duas lideranças: Amiel Vieira que articulou a presença intersexo pela primeira vez na Parada LGBTI do Rio de Janeiro, e Dionne Freitas que aparece na gravação de um seminário LGBTI anual do Congresso, na edição de 2018. Em se tratando de uma das maiores demonstrações de orgulho do Brasil, no primeiro exemplo, e, no último, a representação a nível nacional frente ao Poder Legislativo, foram duas ocasiões demonstrativas do processo que analiso aqui: o pensamento-cupim acerca das intersexualidades se alastrou no espaço público e encontrou, finalmente, mais ressonância na mudança do contexto neste novo recorte temporal (2017-2018), quando as evidências apontam para a cristalização e diversificação do ativismo intersexo no Brasil.

Para o caso da rede intersexo, a primeira tentativa de formalização jurídica da Associação Brasileira de Intersexo ocorre, por exemplo, em 2018 (ABRAI, 2021a-b). A Associação interage com um ambiente altamente constritivo, em termos de políticas públicas, para pessoas intersexo⁵⁹. Embora a ABRAI alegue visar à "representatividade formal" (ABRAI, 2021b) na causa intersexo no Brasil e na proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas intersexo, a rede de ativismos intersexo tornou-se uma multiplicidade crescente e diversa de assembleias e coreografias intersexo a partir de 2017 no Brasil. A ABRAI representou uma tentativa de canalizar a ação coletiva na luta pelos direitos, não raramente violados, à integridade física e psíquica de pessoas intersexo; à certidão de nascimento de recém-nascidas/es/os intersexo no Brasil; e pela conscientização sobre as intervenções médicas sem consentimento (ABRAI, 2021d). Desse modo, representou uma articulação das noções de corpo e sofrimento na ação política, por meio da ênfase nos abusos e violações decorrentes da mutilação genital intersexo. Como nota Amiel Vieira, em *Tem saída: por um amanhecer intersexo no Brasil* (2021):

Nascida em setembro de 2018, a Associação Brasileira de pessoas Intersexos tem como objetivo lutar pela integridade corporal de bebês e adultos intersexo, pelo registro civil intersexo no nascimento e por políticas que possam quebrar o caminho trilhado de segredo e silêncio no tratamento dessas pessoas no país (Vieira, 2021).

Para Carolina Iara de Oliveira, o momento reacionário em curso desde 2016 certamente impactou o movimento intersexo e a vida das pessoas intersexo. Entretanto, ao contrário do que se esperava, os anos seguintes são considerados os mais produtivos

⁵⁹ Como exemplos, Leis 6015/1973 e 12.662/2012; Res/1664/2003/CFM; Manual de Instruções para o Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo (MS); Provimento 63/2017/CNJ (Sasso, 2018).

para a rede de atores intersexo (Entrevista 15). Os atores destacam que, o período após 2016, consolidou importantes marcos simbólicos para a rede: a conformação do movimento social por meio da formalização de uma associação de pessoas intersexo, a ABRAI, e a eleição de uma parlamentar intersexo, entre os outros exemplares destes processos que trabalhei na primeira seção deste capítulo (Entrevista 15).

Na literatura, o contexto turbulento pode ter tido efeitos positivos para as emergências QIAPN+, outrora apartadas de um convívio produtivo com LGBT. O afastamento desta última rede de sua interlocução preferencial com o Estado parece ter se mostrado favorável à sua aproximação de redes persistentemente excluídas de sua atuação política por meio de uma nova afinidade ideacional: o foco nas emoções, no corpo e na dor.

Para Facchini (2020), a adoção de um acrônimo mais inclusivo – incorporando as emergências QIAPN+ – está necessariamente associada à “adição de categorias que apontam para um detalhamento de experiências e complexidades”, sendo a experiência essa “associação entre as estruturas de poder e as vivências individuais” (Facchini, 2020, p. 63). Como discuti no capítulo anterior, as narrativas autobiográficas são elemento fundamental no discurso coletivo do ativismo intersexo caracterizado pela força das narrativas individuais que relatam experiências de vida, descrevem trajetórias pessoais para revelar segredos, para entender as cicatrizes as dores do corpo [...] (Zavala, 2009, p. 128).

É isso que argumenta uma crescente rede de ativismo intersexo no sentido de mudar repertórios e enquadramentos LGBT refratários à inserção de novos grupos que operam fora da lógica essencialista quanto às identidades. No terreno das experiências práticas, atores intersexo têm enfatizado o empreendimento da sociedade e do Estado no sentido de diagnosticar, invisibilizar e (des)materializar certos aspectos das corporalidades que não se adequam ao binário do “sexo” por meio de atos mutiladores e compulsórios que compõem a experiência vivida diária das pessoas intersexo. Esta abordagem de longa-data da rede intersexo encontra, enfim, maior ressonância na rede LGBT nesse contexto turbulento.

Symmy Larrat, em nossa entrevista, acompanha esta tendência da literatura e destaca como o diálogo com pessoas intersexo em torno de suas experiências pessoais e compartilhadas de sofrimento transformou a compreensão e as ações do movimento. Ela menciona que, ao ouvir as vivências e desafios das pessoas intersexo é possível obter compreensão das sinergias e alianças possíveis, sendo a organização das pessoas intersexo

fundamental para o agendamento dessas questões. Esta e outras entrevistas destacam a crescente importância da inclusão e visibilidade das pessoas intersexo no movimento LGBTQIAPN+, bem como a necessidade de uma abordagem interseccional para a diversidade de experiências práticas das pessoas LGBTQIAPN+ – estas duas tendências parecem se confirmar empiricamente no caso da rede de ativismos intersexo quando se tratou de transversalizar seu programa político ao longo da sociedade civil:

Então, eu pessoalmente não sou uma grande estudiosa porque a gente não dá conta. É uma questão que a gente não dá conta de falar sobre tudo. Mas enquanto presidenta da ABGLT, eu sei que isso precisa ser uma pauta acreditada mais. Até porque lá no começo, a gente só entendia que a população intersexual *[sic]* falava do seu direito a seu corpo, do seu direito a sua identidade, às suas vivências de gênero ser uma decisão sua. [...] Isso era o que a gente sabia. *E quando a gente vai se relacionar mais, ouvir essas pessoas, isso faz todo o diferencial. A organização política das pessoas intersexuais faz todo o diferencial. É ela que provoca, não é a ABGLT que provoca, não é a Symmy que provoca. É a organização dessas pessoas que traz para gente. A gente foi entender que quando a gente for falar de nome social a gente tem falar sobre intersexo; quando a gente vai falar de documentação a gente tem que falar sobre isso; num tem uma documentação que permita as pessoas intersexo de se identificarem como. Ainda é tudo muito binário, e, além de ser binário, forçado. Você sempre está tentando ser colocada na binariedade (Entrevista 17, ênfase minha).*

5.4 Um referencial teórico-militante intersexo: ciência e academia na refiguração do corpo sexuado

Destaquei no capítulo anterior, a fundação e contexto de criação da Associação Brasileira de Profissionais pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI) durante um congresso na UNIFESP com a composição e interação entre profissionais da área de saúde e ativistas, na esteira da diversificação de atores na rede de ativismos intersexo analisada na seção anterior. No trecho a seguir, uma advogada recorda seu papel na articulação da crescente rede de atores e relata a relevância de sua atuação qualificada como operadora do direito para a formalização da ABRASITTI e da ABRAI, na esteira da diversificação de atores intersexo:

Aí em 2018, final de 2017, teve o congresso da ABRASITTI que é a Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo, e eu participei desse congresso e ajudei na construção da ABRASITTI. E sou colaboradora voluntária da ABRASITTI. Eu participei de um congresso em 2016, ou 2017, que foi realizado pela OAB em São José do Rio Preto. E depois desse congresso e depois dessa atuação na ABRASITTI, como na ABRAI, [...] então me convida para ajudar na criação da ABRAI, né? Naquelas questões burocráticas todas, que enfim, que necessitam, né? Eu dei uma ajuda, eu dei a minha orientação e continuo, inclusive hoje, num grupo de colaboradores (Entrevista 9).

Este exemplo de interação levanta um aspecto relevante na literatura que são as interações entre ativismo intersexo e academia. Em outros países e regiões do mundo, houve uma relação histórica entre a própria emergência do ativismo intersexo e as alianças com universidades, departamentos e institutos de pesquisa. A formação da ISNA, por exemplo, foi anunciada por Bo Laurent, na carta em reação à publicação do artigo de Anne Fausto-Sterling (1993) intitulado *The five sexes: Why male and female*: um exemplar riquíssimo em interações entre sociedade e academia (Machado, 2008, p. 65). N

Em comum, a coleta de dados dessa pesquisa tem demonstrado a saliência desse aspecto também para a conformação da rede de ativismos intersexo no Brasil, onde uma emergente teia de pesquisadores e profissionais da saúde tem traduzido e elaborado reflexões sobre a intersexualidade, desde 2006. Exemplo importante do processo bem-sucedido da diversificação de atores da rede de ativismo intersexo é o Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Intersexualidade e Diferenças do Desenvolvimento do Sexo da UNIFESP (PROEC-UNIFESP, 2021) e a ABRASITTI. Tendência similar pode ser observada na nota de apoio ao ativismo intersexo recentemente emitida pela Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP, 2021).

Então, a ABRASITTI surge num congresso na UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Eu conhecia várias daquelas pessoas, já tínhamos uma proximidade muito grande com o ambulatório “T” desde que foi criado. A

[*médica*], o [*médico*], que é professor... a [*profissional da saúde*] eu não tinha muito proximidade, a conheci já no congresso. Mas as [*outras profissionais da saúde*], que são profissionais que atuavam com a pauta mais “T” mesmo, tá? Elas atuam no ambulatório “T”, são profissionais basicamente da área da saúde, e eu cheguei meio que como intrusa nesse lugar. Quando começou o congresso ele foi organizado um ano antes. A gente tinha reuniões todos os sábados no ambulatório para organizar este congresso (Entrevista 9).

A entrevista compartilha uma jornada de interação combinada entre rede de ativismos intersexo, a Academia e os serviços de saúde. Como neste exemplo, a rede buscou desafiar as fronteiras disciplinares por meio do engajamento militante com diferentes referenciais teóricos e áreas acadêmicas. Nas interações de acadêmicos, técnicos e lideranças em torno da intersexualidade, novos esforços de pesquisa reenquadram seus pressupostos analíticos e passam a adotar metodologias participativas de pesquisa de modo que amplia a “comunidade de pares” na produção científica do conhecimento sobre variações das características sexuais (Albuquerque *et al.*, 2022).

Mas essa oposição existe dentro de profissionais mesmo, né? No meu campo disciplinar, a resistência é muito grande. Resistência muito grande em relação a pauta, e a Medicina é muito resistente. A gente tem parceiros, e é preciso dizer, que só avançamos o tanto que avançamos, inclusive, para dar visibilidade a essa pauta, por conta de parceiros. Mas eles são muito poucos (Entrevista 9).

Esta disputa ideacional fez frente às invisibilidades intersexo nas ciências por meio de alianças que especificaram mais tecnicamente as interfaces de contato possíveis entre elas. Essas comunidades de políticas - *policy communities* -, constituídas por servidores públicos, acadêmicos, pesquisadores, grupos de interesses e organizações da sociedade civil consolidaram espaços importantes para a geração de ideias qualificadas relativas a soluções e alternativas de ação com potencial de influenciar as políticas públicas (Kingdon, 2003). A interação tanto crítica como produtiva com a Academia atendeu às problematizações da rede intersexo, sumarizadas no trecho de entrevista copiado abaixo:

Na sociedade, eu sinto que isso é uma coisa extremamente, que se dá de um modo geral dentro de campos disciplinares. Eu acho que tanto o meu campo disciplinar, como outros campos, ainda tem muito de que se ocupar dessa pauta, tem muito que aprender sobre essa pauta, né? E eu acho que cabe a entidades como ABRAI, militantes, essa tarefa (Entrevista 9).

A tarefa de engajar, educar e promover a reflexão da população desempenhou um papel fundamental na emergência e no fortalecimento de novas lideranças intersexo, fornecendo-lhes uma narrativa científica sólida sobre as intersexualidades. A compreensão dos desafios e das soluções também se expande à medida que essas lideranças começam a explorar e compreender a terminologia técnica, como legislações, regulamentos e terminologias biomédicas, bem como os canais institucionais para buscar soluções. O resultado disso foi a criação de um discurso coeso e bem-informado, que abrange tanto as

dimensões cognitivas e simbólicas quanto as socioinstitucionais. Esse discurso não apenas ajuda a sociedade a entender a si mesma e a se identificar, mas também serve como um guia para o Estado (Albuquerque *et al.*, 2022).

Do legado petista, a ampliação do acesso ao ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa franqueou a entrada de grupos minoritários, ao passo que estabeleceu clivagens de filiação intelectual – transfeminismo; feminismo interseccional; radical; queer; decolonial – ao longo dos anos 2010 (Facchini, 2010), fato que parece ter colaborado também para o aumento do debate e da consciência pública sobre as intersexualidades.

Uma iniciativa colegiada popular envolvendo a rede intersexo é o Fórum Nacional de Estudantes Trans, Travestis e Intersexo, uma proposta conjunta da ABRAI, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e da Coletiva Xica Manicongo (ABRAI, 2021j; CITG XICA MANICONGO - USP, 2021). A exemplo do incremento trazido pelo Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG) para a rede LGBTI (Facchini, 2020), há um número crescente de grupos de trabalho e simpósios temáticos sobre a intersexualidade em congressos científicos nacionais e internacionais⁶⁰ ocorridos no Brasil, e em periódicos e livros LGBTQIAPN+, além da iniciativa chamada Observatório Intersexo, antiga Liga Acadêmica Brasileira de Estudos em Intersexualidade (LABELI, 2020).

⁶⁰ Ver V Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ST32. Disponível em <<https://www.desfazendogenero.com.br/area-tematica.php>>. Acesso em 20/nov./2021.

5.5 A mão que balança o berço é a mão que governa o mundo: o reforço de autoridade das mães de pessoas intersexo, entre outras endoalianças

Ao longo dos anos entre 2018 e 2019, as entrevistas apontaram para uma mudança substantiva na composição geracional dos integrantes do movimento. No dizer de Klandermans (1997), o aumento da conscientização também pode ocorrer entre espectadores simpatizantes. A crescente visibilidade pública das redes intersexo se mostrou convidativa para pessoas endossexo. Ao longo dos primeiros anos de sua mobilização, a rede tratou de acomodar aqueles novos atores endossexo na categoria de "aliados" a fim de, por oposição, reforçar o protagonismo das pessoas intersexo. Os relatos apontam para novas disputas ideacionais e contestações práticas inauguradas pelo emergente protagonismo de atores endossexo a ver com o momento turbulento.

As alterações nas formas de descrever a intersexualidade foram acompanhadas pela análise da mudança de foco dentro do movimento intersexo, com uma maior ênfase nas questões relacionadas à maternidade e às crianças intersexo e favorecida pelo crescimento do movimento que, desde 2015, atraiu a aliança de diversos familiares, em desfavor do foco anterior na liderança de pessoas intersexo.

No início, era um movimento muito independente: pessoas intersexo adultas tentando lidar com suas próprias vidas e tentando ensinar outras pessoas como lidar com suas vidas, com a vida de outras pessoas, tanto adultas, quanto crianças; e como lidar com o nascimento de crianças intersexo; aconselhamento e acompanhamento no pós-maternidade. [...] *Com o crescimento do movimento, teve um ápice de aliados muito maior do que de pessoas intersexo em si - principalmente mães de bebês intersexo. E não acho que seja ruim, mas acho que o protagonismo todo, num geral, agora tá só em base disso* (Entrevista 5, grifos meus).

Conforme observações de Gerbaudo (2021), as elites ativistas desempenham um papel crucial na dinâmica das redes e seus canais de coordenação. Na disputa de enquadramento com esta nova elite ativista, saiu perdedor o discurso alternativo do grupo de lideranças envolvidas na mobilização política em sua fase anterior (2013-2016). Para essas lideranças, mudanças sensíveis se deram no “foco” do movimento intersexo ao longo deste recorte temporal. Embora familiares já estivessem sendo incorporados à rede desde o 2015 - como demonstrei na seção 4.2 -⁶¹ com a crescente chegada de “aliados” ao longo dos anos – médicos e advogados, por exemplo –, mas, de maneira mais acentuada, a partir de relações de proximidade crescente com familiares de pessoas intersexo em busca

⁶¹ [...] tanto é que, com a página da Visibilidade Intersexo, a gente resolveu criar uma página pra um grupo pra aliados também, esse grupo é só pra pessoas intersexo. Pra poder entrar os médicos, pesquisadores, milhares de pessoas intersexo e tal, porque às vezes têm familiares que querem saber como lidar, querem saber o que fazer, e não tem muita noção porque não tem esse material; um grupo assim pra interação geral (Entrevista 5).

de informação, o protagonismo dos perfis de liderança de familiares de pessoas intersexo e outras "endoalianças" recebeu progressivo reforço, em desfavor das pessoas intersexo adultas, que relatam afastamento da rede por razões diversas: arbitrariedades na gestão, discordâncias programáticas ou mesmo o impedimento das barreiras estruturais impostas às pessoas intersexo como pobreza, falta de moradia adequada e desemprego, enquanto os indicadores sociodemográficos apontavam o impacto relevante da crise para faixas cada vez mais largas da população (Entrevistas 1, 5, 6, 11).

Já quanto aos pais e às mães de pessoa intersexo, os ativistas manifestam preocupação em torno da interação deste fenômeno com a prática política da organização e a gramática de descrição das demandas intersexo, embora reconheçam a relevância de incluir familiares e responsáveis por pessoas intersexo. Além de enfatizar o aspecto estritamente biológico do sexo e a intersexualidade como uma condição presente desde o nascimento, a rede de ativismo intersexo priorizou a atenção ao registro civil e à infância, o que rivalizou com o foco dedicado às pessoas intersexo adultas e na proibição das mutilações genitais intersexo. Um dos entrevistados descreveu esse enfoque na saúde de crianças e bebês como "apelativo", alertando para o risco de despreparar a rede para o lidar com a diversidade de demandas de jovens, adultos e idosos intersexo.

E isso acaba sendo problemático em alguns aspectos. Tanto é que, muitos ativistas saíram dos seus respectivos movimentos, suas páginas e tudo mais; e estão fazendo um ativismo mais independente. Porque, do meu ponto de vista, acaba parecendo muito apelativo (Entrevista 5).

Para Klandermans (1997, p. 29), "todos os movimentos, não importa o quanto sejam duradouros, passam por ciclos; eles crescem e declinam. Mais cedo ou mais tarde, até mesmo os participantes comprometidos podem decidir desistir. O padrão cíclico do curso de um movimento indica, no entanto, que nem todos os participantes decidem desistir ao mesmo tempo. No caso da rede de pessoas intersexo, as aparentes desistências decorrentes dos enquadramentos que privilegiaram as pautas de familiares intersexo significou uma mudança nos ciclos de mobilização da rede fora da lógica crescimento-declínio, prevista na literatura. O relato de que "[...] muitos ativistas saíram dos seus respectivos movimentos, suas páginas e tudo mais; e estão fazendo um ativismo mais independente" exemplifica que certos atores que decidem desistir de uma forma de engajamento militante podem também elaborar criativamente formas alternativas de mobilização política.

Neste caso, as formas de ativismo "independente" serviram ao propósito de diversificar as vozes da rede intersexo no espaço público e de empoderar indivíduos

intersexo que passaram a agir politicamente sem a mediação de vínculos organizacionais. Mesmo que não tenham sido frutos de um processo categoricamente coletivo de deliberação ou de mobilização, o ativismo digital "independente" não é individual, mas antes, um conjunto definitivamente relacional e situado de interações e ideias contenciosas. Estes atores intersexo colaboraram para revisar o binário individual v. coletivo na sua rede por meio do bem-sucedido esforço de adaptação e sustentação de suas disputas ideacionais e de suas rotinas de interação (von Bülow, 2022).

Tanto a rede intersexo, internamente, como seus opositores tentam persuadir os indivíduos a verem o mundo como eles veem, e as tentativas de persuasão serão mais ou menos bem-sucedidas dependendo do grau em que os movimentos podem ancorar suas visões em crenças existentes. A ênfase na maternidade foi especialmente ressonante na sociedade brasileira em definições coletivas e bastante generalizadas. Uma vez incorporadas na rede de ativismos em crescente diversificação, trazem também inovações significativas nos repertórios da rede.

E aí me impressionou muito o quão duros eram esses relatos. *Principalmente, de mães de pessoas intersexo, falando da realidade de, principalmente, ali, naqueles primeiros momentos de vida.* E essa interação com a equipe médica, que muitas resultava nessas intervenções cirúrgicas desnecessárias. E aí todo o impacto (Entrevista 19).

Essas novas ativistas representaram um rompimento com o passado desta rede – na avaliação da primeira geração de ativistas que relatam invisibilidades problemáticas na rede que se transformava radicalmente. No caso da ABRAI, por exemplo, ao invés de um grupo liderado por pessoas intersexo com foco em *advocacy*, assumia, ali, o perfil de um dispositivo associativo de suporte e solidariedade para familiares – no mais das vezes, mães endossexo – de pessoas intersexo.

E você vê o movimento todo agora, associações; só com mães falando de seus filhos e tentando ajudar. E sim, realmente é importante, mas foi tirado o foco. Das pessoas do início, foi tirado o foco das pessoas intersexo. Então, o movimento intersexo atual é um movimento de mães intersexo, não é mais um movimento de pessoas intersexo. Então, é um movimento muito diferente do que era no início. Ainda tem uma preocupação com certas questões, mas o movimento em si, as pautas todas tão ligadas à maternidade: o nascimento da criança, o registro da criança e o início pré-escolar. Não tem muito sobre as pessoas intersexo adultas. Muitas pessoas intersexo adultas meio que caíram no esquecimento de novo. Se não for os ativistas independentes, você não acha mais aquele conforto, aquele lugar seguro pra essas pessoas. Porque o movimento, as associações estão preocupadas com outras coisas. Estão preocupadas com as novas gerações. E eu acho que todas as gerações são importantes (Entrevista 5).

Como pretendi especificar, a adesão e a simpatia de pessoas endossexo à rede favoreceu o acolhimento da pauta em espaços e entre atores mais conservadores. Em

contrapartida, a rede intersexo tratou de manter sua aliança estratégica com o movimento LGBT, mas afastar-se da politização das pautas sensíveis. Desse modo, mantinha, em aberto, as oportunidades de interação para a rede intersexo com a diversidade dos atores. Um verniz preocupado com a família e com a integridade corporal de bebês criou um ponto de entrada para a permeabilidade da pauta intersexo entre os círculos menos afeitos, à primeira vista.

A despeito da situação reacionária desfavorável, ao incorporar progressivamente essa diversidade de lutas, a rede de atores LGBTI diversificou suas formas de incidência, nota Facchini (2020). Para a rede intersexo, o reforço do argumento de autoridade de aliados médicos, advogados e mães de pessoas intersexo atuou no sentido de diversificar as disputas ideacionais em torno das descrições da intersexualidade. As intersexualidades no registro matricêntrico adensaram a ênfase nas emoções e nas experiências e deu uma alternativa de enquadramento para as intersexualidades no contexto de agravamento reacionário: um reforço às maternidades e às infâncias que, em encontrando ressonância na agenda conservadora, opera como porta de entrada para as demandas intersexo, aqui definidas do ponto de vista de seus familiares.

A interação complexa entre atores sociais, mídia e interação pública redefine sobremaneira a construção social do enquadramento corrente de ação coletiva na rede de ativismos intersexo, mas não sem responder a forte crítica acerca abandono do protagonismo de pessoas intersexo na liderança do programa político da rede: reflexo tanto dos privilégios estruturais de pessoas endossexo; como das causas fundantes da distribuição desigual de poder e recursos para pessoas intersexo e dos crivos de seu direito de aparecimento público.

Porque se não fosse pelos adultos que lutaram nesse momento, pra esse movimento estar do jeito que está, essas crianças não poderiam estar tendo essa visibilidade. E não se tem muita coisa, muita informação, muita pesquisa; médicos preparados pra lidar com pessoas intersexo. Então, se você foca exclusivamente em bebês e crianças em idade pré-escolar, essas pessoas vão se especializar em bebês e crianças em idade pré-escolar. Eles não vão estar prontos pra lidar com adulto intersexo. Eles não vão estar prontos pra lidar com as variedades que uma pessoa intersexo pode ter na vida adulta. Então, acaba sendo muito problemático nesse aspecto (Entrevista 5).

Para as mães de pessoas intersexo que se somavam à rede em um contexto de crescente ação reacionária, o momento foi extremamente oportuno, na medida em que encontrou reforço prático e ideacional no projeto conservador brasileiro e processou com eficácia informações sociais e políticas que encorajaram a rede de ativismos intersexo no Brasil a aderir, em muitos casos acriticamente, a um quadro de ação coletiva que não

necessariamente privilegiou a agência das pessoas intersexo para quem e por quem aquela rede de ativismos foi instituída, em primeiro lugar. Por óbvio, seguiram coexistindo repertórios e enquadramentos em disputa dentro da própria rede intersexo: uma constatação reforçada pela fenomenologia do campo quanto à diversificação do fazer ativista e ao adensamento do debate em um número de arenas públicas.

5.6 Universalização e essencialização de um problema público: ideias sobre direitos humanos e biologia nos agenciamentos intersexo com a direita

Verificamos que o tema das intersexualidades tem sido acionado em diversas arenas, desde 2015, numa jornada de mútua constituição entre a luta por políticas públicas e sociedade civil que permitisse o encaixar desta rede emergente nas instituições (Szwako, Lavallo, 2019). O Legislativo federal ofereceu uma opção menos promissora, mas foi igualmente objeto da atuação da rede intersexo:

De fato, a necessidade de uma ação política em prol das pessoas intersexo também foram colocadas em pauta no Congresso Nacional em 2 projetos de lei, o PL 1475/2015, do deputado federal Carlos Bezerra (PMDB/MT) e que foi apensado ao PL 5266/2016, da deputada federal Laura Carneiro (DEM/RJ). Esses projetos, que atualmente encontram-se estacionados e sem previsão de votação, versam sobre o registro de pessoas intersexo no país. Além disso, há o Estatuto da diversidade (PLS 134/2018), que se encontra atualmente nas mãos da relatoria do Senador Paulo Rocha (PT/PA), proíbe a cirurgia de crianças intersexuais no país e pode ser submetido em breve às casas legislativas para apreciação e votação (Vieira *et al.*, 2021).

A perspectiva de uma liderança intersexo, na entrevista que me concedeu, ressalta a importância da construção de alianças em todo o espectro político, desde a esquerda até a direita, para fortalecer os movimentos LGBTQIA+. Ao observar os avanços conquistados por movimentos semelhantes em nações mais desenvolvidas, a entrevistada destaca o sucesso de uma abordagem integrativa das alianças com diversos atores (Entrevista 15). Uma outra ativista compartilha da opinião:

Quem não quer, você acaba fazendo o embate. Você procura aliados em todas as pontas. A gente tem pessoas dentro do movimento intersexo que estão na esquerda clássica, lutando lá dentro. Pessoas que estão no centro. Pessoas que não têm posicionamento político. Pessoas que preferem não falar qual o posicionamento político, mas estão sempre lá nos núcleos de lutas; vai até na igreja falar sobre intersexualidade, a gente tem gente dentro do ativismo que faz esse papel. Só que no sentido de esclarecer que direitos humanos não têm a ver com espectro político. Direitos humanos são direitos humanos. Direitos sexuais é de cada ser humano (Entrevista 3).

Em que pese a influência pervasiva das igrejas evangélicas no debate público sobre questões LGBTI, uma liderança intersexo matiza a sua análise e aponta para as complexidades do contexto de crise política e para a singularidade da interpretação intersexo.

Não que eu me lembre. Quando eu estou falando da direita, eu estou falando da direita democrática. Não da extrema-direita ou... Nesse sentido. Mas a direita no Brasil está muito associada ao conservadorismo e às pautas religiosas. Então, é muito complicado. Eu sonho com o dia em que os espectros democráticos fiquem de fato democráticos. [*trecho inaudível*]. E tenha esse movimento de repulsa ao extremismo, seja o extremismo que for. Eu sonho com isso, mas eu não sei se vai ser possível no Brasil (Entrevista 3).

Como vemos acima, o desafio está circunscrito aos atores anti-democráticos, completamente herméticos à interação. Entretanto, na abordagem específica da rede intersexo, atores conservadores e fundamentalistas, aprioristicamente refratários às pautas LGBT, poderiam prestar solidariedade e compreensão à pauta intersexo. Considerando a complexidade e diversidade desses atores e das interpretações políticas dentro da própria rede intersexo, ela passaria a buscar intencionalmente aliados em diferentes posicionalidades ideológicas.

A gente tem uma vereadora lá assim, a Cris Monteiro, ela está como relatora da CPI da violência trans, ela é uma aliada, mas ela é neoliberal. Do mesmo modo, vai ter pessoas que não são tão aliadas assim da causa LGBT, mas se sensibilizam com a pauta intersexo, por conta da violência médica, ou enfim, por outro motivo. Então vai ter essas gradações. Tem até pessoas, às vezes, evangélicas que abominam as LGBT, as LGB, e chega na pauta intersexo e diz: “Ai, que horror, está indo contra a vontade de Deus”. Então tem de tudo. Mas vai ter quem vai ser muito combatente que, em geral, tem sido a extrema direita. Então a extrema direita vai dizer o que isso não existe, ou que está certo colocar dentro do padrão masculino e feminino (Entrevista 15).

Entretanto, a rede aponta para incompreensão generalizada, tanto entre representantes da direita quanto da esquerda. Na sua avaliação, muitos políticos de diferentes orientações políticas não têm familiaridade com o termo "intersexo". Se por um lado, a persistente baixa consciência pública sobre as intersexualidades, nos espaços institucionais de alto nível, protegeu a sua rede de ativismos da hostilidade política que assolavam outras redes, do outro lado, ainda estava pendente um detalhamento das intersexualidades, que seria essencial para seu encaixar no vocabulário da política institucional.

Quando a gente fala de pessoas intersexo, há muito embate e há também um desconhecimento. Então, eu vejo lá na Câmara, por exemplo: muitos vereadores da direita não sabem o que é intersexo, até da esquerda, mesmo. Você fala intersexo a pessoa não sabe o que é. Então é todo um processo de explicar do que se trata. E como você bem disse, a direita, na verdade, as direitas, da mesma forma que são esquerdas, apesar de terem maior facilidade para fazer unidades, do que nós, elas são plurais. Então, vai ter desde a pessoa que é neoliberal, então ela vai ser super de direita nas questões econômicas, nas questões macrosociais e etc. de distribuição dos recursos, mas ela vai ser super a favor da pauta LGBTI (Entrevista 15).

No dizer de outra ativista, a ofensiva anti-LGBT e anti-gênero alcançou a rede de ativismos intersexo como “efeito colateral” (Entrevista 1). Estes opositores, empenhados especialmente no ataque às redes trans, mesmo que ignorantes quanto às intersexualidades, argumentam que o "sexo biológico e as características sexuais primárias e cromossômicas definem gênero do indivíduo”⁶². Tal retórica discriminatória, que tinha

⁶² PL 1475/2015. 2

por fim vitimizar as comunidades trans, acabou se revelando, a um só tempo, igualmente eficiente em reforçar critérios de normalidade sexual discriminatórios, também, para as pessoas intersexo.

Com efeito, na medida em que a retórica anti-trans – em curva crescente neste momento – se baseava na linearidade do sexo e do gênero, a intersexualidade foi mobilizada oportunisticamente por atores trans como estratégia discursiva no sentido de contrariar este nexos, enquanto o tema persistia carente de aprofundamento nos círculos militantes. Desse modo, a intersexualidade também aportou um subterfúgio para justificar a legitimidade do discurso trans, sob o risco de ser utilizada tão somente para esta finalidade:

Porque, o que acontece, a situação mais comum: pessoas trans sendo invalidadas das suas próprias identidades de gênero por pessoas cis, porque a genitália não corresponde à identidade de gênero que as pessoas cis acham que deveria ter. Aquele padrão: vagina é menina, pênis é menino. *Pessoas trans que não se importam com a causa, mas tiveram contato com essa denominação em algum momento, primeira coisa que elas fazem: “ah, mas biologia não é tudo. Existem pessoas intersexo e isso não tem nada a ver, por que você vai dizer o quê?”* Que são homens, não são mulheres, mas tem o corpo que é um pouco dos dois”, mas acaba por aí. *Ninguém procura saber quais são as pautas, ninguém procura saber quais são as lutas, ninguém procura saber como apoiar, ninguém procura saber como são realmente esses corpos, o que fazem essas pessoas, como estão essas pessoas.* É só simplesmente: “ah, você não pode me invalidar como pessoa não-binária, eu posso ser homem e mulher ao mesmo tempo. Tem pessoas que nascem com corpo de homem e mulher ao mesmo tempo, por que minha identidade de gênero não é válida?” E realmente: sua identidade de gênero é válida independente de como você se identifique. Mas não use a minha vivência, não use o meu corpo pra validar isso; arrume seus próprios argumentos, entendeu? Construa sua própria história. Não vem pegar a minha, que o início dela foi difícil de se construir (tá sendo construída ainda a passos lentos), pra poder pegar todo um movimento, uma história e invalidar isso só pra afirmar que você pode existir. Se você tem tanta certeza que você pode existir, que sua identidade é válida: bate no peito e afirma isso, mas não invalida. Isso é uma coisa que me irrita muito! (Entrevista 5, ênfase minha).

Considerando, por um lado, tanto os efeitos do desconhecimento ainda prejudicial dos atores conservadores e, por outro, os usos finalísticos do discurso intersexo pelos atores trans, uma parte do processo de interação com o sistema político envolveu, quase sempre, um detalhamento das intersexualidades, relevante para interagir com a diversidade de atores e a variedade de opiniões em redes que não são tão coesas ou homogêneas como aparentam.

A busca por permeabilidade entre atores políticos de orientação conservadora incentivou ativistas intersexo a reformularem a maneira como descrevem a intersexualidade, desde uma perspectiva biologicista. Um exemplo concreto disso é a participação de uma ativista intersexo em uma reunião realizada no Ministério da Saúde,

na qual o foco principal recaiu sobre os aspectos estritamente biológicos da intersexualidade, a fim de esquivar-se de questões politicamente sensíveis como gênero, sexualidade e o pânico moral da "ideologia de gênero" como risco às infâncias:

Tem uma discussão que é do próprio governo que se opõe a esse tipo de discussão. *A gente teve que mudar até a forma de chegar e conversar. [...] Com o Ministério da Saúde, a gente tentou fazer essa discussão dentro da discussão... Quando a gente foi para lá, no caso, eu fui para lá, a ABRAI estava se formando, e se estruturando. Eu fui pela Aliança. Tentei levar essa discussão só que eles não estavam dispostos a fazer porque envolvia crianças. Não importa se é criança trans, se é criança gay... A gente sabe que a gay não nasce com 18 anos, né, fia?! Tem que lembrar isso para eles. Gay nasce bebê. Então não pode falar de criança LGBT. Então, essa é uma das regras. Então a gente consegue ir e tentar conversar com o que dá. Então, não pode falar sobre crianças e sobre discussão de gênero. A gente tem que pautar sobre questões biológicas. Por isso que eu gosto de ir nessa linha, porque daí você consegue ter argumentos com todos os governos. Apesar de que esse, agora, se mostrou mais extremista que tudo, então agora não está conseguindo mais nada, mas naquele momento estava conseguindo, tanto que chamou as associações para conversar. Então não consegui levar essa discussão. Infelizmente. Então, agora a gente está partindo para essa discussão no STF, para ver se repercute em relação ao CNJ. Daí a gente tem esse posicionamento e agora está tendo reuniões da Conferência Nacional LGBTI, para incluir o I. Só que está bem difícil também (Entrevista 3, ênfase minha).*

Assim como em outros governos, nenhum novo compromisso programático foi adotado pela administração Jair Bolsonaro no sentido de interromper as violações de direitos humanos de pessoas intersexo e aquelas iniciativas LGBTI já em curso foram, sem muita explicação, descontinuadas. O abandono de uma orientação preferencialmente técnica em favor de uma gestão cada vez mais moralizada redundou um obstáculo para rede intersexo em interação com o governo (Entrevista 3). Uma advogada resume a ênfase prioritária na biologia para neutralizar essa retórica conservadora.

Porque, assim ó: aí haveria algo de um biologismo, sabe? Algo da natureza. Pessoa nasce assim. "Deus fez a pessoa assim". [...] Todo mundo acha que os outros segmentos (gays, lésbicas, etc), "é por opção própria da pessoa". Entende? Prever uma grande articulação, olhar diante disso, acho que a pauta que a gente conseguiria levar seria essa. Eu até me dispus a me movimentar. Trazendo um pouco (claro que mascarando um pouco, as coisas não são bem assim), mas que entendesse assim, fazer o uso dessa circunstância pra dizer e tal, "olha, a pessoa nasce assim". Tu entendesse? Dar uma puxada por esse lado. Depois que a gente abre uma brecha, leva a ficar mais fácil dos outros segmentos, sabe? (Entrevista 12, grifos meus).

Importa dizer que a descrição estritamente biológica da intersexualidade correu o risco de tornar a confinar, no espaço privado, as variações das características sexuais. Na medida que essencializa as variações das características sexuais como inatas ao corpo, o foco biologicista tem o potencial de desmobilizar as dimensões públicas e políticas da intersexualidade e omitir as operações de saber e poder que instituem os critérios de normalidade sexual.

Além da ênfase biologicista, a universalidade dos direitos humanos serviu como reforço alternativo para uma relação pragmática com os atores conservadores. Neste caso, os direitos humanos foram articulados como uma linguagem neutra e universal, mas a sua efetiva ancoragem entre os atores conservadores veio de certo otimismo da rede intersexo, já que se popularizava, cada vez mais, a retórica contra os direitos humanos sob a pecha de globalismo.

Desde a esquerda até a direita. A gente precisa de aliados. Porque olhando principalmente para os movimentos lá fora, principalmente nas nações ditas desenvolvidas, onde teve maiores avanços LGBTs, foi esse o movimento que teve. Movimento integrando várias frentes de aliados que conseguiram passar pautas de toda a sigla LGBT. Eu tenho umas críticas para a gente que eu acho que é muita louca da cabeça que bate no peito e vai contra todo mundo e acha que vai conseguir alguma coisa. Vai conseguir inimigos. Ainda mais no cenário brasileiro que o conservadorismo anda muito grande. O conservadorismo ligado à religiosidade é ainda mais perigoso. *Então a gente tem que tentar procurar aliados e sensibilizar as pessoas em relação às questões que são de direitos humanos e não têm viés* (Entrevista 3, grifo meu).

Esta ênfase buscou suprimir as fronteiras políticas e partidárias bem delineadas, à medida que a rede intersexo tratou de afastar os direitos humanos do estrito domínio da esquerda. O confinamento das pautas de direitos humanos ao programa dos atores do centro à esquerda não é auto-evidente e nem se confirmou na prática, no que as entrevistas indicam. A análise da pessoa entrevistada observa as contingências do apoio da esquerda:

Mas é mais a esquerda e alguns partidos de centro que dão apoio à causa LGBT, que repercutem também para a questão intersexo. Mas defender a pauta intersexo propriamente dita, não. Defendem a causa LGBT. E como a gente tem apoio do movimento LGBT, atinge a gente (Entrevista 3).

A rede intersexo, portanto, reavaliou criticamente as interpretações automáticas que tomavam como garantidas a solidariedade da esquerda ou a oposição da direita. Em função deste esforço de interpretação situado, elaborou enquadramentos sobre direitos humanos e, em especial, sobre suas pretensões de universalidade, bem como traduções biologicistas do seu programa para apresentar-se também nas disputas e batalhas ideacionais daquele outro campo de atores menos afeiçoados, refratários ou mesmo críticos contundentes da causa LGBT. As elaborações de tais descrições foram em grande medida robustecidas pelo incremento do recrutamento de aliados médicos, advogados e familiares de pessoas intersexo, como discuti na seção anterior. Desse modo, a rede buscou mapear e percorrer uma cartografia de alianças e interações inexploradas.

Ser de esquerda pode ser muito para algumas pessoas. Até porque não é uma opção fácil você ser de esquerda. E eu sei que não é uma opção fácil. Até porque a própria esquerda é LGBTIfóbica. [...] Mas eu sei que daqui, desse lugar, eu posso verbalizar, eu posso constranger. Do outro, não tem efeito. Não surte efeito. Então, eu acho que a gente precisa parar de dizer: “Ah, não, nós somos um movimento que tem LGBTQIA+ em todo lugar, tem LGBTQIA+ na

direita e na esquerda, tem LGBTQIA+ em todas as cidades, em todos os bairros, e a gente é tudo...”. Porque quem é tudo, não é nada (Entrevista 17).

Ao invés de um afastamento irreduzível dos atores conservadores e fundamentalistas empreendido pela rede de ativismos LGBT, a rede intersexo manteve-se aberta a interação oportuna com atores menos óbvios para o histórico. Essa estratégia da rede intersexo correu o risco de críticas desde abordagens mais confrontacionais e isolacionistas e antecipou os prejuízos de cativar inimizades e antipatia na rede LGBT, especialmente em um cenário político brasileiro marcado pela polarização (Entrevista 17). A observação aponta para uma crítica bem difundida na sociedade civil que vê como desradicalização e cooptação certas interações da rede de ativismo intersexo com estes atores:

Em resumo, *(i)* a essencialização biologicista da intersexualidade e *(ii)* a ênfase na universalidade dos direitos humanos caracterizaram a singularização das interpretações e práticas da rede intersexo, a fim de providenciar abrigo em alianças eventuais com a direita. Aqui, a rede de ativismos foi bem-sucedida em buscar novas descrições do programa intersexo com potencial de se assentarem na retórica mais reacionária desses atores.

6 EMERGÊNCIAS DE SAÚDE EM SINERGIA: A RESPOSTA INTERSEXO À PANDEMIA DE COVID-19 [2020-2021]

Entre 2020 e 2021, a ocorrência da pandemia de COVID-19 gerou impactos específicos para a população intersexo e a sua respectiva rede de ativismos. Frente às vulnerabilidades das pessoas intersexo em contexto de crise sanitária e como resultado de um Estado omissivo na resposta à pandemia além de refratário aos atores do campo progressista, a rede intersexo teceu interpretações sobre o contexto e empreendeu ações para mitigar seus impactos na população intersexo. Nessa seção, espero especificar como tais ideias combinaram criativamente velhos e novos enquadramentos. Já na próxima seção detalho as implicações práticas das mudanças de interpretação do contexto, nos repertórios na rede intersexo. Espero especificar, ao fim, como ocorreu a adaptação das práticas dos atores da rede intersexo, frente às novidades e desafios trazidos na resposta à pandemia e na promoção e proteção dos direitos humanos de pessoas intersexo nesse contexto crítico.

6.1 Desafios interpretativos na resposta ideacional da rede intersexo à pandemia de COVID-19 no Brasil

Eu estou gostando muito de dialogar com quem no movimento social está nesse processo de reflexão. *Porque o golpe foi tão duro. Bolsonaro presidente é tão duro. E viver uma pandemia é tão duro que nos faz refletir. Então eu acho que tem muita gente refletindo sobre isso* (Entrevista 17, grifos meus).

A pandemia de COVID-19 foi caracterizada pela grande contestação ideacional dos atores da rede intersexo (Entrevista 17). Suas ideias diversificaram-se ainda mais e mais rápido neste contexto. Embora ativistas consultados tenham relatado dificuldades para atribuir quaisquer benefícios ou impulsos trazidos pela pandemia de COVID-19 ao ativismo intersexo (Entrevistas 3, 16, 9), reconhecem que, com a crise sanitária, foi "preciso *descobrir* outras formas de mobilização" (Entrevista 9). Para os atores, a pandemia de COVID-19 é interpretada como um enorme agravo nas condições de persistência da rede de ativismo intersexo e nas condições de vida das pessoas intersexo. A resposta de parte da sociedade civil ao negacionismo e à insuficiência de iniciativas de alívio emergencial representou, nas ideias, um contexto de extrema incerteza, com os maiores impactos da história da rede, no seu próprio relato. Nesta seção, busquei descrever as compreensões dos atores sobre as consequências pervasivas da pandemia, primeiro, para as pessoas intersexo e, em seguida, para a ação coletiva da rede intersexo. Por fim, analisei a ideia de *urgência de saúde*, nas denúncias às incoerências da ação governamental, durante a pandemia.

6.1.1 *Elaborar o nexa entre pandemia e intersexualidade: a desproporcionalidade da crise sanitária*

No Brasil, apesar da relativa melhora do cenário epidemiológico relacionada ao crescimento recente da cobertura vacinal, tivemos um acumulado histórico de números altíssimos de casos de infecção e um avolumado registro de mortes por COVID-19 (FIOCRUZ, 2021; OWD, 2021). Neste contexto, a alta inflação em preços de alimentos básicos (ABRAS, 2021), falta de acesso a auxílios emergenciais ou desemprego (Gonzalez; Araujo, 2021) impactou desproporcionalmente as condições de vida e os meios de subsistência de pessoas LGBTI (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2020; Vote LGBT+, 2020, 2021).

Também as vulnerabilidades econômicas resultantes do desemprego e da inflação têm resultado em insegurança alimentar e falta de moradia adequada, com impactos desproporcionais para as pessoas intersexo, que já enfrentam vulnerabilidades

em contextos sanitários e de saúde pública regulares (Entrevistas 19, 3, 5). No Brasil, as vulnerabilidades econômicas foram acentuadas pela falta de acesso ao auxílio emergencial, desemprego e aumento da informalidade (Entrevista 19, 5, 8), bem como pelas alterações operacionais e regulatórias do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência da Lei Orgânica de Assistência Social (Pinheiro; Paiva, 2021, Entrevista 8). Questões de acessibilidade digital têm impactado sobremaneira na candidatura aos escassos auxílios e benefícios do governo nesse contexto (Gonzalez; Araujo, 2020, Entrevista 5).

Então, teve sim. Acho que o desafio maior foi em relação às questões sociais, mesmo. Porque ela impactou muito a questão social. E muitas famílias, a maioria... A gente vive uma realidade brasileira que grande parte da população vive em condições sociais de vulnerabilidade. Já vivia, já. E isso não seria diferente para a população intersexo. A população intersexo nasce em vários contextos e se o contexto maior é a população vulnerável, vai ter mais pessoas intersexo vulneráveis. Então, impactou nesse sentido, nas questões sociais; de alimentação [...]. Na ABRAI eu percebi isso, de várias famílias. E quando eu falo da população intersexo eu estou falando da família, não só da pessoa, mas da família sendo impactada diretamente, com a dificuldade de conseguir alimentação, transporte, muitas vezes também (Entrevista 3).

Embora a abrangência do impacto da pandemia de COVID-19 sobre a população intersexo no Brasil seja inespecífica, sabemos que algumas variações intersexo têm risco aumentado para infecção, síndrome metabólica e questões cardiovasculares, neurológicas e renais com impactos severos em caso de infecção por COVID-19 (IHRA, 2020, Entrevista 3). Essa situação é agravada pela necessidade de hemodiálises, exames, e outros serviços de saúde essenciais à vida, inclusive abordagens terapêuticas e paliativas de altíssimo custo e de longo-prazo necessárias ao acompanhamento das condições médicas crônicas da pessoa intersexo e de diversas outras complicações decorrentes de intervenção médica não consentida. Esse contexto aumenta sua exposição a risco nas instalações médicas, e no deslocamento frequente e de longa duração. Tais vulnerabilidades reverberam em mais estigmatização, traumas e falta de acesso aos serviços de saúde (ABRAI, 2021j).

Grande parte dos atores consultados notam os impactos negativos da pandemia nos serviços de saúde – inclusive de saúde mental – especializados ou não, bem como diminuição ou descontinuação da oferta de medicamentos, além de aumento excessivo dos preços dos medicamentos e outros instrumentos médicos de que necessitam (Entrevistas 11, 3, 5). Esta pesquisa também coletou relatos acerca do impacto das restrições de viagem durante a pandemia de COVID-19, resultando na impossibilidade de deslocamento com o objetivo de acessar os serviços de saúde especializados, geralmente

restritos a grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo, por exemplo. No relato de um ativista Entrevistado:

Eu estava doido, doido, doido, para ir, na UNIFESP, fazer meu mapeamento, para conseguir fazer minhas coisas. Eu não consegui e aí tem muito a ver com a questão da pandemia. Foram congeladas as coisas ali, naquele momento (Entrevista 11).

Além da diminuição da oferta já escassa de serviços de saúde especializados para pessoas trans e intersexo, as pessoas intersexo usuárias do sistema público de saúde observaram que os serviços e unidades foram generalizadamente realocados, com exclusividade, para testagem e tratamento de COVID-19. Os relatos também destacam que houve uma acentuada diminuição do quadro de profissionais da saúde em exercício nos serviços primários de saúde e uma aumentada evasão desses profissionais para a rede privada, incluindo aqueles com quem se consultavam regularmente (Entrevistas 5, 3). Em contrapartida, as cirurgias de mutilação genital intersexo continuaram autorizadas durante o período de agravamento da crise sanitária. Por serem consideradas emergências médicas, essas cirurgias, a rigor, desnecessárias, não foram incluídas na longa lista de cirurgias eletivas canceladas ou adiadas naquele contexto.

Na área de saúde mental, atores relatam a interrupção da distribuição de medicamentos e fechamentos em massa de unidades de serviços básicos, como os Centros de Assistência Psicossocial (CAPS). O fenômeno ocorreu no contexto de profunda deterioração da saúde mental gerada pelos impactos do isolamento social sobre grupos vulneráveis durante crises de saúde pública (Gayer-Anderson *et al.*, 2020; Flentje *et al.*, 2020; Entrevista 3).

A conjuntura da pandemia tende a exagerar algumas desigualdades da nossa sociedade, vulnerabilizando ainda mais grupos já marginalizados e exacerbando os padrões de exclusão social e violência já identificados em contextos regulares (OHCHR, 2020; UNAIDS *et al.*, 2020).

6.1.2 A fadiga ativista e a sobrevivência como ativismo: considerações sobre precariedade e desmobilização

Em se tratando da desproporcionalidade do impacto da pandemia nas pessoas intersexo, o fenômeno repercutiu desafios para a rede de ativismos intersexo. Isto é, a rede tanto teve que dar conta dos prejuízos da pandemia de COVID-19 para a vida das pessoas intersexo, como teve que lidar com os problemas de ser, ela mesma, uma rede composta

por ativistas que são pessoas intersexo, igualmente sujeitas às vulnerabilidades impostas pela crise sanitária.

São graves os impactos do isolamento em relação à saúde física e mental de ativistas (Ghattas, 2020). Em todas as entrevistas do meu estudo, conduzidas um ano após o começo da pandemia, a maioria dos respondentes relatou a redução da capacidade de continuar atividades relacionadas ao ativismo, no nível pessoal e organizacional.

Segundo levantamento recente de 2019 sobre o estado a rede de ativismos intersexo, a maioria (90%) de grupos intersexo opera com trabalho não remunerado de voluntários e pouquíssimos têm equipe contratada (ASTRAEA; JSRM; GATES, 2019). A falta de financiamento adequado para as organizações lideradas por pessoas intersexo e a dependência do ativismo voluntário forçaram a maioria de ativistas intersexo a priorizar a vida pessoal ao invés do ativismo durante a pandemia de COVID-19 (Ghattas, 2020; ASTRAEA; JSRM; GATES, 2019, Entrevistas 2, 5, 8).

O efeito mais saliente foi a desmobilização de muitas lideranças para quem foi importante priorizar meios imediatos de subsistência, incluindo questões clínicas relacionadas à condição intersexo, em detrimento da participação em atividades da militância.

São preocupações diárias, porque o governo não está fazendo nada pra ajudar, muito pelo contrário. E esse é um governo que todas as pessoas LGBTI já estavam com medo desde o início, desde o momento que foi anunciado que ele seria presidente. Com o passar do tempo, tem piorado cada vez mais. [...] Eu acho que no momento é um período mais de sobrevivência do que de implementação de pautas e construção do movimento em si. Tanto é que, está sendo um momento de reclusão de muitos ativistas, justamente por causa deste período delicado que a gente tá. Mas, futuramente, acho que o movimento vai precisar de muito apoio, principalmente por causa desse período (não que não precisasse antes), mas vai precisar de muito apoio de todas as comunidades possíveis para se manter e para continuar crescendo (Entrevista 5).

Evidência coletada sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 no ativismo intersexo relata diversos prejuízos para as organizações e ativistas do campo. Entre as preocupações mais atinentes estão os riscos associados ao direcionamento do ativismo para o ambiente digital e a falta de interação pessoal, que repercutem a redução da capacidade de atividades comunitárias. A capacidade reduzida de monitoramento de serviços e instituições; o impacto negativo no trabalho de *advocacy* e os limites no trabalho de visibilidade, bem como a diminuição de oportunidades para conscientizar o público geral também são elementos destacados pelos dados coletados. Além disso, é prevalente entre os dados a preocupação de ativistas intersexo sobre os governos que usam a pandemia para restringir trabalhos dos defensores de direitos humanos (Ghattas, 2020).

Para destacar um exemplo, os atores indicaram um contexto crítico para o ativismo, quanto à desarticulação de colaborações e parcerias entre a rede intersexo e o governo federal, para a qual a pandemia serviu como uma justificativa instrumental. Um relato literal do fenômeno aparece na ocasião de interações da ativista intersexo com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), como segue:

Acho que foi em 2019. 2019. Várias associações: a ABGLT, também estava, tinha várias organizações LGBTs. Mas foi bem complicado. [...]. Pelo que eu fiquei sabendo, não saiu do papel. [...]. *Ainda, para piorar, veio a crise do COVID. Essa coisa humanitária e de saúde, de epidemiologia do COVID. Dai foi mais uma justificativa para não sair do papel mesmo* (Entrevista 3, ênfase minha)

Com os movimentos progressistas excluídos do acesso ao governo federal, viram-se, portanto, no centro da crise sanitária, com a responsabilidade para interpretá-la e gerenciá-la. Para permanecerem mobilizados, os ativistas intersexo precisavam de suportes infraestruturais que garantissem sua dedicação ao ativismo. Uma advogada intersexo e liderança no debate sobre questões LGBTI na Ordem estadual, descreve sua experiência do ativismo durante a pandemia da seguinte forma:

Mas teve uma perda de dinheiro muito maior. Eu não fico reclamando, porque eu acho que o fato de... Por mais que minha vida não seja psicologicamente saudável na casa dos meus pais, o fato de eu ter um teto, ter comida, e ter tudo que eu preciso, não me dá o direito de reclamar durante a pandemia. Então, eu fico um pouco na minha. (Entrevista 2).

Para os atores, a pandemia foi de modo nenhum um impulso, mas redobrou a relevância da ação política. Apesar dos constrangimentos imensos, a mobilização política persistiu, em alguns casos. Fazendo uma síntese, a liderança da ABRASITTI caracteriza a experiência de ativismo na pandemia do seguinte modo:

[...] são momentos de muita fadiga, muito cansaço, de muita desesperança que a gente tá vivendo, acho que isso tira também a força que a gente tem dentro do movimento. Mas eu não acho que as coisas estão paradas. *Eu acho que tem muita coisa sendo construída, muitos avanços têm acontecido mesmo sob todas essas ameaças.* E nem acho que a pandemia impulsiona a gente de alguma maneira, não acho que o governo Bolsonaro impulsiona a gente de alguma maneira, pelo contrário. *Mas acho que, apesar de tudo, tem uma energia vital que não se deixa ser destruída tão facilmente, e que a gente consegue canalizar de alguma maneira* (Entrevista 16, grifo meu).

6.1.3 Crise de saúde pública: interpretar a sobreposição de urgências

A pandemia de COVID-19 representou novos desafios, especialmente para movimentos sociais e organizações da sociedade civil no campo LGBTI+, entre elas, a rede intersexo (Pearce *et al.*, 2020; Oliveira, 2020, Entrevistas 15, 19, 5, 3). Como destaquei antes, para a rede intersexo, a presunção de uma alegada crise, entre 2016 e

2019, seria inadequada para descrever sua experiência. Entretanto, a partir de 2020, a pandemia de COVID-19 - ela sim - teria representado, a rigor, um contexto de crise, caracterizado por um agravamento imprevisível e desproporcional (Entrevista 15, 19, 5, 3).

Eu acho que a gente está vivendo uma crise de saúde. Uma crise pandêmica, uma crise que é uma crise econômica etc. que piorou a situação. Mas enquanto movimento intersexo eu acho que agora a gente falar que vivemos uma crise do Bolsonaro... Eu acho uma análise muito superficial [...] (Entrevista 11, grifos meus).

Uma percepção de desigualdade ilegítima informou a denúncia indignada da experiência constante de crise de saúde para a população intersexo, somada, agora, à imposição repentina de uma nova crise de sanitária, da COVID-19. Como resume uma das pessoas intersexo entrevistada, "quando ocorreu esse colapso do sistema de saúde, já estava colapsado para a gente. Agora, então, é extremamente complicado." (Entrevista 11). No seu relato, observa que

Tem milhares de defasagens, porque um colapso no sistema de saúde é um colapso no país inteiro. É um colapso que vai ter mais dengue, vai ter mais gente morrendo por causa de saneamento básico; mais gente morrendo por causa de gripe; mais gente morrendo por causa de doenças normais que não tem lugar para colocar... As discussões sobre raça, classe, gênero vão se aflorar para caramba porque um colapso no sistema de saúde acentua, ainda mais as bostas que já estavam acontecendo. Com certeza, a situação piorou (Entrevista 11, grifos meus).

Desse modo, a pandemia de COVID-19 trouxe para os atores intersexo um exercício ideacional sobre a própria noção de *urgência médica; emergência; crise médica; crise de saúde pública*. Isso porque o nascimento de uma criança intersexo é tratado nos termos de uma *emergência* de saúde e psicossocial ou *crise* médica, muito embora as variações intersexo sejam condições médicas crônicas, isto é, não urgentes; situações clínicas que permitem avaliação das abordagens terapêuticas a longo-prazo. No mais das vezes, variações das características do sexo são nem dolorosos nem prejudiciais à saúde e apenas ocasionalmente designa alguma condição médica urgente.

No Brasil, ao contrário de identificar as intersexualidades como variação natural, a narrativa oficial das instituições argumenta que "o nascimento de crianças com sexo indeterminado [*sic*] é uma *urgência biológica e social*" (Conselho Federal de Medicina, 2003, ênfase minha) a ser imediatamente averiguada pela medicina (Brasil, 2012; Conselho Federal de Medicina, 2003; Conselho Nacional de Justiça, 2021). Nesse sentido, uma intervenção cirúrgica, sem consentimento livre e informado, é, em essência, um processo destrutivo (Dias da Silva, 2018). Considerando que tais intervenções

frequentemente repercutem em sérias complicações de saúde - como infecções, amputações, perda de sensibilidade, insatisfação e assim por diante - a pandemia de COVID-19 impactou desproporcionalmente o acesso à saúde e medicamentos do qual a população intersexo era altamente dependente.

E tem um diferencial das crianças que são atendidas na ABRAI, porque muitas delas têm comorbidades; comorbidades renais, de bexiga, sistema urogenital, que vai além da intersexualidade; tem uma comorbidade ali. Então isso ficou muito mais evidente, muito mais forte. Porque a maioria perdeu a fonte de renda, daí não conseguia se manter, não conseguia fazer as viagens, não conseguia comprar fraudas, catéter e outras coisas que, às vezes, não estavam conseguindo achar no SUS, pelo aumento da demanda desses produtos por causa da pandemia (Entrevista 3).

Movimentos sociais no Brasil, incluindo a rede intersexo, iniciaram esforços para caracterizar esse contexto e denunciar a inação governamental quanto a políticas emergenciais (Abers *et al.*, 2021). No caso intersexo, sentimentos de injustiça e indignação informaram o enquadramento de desproporcionalidade entre as normas e instituições que definem as variações das características do sexo, sem risco à saúde, como urgência médica, ao passo que, desqualifica, como “histeria”, “história mal contada”, “gripezinha”, “neurose”, as evidências científicas sobre uma grave pandemia mundial de COVID-19 (Calil, 2021).

[...] se a gente tivesse um governo organizado no sentido da saúde, dava para trabalhar essas questões. Óbvio que ia dar prioridade para a saúde, para o COVID. Óbvio. Porque a gente está falando de vidas que estão morrendo; de pessoas que pegam uma doença e a gente não sabe como ela vai lidar, e vai morrer. *Mas dava para ter administrado isso de uma forma mais adequada. Por isso que eu vejo como uma crise* (Entrevista 3, grifos meus).

Se antes a rede intersexo ainda tentava uma postura relativamente aberta a atores governistas, o novo contexto deu vez a uma posição de rechaço a grupos negacionistas, incluindo o governo federal. Em síntese, a rede de ativistas intersexo enfatizou a contradição das instituições e setores governistas que, por um lado, tratam as questões intersexo no registro de crise, urgência ou emergência, e, por outro lado, subestimavam a gravidade da pandemia de COVID-19 e a necessidade de políticas efetivas e abrangentes de resposta sanitária (Entrevista 5, 3).

6.2 Agenciamentos recíprocos entre a rede de ativismo intersexo e a crise sanitária da pandemia de COVID-19

Uma observação prevalente nas avaliações sobre as respostas da sociedade à pandemia de COVID-19 destaca que antigas rotinas de ação coletiva foram combinadas com a exigência de inovações *online* e *offline* (Abers, von Bülow; 2020). Uma teia de atores intersexo articulou-se em torno de um forte processo de mobilização, resultando em rearranjos organizacionais e mudanças dos repertórios (Abers; von Bülow; 2020; Abers; Rossi; von Bülow, 2021).

6.2.1 Fundos internacionais e solidariedade online: levantar recursos e aliviar o sofrimento

Estudos apontaram que 50% das organizações intersexo operam com menos de 5,000US\$/ano e que 90% não contam com fundos reserva (Ghattas, 2020; ASTRAEA; JSRM; GATES, 2019, 2017). Em se tratando do subfinanciamento das organizações LGBTI da sociedade civil, as parcerias com as organizações internacionais para levantamento de recursos financeiros e fundos emergenciais foram essenciais ao longo da pandemia, como nos casos das parcerias entre ABRAI e *OutRight International*, *MamaCash* e *Astraea Lesbian Foundation* (Associação Brasileira de Pessoas Intersexo, 2021f).

No enquadramento das interações problemáticas entre a crise sanitária e as minorias, a rede intersexo no Brasil tratou de elaborar formas de apoio para a comunidade, com base no seu conhecimento das vulnerabilidades específicas enfrentadas pelo grupo neste contexto (ABRAI, 2021j).

Nos últimos anos *e mais intensamente desde o início da pandemia COVID-19*, a ABRAI tem apoiado famílias Intersexo, mães e bebês com várias complicações de saúde ou que vem enfrentando assédio médico, intervenções cirúrgicas não consensuais, como amputações e cirurgias cosméticas mutiladoras, violação do direito à documentação, entre outros. Como as pessoas Intersexo costumam viver na pobreza, a ABRAI arrecada e distribui doações para pessoas Intersexo economicamente vulneráveis (ABRAI, 2021e).

No caso da ABRAI (2021e), a Associação inicialmente dedicada ao *advocacy* de políticas públicas foi adaptada para robustecer suas ações de assistência imediata, por meio de campanhas de solidariedade e levantamento de fundos internacionais emergenciais para distribuição dos meios de subsistência para a população intersexo na pandemia (Associação Brasileira de Pessoas Intersexo, 2021e). A Operação Orquídea

(Associação Brasileira de Pessoas Intersexo, 2021j), por exemplo, é um processo representativo da resposta intersexo à repentina chegada da pandemia:

[...] é uma iniciativa de solidariedade em resposta à pandemia de COVID-19, conduzida pela ABRAI em parceria com a OutRight Action International @outrightintl. O programa é direcionado à alimentação e meios de subsistência e proteção para pessoas Intersexo durante a pandemia e à avaliação e monitoramento do contexto de crise sanitária entre as pessoas Intersexo. A Operação Orquídea pretende distribuir cestas básicas, kits de dieta restritiva, álcool, máscaras, auxílio financeiro emergencial, auxílio moradia e suporte para compra de medicamentos e artigos de higiene (ABRAI, 2021j).

No campo da incidência internacional, a ABRAI copatrocinou uma Declaração Conjuntos de ONGs sobre os Direitos Humanos de Pessoas Intersexo no Conselho de Direitos Humanos por meio de uma parceria com a ILGA World (Associação Brasileira de Pessoas Intersexo, 2021g). Nessa seara internacional, a Associação foi ouvida na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que debateu os resultados da Revisão Periódica Universal do Brasil, conduzida pelos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, sobre pessoas LGBTQIA+ (Câmara dos Deputados, 2021, Entrevista 8).

Acompanhando o diagnóstico de aumento das *lives* durante a pandemia (Facchini, 2020), a rede de atores intersexo atuou conjuntamente na proposição de marchas, webinários, cursos e festivais artísticos via transmissão ao vivo nas mídias sociais (ABRAI; 2021c; ABRASITTI; 2021; LABELI, 2020).

Em vídeos para o formato *TikTok*, ativistas satirizam falas preconceituosas de profissionais da saúde sobre pessoas intersexo. Um deles alcançou mais de um milhão de visualizações na plataforma. Nesse mesmo contexto, a ABRAI, uma das principais organizações da rede, lançou seu sítio eletrônico financiado pela *Astraea Lesbian Foundation*, a fim de adensar sua presença *online*, dar visibilidade às suas ações e providenciar um conjunto de recursos e informações para subsidiar o debate da intersexualidade na crise sanitária (ABRAI, 2021i).

Ainda no campo *online*, por ocasião do Dia da Visibilidade Intersexo, celebrado em 26 de Outubro, a ABRAI (2021h) organizou uma mobilização chamada "*PixDay*". Este chamado da rede para a ação incorporou as ideias da rede sobre o contexto econômico crítico. Na provocação: "O que você consegue fazer com 2 reais no Brasil hoje? Quase nada?", a Associação convidava seus seguidores a realizarem doações simbólicas por meio de transferências bancárias digitais para subsidiar seus trabalhos de assistência.

Organizações e pessoas intersexo com recursos humanos e financeiros bastante restritos e progressivamente reduzidos conseguiram aumentar a sua incidência por meio do uso das comunicações digitais. Com a restrição de mobilidade, ativistas relatam diminuição das despesas relacionadas a viagens, junto de oportunidades de interação criadas ou adaptadas para o meio digital, as quais não teriam acesso de outro modo (Entrevista 3, 16, 9). Sempre críticos à figura do "ativista de internet", os atores consultados destacam um importante aprendizado ocorrido durante a pandemia relacionado ao uso das mídias digitais para as formas de ação coletiva (Entrevistas 17, 3).

Eu acho que isso vai ficar de ganho na pandemia: a gente entender que a participação popular também pode ser dada em outros aspectos, para ampliar a participação. Não estou dizendo que tudo tem que ser *online* agora. Não, também não, não dá. A gente tem que voltar a incidir lá na Câmara, estando lá. Mas não precisa ser só físico. A gente pode dialogar enquanto nação a partir da virtualidade (Entrevista 17).

O ativismo intersexo recebeu com ceticismo o foco nas comunicações digitais agenciado durante a pandemia, já que a conexão pessoal presencial sempre foi um elemento chave para a mobilização das comunidades intersexo ao redor do mundo. Na Europa, por exemplo, a comunicação *online* foi um meio importante para o encontro de pares intersexo ao longo dos anos 2000 e fez o movimento crescer rapidamente, mas ressalva que o fortalecimento institucional dos movimentos intersexo europeus esteve ligado a oportunidades de encontro presencial, em inúmeros fóruns e conferências (Ghattas, 2020).

No contexto de crise sanitária, as restrições de deslocamento tiveram um impacto multidimensional na vida de ativistas intersexo, implicando o cancelamento de viagens relacionadas ao ativismo e cancelamentos ou adiamentos de encontros de pares, sendo que somente alguns puderam ser alterados para o formato *online* (Ghattas, 2020). Uma ativista intersexo brasileira reforçou ressalvas semelhantes sobre o espaço *online* e observou seus limites para a mobilização intersexo durante a crise sanitária. Entretanto, o relato da liderança intersexo detalhou a ocorrência de mudanças que redimensionaram as possibilidades de agenciamento criativo: o protagonismo renovado da internet diversificou o ativismo digital intersexo, para além do apoio, incluindo mais formas de incidência política. Ela diz:

Eu acho que foi fundamental [a Internet]. Por integrar as pessoas de diferentes lugares, de diferentes realidades; diferentes realidades e vivências [...]. Acho que foi fundamental a internet. *Óbvio que a gente precisa do movimento físico, fazer o advocacy, procurar os aliados fisicamente, no Legislativo, no Executivo, de estar lá na hora de uma votação, de ficar lá participando, de ter uma instituição física que faça o acolhimento das pessoas, de pessoas que encaminhem e ouçam as demandas, olho no olho. Isso é fundamental.* Só que a

internet foi essencial para encontrar pessoas de realidades diferentes que, muitas vezes, pensavam que eram únicas no mundo. De regiões diversas.[...] Foi fundamental. *Só que se for só na internet, a gente não conseguiria alguns ganhos sociais, no sentido de luta.* Só que como agora, neste momento voltou-se tudo para internet, *a gente consegue fazer as duas coisas pela internet. Mas, no primeiro momento, lá em 2016, 2015, que a gente estava só na internet, a gente ficava mais nas discussões e no conhecimento. Não ia dentro dos coletivos discutir.* Daí a gente teve esse momento de ir nos coletivos. Agora os coletivos também estão online. Eu acho que isso também vai ajudar. E eu acho que vai ser algo positivo que pode ficar para depois da pandemia. *De aliar o físico ao digital.* Não para ficar só aquele ativista de internet que, às vezes, discute, mas não faz nada. Não nesse sentido. Mas o ativista que está na internet, levando a discussão, mas que também está tentando propor alguma coisa para a mudança (Entrevista 3, grifos meus).

O uso de mídias digitais durante a pandemia foi um lembrete do encurtamento das distâncias viabilizado pela interação *online*. A crise sanitária parece ter cumprido o papel de chamar atenção para rotinas de interação *online* que já constavam no portfólio da rede de atores intersexo no Brasil, mas que foram perdendo o protagonismo que tiveram na primeira fase do movimento intersexo. Nos anos anteriores à pandemia de COVID-19, a rede de atores intersexo havia buscado extrapolar sua atuação estritamente *online* da primeira fase da rede para uma precipitação material da assembleia intersexo na reunião presencial de corpos. A busca ativa por formas de aparição pública *offline* cumpriu uma função relevante naquela fase da rede de ativismos intersexo, em se tratando de aumentar sua interface de interação com a política. Na resposta à pandemia de COVID-19, os atores intersexo adaptaram, outra vez, uma "multiplicidade de práticas híbridas" – *online e offline* – em reapropriações ideacionais e transformações práticas das mídias digitais (Entrevistas 2, 3, 5, 6, 8, 11, 16, 17).

No entanto, as posições dos atores nos processos de apropriação e transformação de tecnologias digitais são heterogêneas e assimétricas. Eles dependeram, em parte, das capacidades tecnológicas dos atores que, neste caso, aumentaram as interfaces de interação digital: "os coletivos também estão *online*" (Entrevista 3). Ainda assim, como consta na suspeição em torno do "ativista de internet" (Entrevista 3), dependeram também das percepções ideológicas ambivalentes sobre as potencialidades do ativismo digital para a mudança social em determinados contextos que, aqui, mudaram muito (von Bülow, 2022).

No caso da rede intersexo, "aliar o físico ao digital" (Entrevista 3) implicou gastos frequentemente com conectividade frequentemente atribuídos à renda pessoal dos ativistas, que foi afetada, generalizadamente, pelos prejuízos econômicos da pandemia de COVID-19 (Entrevista 5). Os atores da rede intersexo, já familiarizados com os limites do

uso exclusivo de mídias sociais, demonstraram o aprendizado das suas primeiras fases de mobilização política quanto às desigualdades reforçadas em matéria de acessibilidade digital, seguramente exacerbadas no contexto da pandemia, mas sem menoscar a virtualidade do agenciamento de contiguidades do ativismo digital, durante esse período.

6.2.2 O sexo ignorado: hibridismo de práticas nas relações com o Judiciário

Em se tratando da atuação no Judiciário, a rede de atores intersexo apoia-se em esquemas de aliança de longa data com os operadores do direito, advogadas/es/os e magistradas/es/os, como é o caso das parcerias com os setoriais de diversidade das OABs estaduais e com o IBDFAM (ABRAI, 2021f). Um exemplo é a sucessão de audiências públicas sobre intersexualidade ocorridas na OAB Diversidade da cidade de São Paulo (OAB-SP, 2019).

Desde 2016, mas ainda mais a partir de 2020, em resposta à forte oposição nos poderes Legislativo e Executivo, conhecemos uma crescente atuação de grupos LGBTI no Judiciário, como uma tentativa de contrapor as medidas reacionárias, incluindo cortes de recursos, desmonte institucional e disseminação de desinformação (Facchini, 2020). Frequentemente, o Judiciário emergiu como a alternativa preferida para grupos engajados na incidência política, com a esperança de obter uma voz isolada e cautelosa a favor dos direitos humanos das pessoas LGBTI. No entanto, essa ampliação de direitos encontra forte resistência dos discursos e atores conservadores, no governo de Bolsonaro, e, com força renovada, durante a pandemia (Entrevista 9).

Até então, em razão das conquistas que essas pessoas vêm realizando na sociedade. Diga-se, tudo via Judiciário. Veja bem, todas essas novas conquistas de direitos, que a Constituição de 1988 possibilita que o Judiciário faça essa leitura da constituição e diga o seguinte: “veja, a Constituição não foi concebida apenas para as pessoas hétero sexuais e cis desse país”. Então, a partir disso, direitos passam a ser conquistados pela população, e aí há uma resistência muito grande do conservadorismo, como quem diz: “não, espera um pouco” (Entrevista 9).

A entrevistada observa que mesmo o Judiciário, manifestamente filiado à linguagem dos direitos humanos, por essa razão mesmo, tendeu a nutrir alguma hesitação nas tomadas de decisão em temas sensíveis da agenda de direitos humanos, especialmente LGBTI, frente às reações negativas de uma rede de atores em torno da chamada "ideologia de gênero". Desse modo, a trajetória de interação foi acompanhada de ameaças persistentes às instituições democráticas cujo alvo preferencial foi o Judiciário. Para esta entrevistada, a turbulência desse contexto contencioso restaurou o medo e o ódio no

cotidiano do Estado na medida que cresceu a retórica da, assim chamada, “ideologia de gênero”.

Mas isso é muito difícil conseguir, por mais que o judiciário se manifeste de uma maneira pró-direitos humanos, quando a gente vai falar sobre política que demanda essas discussões de gênero e sexo, eles ficam com medo da reação da população, que tem essa ideia da ideologia de gênero disseminada principalmente pelas igrejas neopentecostais. Então, tem esse receio. [...] Eles têm esse receio mesmo. Sabe que o pessoal ataca bastante o STF. Pedem até o impeachment do STF. Isso nem existe, mas tem gente querendo entrar lá e dar tiro no... Eu teria medo se eu tivesse lá. Eu teria medo. Sabe quando você fica revoltada com a situação e com o posicionamento, mas você, ao mesmo tempo, entende? Porque dá medo mesmo o cenário que a gente está. Só que daí parou a discussão. Se eu não me engano, a gente foi cinco ou seis votos a favor [...] Para manter o ignorado, então, isso também é um avanço. Só que não fechou a votação. Não está decidido, mas se for nesse rumo, seria bom... (Entrevista 3).

Na sua análise, o cenário descrito de vozes, cada vez mais contundentes, contra a alegada “ideologia de gênero” apresentou um entrave adicional, mas ressalva o processo criativo de elaboração de ideias e práticas capazes de conduzir a rede rumo aos importantes avanços, de fato, levados a cabo, à revelia das ameaças que uma rede de atores representou à democracia, ao Estado democrático de direito e à promoção, proteção de conjuntos de direitos sobre os quais passou a pairar a suspeição e o repúdio violento de grupos anti-LGBTI. No exemplo selecionado pela ativista, a interação de certos atores da rede intersexo com o Conselho Nacional de Justiça representa uma bem-sucedida interação destes atores de maneira mais intencional com o Judiciário, se valendo da expertise de advogados aliados recrutados desde os primeiros anos de mobilização da rede (Entrevista 3).

A regulação do registro de recém-nascidas/es/os intersexo no Conselho Nacional de Justiça ocorreu em plenário virtual (Entrevistas 2, 4, 9, 12). A decisão da Corregedoria Nacional de Justiça regulou, em caráter nacional, o registro civil de crianças intersexo, destacando a possibilidade de registro como "sexo ignorado", na certidão de nascimento, em qualquer Cartório de Registro Civil, sem autorização judicial ou apresentação de laudo médico (Souto, 2021; Conselho Nacional de Justiça, 2021).

A decisão n. 005130-34.2019.2.00.0000, da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, é um marco regulatório para essa rede de ativistas, que enfatiza que cartórios e hospitais não seguem as orientações previstas desde 2012 sobre preenchimento do campo ignorado (Conselho Nacional de Justiça, 2021). A mencionada decisão é resultado de um pedido realizado pelo IBDFAM, junto com a ABRAI, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS), em

seguimento a um processo de negociações iniciado no âmbito do Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ).

A fundamentação desse pedido de providências encaminhado ao CNJ, em processo judicial eletrônico, também chama atenção para os efeitos reacionários nessa matéria, em se tratando da conduta das Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraná, que estabeleceram prazos desproporcionais para averbação de "sexo", quando do uso da categoria ignorado - funcionou na prática como reforço das mutilações genitais intersexo em idades precoces.

Antes da regulação nacional, arbitrariamente, os operadores estaduais de regulação do judiciário assumiram a prerrogativa, não só, de decidir que a pessoa intersexo – à revelia do seu consentimento – passaria necessariamente pelas cirurgias, como também, a autoridade de designar a que tempo da vida ela seria submetida aos procedimentos. Com o objetivo de regular a matéria em abrangência nacional, a decisão contraria os efeitos dos provimentos estaduais sobre esses prazos exíguos de averbação do "sexo", reconhecidamente responsáveis pela performance de cirurgias de mutilação genital intersexo de maneira ainda mais precoce (Conselho Nacional de Justiça, 2021). Sobre essa experiência de incidência política no CNJ, uma ativista relata:

*E é preciso que esse movimento ganhe mais visibilidade. É difícil nesse momento, eu reconheço... mas vejo que essa chegada ao CNJ foi ano passado, em plena pandemia. Eu lembro que no dia doze de outubro, naquele feriado, a gente passou o final de semana todo tentando: a [ativista intersexo] fazendo contato, mandando *emails* para os conselheiros, para os ministros do CNJ. Acho que nós ficamos três ou quatro dias ajudando na confecção do documento porque ela precisava mandar para discutir com eles. Então, você veja, foi muito rápido que essa diretoria da ABRAI tenha chegado nesse lugar, e que é um lugar muito estratégico para o Judiciário brasileiro, mas que pode, inclusive, sinalizar para outras áreas (Entrevista 9, grifos meus).*

A interação intersexo no Judiciário foi caracterizada por uma multiplicidade de práticas híbridas – *e-mails*, videochamadas, telefonemas, ofícios – que combinou o litígio estratégico e o ativismo digital para a contestação ideacional, na encruzilhada das relações transfronteiriças entre Estado e sociedade. Se o estudo do ativismo digital ignora frequentemente as interconexões com o sistema político (von Bülow, 2022), as interações *online* da rede intersexo sustentadas com o Judiciário, no contexto da pandemia, oferecem um caso de agenciamento prático através das fronteiras do Estado e da sociedade civil; caso que colabora para superar o binário pessimista-otimista nas análises das novas tecnologias.

Durante a pandemia, aquelas demandas relacionadas ao registro civil de pessoas intersexo foram trazidas à pauta do Conselho, e se tornaram uma das principais portas de entrada para a rede intersexo num sistema político sobrecarregado de tarefas emergenciais: este é um bem-sucedido, apesar de muitíssimo contraditório exemplo de interação da rede com o Judiciário no contexto de crise sanitária. Bem-sucedido na medida que atendeu às expectativas da rede intersexo brasileira, que defende a categoria de registro de "sexo ignorado", e, igualmente contraditório, na medida que desconhece do consenso de redes intersexo regionais e globais sobre o rechaço às terceiras categorias de registro do sexo (International Intersex Forum, 2017; I Conferencia Latinoamerica y Caribeña de Personas Intersexo, 2016).

6.2.3 Revisar o fazer-saber médico no convívio com o contraditório: o que conta como evidência científica sobre o corpo intersexo

A incidência nas associações profissionais⁶³ é parte do cotidiano da rede de ativismos intersexo, mas o CFM, em particular, permaneceu inerte, ao longo dos anos, às provocações da rede de ativismos intersexo para a qual o Conselho representava uma barreira intransponível (Entrevistas 2, 4, 9, 12), não fosse um caso de interação com CFM, nos primeiros meses da pandemia. A associação profissional de médicos é uma autarquia com diversas atribuições relacionadas à normatização e fiscalização da prática médica. A Portaria do Conselho Federal de Medicina, que publicou a Res/1664/2003/CFM, é o principal instrumento regulador das cirurgias de mutilação genital no Brasil (CFM, 2003).

Apesar de visar a saúde de pessoas intersexo, a resolução desconsidera fortes evidências científicas e viola diversos princípios do direito internacional dos direitos humanos. Ao longo de duas décadas de implementação, a rede de atores intersexo da sociedade civil jamais foi consultada e são persistentemente negados ou negligenciados os seus pedidos de interação com o CFM (Entrevista 4). Além de impermeável à incidência política intersexo, o CFM é retratado, pelos atores intersexo, como uma organização de tendências conservadoras, principal oponente da rede de ativismos intersexo (Entrevistas 2, 3, 4, 9).

Desde a emergência pública da rede de atores intersexo da sociedade civil o Conselho Federal de Medicina sempre foi uma arena impossível de acessar. Foi, portanto, uma enorme surpresa o diálogo iniciado com o CFM, pelo UNAIDS, UNFPA e OHCHR.

⁶³ No caso do ativismo intersexo, a Ordem dos Advogados do Brasil, Conselhos Federal e Regionais de Psicologia; Conselhos Regionais de Medicina, entre outros.

Seguindo a tradição hermética do CFM nas relações com a sociedade, a conferência de 2020 não incluiu representações das organizações intersexo da sociedade civil. Foram as agências, fundos e programas das Nações Unidas reunidos no GT de Gênero, Raça e Etnia, os responsáveis pela realização da primeira reunião de alto nível, com o objetivo de revisar a Resolução 1664/2003 sobre o manejo médico das intersexualidades (Entrevista 18). No relato das funcionárias da ONU entrevistadas, participaram, dos debates, médicos especialistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Uma descrição do debate narra que “[...] não foi uma aproximação tão fácil. Foram várias reuniões até a gente conseguir convidá-los mesmo para estarem em uma reunião maior com médicos, médicas para discutir a questão das intervenções. E eu diria que essa reunião, que a gente fez ano passado [2020], para mim, foi uma reunião muito tensa” (Entrevista 19).

A gente pediu uma revisão dessa resolução já que os médicos se pautam nessa resolução para fazer o que o movimento social intersexo chama de mutilação. E a gente compreende que as pessoas precisam ter em mente, uma ideia... Elas precisam estar maduras o suficiente para entender qual é o gênero com o qual elas se identificam para que elas possam influenciar nessa escolha médica da cirurgia, se é que essa cirurgia é necessária. [...] Então, esses três órgãos das Nações Unidas se juntaram para fazer essa solicitação. O debate contou com a participação de um pesquisador australiano que também é intersexo, e que trouxe uma pesquisa muito interessante de pessoas que relatavam uma insatisfação muito grande por terem sido cirurgiadas ainda na primeira infância, e não tiveram a possibilidade de escolher o gênero. Então, elas se reconhecem hoje como trans e intersexo, em função dessa errada denominação do gênero ao qual o médico entendeu que essa criança pertenceria. E essa criança, depois, ao longo da vida, se entendeu de maneira diferente (Entrevista 18, grifos meus).

Para as organizações internacionais que articularam o contato, foi oportuno lembrar que o Conselho Federal de Medicina permitiu relativos avanços para a população trans, em referência às resoluções que diminuem o tempo para a possibilidade de cirurgia e autorizam o atendimento de adolescentes trans entre 16 e 18 anos. Apesar das mudanças, observaram que a população intersexo permaneceu à margem destes avanços e não recebeu ainda a devida consideração (Entrevista 18).

Para esta revisão, os atores buscaram apontar para a falta de evidências científicas na literatura internacional que confirmem a posição do CFM, bem como identificar graves problemas metodológicos das pesquisas conduzidas pelo Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex), do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo (USP), principal fonte dos discursos a favor da mutilação genital intersexo. Sobre essa negociação, uma oficial do UNAIDS compartilha o seguinte relato:

O que eu acho que é mais interessante desse trabalho foi que a gente teve a participação da Berenice, Dra. Berenice Bilharino, que foi, durante muitos anos,

a diretora do Prosex do Hospital das Clínicas. E ela tem pesquisas nacionais falando o contrário [do movimento intersexo]. *Aí, esse debate sobre o que os dados falam, foi interessante. Porque só o dado brasileiro fala isso e os outros falam o contrário. Aí a gente começou a enxergar vieses metodológicos, na pesquisa da Berenice Bilharino. Falta visibilidade sistematizada da população intersexo e dos seus desejos.* Então, acho que isso é muito importante. Que a gente tenha pessoas engajadas no processo de pesquisa para tentar entender como se sentem as pessoas intersexo e o que essa condição, quando não é tratada dessa forma, quando não é levada a questão da mutilação ou da cirurgia na infância, pode acarretar para o convívio social (Entrevista 18, grifos meus).

Quando perguntados sobre o balanço que fazem da interação com o CFM e dos problemas relacionados à pandemia de COVID-19, os atores dizem que ainda é preciso muito trabalho para alcançar um entendimento comum. No relato de uma entrevistada, "a pandemia trouxe diversas dificuldades para nós conciliarmos agendas [com o CFM], mas há necessidades de manter esse contato e manter viva essa pauta. Então, a gente tem, ainda, encaminhamentos em aberto" (Entrevista 17).

6.2.4 Candidaturas intersexo e relações sociedade-Estado-mercado: renovação participativa em esferas representativas

Na avaliação dos atores intersexo, a pandemia exacerbou o momento reacionário do conservadorismo no Legislativo, em todos os níveis (Entrevistas 2, 9, 11, 15). Ainda assim, em 2020, no primeiro processo eleitoral, no Brasil, durante a pandemia de COVID-19, duas candidaturas intersexo, em mandatos coletivos, foram apresentadas (Bancada Feminista, 2020; Bancada Coletiva, 2020). Uma delas é Carolina Iara da Banca Feminista do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mulher trans negra vivendo com HIV, eleita co-vereadora na cidade de São Paulo (Entrevistas 11, 3, 15). Frente o agravamento do contexto turbulento e da crise sanitária, as candidaturas coletivas intersexo apresentaram uma inédita reconfiguração do ativismo e da disputa política pela via eleitoral. Neste sentido, as candidaturas coletivas intersexo trazem uma virada participativa para a democracia representativa, no sentido de endereçar certas dimensões da crise política relacionadas à persistente sub-representação das pessoas intersexo (Almeida, 2022).

Embora muito apequenada, alguns atores destacaram a incidência política da rede no poder Legislativo. Sobre a experiência de interação com o Legislativo, uma das pessoas entrevistadas lembrou a mobilização ampla de movimentos LGBTI e empresas privadas em resposta ao projeto de lei 504/2020⁶⁴, que tramitou na Assembleia Legislativa

⁶⁴ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [ALESP]. Projeto de lei nº 504 /2020. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a

do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, a Associação Brasileira de Intersexos e a Associação Brasileira de Profissionais de Saúde Integral Trans, Travesti e Intersexo enviaram um comunicado conjunto ao governo do estado, pedindo providências (Entrevista 9). Nas palavras dela, que reúne considerações sobre a incidência política no poder Legislativo durante a pandemia e por meios digitais, a ativista destaca que:

[...] a atuação do movimento LGBTI junto ao Parlamento de São Paulo, que conseguiu obstruir a votação desse projeto de publicidade, foi todo virtual. A mobilização foi toda virtual. O contato virtual já existia antes da pandemia? O *Instagram, Facebook, Whatsapp* já existiam, esses contatos todos [...], *mas a gente foi capaz de fazer uma mobilização virtual, e que impactou e que obstruiu a votação naquele dia. Não possibilitou que esse projeto fosse votado naquele dia. Então nós descobrimos que era possível estar dentro da Casa Legislativa, sem estar na Casa Legislativa naquele momento.* E a partir disso que eu disse para o movimento: “tá vendo que a gente consegue ter uma movimentação política”? (Entrevista 9, grifos meus).

Detalhando a narrativa sobre essa ocasião, a ativista lembra o esforço da rede intersexo no sentido de adensar as vozes LGBTI nas instituições do Legislativo, que teve o efeito de redistribuir o debate para atores da sociedade civil e descentralizar as fontes do discurso para além do *lobby* da iniciativa privada. Ativistas viram, na ocasião, uma oportunidade para colaborar no urgente enfrentamento a uma das numerosas iniciativas anti-LGBTI circulando nas instituições, mas, principalmente, uma chance relevante para se declararem porta-vozes legítimos ante tais instituições.

Foram as grandes agências de publicidade de São Paulo que foram no governador. É importante, claro que é importante. Nós mesmo exigimos que elas fossem, nós como movimento de São Paulo. E eu cheguei e falei [...]: nós temos que fazer uma *manifestação urgente* e vou tentar descobrir o *e-mail* pessoal do governador, para a ABRAI mandar pro governador, para a ABRASITTI. Elas fizeram uma manifestação conjunta, né? Para dizer o seguinte: *não é só o empresariado que está aí, batendo na tua orelha. O movimento também está aí cobrando: não caminhe para trás* (Entrevista 9, grifos meus).

Este foi um interessante exemplo de interação sociedade-Estado-mercado, em que dois atores da rede intersexo colaboraram, em um contexto de urgências, por meio de práticas *online* de elaboração conjunta de textos, trocas de e-mail e publicações no Instagram, buscando influenciar a decisão do Legislativo e obter apoio do Executivo, de um lado, e, do outro, contrapor o discurso das grandes empresas.

6.2.5 A sobrevida da participação institucional e a alternativa popular colegiada: ocupar o que sobra, criar o que falta

preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado. 2020. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>>.

Carregando o legado da crise da arquitetura institucional de participação, em curso desde 2016, a rede LGBTI procurou atuar nos espaços participativos ainda disponíveis e, na falta deles, tratou de elaborar alternativas práticas. No caso da rede de ativismos intersexo, o engajamento continuou em fóruns participativos e audiências públicas como, por exemplo, o Comitê Municipal de Saúde LGBTI de São Paulo (ABRAI, 2020b).

Ao mesmo tempo, a rede intersexo, junto de alguns atores LGBTI, retomou um repertório já conhecido de interações da sociedade civil: os conselhos populares, sem participação do Estado, mais comuns entre 1970 e 1995 (Gohn, 2002). A iniciativa do Conselho Nacional Popular LGBTI+ (CNPLGBTI+, 2020b; CFP, 2020) foi uma resposta à cassação de mandatos e à descontinuação do CNCD/LGBT, decorrentes do Decreto N. 9.759/2019 (Brasil, 2019; CFP; 2020). No contexto da pandemia, adaptou o formato desse fórum colegiado para as mídias digitais.

Nós compomos o Conselho Nacional Popular, que tem diversas organizações, a ABRAI também compõe. Nós chegamos a fazer uma atividade, no ano passado. E está no nosso radar que precisamos falar sobre isso, assim como falamos da visibilidade trans, da visibilidade bissexual, da visibilidade lésbica e assim por diante (Entrevista 17).

O CNPLGBTI+ articulou um número de mobilizações durante a pandemia, tanto *online* como *offline*, seja de caráter abertamente antibolsonarista, seja com foco na visibilidade e conscientização sobre questões LGBTI+ (Entrevista 17). Ao mesmo tempo, o Conselho criou uma coreografia rotinizada de encontros em videochamadas, grupos de *WhatsApp*, publicações no *Instagram* para as principais organizações e setoriais LGBTI+ do Brasil, servindo para a mobilização coordenada dos atores do campo (CNPLGBTI+, 2022).

Da mobilização situada da rede LGBTI, na pandemia, por meio do Conselho, um exemplo notável foi a celebração do dia internacional de luta contra a LGBTIfobia com o tema "17M por Vida, Vacina e Trabalho, pelo fim da LGBTIfobia e pelo Fora Bolsonaro".

Erguer a bandeira colorida se faz necessário para que as LGBTs não sigam morrendo. Como o conjunto da classe trabalhadora, LGBTs têm sido diretamente atingidas pelo desemprego, pela falta de auxílio emergencial, pela depressão e solidão, somados ao contínuo aumento de casos de contágios e óbitos pela COVID-19. Portanto, afirmamos a luta pela VIDA, porque tem aumentado a violência e os assassinatos por LGBTIfobia; por vacina, porque é necessário acelerar o processo de vacinação para cessar com a contaminação; e por trabalho, porque o desemprego e a fome tem aumentado, denuncia (Conselho Nacional Popular LGBTI+, 2021).

Este conjunto de demandas, condensadas no tema da celebração, tratou de direcionar a convocação para "mobilização nas redes e ruas", por meio do ativismo digital de *hashtag* #17MVidaVacinaTrabalho e #ForaBolsonaro em um tuitaço, descrito como

uma marcha virtual. Nas ruas de diferentes cidades, a rede de atores do Conselho estendeu faixas que reproduziam o tema daquele ano. As intervenções *offline* foram fotografadas e divulgadas *online*, nos perfis do Conselho nas mídias digitais, delineando práticas híbridas – tanto virtuais, como presenciais – em interações recíprocas (CNPLGBTI+, 2021).

No tema específico da intersexualidade, em 26 de outubro de 2020, o Conselho transmitiu ao vivo a #InterLive, descrita como parte das suas ações para visibilizar a diversidade das características sexuais, discutindo "aspectos conceituais, trajetória dos ativistas, maternidade intersexo, entre outros assuntos" (CNPLGBTI+, 2020a). Além de incluir a luta intersexo, o 'I', no acrônimo que nomeia o Conselho, este espaço LGBTI+ colegiado, de nível nacional, foi o primeiro espaço colegiado da sociedade civil a incorporar a representação intersexo, ocupada pela ativa participação da ABRAI, que eu tive a alegria de representar como conselheira, desde a fundação do fórum (Entrevistas 8, 17).

O Conselho também buscou influenciar as eleições de 2020 e 2022. Em 2020, o Conselho Nacional Popular LGBTI+ criou uma Carta Compromisso para as candidaturas interessadas em subscrever o conjunto de propostas de promoção e proteção dos direitos humanos de LGBTI+ em âmbito municipal. Em 2022, lançou o Programa Brasil de Todas as Cores, com demandas intersexo específicas, que foi entregue a Lula, a fim de substanciar o programa de sua candidatura e a futura administração (CNPLGBTI+, 2020a; 2022).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo articulou relações, até então inespecíficas e subteorizadas, entre os estudos intersexo e a disciplina política, enquanto analisou empiricamente o caso da ação política intersexo no Brasil. Foquei no pragmatismo sociológico e no institucionalismo ideacional para recuperar uma definição de “redes de ativismo” que apontou para a centralidade das práticas e das ideias para ação coletiva, especialmente em contextos intercambiáveis. Essa abordagem, colaborou sobremaneira para afastar os recorrentes binarismo das análises políticas sobre a mudança social. Em termos mais específicos, os estudos intersexo permitiram, adicionalmente, enfatizar colaborações teóricas valiosas quanto ao caráter corporal dos processos ideacionais e interacionais do ativismo, bem como para manter e detalhar uma análise do “corpo político” fora de lógicas dicotômicas.

Portanto, tratei a ação e a ideia de corpos tanto vulneráveis como agentes em complexas redes de interdependência. Para isso, explorei as interfaces teóricas entre corpo e criatividade que contribuíram para renovar a análise de processos interacionais e ideacionais de caráter fundamentalmente corpóreo e performático, especialmente no caso do ativismo intersexo. Chamaram minha atenção os aportes da reflexão sobre os critérios de normalidade sexual da política e do espaço público, bem como sobre os processos de contestação dessas normas e instituições, por meio de um caso de conformação de ativismo.

O objetivo deste estudo foi analisar a conformação do ativismo intersexo no Brasil, por meio da identificação de suas práticas e ideias, e das noções de corpo nelas mobilizadas, no contexto entre 2006-2021.

Comecei a análise da rede intersexo no Brasil em 2006, quando a Organização Internacional Intersexual em língua portuguesa (OII-Brasil) liderada pela Dra. Waléria Torres utilizava um *blog* como plataforma principal. A organização buscou reunir uma comunidade virtual em torno de uma nova concepção da intersexualidade baseada em direitos humanos, compartilhou informações sobre o tema em língua portuguesa e contestou as normas existentes por meio de denúncias de opressões e responsabilização pública. Ainda em 2006, a Dra. Waléria Torres, representando a OII-Brasil, observou a crise na sexologia, derivada do fechamento de programas acadêmicos relacionados a esse tema e da predominância de perspectivas médicas. Sugeri a criação de um "Intergender Journal" dedicado à intersexualidade, com foco na participação da comunidade e a ideia de realizar um simpósio sobre "Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil" para

enfrentar a crise, superar o isolamento e promover debates sobre variações das características sexuais. Após um período de desmobilização entre 2007 e 2008, a OII Brasil retomou suas atividades em 2009, convocou pessoas com variações atípicas no desenvolvimento de sexo e/ou gênero e profissionais que trabalham com esses assuntos a se envolverem. Além disso, a OII Brasil adotou o termo "variações do desenvolvimento sexual" (VSD) para combater a patologização das variações das características sexuais. No entanto, as postagens do *blog* foram novamente interrompidas, em 2009.

Um novo ciclo de mobilização da assembleia intersexo só reaparece cinco anos depois. Até 2014, há um contexto de baixa compreensão das variações nas características sexuais, inalterado pela interação ainda limitada do ativismo intersexo dos anos anteriores. A partir de 2015, houve um aumento na conscientização sobre a intersexualidade no Brasil, com influências internacionais e a formação de grupos de apoio *online*, como o "Intersexos do Brasil", que preencheram a lacuna de informações em português. A interação com atores intersexo de outras regiões do mundo e a adaptação de recursos em português foram essenciais para a conscientização e mobilização do ativismo intersexo no Brasil, levando à problematização pública da intersexualidade como uma questão política e à tematização das injustiças constitutivas dos critérios de normalidade sexual no registro de violações de direitos humanos.

As redes sociais, especialmente o *Facebook*, foram utilizadas para conscientização, organização e mobilização. O ativismo digital permitiu às pessoas intersexo compartilhar experiências e obter apoio mútuo, contribuindo para a construção de uma "biocidadania informacional". Grupos, páginas e *canais online* foram criados para promover a visibilidade e oferecer um espaço de interação para pessoas intersexo e seus aliados. Essas plataformas ajudaram a conectar ativistas, dando a eles um papel protagonista na busca e produção de saberes com alcance ampliado, na esteira do acesso à internet crescente, da relevância das redes sociais *online* e da popularização dos smartphones no contexto brasileiro. Essas práticas de ativismo digital desempenharam um papel fundamental na mudança da percepção pública sobre as variações das características sexuais, na mobilização política do sujeito intersexo no Brasil e na conformação da rede de ativismos intersexo com ênfase nas emoções, na dor e na experiência do corpo intersexo em narrativas.

A complexificação e a diversificação da sigla LGBTQIAP+ no Brasil acompanhou desafios e conquistas no caminho para a inclusão e visibilidade das redes de ativismos intersexo em relação à rede mais ampla de ativismos LGBT. A partir de 2015, essa busca

por acomodação ideacional e incorporação prática do programa intersexo encontrou a resistência dos argumentos sobre a falta de organização política intersexo ou, devido a concepções estreitas da intersexualidade como uma questão estritamente biológica. Coexistiu, entretanto, o apoio de alguns atores da rede LGBT para os quais era importante ampliar a sigla e viabilizar uma aliança capaz de apoiar a própria emergência daquela imberbe rede intersexo.

No período de 2017 a 2019, a rede ativista intersexo no Brasil enfrentou um contexto turbulento caracterizado por mudanças rápidas e dramáticas. A queda da presidenta Dilma Rousseff, o assassinato da ativista Marielle Franco e a eleição de Jair Bolsonaro foram marcos desse contexto que coincidem, entretanto, com o desempenho bem-sucedido da rede intersexo quando se tratou de transformar interpretações desse ambiente em estratégias de ação para enfrentar desafios e promover mudanças na sociedade.

Embora já estivesse habituada às limitações, a rede intersexo agenciou recursos escassos com foco ideacional na moderação das expectativas e na defesa dos avanços obtidos contra a ofensiva dos projetos conservador, autoritário e neoliberal. O contexto turbulento não foi necessariamente visto como uma crise, mas sim como uma continuação de desafios históricos do reconhecimento de pessoas intersexo e sua rede de ativismos. Ao contrário do que indica o termo "crise" sobre uma situação excepcional, a precariedade da rede intersexo é crônica. Ao largo do contexto de turbulência, assim mesmo, a rede intersexo obteve êxito significativo, incluindo a conformação de dispositivos militantes, como o caso da ABRAI, em 2018.

O fechamento dos canais de participação institucional e a ascensão de setores de extrema-direita desafiaram a rede de ativismos LGBT a privilegiar a ênfase nas experiências práticas e narrativas subalternas em oposição ao essencialismo estratégico na definição de identidades. Com isso, as redes LGBTQIAP+ buscaram uma maior diversidade de sujeitos e agenciamentos, tanto *online* como *offline*. Na medida que a rede intersexo, desde os primeiros anos de sua mobilização política, favoreceu as correspondentes experiências práticas e emoções, representou uma oportunidade de interação, enfim. A interseccionalidade foi a interface mais produtiva de contato entre a rede LGBT e intersexo neste período, quando este enquadramento desempenhou um papel fundamental na compreensão das lutas e experiências das pessoas intersexo e na busca por uma inclusão genuína de seu projeto político na rede LGBT.

As interações entre ativismo intersexo, academia e serviços de saúde na construção da rede de ativismos intersexo no Brasil estão em exemplos notáveis, que incluem a criação da Associação Brasileira de Profissionais pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI) durante um congresso na UNIFESP e o apoio da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) ao ativismo intersexo. A pesquisa revela que essas interações desafiam barreiras disciplinares e promovem a diversificação de atores na rede, embora enfrentassem resistências, especialmente na disciplina médica. O acesso ao ensino superior e iniciativas estudantis contribuíram para o aumento do debate público sobre as intersexualidades. A academia desempenha um papel crescente na conscientização e no estudo dessas questões, refletido em grupos de trabalho, simpósios e publicações sobre intersexualidade em congressos científicos nacionais e internacionais no Brasil.

A crescente visibilidade pública atraiu alianças endossexo, principalmente de mães de bebês intersexo, médicos e advogados. Esta nova elite ativista privilegiou enquadramentos centrados na maternidade e na infância e, com isso, acabou por encorajar ativistas intersexo adultos para formas mais individualizadas de mobilização política. Essa mudança abriu caminhos nos círculos mais conservadores para as mães, embora tenha suscitado críticas pela perda do protagonismo das pessoas intersexo na liderança do programa político da rede. A rede adotou uma estratégia de diálogo com atores políticos de diferentes aspectos ideológicos, enfatizando a universalidade dos direitos humanos e uma abordagem biológica para descrever a intersexualidade. Essa abordagem permitiu à rede intersexo incrementar suas alianças em um cenário político polarizado ao mesmo tempo que reorganizou as fronteiras do conhecimento e reconhecimento da intersexualidade.

No período de 2020 a 2021, a pandemia de COVID-19 teve impactos particularmente desafiadores para a comunidade intersexo e sua rede de ativismo no Brasil. A pandemia afetou profundamente as condições de vida das pessoas intersexo, agravando vulnerabilidades sociais já existentes, como dificuldades no acesso a alimentos, transporte e serviços de saúde, incluindo a falta de acesso a auxílios emergenciais, desemprego e restrições de viagem. Além disso, as pessoas intersexo enfrentaram desafios específicos relacionados à saúde, como riscos aumentados de complicações médicas em caso de infecção por COVID-19 e dificuldades no acesso a serviços de saúde especializados.

No exercício interpretativo dos atores da rede intersexo, a crise sanitária foi descrita pelo piorar das dificuldades financeiras e organizacionais enfrentadas pelos atores, forçando muitos ativistas – pessoas intersexo desproporcionalmente vulnerabilizadas pela pandemia – a priorizarem suas necessidades pessoais. A busca por recursos internacionais e parcerias foi fundamental para remediar a indisponibilidade de financiamento do governo. O contexto da pandemia também levou a contestação ideacional da noção de urgência médica em relação às questões intersexo, enquanto, nas práticas, a rede combinou esforços *online* e *offline* para manter a mobilização e a conscientização sobre as questões intersexo. No entanto, a dependência das mídias digitais salientou as desigualdades de acessibilidade digital que substanciou a ênfase da rede na relevância de contrapesar interações *online* e *offline*.

A atuação da rede de ativismo intersexo no Judiciário neste período trouxe também o desafio de enfrentar a retórica conservadora ligada à chamada "ideologia de gênero". A rede focou especialmente no registro civil de pessoas intersexo, através de uma estratégia de litigância no Conselho Nacional de Justiça e parcerias com setoriais de diversidade da OAB. No entanto, o Conselho Federal de Medicina (CFM) representou uma barreira significativa, resistente à interação com a sociedade civil intersexo. Foi só no início de 2020 que fundos, agências e programas das Nações Unidas no Brasil provocaram o CFM à revisão da resolução sobre cirurgias intersexo. Este seria um marco importante para a rede, embora o entender do CFM tenha permanecido sem revisão com as dificuldades da interação sustentada durante a pandemia de COVID-19.

Apesar do cenário reacionário, duas candidaturas intersexo em mandatos coletivos surgiram em 2020, incluindo Carolina Iara, eleita co-vereadora em São Paulo. A rede intersexo também demonstrou sua capacidade de mobilização virtual, influenciando positivamente a votação de projetos de lei no Legislativo. Além disso, a participação institucional em fóruns e audiências públicas continuou nos níveis local e estadual. Para contornar a crise da participação institucional no nível nacional, um Conselho Nacional Popular LGBTI+ se reuniu virtualmente, ao longo da pandemia e incluiu, entre as organizações-membro, uma representação intersexo.

Desde o fim da coleta de dados desta pesquisa, em 2021, até o momento que encerro a escrita deste texto, a rede de ativismos intersexo acolheu com alívio o fim do

governo Bolsonaro e a melhora do cenário epidemiológico da pandemia de COVID-19 proporcionada pela vacinação. A percepção de que a turbulência havia passado, animou novos atores da sociedade. A rede de ativismo intersexo ganhou reforço de um novo ator – a Rede Brasileira de Pessoas Intersexo – focado exclusivamente no repertório de *advocacy*⁶⁵. Com o novo governo federal comprometido com a proteção e promoção dos direitos humanos, a rede intersexo vislumbra uma oportunidade de interação com o sistema político no Poder Executivo: esta é uma novidade que trouxe, à rede, esperança renovada no propósito de acabar com as cirurgias de mutilação genital no Brasil, em um processo liderado por pessoas intersexo.

A história da rede intersexo no Brasil deve permanecer sob investigação, mas a esta altura do texto é razoável confirmar a contribuição sem tamanho das intersexualidades para a disciplina política; e o arejamento de ideias práticas que primeiro apresentou as pessoas intersexo como novo sujeito político na arena pública e, até este ponto, persiste. Os resultados trazidos nesta pesquisa não são de forma alguma exaustivos. Espero estimular um campo sob constante investigação e que meu engajamento acadêmico e cívico possa render futuras análises das novas mudanças, sempre-já em curso, da política intersexo no Brasil.

O que me trouxe, como que viva, até as últimas linhas desse texto foi meu genuíno desejo acadêmico-militante de narrar nas próximas linhas de um outro texto, enfim, uma vida mais vivível para as pessoas intersexo do Brasil. Este estudo deu alguns motivos convincentes para redobrar as esperanças de quem deseja o fim dos persistentes abusos e violações dos direitos humanos de pessoas intersexo no Brasil.

Espero ter contribuído para posicionar a intersexualidade como uma agenda de pesquisa legítima na disciplina política e comprometida em elevar os saberes intersexo ao nível de evidência científica. A capacidade da Academia em acomodar os saberes das pessoas sexo-e gênero-diversas será uma função, me parece, do seu compromisso de tratar as causas estruturais das nossas ausências nas ciências.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política que acolheu esta pesquisa e, agora, recebe, com os resultados, aportes relevantes para a ciência política, manifesto, por último, meu seguinte pedido de providências: a adoção urgente de políticas de ação afirmativa na forma de reserva de vagas para pessoas trans e intersexo nos processos de seleção deste Programa. Estou confiante que o PPGCP dará a devida demonstração de

⁶⁵ Vide plano estratégico da Rede Brasileira de Pessoas Intersexo (Intersexo Brasil, 2023).

apreço à valiosa contribuição dos sujeitos dessa pesquisa e remediará de boa-fé a persistente falta de representação trans e intersexo em seus quadros.

8 REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. What do cases do? Some notes on activity in sociological analysis. In RAGIN, C. C.; BECKER, H. S. (Eds.), **What is a case?** Exploring the foundations of social inquiry (pp. 53–82). Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1992.

ABERS, R. **Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State.** In Conference of the Latin American Studies Association, Boston: University of Miami, 2019. p. 21-44.

ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. Participação no século XXI: o embate entre projetos políticos nas instituições participativas federais. In: ARRETCHE, Marta; Marques, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT.** São Paulo: UNESP, 2019, p. 373-399.

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M.; ALMEIDA, D. R. **A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos**”. Porto Alegre: Zouk, 2023.

ABERS, R.; ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. State–society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation, and the pandemic in Brazil and Argentina. **International Political Science Review.** v. 42, n. 3, 2021, p. 333-349.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo na fronteira entre Estado e sociedade. Porto Alegre: **Dossiê Sociologias**. Ano 13, n.º 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ABERS. R. N.; TATAGIBA, L.; KUNRATH SILVA, M. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo: **Lua Nova**, v. 105, 2018, p. 15-46.

ABRAHAMSON, D. Magazine exceptionalism: the concept, the criteria, the challenge. **Journalism Studies**, 2007, v. 8, n. 4, p. 667–670.

AGUIAR, W. M. J; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 22-245, 2006.

ALBUQUERQUE, M. C.; RODRIGUES, F. P.; SILVEIRA, T. M. Ciência e sociedade: as potencialidades da pesquisa participativa. 2022. In TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; KUNRATH SILVA, M. **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências.** Zouk, 2022.

ALDÉ, A.; ESCOBAR, J.; CHAGAS, V. A febre dos blogs de política. **Revista FAMECOS**, 2008. 14(33), 29–40.

ALMEIDA, D. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. **Revista Sociedade e Estado**, n. 3, v. 32, set./dez., 2017.

ALMEIDA, D. R. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. 2022. In TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; KUNRATH SILVA, M. **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Zouk, 2022.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociol. Antropol.** v. 2, n. 3, jun./2012.

ANDION, C.; RONCONI, L.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. Civil society and social innovation in the public sphere: a pragmatic perspective. Rio de Janeiro: **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 51, n. 3, p. 369-387, mai./jun. 2017.

AOI, H. El Espejo de la Experiencia: Apuntes por una fenomenología intersexual. 2022. In GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY [GATE]. **Intersex Bodies, Global South Alliances: Latin American and Caribbean Edition**. Memoir. GUZZO, V. [Ed.] New York: GATE. 2022.

AOI, H.; INTER, L. 2017. **Circular 7 de 2016: Un paso atrás en la lucha por los Derechos Humanos de las personas intersexuales en Chile**. Por Laura Inter y Hana Aoi. Brújula Intersexual. 2017.

ARAÚJO, A. **Jornalismo Open Source: blogs como ferramentas jornalísticas**. São Paulo: PUC, 2006.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO [ALESP]. **Projeto de lei nº 504 /2020**. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado. 2020. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXO [ABRAI]; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO [SMS-SP]. **Informativo sobre bebês intersexo** (para responsáveis/pais/mães). São Paulo - SP. 2020. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Informativo_sobre_beb es_Intersexos_30_12_2020.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Informativo_sobre_beb_es_Intersexos_30_12_2020.pdf)>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **1º Webinar Internacional Intersexo Brasil.** 2021c. Disponível em <https://www.facebook.com/abraintersex/posts/2713403375613392?__tn__=-R>. Acesso 17/ago./2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **ABRAI assina Declaração Conjunta sobre os Direitos Humanos de Pessoas Intersexo na ONU.** 2021g. Disponível em <<https://abrai.org.br/conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-48a-sessao-declaracao-conjunta-sobre-os-direitos-humanos-de-pessoas-intersex/>>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **ABRAI Vakinha.** 2020b. Disponível em <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/abrai-associacao-brasileira-intersexo>>. Acesso 17/ago./2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **ABRAI: Sobre.** 2021d. Disponível em <https://mobile.facebook.com/abraintersex/about/?ref=page_internal&mt_nav=0>. Acesso em 17/ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **Apoio.** 2021f. Disponível em <<https://abrai.org.br/sobre-a-abrai/apoio/>>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **Comunicado:** dia 15 de junho de 2020 - Regularização Oficial da ABRAI - Associação Brasileira de Intersexos. 2020a. Disponível em <https://pt-br.facebook.com/abraintersex/posts/2704508713169525?__tn__=-R>. Acesso 17/ago./2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **É hoje!** Live lançamento Site ABRAI 2021i. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CSW_95HLzSa/>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **Fórum Nacional de Estudantes Trans, Travestis e Intersexo:** vem aí. 2021j. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CVRbayLto-o/>>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **O que você consegue fazer com 2 reais no Brasil hoje?** Entra pra luta intersexo: PIXDAY ABRAI. 2021h. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CVVvzo8lq4i/>> Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **População Intersexo e COVID-19: o que temos a ver?** 2021j. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CRG8JNkBILN/>>. Acesso em 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERSEXOS [ABRAI]. **Sobre a ABRAI: História.** 2021e. Disponível em <<https://abrai.org.br/sobre-a-abrai/historia/>>. Acesso 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS EM SAÚDE INTEGRAL DE PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E INTERSEXO [ABRASITTI]. **Aula Pública: Cuidado de saúde específicos às pessoas intersexo.** 2021. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CVQMK7jrZic/>>. Acesso em 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA [ABPP]. **Vamos imaginar...:** nota pelo mês da luta contra a invisibilidade intersexo. Nota de Apoio da Associação Brasileira de Psicologia Política. 2021. Disponível em <<https://app.flashissue.com/newsletters/d421e1b419dda428854f4771a1e9c13b91a430a5>>. Acesso em 21/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS [ABRAS]. **Cesta básica fica mais cara em todas as capitais ao longo de 2020, aponta Dieese.** Clipping. 2020. Disponível em <<https://www.abras.com.br/clipping/economia/72249/cesta-basica-fica-mais-cara-em-todas-as-capitais-ao-longo-de-2020-aponta-dieese>>. Acesso em 20/nov./2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **A violência não está de quarentena.** 2020a. Disponível em <https://www.instagram.com/p/B_5NfVRnuQY/>. Acesso 20/jun./2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Primeiro de Maio, dia do trabalho:** é urgente discutir a regulamentação da prostituição de modo a garantir direitos e enfrentar a exploração do trabalho sexual. 2020b. Disponível em <https://www.instagram.com/p/B_pf3QLH1Q3/>. Acesso 20/jun./2020.

ASTRAEA LESBIAN FOUNDATION FOR JUSTICE [ASTRAEA]. **We are Real: The Growing Movement Advancing the Human Rights of Intersex People.** New York: Astraea Lesbian Foundation for Justice. 2016.

AUSTRIA. **Joint Statement on the Human Rights of Intersex Persons.** United Nations Human Rights Council, 48th session. 2021.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** Opinião Pública: Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, p.43-64, 2008.

BANCADA COLETIVA. **Página Inicial.** 2020. Disponível em <<https://www.facebook.com/BancadaColetivaPG/>>. Acesso em 21/nov./2021.

BANCADA FEMINISTA. **Publicações.** 2020. Disponível em <<https://www.instagram.com/bancadafeministapsol/?hl=pt>>. Acesso em 21/nov./2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T. . Como os partidos políticos brasileiros usam a Internet para atrair o eleitorado jovem. **Revista Debates: UFRGS**, 2016, v. 10, p. 9-30.

BARROS, A. T. Razões militantes em primeira pessoa: análise de práticas de ativismo político no Facebook. **Revista Brasileira De Sociologia**, mai-ago/2022, v. 10, n 25, p. 132-167.

BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research.** Oxford University Press. 2010.

BEMSCH, C. L. Ser intersexual en el Sur Global: experiencia personal. 2022. In GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY [GATE]. **Intersex Bodies, Global South Alliances: Latin American and Caribbean Edition.** Memoir. GUZZO, V. [Ed.] New York: GATE. 2022.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, 2000, v. 26, n. 1, p. 611–639.

BENTO, B. Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica? *In* ARILHA, M.; LAPA, T.; PISANESCHI, T. **Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde.** São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

BERK, G.; GALVAN, D. C. How people experience and change institutions: a field guide to creative syncretism. **Theor Soc.**, v. 38, p. 243-580, 2009.

BERK, G.; GALVAN, D. C.; HATTAM, V. Political creativity: reconfiguring institutional order and change. Philadelphia: **University of Pennsylvania Press**, p. 1-28, 2013.

BLACKLESS, M.; CHARUVAstra, A.; DERRYCK, A; FAUSTO-STERLING, A; LAUZANNE, K; LEE, E. How Sexually Dimorphic Are We? Review and Synthesis. **American Journal of Human Biology.** n. 12, 2000, p. 51–166.

BLYTH, M. Ideas, Uncertainty, and Evolution. 2010. In BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press. 2010. p. 83-104.

BOAL, A. **Teatro Legislativo** (Versão Beta). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BÖDEKER, H. "Intersexualität, Individualität, Selbstbestimmtheit und Psychoanalyse Ein Besinnungsaufsatz". Em Michaela Katzer; Heinz-Jürgen Voß (eds.). **Geschlechtliche, sexuelle und reproduktive Selbstbestimmung** (em alemão). Gießen: Psychosozial-Verlag. 2016, p. 117–136.

BOSI, L.; REITER, H. Historical Methodologies in Social Movement Research: Archival Research and Oral History in Social Movements Research. *In*: DELLA PORTA, D. (ed.) **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 117-43.

BRASIL. Decreto n. 9.759, de 11 de Abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Presidência da República**: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Diário Oficial da União: 11/abr., 2019.

BRASIL. **Lei n. 12662/2012**. Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. 2012.

BRASIL. Lei n. 6015/1973 Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Presidência da República**: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Diário Oficial da União: 31/dez., 1973.

BRÖMDAL, A. RASMUSSEN, M. L.; SANJAKDAR, F.; ALLEN, L.; QUINLIVAN, K. Intersex Bodies in Sexuality Education: on the edge of cultural difference. 2016. *In* ALLEN, L. RASMUSSEN, M. L. [Eds.]. **The Palgrave Handbook of Sexuality Education**. 2016.

BRUNS, A. The Future Is User-Led: The Path towards Widespread Prodrugage. **The Fibreculture Journal**, 2008, v. 11, n. 11.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019d.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 Edições, Crocodilo Edições. 2019c.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Buenos Aires: Paidós 2019b [2004].

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18ª ed. 2019b [1990].

CABRAL, M. En estado de excepción: intersexualidad e intervenciones sociomédicas. In CÁCERES, F. *et al.* [Ed.]. **Sexualidad, estigma y derechos humanos**. Desafíos para el acceso a la salud en América Latina. Lima: FASPA-UPCH, 2006.

CABRAL, M. Pensar la intersexualidad, hoy. In: MAFFIA, D. (org.) **Sexualidade migrantes – Género e Transgéneros**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2003.

CABRAL, M.; BENZUR, G. Cuando digo intersex. Um dialogo introductorio a la intersexualidad. **cadernos pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, n. 24, 2005.

CALIL, G. S. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Observatório Parlamentar RPU - Direitos das pessoas LGBTQIA+**. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Audiência Pública Extraordinária [virtual]. 18/jun./2021. Disponível em <<https://youtu.be/ZjRYPbue-pw>> Acesso 21/11/2021.

CARES FOUNDATION FOR RESEARCHERS. **Cares Foundation**. 2014. Disponível em <<https://www.caresfoundation.org/clinical-trials-an-overview/for-researchers/>> interACT. interACT Statement on Intersex Terminology [Internet].>

CARPENTER, M. **Intersex people and COVID-19**. Intersex Human Rights Australia [IHRA]. 2020. Disponível em <<https://ihra.org.au/36340/intersex-people-covid19/>>. Acesso 17/ago./2020.

CARPENTER, M. The human rights of intersex people: addressing harmful practices and rhetoric of change. **Reproductive Health Matters**, 2016, p. 74-84.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D. Públicos, problema públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo - Parte I. São Paulo: CEBRAP. **Novos Estudos**, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (org.). **L'héritage du pragmatisme**. Con its

d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-82.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO [CETIC]. **TIC Domicílios 2009 destaca crescimento do acesso à Internet nos lares brasileiros.** 2009. Disponível em <<https://cetic.br/pt/noticia/tic-domicilios-2009-destaca-crescimento-do-acesso-a-internet-nos-lares-brasileiros/>>. Acesso 27/nov./2023.

CHASE, C. Hermaphrodites with attitude: mapping the emergence of intersex political activism. University of Duke Press: **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, n2, v. 4. 1998. p. 189–211.

CHASE, C. **Making Media: An Intersex Perspective** [Imagens], 1997. p. 22-25

CHASE, S. E.. Narrative inquiry: Toward theoretical and methodological maturity. In N.K Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.), **The SAGE handbook of qualitative research**. SAGE, 2018. p. 546-560).

CHASE, S. Narrative inquiry: Multiple lenses, approaches, voices. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. [Eds.], **The SAGE Handbook of Qualitative Research**, 3rd ed., Thousand Oaks, CA: Sage. 2005, p. 651–679.

CHILVERS, I. **Happening**. Dicionário Oxford de Arte. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLEMENS, E. S. **The people's lobby: organizational Innovation and the Rise of Interest Group Politics in the United States, 1890-1925**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

COACCI, 2014. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**. 2014.

COLETIVA INTERTRANSVESTIGÊNERE XICA MANICONGO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [CITG XICA MANICONGO - USP]. **Fórum Nacional de Estudantes Trans, Travestis e Intersexo: vem aí.** 2021j. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CVQ3_DnP1Rf/>. Acesso 21/nov./2021.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 2000.

COMMISSAIRE AUX DROITS DEL'HOMME DU CONSEIL DE L'EUROPE [CdE COMMDH]. **Droits de l'homme et personnes intersexes**. Document thématique. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT [CNPPLGBT]. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais**. Brasília, 2016, p. 88.

CONFERENCIA REGIONAL LATINOAMERICANA DE PERSONAS INTERSEX. **Declaración Conferencia Latinoamericana de Personas Intersex**. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA [CFM]. Res/1664/2003/CFM. **Define as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual**. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **População LGBTI ganha reforço na luta contra discriminação com Conselho Nacional Popular LGBTI**. 2020. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/populacao-lgbti-ganha-reforco-na-luta-contradiscriminacao-com-conselho-nacional-popular-lgbti/>>. Acesso 17/ago./2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Decisão: Pedido de Providências. Provimento. Referendo. Registro Civil De Pessoas Naturais. Assento De Nascimento. Sexo Na Declaração De Nascido Vivo (DNV) Ou Na Declaração De Óbito (DO) Fetal Preenchido “Ignorado”**. Número: 0005130-34.2019.2.00.0000. 2021.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ [CNPLGBTI+]. **Carta Compromisso às Candidaturas às Eleições 2020**. Out/2020a. Disponível em <<https://conselhpopulargbti.blogspot.com/2020/10/carta-compromisso-as-candidaturas-as.html>>. Acesso em 27/nov./2023.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ [CNPLGBTI+]. **Mobilizações nas redes e nas ruas marcam o Dia Internacional de luta contra a LGBTfobia**. 2021. Disponível em <<https://conselhpopulargbti.blogspot.com/2021/05/mobilizacoes-nas-redes-e-nas-ruas.html>>. Acesso em 27/nov./2023.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ [CNPLGBTI+]. **Página Inicial**. 2020b. Disponível em <<https://www.instagram.com/conselhpopulargbti/>>. Acesso em 17/ago./2020.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ [CNPLGBTI+]. **Programa Brasil de Todas as Cores**. 2022. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Programa-Brasil-de-Todas-as-Cores.pdf>>. Acesso em 27/nov./2023.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ [CNPLGBTI+]. **Vem aí o Conselho Popular Nacional LGBTI+**. 2020b. Disponível em <https://www.facebook.com/conselhopopularlgbti/photos/a.615886918755620/1187234921620814/?type=3&__tn__=-R>. Acesso 17/ago./2020.

CORREA, S.; KALIL, I. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta?** Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020.

COSTELLO, C. G. . **Intersex and Trans* Communities: Commonalities and Tensions**, 2016. *In*: HOLARCHER, Stefan. **Transgender and Intersex: Theoretical, Practical, and Artistic Perspectives**. Dresden: Palgrave Macmillan, 2016. (ESTAVA 2011 NO TEXTO p 20)

CREIGHTON, A. M.; GREENBERG, J. A. ROEN, K.; VOLCANO, D. L. G. **Intersex practice, theory and activism: a roundtable discussion**. Duke University Press. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, n. 15, v. 2. abr./2009, p. 249-260.

CURIA, D. **Activismo intersex en foco: ¡Basta de cirugías no consentidas!** Página12. 2020.

D'ÉVREUX, Y. **História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613-1614**. Fundação Darcy Ribeiro. 2009.

DANON, L. M. TY. **Intersex Activists in Israel: Their Achievements and the Obstacles They Face**. **Journal of Bioethical Inquiry**, v. 15, 2007.

DAVIS, G. **Contesting Intersex: The Dubious Diagnosis**. New York and London: New York University Press. 2015.

DAVIS, N. Z. **Women's History in Transition: The European Case**, **Feminist Studies**, n. 3, 1975-1976.

DEAN, J. **Crowds and Party**. Londres: Verso. 2016.

DELLA PORTA, D. (ed.) **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 117-43

DELLA PORTA, D. **Contentious Politics in Emergency Critical Junctures: Progressive Social Movements During the Pandemic**. [s.l.] Cambridge University Press, 2022.

DIAS DA SILVA, M. R. **Repensando os cuidados de saúde para a pessoa intersexo**. 2018. *In*: DIAS, M. B. **Intersexo**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo. p. 379-404.

DIAS, T.; VON BÜLLOW, M. O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, dez/2019., n. 120 p. 5-32.

DREGER, A. D.; HERNDON, A. M. Progress and Politics in the intersex rights movement: feminist theory in action. Duke University Press. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, 2008, n. 15, v. 2, p. 199-224.

EMIRBAYER, M.; MISCHE, A. What Is Agency? University of Chicago: **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, jan. 1998.

EPSTEIN, S. **Impure Science: AIDS, Activism, and the Politics of Knowledge**. Berkeley: University of California Press, 1996.

FACCHINI, R. De homossexuais a LGBQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. 2020. In FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. [org.] **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 31-70.

FACEBOOK. **102 milhões de brasileiros se conectam em nossa plataforma**. 2015. Disponível em <https://pt-br.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>>. Acesso 27/nov./2023.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**, n. 17/18. 2001, p. 9-79.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes: revisited. **The Sciences**. jul./ago., 2000.

FEINBERG, L. Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come. In STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

FELSTINER, W.; ABEL, R.; SARAT, A. The Emergence and Transformation of Disputes: Naming, Blaming, Claiming. **Law and Society Review**, v. 15, 1980, p. 631-653.

FIGUEIREDO, L. R. A. **Peccata mundi**: a “pequena Inquisição” mineira e as devassas episcopais. In: RESENDE, Maria Efigênia L. de e VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.) *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2, p.110-15.

FLENTJE, A.; OBEDIN-MALIVER, J.; LUBENSKY, M. E.; DASTUR, Z.; NEILANDS, T.; LUNN, M. R. **Depression and Anxiety Changes Among Sexual and Gender Minority People Coinciding with Onset of COVID-19 Pandemic**. 2020. Disponível em

<<https://storage.googleapis.com/pride-assets-prod/site-pages/reference/journal-of-general-internal-medicine-june-18-2020.pdf>>.

FLYVBJERG, B. Five misunderstandings about case study research. **Qualitative Inquiry**, v. 12, n. 2, 2006, p. 219-245.

FORTUNATI, L. Media between power and empowerment; can we resolve this dilemma? **The Information Society**, 2014, v. 30, n. 3, p.169-183.

FREEMAN, J. The Women's Movement. 2015. In JASPER, J.; GOODWIN, J. **The Social Movements Reader**. Wiley Blackwell. 2015.

FREITAS, A. Entrevista com Aline Freitas. **Revista Geni**. s./d..

FREITAS, J.; MACHADO, P. S. Intersexualidades, bioética e negociações técnico-políticas. 2020. In Facchini, R.; FRANÇA, I. L. [org.] **Direitos em disputa: LGBTI+**, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 493-510.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ [FIOCRUZ]. **Boletim Extraordinário 17/11/2021**. Observatório Covid-19. 2021.

GAMSON, W. A. **Talking Politics**. Nova Iorque: Cambridge University Press. 1992.

GAYER-ANDERSON, C.; LATHAM, R.; ZERBI, C. E. *et al.* **Impacts of social isolation among disadvantaged and vulnerable groups during public health crises**. ESRC Centre for Society & Mental Health: King's College London. 2020. Disponível em <<https://esrc.ukri.org/files/news-events-and-publications/evidence-briefings/impacts-of-social-isolation-among-disadvantaged-and-vulnerable-groups-during-public-health-crises/>>.

GELLER, P. L. **The Bioarchaeology of Socio-Sexual Lives: Queering Common Sense About Sex, Gender, and Sexuality**. Springer. 2017.

GERBAUDO, P. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. SP: Funilaria, 2021.

GHATTAS, D. C.; ORGANISATION INTERSEX INTERNATIONAL [OII EUROPE]. **COVID-19**. A report on the situation of intersex people in Europe and Central Asia. Dan Christian Ghattas [Ed.], Questionário: Irene Kuzemko. Berlin. 2020.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY [GATE]. **Intersex Bodies, Global South Alliances: Latin American and Caribbean Edition**. Memoir. GUZZO, V. [Ed.] New York: GATE. 2022.

GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY [GATE]. **Submission by GATE to the World Health Organization: Intersex codes in the International Classification of Diseases (ICD) 11 Beta Draft.** New York: GATE. 2017.

GOHN, M. G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metr pole**, 2002, n. 7, pp. 9-31.

GONTIJO, D. C. **Meios de coloniza o da vida: gênero como máquina mimética de produ o de subjetividade.** In: *Violência pega?* 2015. 373 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GONTIJO, D. C. A fuga dos espelhos: violência, m mesis e alegorias patriarcais em *O Iluminado*. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Reencontro com Rita Segato por sua linhagem: memórias e memorial.** 2020. [No prelo].

GONZALEZ, L.; ARAUJO, M. **Efeitos da exclusão digital no acesso ao auxílio emergencial.** [Relatório]. São Paulo: Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Funda o Getúlio Vargas - FGVcemif. 2021.

GRIEVE, R. Face-to-face or Facebook: can social connectedness be derived online? **Computers in Human Behavior**, 2013, v. 29, n. 3, p. 604-609.

GRUPO DE APOIO A MULHERES COM SÍNDROME DE TURNER [GAMT]. **Sobre.** 2021. Disponível em <<https://pt-br.facebook.com/GAMT-Grupo-de-Apoio-as-Mulheres-Turner-152123948458673/about/>>. Acesso em 21/nov. 2021.

HAAS, P. M. “Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination.” **International Organization**, v. 46, 1992, p.1–35.

HALL, P. A. Policy Paradigms, Social Learning and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, 1993, p. 275–296.

HALPERIN, D. **What Do Gay Men Want?** An Essay on Sex, Risk, and Subjectivity (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007).

HARAWAY, D. J. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature.** Print. 1991.

HARAWAY, D. J. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness.** Chicago, Ill. : Bristol :Prickly Paradigm ; University Presses Marketing, 2003.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império.** Rio de Janeiro: Record. 2001.

HARPER, C. **Intersex.** New York. Berg/Oxford International Publishers. 2007.

HAY, C. Constructivist Institutionalism. 2006. In BINDER, S. A.; RHODES, R. A. W.; ROCKMAN, B. A. [Eds.] **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press. 2006.

HAY, C. Ideas and the Construction of Interests. 2010. In BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press. 2010. p. 65-82.

HERDT, G. **Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history**. New York: Zone Books, 1996.

HESTER, D. Intersex and the Rhetorics of Healing, 2006. In SYTSMA, S. E. [Ed.] **Ethics and Intersex**. Amsterdam: Springer. 2006.

HOLARCHER, S. **Transgender and Intersex: Theoretical, Practical, and Artistic Perspectives**. Dresden: Palgrave Macmillan, 2016.

HOLMES, M. **Critical Intersex**. Ashgate Publishing Company. 2009.

IINTERACT. **Statement on terminology**. 2016. Disponível em <<http://interactadvocates.org/interact-statement-on-intersex-terminology/>>

INTERNATIONAL INTERSEX FORUM. Media Statement. 2017. Disponível em <https://live-interact-advocates.pantheonsite.io/wp-content/uploads/2017/04/FINAL-interACT_Blog_PressRelease4thForum.pdf>. Acesso em 27/nov./2023.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION FOR THE EUROPEAN REGION [ILGA EUROPE]. **Briefing note: LGBTI-inclusive Gender Equality work**. 2020.

INTERSEX HUMAN RIGHTS AUSTRALIA [IHRA]. **'Demographics'**. Intersex Human Rights Australia. July 28.. Disponível em <<https://ihra.org.au/demographics/>>. Acesso 17/ago./2020.

INTERSEX PEER SUPPORT ASSOCIATION [IPSA]. **About Us**. 2021b. Disponível em <<https://isupport.org.au/about-us/>>. Acesso em 22/nov./2021.

INTERSEX PEER SUPPORT ASSOCIATION [IPSA]. **Welcome to the AISSG Australia Website**. 2021a. Disponível em <<https://aissga.org.au>>. Acesso em 22/nov./2021.

INTERSEXO BRASIL. **Quem somos**. 2023. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1sJRjx2ULqHCA0LZtf_5zk19M-MhaiA45/view>. Acesso 27/nov./2023.

IQANI, M. **Consumer Culture and the Media: Magazines in the Public Eye**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

IS, B. Movimiento intersexual del Sur Global: Nacimiento el movimiento intersexual en el Perú. 2022. In GLOBAL ACTION FOR TRANS EQUALITY [GATE]. **Intersex Bodies, Global South Alliances: Latin American and Caribbean Edition.** Memoir. GUZZO, V. [Ed.] New York: GATE. 2022.

JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JASPER, J.; GOODWIN, J. Introduction. 2015. In JASPER, J.; GOODWIN, J. **The Social Movements Reader.** Wiley Blackwell. 2015.

JEFFREYS, S. **Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism.** London: Routledge, 2014. 216.

JESUS, J. G.. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Bogotá: **Universitas Humanística**, v. 78, jul./dez./2014.

JESUS, J.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, 2012.

JOAS, H. **The creativity of action.** Jeremy Gaines e Paul Keast (trad.). Cambridge: Polity Press, 1996. p. 24.

JOAS, H. **The Genesis of Values.** Wiley, 2000.

JOAS, H.; KILPINEN, E. Creativity and Society. In: SHOOK, J. R.; MARGOLIS, J. (ed.). **A Companion to Pragmatism.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 332.

JOHNSON, E. K; ROSOKLIJA, I.; FINLAYSO, C.; CHEN, D.; YERKES, E. B. *et al.* Attitudes towards “disorders of sex development” nomenclature among affected individuals. **Journal of Pediatric Urology**, maio/2017.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders: Transnational Advocacy Networks in International Politics.** Ithaca: Cornell University Press, 1999.

KESSLER, S. J. **Lessons from the Intersexed.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

KESSLER, S. J.; MCKENNA, W. **Gender: an ethnomethodological approach.** Chicago, London: The University of Chicago Press. 1978.

KINCHELOE, J.; MCLAREN, P.; STEINBERG, S. R.; MONZÓ, L. D. Critical Pedagogy and Qualitative Research: Advancing the Bricolage. 2018. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research.** SAGE Publications, Inc. 2018.

KITCH, C. Generational identity and memory in American newsmagazines. **Journalism**, 2004, v. 4, n. 2, p. 185–202.

KLANDERMANS, B. **The Social Psychology of Protest**. Oxford: Blackwell. 1997.

KLANDERMANS, B.; VAN STEKELENBURG, J. Contentious performances. In FUNES, M. (Ed.). **Regarding Tilly. Conflict, power and collective action**. New York: University Press of America, 2016.

KLIDZIO, D.; SIQUEIRA, M. D. **Bissexualidade e pansexualidade: invisibilidade, estereótipos e o movimento social LGBTQIAP+**. 44 Encontro Anual da ANPOCS, GT38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa. 2020.

KLINEFELTER BRASIL XXY. **Página Inicial**. 2021. Disponível em <<https://www.facebook.com/klinefelterxxy/>>. Acesso em 21/nov./2021.

KOYAMA, E. The Transfeminist Manifesto. In DICKER, R.; PIEPMEIER, A. (Org.). **Catching A Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century**. Boston: Northeastern University Press, 2003.

KOYAMA, E. Whose Feminism Is It Anyway? The Unspoken Racism of The Trans Inclusion Debate. In STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

KOYAMA; Emi. The Transfeminist Manifesto. Northeastern University Press: *Catching a Wave*. 2003.

KRUGER, A.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Atenção a população trans: silicone industrial pode ser fator de risco para o COVID-19**. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CAIFJ8iHsGp/>>. Acesso em 19/jun./2020.

KUNRATH SILVA, M. RUKOWSKI, B. O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência**. Política. Dez/2016.

LAPA, A. Poder e empoderamento na cultura digital. **Em Aberto**, 2015, v. 28, n. 94, p. 222-227.

LAQUEUR, T. **Inventado o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001 [1992].

LATOUR, B. **Course: scientific humanities**. Paris: Sciences Po.; MOOC, FUN, 2014. Disponível em: www.sciencespo.fr. Acesso em: 15 maio 2014.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 19.

LATOURE, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA - Edusc, 2012.

LAZZARATO, M. **Puissances de l'invention:** la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 2002.

LEAL, D. **A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível?** Pedagogias antiCISTêmicas da pandemia. n-1 Edições. 2021.

LIGA ACADÊMICA BRASILEIRA DE ESTUDOS EM INTERSEXUALIDADE [LABEI]. **O orgulho também é intersexo.** 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/estudosintersex/videos/281851726263998/?__tn__=H-R>. Acesso 17/ago. 2020.

LIN-SU K, LEKAREV O, POPPAS DP, VOGIATZI MG. Congenital adrenal hyperplasia patient perception of “disorders of sex development” nomenclature. **International Journal of Pediatric Endocrinology**, 2015.

LITTON, I.; POTTER, J. Social representations in the ordinary explanation of a “riot”. **European Journal of Social Psychology**, 1985. n. 15, p.371-388.

MACHADO, P. S. **O Sexo dos Anjos:** Representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B. Institutional Entrepreneurship in Emerging Fields: HIV/AIDS Treatment Advocacy in Canada. **The Academy of Management Journal**, Vol. 47, No. 5 (Oct., 2004), pp. 657-679.

MALATINO, H. **Queer Embodiement:** Monstrosity, Medical Violence, and Intersex Experience. Lincoln: University of Nebraska Press, 2019.

MEHTA, J. The Varied Roles of Ideas in Politics. From “Whether” to “How”. In BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research.** Oxford University Press. 2010. p. 23-46.

MELUCCI, A. **Challenging codes.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, B. B. Entrevista concedida a Carlos Fioravanti. **O drama dos hormônios:** Endocrinologista trabalha para que os distúrbios genéticos de desenvolvimento sexual sejam vistos com mais naturalidade. Pesquisa FAPESP. Maio/2017.

MENDONÇA, F. B.; ABREU, M.; SARMENTO, R. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**. v. 40, n. 1, jan.-abr./2021, p. 33-54.

MIGUEL, L. F. Democracia e sociedade de classes. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, set./dez., pp. 93-117, 2012.

MIGUEL, L. F. Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero. Florianópolis: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./abr., /2016

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Introdução: teoria política feminista, hoje. In: MIGUEL, LUIS Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MILLS, C. W. **The Racial Contract**. 1997.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-26, 2012.

MISCHE, A. Cross-talk in movements: reconceiving the culture- network link. In: DIANI, M.; MCADAM, D. (ed.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 262.

MOL, A. **The body multiple: ontology in medical practice**. United States: Duke University Press, 2002.

MORLAND, I. What can Queer Theory do for intersex?. 2019. Duke University Press. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, n. 15, v. 2. abr./2009, p. 285-312.

MUSSI, D. A ação política no pensamento de Charles Tilly: estrutura, processo, confronto e performance. **BIB**, São Paulo, n. 83, 1/2017, fev./2018, p. 5-20.

NAMASTE, V. K. Genderbashing: Sexuality, Gender, and the Regulation of Public Space. 2006. In STRYKER, S.; WITTLE, S. [Eds] **The Transgender Studies Reader**. New York. Routledge. 2006.

NETHERLANDS. **Statement by the Kingdom of the Netherlands**. Follow-up and implementation of the Vienna Declaration and Programme of Action. General Debate - Item 8. United Nations Human Rights Council, 45th session. 2020.

NIELSEN IBOPE. **Brasileiros com Internet no smartphone já são mais de 70 milhões**. 2015. Disponível em <<https://www.nielsen.com/pt/news-center/2015/brasileiros-com-internet-no-smartphon-e-ja-sao-mais-de-70-milhoes/>>. Acesso em 27/nov./2023.

NUNES, J. A. **A pesquisa em saúde nas ciências sociais e humanas: tendências contemporâneas**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2006

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **O fim dos blogs**. Mar./2015. Disponível em < https://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/ed840_o_fim_dos_blogs/> Acesso em 27/nov..2023.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS [OHCHR]. **A step forward for intersex visibility and human rights**. 2015. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/Astepforwardforintersexvisibility.aspx>>. Acesso em 22/nov./2021.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS [OHCHR]. **Background Note on Human Rights Violations against Intersex People**. 2020. Disponível em <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/BackgroundNoteHumanRightsViolationsagainstIntersexPeople.pdf>>. Acesso em 22/nov./2021.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS [OHCHR]. **Intersex Awareness Day – Wednesday 26 October: End violence and harmful medical practices on intersex children and adults, UN and regional experts urge**. 2016. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20739&LangID=E>>. Acesso em 22/nov./2021.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS [OHCHR]. **Report on the impact of the COVID-19 pandemic on the human rights of LGBT persons**. A/75/258. Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. 2020.

OLIVEIRA, A. M. D. La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19. **Revista Ciencias y Humanidades**, v. X, n. 10. ene./jun./2020, p. 101-131.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DA CIDADE DE SÃO PAULO [OAB - SP]. **Audiência Pública - Intersexualidade e Direitos**. Cultura e Eventos. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q7HC_n8h1Jw&t=8s> Acesso em 20/nov./2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Informação sobre a OII Brasil**. 2006b. Disponível em

<<http://oii-brasil.blogspot.com/2006/08/informao-sobre-oii-brasil.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Intersexo/Intergênero no Brasil.** 2006d. Disponível em <[Intersexo/Intergênero no Brasil](#)>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Journal Intersexual.** 2006f. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2006/08/intergender-journal.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Recebemos do Dr. Durval Damiani da USP.** 2006g. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2006/09/recebemos-do-drdurval-damiani-da-usp.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **OII - em português.** 2006a. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Princípios Fundamentais da OII Brasil.** 2006c. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2006/08/principios-fundamentais-da-oii.html>>. Acesso 27/nov./2023. Intersexo/Intergênero no Brasil

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Se você souber inglês, visite esse site.** 2006e. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2006/08/se-souber-ingles-visite-este-site.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **Revitalizando a ação da OII no BRasil.** 2009a. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2009/03/revitalizando-acao-da-oii-no-brasil.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **A controvérsia com Ken Zucker.** 2009b. Disponível em <<http://oii-brasil.blogspot.com/2009/03/controversia-com-ken-zucker.html>>. Acesso 27/nov./2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL INTERSEXUAL BRASIL [OII BRASIL]. **A Controvérsia com Ken Zucker - 2.** Disponível em

<<http://oii-brasil.blogspot.com/2009/03/controversia-com-ken-zucker-2.html>>. Acesso 27/nov./2023.

OUR WORLD DATA [OWD]. **Daily new confirmed COVID-19 cases & deaths per million people:** Brazil. Johns Hopkins University CSSE COVID-19 Data. 2021. Acesso 21/nov./2021.

PAIVA, A. B.; PINHEIRO, M. B. **BPC em disputa:** como alterações operacionais e regulatórias recentes se refletem no acesso ao benefício. Publicação preliminar. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2021.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract.** Stanford, Calif: Stanford University Press, 1988.

PAVESI, P. P.; VALENTIN, J. Emoção e polarização nas e pelas redes digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede. *Sinais: Revista de Ciências Sociais*, 2019, v. 2, n. 23, p. 98-127.

PEARCE, R.; VINCENT, B.; ERIKAINEN, S. Afterword: TERF wars in the time of COVID-19. 2020, p. 208-215. In: PEARCE, R.; VINCENT, B.; ERIKAINEN, S. **TERF Wars: Feminism and the fight for transgender futures. The Sociological Review Monographs**, jul./2020.

PEARLMAN, W. Emotions and the Microfoundations of the Arab Uprisings. **Perspectives on Politics**, 2013. n. 11, v. 2, p. 387-409.

PINO, N. P. A teoria *queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, n. 28. jan./jun. 2007. p. 149-174.

PIRES, R. R. C. Da sociedade para o Estado: desafios da participação no Brasil. In: MARX, V. (Org.) **Democracia participativa, sociedade civil e território.** Porto Alegre: UFRGS; Cegov, 2014.

PLUMMER, K. Critical Humanism and queer theory: Living with the tensions. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research.** (3rd ed., pp. 357–374). Thousand Oaks, CA: Sage. 2005.

PRECIADO, P. B. **El cuerpo de la democracia.** Opinión. Ara. 04/abr./2019. Disponível em <https://es.ara.cat/opinion/paul-b-preciado-cuerpo-democracia_1_2670373.html>. Acesso em 22/nov./2021.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, abr./2011.

PRECIADO, P. B. **TestoJunkie: sex, drugs and biopolitics in the pharmacopornographic era.** New York: Feminist Press. 2013.

PRECIADO, P. B. **Transfeminismo.** Coletânea Pandemia. São Paulo: n-1 edições. 2018.

PREVES, S. Out of the O.R. and into the Streets: Exploring the Impact of Intersex Media Activism”. **Cardozo Journal of Law & Gender.** 2005.

PRIMO, A. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para tipificação da blogosfera. **Revista da Famecos,** n. 36. 2008.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO [PROEC-UNIFESP]. **Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Intersexualidade & Diferenças do Desenvolvimento do Sexo.** Perfil. Sistema de Informações de Extensão SIEX. 2021. Disponível em <<https://sistemas.unifesp.br/acad/proec-siex/index.php?page=INS&acao=2&code=19175>> . Acesso em 22/nov./2021.

QUINTANA, L. **The Politics of Bodies: Philosophical Emancipation With and Beyond Rancière.** Lanham: Rowman and Littlefield, 2020.

RAGIN, C. C., BECKER, Howard S. **What is a case?** Exploring the foundations of social inquiry. Cambridge University Press, 2009 [1992].

RAI, S. M. Political Performance: A Framework for Analysing Democratic Politics. **Political Studies,** 2015. v. 63, n. 5

RAYMOND, J. G. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male.** Boston: Beacon Press, 1979.

RECUERO, R. C.. **Weblogs, webrings e comunidades virtuais.** UFBA, v. 1, n. 31, 2003.

REIN, M.;SCHÖN, D. A. “Problem-Setting in Policy Research.” In WEISS, C. H. [Ed.] **Using Social Research in Public Policy.** Lexington, Mass.: D. C. Heath. 1977, p. 235–251.

RESENDE, M. L. R.; JANUARIA, M. A.; TURCHETTI, N. G. **De jure sacro: a Inquisição nas vilas d’El Rei.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, no 45: p.339-359, jan/jun 2011.

ROSA, M. E.; SILVA, T. B. P. O feminismo como ator-rede nas transformações do processo da comunicação. **Revista Mídia e Cotidiano,** v. 13, n. 2, ago./2019, p. 130-146.

ROSE, N. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI.** São Paulo: Paulus, 2013.

RUBIN, D. A. **Intersex Matters**; biomedical embodiment, gender regulation and transnational activism. New York: SUNY Press. 2017.

SABATIER, P. An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy- Oriented Learning Therein. **Policy Sciences**, v. 21, 1988. p.129-168.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Cosac & Naif, 2016.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin [Resenha]. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012.

SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO. **O que é happening**. Centro de Formação das Artes do Palco, mar./2021. Disponível em <<https://www.spescoladeteatro.org.br/noticia/o-que-e-happening>>. Acesso 27/nov./2023.

SASSO, M. M. Porque definir o indefinido? 2018. In DIAS, M. B., **Intersexo**. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018, p. 151- 180.

SCHECHNER, R. “O que é performance?”. **Performance studies**: an introduction, second edition. New York & London: Routledge, 2006, p. 28-51.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHMIDT, V. A. **Discursive Institutionalism**: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. *Annual Review Political Science*. Johns Hopkins University. 2008.

SCHMIDT, V. A. Reconciling Ideas and Institutions through Discursive Institutionalism. 2010. In BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press. 2010. p. 47-64.

SCHMIDT, V. A.; RADAELLI, C. M. Policy Change and Discourse in Europe: Conceptual and Methodological Issues.” **West European Politics**. v. 27, n. 2, 2004, p. 183–210.

SCHROCK, D.; HOLDEN, D.; & REID, L. **Creating Emotional Resonance**: Interpersonal Emotion Work and Motivational Framing in a Transgender Community. *Social Problems*, 2004, n. 51, v. 1, p. 61–81.

SCHWANDT, T.; GATES, E. Case Study Methodology. 2018. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. SAGE Publications, Inc. 2018.

SCOTT, J W., Gender: A Useful Category of Historical Analysis, **American Historical Review**, v. 91, n. 5, 1986, p. 1053-1075.

SEGATO, R. L. Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho. *In*: FREGOSO, R. L.; BEJARANO, C. **Una cartografía del feminicidio en las Américas**. México: UNAM-CIIECH/Red de Investigadoras por la Vida y la Libertad de las Mujeres. 2010.

SEGATO, R. L. **La crítica de Colonialidad en Ocho Ensayos y una antropología por demanda**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2013.

SEGATO, R. L. “Que cada pueblo teja los hilos de su historia: El argumento del Pluralismo Jurídico en diálogo didáctico con legisladores”. In Victoria Chenaut, Magdalena Gómez, Héctor Ortiz y María Teresa Sierra (Coords.): *Justicia y diversidad en tiempos de globalización*. México,DF: RELAJU. 2009.

SERANO, J. **Trans Feminism: There’s No Conundrum About It**. 2012. Disponible em <https://msmagazine.com/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it/>. Acesso 20/jun./2020.

SEWELL, W. H., J. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *American Journal of Sociology*, 1992. n.98, v.1: 1–29.

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOMERS, M. R. Rights, Relationality, and Membership: Rethinking the Making and Meaning of Citizenship. **Law and Social Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 63-112 , 1994.

STABILE, L. M. A agenda política contra a chamada “ideologia de gênero” e a cidadania de pessoas LGBTI no Brasil. **Periódicus**, n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 250-268.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage. 1995.

STONE, S. **The empire strikes back: a posttranssexual manifesto**. ACTLab. 1987. Disponible em <http://sandystone.com/empire-strikes-back>.

STRYKER, S. (De)Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies. 2006. *In* STRYKER, S.; WITTLE, S. [Eds.] **The Transgender Studies Reader**. New York. Routledge. 2006.

STRYKER, S. **Trangender history: the roots of today's revolution**. Seal Press: New York. 2ed. 2017.

SULLIVAN, N. The somatechnics of intersexuality. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 15, n. 2, 2009, p. 313–327.

SURYA, M.; YEADON-LEE, T.; CROCETTI, D. **EU Intersex Citizenship**. EUICIT, 2020.

SZWAKO, LAVALLE, Seeing like a social movement. Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. São Paulo: **Novos Estudos**. CEBRAP. v. 38 n.2 maio-ago. 2019. p. 41-434.

TARROW, S. G. **The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TARROW, Sidney. **Poder em Movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1994].

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil, 2012. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2012.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. 2018. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea/Enap. p. 106-138.

TAVARES, F. M. M. **Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas**. Curitiba: Appris, pp. 25-58, 2016.

TEIXEIRA, A. C.; TRINDADE, T. **Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira - Entrevista com Evelina Dagnino**. Campinas: Idéias, v. 9, n. 1, p. 249-274, jan./jun. 2018.

TERCER FORO INTERSEX INTERNACIONAL. Declaración Pública del Tercer Foro Intersex Internacional. Brújula Intersexual. 2014.

THAYER-BACON, B. **Relational “(e)pistemologies.”** New York: Peter Lang. 2003.

THELEN, K.; STEINMO, S. **Historical institutionalism in comparative politics**. 1992. *In* THELEN, K.; STEINMO, S.; LONGSTRETH, F. **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

THORESON, R. Beyond equality: the post-apartheid counternarrative of trans and intersex movements in South Africa. **African Affairs**, 112/449, 2013, p. 646–665.

TILLY, C. **How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention**. Mimeo, 1992.

TILLY, C. **Why? What happens when people give reasons... and why**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TRINDADE, T. **Os limites da Democracia: A legitimidade do protesto no Brasil participativo**. RBCS, Vol. 33, n° 97, 2018.

UNITED NATION DEVELOPMENT PROGRAMME [UNDP]. **Intersex Research Study:** Albania, Bosnia and Herzegovina, the Former Yugoslav Republic of Macedonia and Serbia. 2018.

UNITED NATIONS FREE & EQUAL CAMPAIGN [UNFE]. **Fact Sheet:** Intersex. 2015. Disponível em <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/FactSheets/UNFE_FactSheet_Intersex_EN.pdf>. Acesso em 22/nov./2021.

UNITED NATIONS JOINT PROGRAM FOR HIV/AIDS [UNAIDS]; GLOBAL PROTECTION CLUSTER [GPC]; U.S. PRESIDENT'S EMERGENCY PLAN FOR AIDS RELIEF [PEPFAR]; UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT [USAID]; MEETING TARGETS AND MAINTAINING EPIDEMIC CONTROL [EPIC]. **Strategic considerations for mitigating the impact of COVID-19 on key-population-focused HIV programs.** Durham, 2020

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO. **ST32.** Disponível em <<https://www.desfazendogenero.com.br/area-tematica.php>>. Acesso em 20/nov./2021.

VAINFAS, R. Hermafroditas nos Séculos XVI E XVII: intersexualidade impossível. **Revista Espacialidades**[online]. 2021.1, v. 17, n.1, ISSN 1984-817X.

VAN HEERDEN, C. G.. 'For a Reclamation of Our Humanity': Neoliberalism and the Decolonization of Gender Praxis—An Analysis of the UCT Trans Collective. **Gender and Behaviour**, 2016, v. 14, n. 2, 7205–7213.

VASCONCELOS FILHO, J. M. C S.. **O ativismo digital brasileiro.** Coleção O que Saber? Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2016.

VIEIRA, A. **Tem saída:** Por um amanhecer intersexo no Brasil. 2021.

VIEIRA, A.; COSTA A. G.; PIRES, B. G.; CORTEZ, M. Intersexualidade: desafios de gênero. **Periódicus:** Salvador, n. 16, v. 1 set.-dez./2021, p. 01-20.

VON BÜLOW, M.; GOBBI, D.; DIAS, T. O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. 2022. In TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; KUNRATH SILVA, M. **Participação e ativismos:** entre retrocessos e resistências. Zouk, 2022.

VOTE LGBT+. **Diagnóstico LGBT+ na Pandemia.** 2020. Disponível em <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagnóstico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf>. Acesso em 21/nov./2021.

WHITE, Harrison. **Identity and Control:** a structural theory of social action. Princeton, Princeton University Press, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, OHCHR, UN WOMEN, UNAIDS, UNDP, UNFPA, *et al.* **Eliminating forced, coercive and otherwise involuntary sterilization,** An interagency statement. Geneva, 2014

YIN, R. K. **Case Study Research:** Design and Methods. Newbury Park, CA: Sage. 2014 [1994].

ZAVALA, E. A. Rompiendo fronteras: activismo intersex y redes transnacionales. 2009. *In* GOULOBOV, N; PARRINI, R. (Ed.) **Los contornos del mundo.** Globalización, subjetividad y cultura. México: CISAN /UNAM, 2009, p. 119-142.

9 ANEXOS

Anexo I - Relatório preliminar da coleta de dados

Respondentes

1. Associação Brasileira de Intersexos - ABRAI [anteriormente União Brasileira Intersexo]
2. Associação Brasileira de Profissionais pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexos - ABRASITTI
3. Coordenação de Políticas Intersexo do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT
4. Setorial Intersexo da Aliança Brasileira LGBTI+
5. Observatório Intersexo [anteriormente Liga Acadêmica de Estudos em Intersexualidade - LABEI]
6. Visibilidade Intersexo [página e grupo de Facebook®]
7. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo - AGLBT
8. Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo - CDSG-OAB/SP
9. Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe - CD-OAB/SE
10. Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM
11. Intersex Ireland
12. Artvistas intersexo independentes
13. Instituto Jacob(y) Christopher
14. Coletivo de Assexuais para a Educação e Visibilidade sobre as Assexualidades - Coletivo ABRACE
15. Movimento Sem Terra - MST
16. Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Intersexualidade & Diferenças do Desenvolvimento do Sexo da Universidade Federal de São Paulo
17. Núcleo Trans da Universidade Federal de São Paulo - Núcleo TransUNIFESP
18. Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade da Universidade Federal da Bahia - UFBA
19. Mandata Coletiva da Bancada Feminista do Partido Socialismo e Liberdade de São Paulo - PSOL/SP
20. Associação Paulista de Medicina de Família e Comunidade

21. Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
22. Comitê Técnico Municipal de Saúde Integral de Pessoas LGBTI+ da Cidade de São Paulo
23. Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo
24. AMAPÔ - São Paulo
25. ONU Livres & Iguais
26. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS

Interações e ideias com movimentos LGBT e LGBTI

- Queremos estar na sigla? O movimento intersexo não é necessariamente LGBT
- Disputas terminológicas e conformações das redes: hermafroditismo, intersexual, DSD, IAHS, mulheres com CAH; Cardiopatias...
- Resistência dos movimentos gays e lésbicos
- Tensões com os movimentos trans: a biologia
- Irmandade com o movimento assexual
- *Conflation* sexo-gênero
- A difícil inserção intersexo nas Conferências LGBTs nacionais, estaduais e municipais
- Movimento LGBTI "está em dívida" com o movimento intersexo

Interações e ideias com oponentes

- Profissionais da Medicina e do Direito e suas associações profissionais
- Intersexualidade e efeitos colaterais da pauta anti-trans
- Desafio central à ladainha biológica de grupos conservadores e religiosos
- Bolsonarismo e direitas: mudando enquadramentos de sexo/gênero vs. saúde da criança
- Atuação nas associações profissionais (OAB; CFM; CFP; CRMs e CRPs)
 - Mutilação genital intersexo: fechamento do CFM à participação popular

Interações e ideias com o Estado

- Foco na atuação no Judiciário
 - Registro civil de pessoas intersexo: negociando a categoria ignorado no CNJ

- Atuação nas redes estaduais e municipais de saúde
- Interações com o Ministério da Saúde por meio da Aliança Nacional LGBTI+
- Seminários do Congresso Nacional (em 2018; entrada maior 2021)
- Candidaturas intersexo no pleito de 2020, em âmbito municipal

Conformação e mudanças nas práticas e ideias da rede (2014-2020)

- Setorial Intersexo da Aliança: o primeiro
- Grupo Arco-íris e a Parada LGBT(I) de 2018: introdução intersexo
- Primeira geração: adultos intersexo, reunidos por meio da página Visibilidade Intersexo; agenda da Mutilação Genital Intersexo; linguagem do Direito Internacional dos Direitos Humanos
- União Brasileira de Intersexos, viés partidário
- Associação Brasileira de Intersexos - ABRAI, inicialmente para *advocacy* de políticas públicas
- Segunda geração: mães de crianças intersexo; agenda mais familista e de registro
- Centralidade dos grupos e institutos de pesquisa, e dos ambulatórios centrados nos cuidados de saúde para pessoas intersexo

Crise

- Crise como contexto regular, considerando a situação dos direitos humanos de pessoas intersexo no Brasil
- Promoção e proteção dos direitos humanos de pessoas intersexo afetadas pelos avanços das direitas
- Contradição aparente: contexto de adensamento da crise é o mesmo em que a rede intersexo cresce e se formaliza
- Narrativas de estigma e discriminação; perseguição de defensores dos direitos humanos de pessoas intersexo
- Relacionando-se com instituições no contexto de crise: candidaturas; Conselho Nacional Popular LGBTI+; intensificação de parceria com partidos (ex.:PSB; PSOL; Cidadania), ministérios (MMFDH; MS), secretarias estaduais;

Pandemia

- Urgência médica? As noções de *urgência* para a comunidade intersexo e o acesso à saúde antes e durante a pandemia
- Demanda por assistências médica e jurídica
- Cirurgias de mutilação genital intersexo não são categorizadas como cirurgias eletivas, durante a pandemia
- Resposta à pandemia: mas qual? Simultaneidade com epidemia de HIV/Aids
- Pontes entre a população intersexo e a pandemia de COVID-19
 - Visibilizando vulnerabilidades de saúde de pessoas intersexo durante a pandemia: risco aumentado para infecções por COVID-19
 - Relatos das complicações de saúde resultantes de mutilação genital intersexo e homonização forçada;
 - Amputação de órgãos e tecidos, como bexiga, rins, gônadas, etc.; tratamentos paliativos e/ou de longa-duração de altíssimo-custo;
 - exposição a ambiente hospitalar e trânsito para acesso à saúde
 - Pessoas intersexo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19? Pessoas imunossuprimidas, com doenças renais crônicas, com doenças reumáticas, e com cardiopatias congênitas;
- Sinergia de vulnerabilidades intersexo na pandemia de COVID-19
 - Em contexto regular, taxas de **evasão escolar**, pobreza, **desemprego**, falta de acesso a alimentação e moradia adequadas; falta de acesso à saúde e a medicamentos, incluindo hormônios; acesso a **documentos** (IHRA, 2019)
 - Em contexto de crise sanitária, cortes no Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS; falta de acesso às políticas emergenciais de auxílio, especialmente decorrente de falta de documentação e falta de acessibilidade digital; Falta de acesso a medicamentos, hormônios e outras terapias essenciais à vida da pessoa intersexo; suspensão de atividades ambulatoriais; desabatecimento de hormônios;
- Redes dedicadas a *advocacy* de políticas públicas convertidas para assistência imediata;
- Desarticulação financeira das organizações e grupos de apoio para pessoas intersexo;
 - Editais emergenciais internacionais (OutRight; MamaCash; Astraea)

- Visibilidade e incidência em tempos de isolamento/distanciamento social: ativismo digital intersexo nas redes durante a pandemia
 - Marchas, webinários, cursos, e festivais artísticos via transmissão ao vivo nas mídias sociais;
 - Grupos de WhatsApp para apoio de pessoas intersexo e para discussão de ativistas intersexo
 - Encontrando o Judiciário no Plenário Virtual: o registro de recém-nascidos intersexo e a regulação da matéria no Conselho Nacional de Justiça
- Solidariedade: meios de subsistência para a população intersexo na pandemia.
 - Levantamento, recolhimento e distribuição de doações para ações comunitárias;
 - Cadastros locais para apoio financeiro, financiamentos coletivos e fundos emergenciais promovidos por variados institutos, associações, coletivos e centros de apoio LGBTI+, incluindo aqueles criados no contexto específico da pandemia
 - Apoio ao cadastramento de pessoas intersexo para o auxílio emergencial do Governo Federal;
 - Veiculação de propaganda instrutiva em linguagem acessível e pajubá;
- Informar para sobreviver: levantamento de iniciativas locais e nacionais de resposta à
- COVID-19 para pessoas trans, travestis e intersexo, por meio, por exemplo, de mapas da solidariedade

Anexo II - Instrumento de pesquisa n.1

Questionário semi-estruturado para ativistas de organizações da sociedade civil nas questões intersexo

Instrumento de Pesquisa | Questionário semi-estruturado

para ativistas de organizações da sociedade civil nas questões intersexo
ABRAI, ABRASITTI, LABEI, Observatório Intersexo e setoriais intersexo de organizações LGBTI+,
profissionais da saúde e advogados ativistas.

Primeiramente, para registro, pode me dizer seu nome, pronomes, como se identifica, sua ocupação...?

Prezada/e/o [NOME],

Aqui é Vidda.

Sou travesti intersexo, e estou querendo saber mais sobre a rede de ação política, mobilização coletiva, intersexo., participação...

Da minha parte, é importante que você saiba que essa é uma pesquisa que servirá de base para dois estudos diferentes: tanto a minha dissertação do MA e uma pesquisa maior, desenvolvida no grupo de pesquisa Repensando as Relações Estado-sociedade - RESOCIE, intitulada *Movimentos sociais no sistema político brasileiro: Rupturas e crise na interação entre movimentos sociais e sistema político*, sob responsabilidade de Debora Rezende de Almeida, Marisa von Büllow e Rebecca Naera Abers. No âmbito deste projeto, desenvolvo minha atual pesquisa de mestrado intitulada *Ativismos intersexo no Brasil [2015-2020] ideias, repertórios e crise*

Em resumo, o assunto é sobre ativismos intersexo no Brasil.

É uma pesquisa bastante exploratória porque a gente tem pouquíssimos estudos sobre isso, no Brasil e no mundo, e na Ciência Política eu não vou nem lhe contar.

Então sua colaboração será muitíssimo valiosa.

O questionário é dividido em três breves blocos,
(i) um primeiro de contextualização geral na luta LGBTI,
(ii) um segundo sobre crises e dificuldades,
(iii) e um final, sobre a pandemia.

Aviso: 40min Zoom® e pedido para gravar

Primeiramente, para registro, pode me dizer seu nome, pronomes, como se identifica, sua ocupação...?

Engajamento militante e Repertórios

1. Pode me contar um pouco sobre você? Como começou seu envolvimento com o ativismo intersexo e qual(is) a(s) organização(ões) em que participa?
 - i. *proxy* Já participou ou participa de outros - neste caso, quais - organizações ou movimentos? De outras redes (criança e adolescente, educação, saúde, mulher, PCD, pessoas vivendo com HIV/AIDS, etc.)?
2. Diversidade das lutas LGBTI+, os grupos se organizam em setores e em frentes mais abrangentes que envolvem a sigla toda. Mas eu estou curiosa - Na sua avaliação, desde **quando e como** começou este processo; essa necessidade do movimento intersexo como luta mais específica dentro da sigla¹ no Brasil? Na sua avaliação, como que esse processo todo começou?
 - i. *Quais são as pautas?*
 - ii. *O que mudou em relação à forma de atuação, antes voltada para abarcar todas as lutas dos grupos trans, gay, bi, lésbica, etc.?*
3. Como eu ia dizendo, a sociedade civil no Brasil e no exterior se diversificou bastante nos últimos anos, incluindo movimentos favoráveis e contrários à agenda da diversidade do sexo. Do ponto de vista daqueles favoráveis, está o movimento LGBTI+. Como você avalia essa interação com as outras organizações intersexo e LGBT - sem o I? Quais são os principais parceiros do movimento? Como a interação com esses movimentos ocorre?
 - i. *proxy* Principais pautas e agenciamentos intersexo na negociação dentro da sigla?
4. E como você percebe que o ativismo intersexo tem agido frente às pressões e iniciativas contrárias de oponentes políticos?
 - i. *proxy* Principais pautas e agenciamentos intersexo na negociação com oponentes?
 - ii. *proxy* Tentativa de bloquear alguma iniciativa desses oponentes?

Crise e Ideias

5. , qual é o impacto sobre a pauta intersexo? Sobre as organizações intersexo? Pode descrever como o contexto impacta?
6. Na sua avaliação, trata-se de um momento de crise para o movimento ou não? Sua organização discutiu isso? Dentro da organização, há dúvidas ou divergências sobre isso?
7. Pensando nesses oponentes e nas políticas atuais que no plano federal se colocam como diretamente contrários às políticas no campo da diversidade do sexo e do gênero e Pensando desde o início do seu envolvimento com o ativismo intersexo e até hoje, (neste momento de crise, 2015-2020), qual principal mudança você percebe? Especialmente, na atuação da rede/sua organização?
 - i. ***proxy* Eventos e temporalidades.**
8. Qual você considera a principal iniciativa, principal sucesso, do ativismo intersexo no âmbito das políticas públicas? Você considera que o movimento já conseguiu estabelecer a questão intersexo como um problema de política pública?
9. E qual o principal fracasso? Eu queria pedir pra você citar o que você consideraria um sucesso e um fracasso da rede, você saberia destacar, para mim?
 - i. *proxy* Nível (federal, estadual, municipal); âmbito (executivo, legislativo, judiciário); parceiros. .
 - ii. *estímulo* Tramitam no Legislativo federal algumas iniciativas para normatização do registro civil de recém-nascidas/es/os intersexo². Você ou sua organização foram consultados na elaboração de alguma(s) delas?;

¹ No caso da ABRASITTI, estabelece conexões da causa intersexo com a causa travesti e transsexual, conforme terminologia da organização. *Proxy* pontes entre pessoas sexo e gênero-diversas.

² PL 1475/2015.

- iii. *estímulo* Durante a pandemia, o Conselho Nacional de Justiça colocou em pauta a normatização do registro civil de crianças nascidas intersexo declaradas sexo ignorado ao nascimento. A organização se envolveu nesse processo? Se sim, como?;
- iv. *estímulo* Um PL³, por exemplo, determinava que o sexo biológico e as características sexuais primárias e cromossômicas definem gênero do indivíduo no Brasil.

Pandemia e Criatividade

10. Agora pensando o momento mais recente da pandemia de COVID-19. Há algum desafio enfrentado pela população intersexo e pelas organizações intersexo no contexto da pandemia que você considere importante destacar?
11. Nesse contexto, o quê você considera principal desafio à ação da sua organização? Isso foi discutido na organização?
12. Durante a pandemia, quais ações diferentes a organização implementou? A forma de agir ficou diferente de antes da pandemia? Em quais aspectos?
- i. *proxy* campanhas de solidariedade, algum destaque?
- ii. *proxy* ações de *advocacy*, algum destaque?
13. Na pandemia, você poderia destacar qual(is) fator(es) mais favoreceram ou impulsionaram o ativismo intersexo e a ação da sua organização?

- Minha última pergunta é se você pode me indicar alguém que você acha que pode me ajudar a essas perguntas? Você pode compartilhar contato comigo?
- Chegamos ao fim das minhas perguntas. Agradeço imensamente sua disponibilidade para colaborar com esse estudo. Tem algo que você gostaria de acrescentar ou alguma pergunta que gostaria de fazer?
- Acertar envio do TCLE
- Agradecimentos mil!

³ PL 2578/2020.

Anexo III - Instrumento de pesquisa n.2

Questionário semi-estruturado para pessoas com restrições de declaração pública, funcionárias/es/os de organizações internacionais

Instrumento de Pesquisa | Questionário semi-estruturado

para pessoas com restrições de declaração pública, funcionárias/es/os de organizações internacionais

Prezada/e/o [NOME],

Aqui é Vidda.

Sou travesti intersexo, e estou querendo saber mais sobre a rede de ação política, mobilização coletiva, intersexo., participação...

Da minha parte, é importante que você saiba que essa é uma pesquisa que servirá de base para dois estudos diferentes: tanto a minha dissertação do MA e uma pesquisa maior, desenvolvida no grupo de pesquisa Repensando as Relações Estado-sociedade - RESOCIE, intitulada *Movimentos sociais no sistema político brasileiro: Rupturas e crise na interação entre movimentos sociais e sistema político*, sob responsabilidade de Debora Rezende de Almeida, Marisa von Büllow e Rebecca Naera Abers. No âmbito deste projeto, desenvolvo minha atual pesquisa de mestrado intitulada *Ativismos intersexo no Brasil [2015-2020] ideias, repertórios e crise*

Em resumo, o assunto é sobre ativismos intersexo no Brasil.

É uma pesquisa bastante exploratória porque a gente tem pouquíssimos estudos sobre isso, no Brasil e no mundo, e na Ciência Política eu não vou nem lhe contar.

Estou ciente das restrições de manifestação pública para trabalhadores e trabalhadoras de OIs. Por isso, tenho desenvolvido questionários para trabalhadores e trabalhadoras de organizações internacionais e instituições governamentais, observando tais requisitos.

Enfatizo que conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, seguindo as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP-CHS/UnB), lhe asseguro que seu nome será mantido no mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la. Qualquer menção a informações que eventualmente permitam identificá-la, entretanto, terá sua autorização solicitada previamente. Você pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. Eventuais riscos a sua reputação serão mitigados pela garantia de anonimato, pelo pedido de autorização prévio para a divulgação de qualquer declaração literal e pela garantia de não divulgação de dados específicos que possam individualizar suas respostas.

O questionário é dividido em três breves blocos,
(i) um primeiro para conhecer a atuação das pessoas/ organizações e para contextualização geral;
(ii) um segundo sobre interações e desafios para a pauta intersexo no contexto internacional;
(iii) e um final, sobre a questão intersexo na pandemia.

Aviso: 40min Zoom® e pedido para gravar

Primeiramente, para registro, pode me dizer seu nome, pronomes, como se identifica, sua ocupação...?

Agendamento e colaboração com as redes

1. Você pode me contar um pouco da sua história pessoal de envolvimento com a questões de orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais (SOGIESC) até ocupar seu atual posto na [NOME DA ORGANIZAÇÃO].
2. Sua organização trabalha com as organizações da sociedade civil LGBTI? Gostaria de lhe pedir para contar de que forma sua organização interage com a rede de ativismos LGBTI.
 1. *proxy* Essas ações também envolvem o Estado?
3. Dentre essas ações, você destacaria alguma(s) relacionada(s) às questões intersexo e de variações das características sexuais?
 1. *proxy* Ações de visibilidade; eventos; grupos de trabalho
4. Desde quando e como a organização tem trabalhado a questão intersexo? Porquê surgiu essa necessidade?
 1. *proxy* Documentos internacionais; presença da sociedade civil

Desafios e possibilidades no contexto internacional

5. Na sua avaliação, quais foram as principais conquistas intersexo no contexto internacional?
6. Quais continuam sendo principais desafios para o avanço de questões intersexo no contexto internacional?
7. Na sua perspectiva, quais as melhores formas de avançar as questões intersexo no sistema ONU?
 1. *proxy* CDH? Mecanismo de reclamação? RPU? Global? Regional? CIDH?

Pandemia

8. É sabido que a pandemia tem afetado desproporcionalmente os grupos que já eram mais vulneráveis por condições políticas, econômicas sociais diversas. Isso é verdade para população intersexo? Como a pandemia tem afetado a população intersexo?
9. Durante a pandemia, sua organização desenvolveu alguma ação para atender as demandas de pessoas e grupos LGBTI? Você destacaria alguma que contemplou pessoas intersexo?

- Minha última pergunta é se você pode me indicar alguém que você acha que pode me ajudar a essas perguntas? Você pode compartilhar contato comigo?
- Chegamos ao fim das minhas perguntas. Agradeço imensamente sua disponibilidade para colaborar com esse estudo. Tem algo que você gostaria de acrescentar ou alguma pergunta que gostaria de fazer?
- Acertar envio do TCLE
- Agradecimentos mil!

Anexo IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Abers, Rebecca Neaera; von Bülow, Marisa; Almeida, Debora Rezende de. *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Movimentos sociais no sistema político brasileiro. RESOCIE: CEP/CHS - UnB/FAP-DF. Brasília. 2020.*



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa *Movimentos sociais no sistema político brasileiro*, sob a responsabilidade da pesquisadora Rebecca Neaera Abers, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. O projeto busca analisar as relações entre a sociedade civil e os atores do sistema político.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome será mantido no mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Qualquer menção a informações que eventualmente permitam identificá-lo(a), entretanto, terá sua autorização solicitada previamente.

A sua participação se dará por meio de respostas ao roteiro de perguntas apresentadas durante a entrevista a ser realizada em local previamente agendado, com um tempo estimado de 40 a 60 minutos para sua realização.

Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para a melhoria do ambiente democrático brasileiro, bem como prestando contas à sociedade sobre as práticas de seus representantes.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão enviados para o(a) senhor(a), podendo ser publicados posteriormente.

Sua participação na pesquisa não envolve riscos à saúde. Eventuais riscos a sua reputação serão mitigados pela garantia de anonimato, pelo pedido de autorização prévio para a divulgação de qualquer declaração literal e pela garantia de não divulgação de dados específicos que possam individualizar suas respostas.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Rebecca Neaera Abers, na Universidade de Brasília, no telefone (61) 99608-0207, disponíveis inclusive para ligação a cobrar, ou pelos e-mails: rebecca.abers@gmail.com.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Caso concorde em participar da pesquisa, pedimos que assine este documento.

Nome da Pessoa Entrevistada

Rebecca Neaera Abers

Brasília, DATA DA ENTREVISTA

Anexo V - Lista de Variações Intersexo ou Diferenças do Desenvolvimento do Sexo
Variações Intersexo ou Diferenças das Características do Sexo [lista elaborada com base em SILVA, Magnus Régios Dias da, 2018]

Variações Intersexo ou Diferenças das Características do Sexo [lista elaborada com base em SILVA, Magnus Régios Dias da, 2018]
<i>Obs: É sabido que variações intersexo ou diferenças das características do sexo podem ocorrer de maneira isolada ou por combinações etiológicas. Desse modo, pessoas intersexo ou com diferenças das características do sexo podem ter uma ou mais de uma das variações/causas apontadas abaixo.</i>
Deficiência da enzima 5-alpha redutase tipo 2 (SRD5A2)
Síndrome da Insensibilidade Completa do Receptor de Andrógeno - CAIS (AR)
Afalia
Clitoromegalia (Clitóris grande)
Hiperplasia Adrenal Congênita
Disgenesia gonadal mista (45,X ou 46,XY)
Disgenesia gonadal completa
Disgenesia gonadal parcial
Síndrome de Klinefelter (47,XXY e variantes)
Pênis pequeno (também conhecido como Micropênis)
Mosaicismo dos cromossomos sexuais
Agênese Mulleriana; agênese vaginal; ausência congênita de vagina
Ovotestis [antigamente chamada de "hermafroditismo verdadeiro"]
Síndrome Parcial de Insensibilidade aos Andrógenos
Síndrome de Turner (45,X e variantes)
Síndrome de Swyer
Quimera (46,XX ou 47,XY)
Deficiência da enzima 3β-hidroxiesteroide desidrogenase tipo 2 (HSD3B2)
Deficiência da enzima 21-hidroxilase (CYP21A2)
Deficiência da enzima P450 Oxireductase (POR)
Deficiência da enzima 11β-hidroxilase (CYP11B1)
Deficiência da enzima aromatase (CYP19)
Hipogonadismo Hipogonadotrófico (gonadotrofinas LH e FSH baixas)
Tumores virilizantes maternos
Exposição a andrógenos durante a gravidez
Hipoplasia ou Aplasia dos dutos Müllerianos (variantes associada à Síndrome Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser-MURCS)
Persistência dos dutos Müllerianos
Criptorquidia (uni ou bilateral)
Malformação Mülleriana associada ao Diabetes Monogênico (MODY5)
Malformação cloacal
Aarskog, Robinow, hand-foot-genital, pterígio poplíteo
Hipospádias isoladas
Epispádias
Atresia de vagina (associada à Síndrome de KcKusick-Kaufman)
Sinéquia de pequenos lábios (fimose)
Drogas e interferentes ambientais inibidores da biossíntese de testosterona
Drogas e interferentes ambientais inibidores da ação androgênica

Anexo VI - Quadro-resumo de indicadores e pré-indicadores da análise de dados

Lista de pré-indicadores e núcleos de significação

[Aguiar; Ozella, 2006]

	Pré-indicadores	Núcleos de Significação
2006-2009	"Local" de "Comunhão" hermafroditas, pseudo-hermafroditas, intersexo e intergênero Rede Internacional da OII: ramificações em todo o mundo Dra. Waléria Torres Blog: infraestrutura <i>online</i>	Organização Internacional Intersexual em língua portuguesa
	"A sexologia no Brasil está em crise" Desencaixar: desinstitucionalização acadêmica Isolamento nos círculos de profissionais da saúde <i>Journal Intersexual</i> Simpósio sobre Anomalias da Diferenciação Sexual no Brasil	Crise da política intersexo no Brasil
	Hiato 2007-2008 Novo contexto: mudanças Recrutamento de pessoas intersexo Colaboração com profissionais da saúde Terminologia "Variações do Desenvolvimento do Sexo" Ideias e agenciamentos na rede OII, APA, OMS, WPATH e WGC A controvérsia Ken Zucker	Revitalização e Despatologização
2013-2016	Desconhecimento Hermafrodita Patologização Problema de saúde Má-formação Médicos Doença Distúrbios do Desenvolvimento do Sexo Negociações com as terminologias médicas - Diferenças do Desenvolvimento do Sexo	Linguagem e terminologia
	Falta de informação Crescente politização 2010's Fase "a gente existe" - não era focado na conversa com o poder público Sai do lugar privado de doença para virar uma violência injusta e inaceitável	Problematização pública
	Grupo e página no Facebook Pesquisas Aprender-ensinar Conversa com pares Reunir atores dispersos Redes de solidariedade Procurar agulha no palheiro Protagonismo na produção do conteúdo sobre si Interação com novas ideias sobre variações das características sexuais Compartilhar o aprendizado Sustentar relações interpessoais	Pedagogias comunitárias <i>online</i>

	<p>Conselhos e conferências: moção de repúdio Conflation sexo-gênero Tensão/Resistência com os movimentos trans - biologia Queremos estar na sigla? Invisibilidades I nos diálogos socioestatais Demanda de organização formal para reconhecimento LGBT norte e nordeste em defesa da inclusão intersexo Disputa ideacional intersexo sobre as operações de exclusão: mostrar a porta aberta Menor tensão com os atores que têm inserção internacional ONU Livres e Iguais SSex Box Protagonismos LGT Transversalizar I no LGBT</p>	Interações com a rede LGBT
2017-2019	<p>Saberes comunitários Relatos pessoais Corpo/Emoções Alianças Seminário do Congresso 2018 Grupo Arco-íris - Parada LGBTI de RJ 2018 Setorial Aliança +++ exemplos Diversificação dos atores (setoriais, organizações, etc.) “dívida histórica” da rede LGBT</p>	Emergências QIAPN+
	<p>Intersexo à margem há 500 anos Interpretações sobre o contexto de turbulência: é crise? Fim da normalidade democrática Projeto conservador autoritário Temporalidades diferentes do mov intersexo Movimentos LGBT progressistas se afastaram do Estado Rede intersexo manteve progressista mas conversando com o Estado/direitas Desconhecimento das direitas Crise como contexto regular Interseccionalidades Diversidade de avaliações sobre crise Abertura para os enquadramentos LGBTQIAPN+ 2016 – considerando o golpe de Dilma, o assassinato de Marielle e a eleição de Jair – Causalidade/responsabilidade Legislativo local Interação com o judiciário</p>	Contexto turbulento
	<p>ABRAI, tentativa de fundação em 2018; fundação efetiva em 2020 por pessoas endossexo e intersexo Protagonismos endossexo nas elites militantes Saída da primeira geração para o ativismo independente Protagonismos de mães de pessoas intersexo Sexo vs. Saúde da criança Geração adultos - geração mães Academia; fóruns e encontros -</p>	Endoalianças
2020-2021	<p>Desafios programáticos e de gerenciamento Aprender novas formas de mobilização Conselho popular Legislativo - 2 candidaturas intersexo Judiciário - OAB e CNJ; litígio estratégico; advogados aliados IPs estaduais e municipais Fundos e organizações internacionais - parcerias CFM e sistema ONU no Brasil Retorno crítico ao uso das mídias digitais Marchas, webinários, cursos e festivais artísticos via transmissão ao vivo nas mídias sociais Tik Tok Pix Day - crise econômica Adaptação de espaços <i>offline</i> para <i>online</i> Acessibilidade digital Alianças com advogados e médicos para garantir serviços de apoio emergenciais na pandemia</p>	Práticas na crise sanitária

Judiciário é alternativa mais usada
Interações *online* com o Estado - incidência no CNJ
Interações com o Legislativo *online* - bloqueio de PL

Reflexão causada pela COVID-19; crise sanitária
Agravamentos para o ativismo/em ativistas intersexo
Saúde; acesso a saúde física e mental
Crise como cenário regular - a COVID-19 é uma segunda crise
Exacerbação violências
Desistência de participantes
Posição clara de rechaço ao governo Bolsonaro; alteração
Urgência / Emergência / Crise de saúde
Nexo entre população intersexo e pandemia

**Ideias Crise
sanitária/Emergên
cia/Urgência**